ISBN: 978-65-87823-37-9

DOI: 10.5102/978-65-87823-37-9

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Anais do III EnCUCA

III Simpósio Internacional de Pesquisa e

XVIII Encontro de Iniciação Cien□fica do UniCEUB

15 a 17 de dezembro de 2020

UniCEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **1**

GRUPOS DE PESQUISA **3**

ATIVIDADE FÍSICA, SÁUDE E QUALIDADE DE VIDA 4
BRASIL GLOBAL 5
CITOGENÉTICA APLICADA 6
COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES 7
COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO 8
CULTURA DIGITAL E DEMOCRACIA 9
EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM 10
PES URBANOS – PESQUISA EM ESPAÇOS SOCIAIS URBANOS 11
POLÍTICA CRIMINAL 12
POLÍTICAS PÚBLICAS 13
POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA (GPEFAT) 14
PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 15
TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA 16

MESAS-REDONDAS **17**

A COMUNICAÇÃO *ONLINE* EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS, PERCEPÇÕES, DESAFIOS E IMPACTOS 18
A COVID-19 E ALGUNS DE SEUS REFLEXOS 19
A FORMAÇÃO CONJUNTA NA GRADUAÇÃO: PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA COM A UNIVERSIDADE DE EXTREMADURA 20
APOIO PSICOSSOCIAL NA ARQUITETURA DE SAÚDE 21
AVALIAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA 22
BORDANDO ESTAMPAS VIRTUAIS: TECNOLOGIAS DIGITAIS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PEDAGOGOS 23
DEBATES E INTERLOCUÇÕES DAS PRODUÇÕES DO MESTRADO DE ARQUITETURA E URBANISMO 24
ESTRATÉGIAS PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO EM PERÍODOS DE PANDEMIA 25
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS: ERGOLOGIA E NUDGES COMO MEIOS PARA DESENVOLVER A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS 26
INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO E A ARQUITETURA 27
O DESAFIO DO ENSINO A DISTÂNCIA NOS DIAS ATUAIS 28
O ENSINO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA MODALIDADE EAD: PRÁTICAS DE LABORATÓRIO 29
O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO: DE FREUD AOS NOSSOS DIAS 30
PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO NA GRADUAÇÃO 31
PLATAFORMA JF COM DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19 32

OFICINAS **33**

PROTOTIPANDO NEGÓCIOS EM APLICATIVOS SEM A NECESSIDADE DE CONHECER A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO 34

SALA DE AULA INVERTIDA REMOTA: ABORDAGENS E TENDÊNCIAS 35

PALESTRAS 36

A ABORDAGEM DO EMPREENDEDORISMO DE PALCO NO ENSINO DO EMPREENDEDORISMO: DA NEGAÇÃO À VALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA.....37
A CONTRIBUIÇÃO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: PERSPECTIVAS NO CONTEXTO ATUAL.....38
COMPETÊNCIA DIGITAL DE DOCENTES DA EAD PARA MINISTRAR AULAS EM LABORATÓRIOS VIRTUAIS.....39
DESAFIOS A UM BRASIL GLOBAL: REFLEXÕES DE UM GRUPO DE PESQUISAS NO UNICEUB.....40
IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN LOS ESPACIOS ESCOLARES 41
MÉTODOS QUANTITATIVOS NA PESQUISA CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA DE TOMADA DE DECISÃO.....42

MESTRADO EM DIREITO 43

“ESTÉRIL” DECISIS: A AUTOVINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES E OS FATORES DE ESTABILIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL NO STJ.....44
“MINHA IRMÃ FOI VÍTIMA DE JUSTIÇA FALHA E INCOMPLETA”: DOXAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO SISTEMA DE JUSTIÇA – ESTUDO DE CASO 45
A APLICABILIDADE DA CLÁUSULA DO TRATAMENTO JUSTO E EQUITATIVO AO BRASIL 46
A DUALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL – SCR 47
A EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF NO CONTEXTO DE UMA CONSTITUIÇÃO ABERTA.....48
A EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DA POLÍTICA PÚBLICA FEDERAL DE INCENTIVO À MANUTENÇÃO E À CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....49
A FUNÇÃO NORMATIVA DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA INDUÇÃO DO SISTEMA DE ARTICULAÇÃO TRANSVERSAL DO PNAE: A PARTICIPAÇÃO DESCENTRALIZADA DA SOCIEDADE NA MOBILIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO 50
A INSTITUIÇÃO DO SEGURO DE RISCO POR DANOS DECORRENTES DO CULTIVO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E DO USO DE AGROTÓXICOS COMO ALTERNATIVA PARA REDISTRIBUIR O ÔNUS DAS EXTERNALIDADES NEGATIVAS IDENTIFICADAS NA JURISPRUDÊNCIA.....51
A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB.....52
A MORALIDADE COMO ELEMENTO AUTÔNOMO NAS CONDENAÇÕES POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA *STRICTO SENSU* 53
A POLÍTICA CORRECIONAL DA UNIÃO: DE ONDE VIEMOS, ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?.....54
A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: RECORTE DA CRIMINALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DISTRITO FEDERAL 55
A PRÁTICA DO CAMPO PENAL JUVENIL NO DISTRITO FEDERAL: DOXA PUNITIVA, GOVERNANÇA E INTERSETORIALIDADE.....56
A PRECARIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMO OBSTÁCULO À CONQUISTA DOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL 57
A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM FACE DA PRÁTICA DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA .58

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR DIANTE DA COMERCIALIZAÇÃO DE *NANOFOODS*: ASPECTOS TÉCNICOS, REGULATÓRIOS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR 59
A REFORMA INCOMPLETA DO DIREITO SINDICAL BRASILEIRO: O ESTRANGULAMENTO DO SINDICATO BRASILEIRO 60
A REGULAÇÃO DA INTERNET PARA A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NOS DANOS POR CONTEÚDO DE TERCEIROS 61
A SISTEMÁTICA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR NA SENTENÇA ARBITRAL PROFERIDA EM FACE DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO 62
ACORDO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 63
ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO CIVILIZADOR BRASILEIRO 64
AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ESTADUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO DF 65
AS BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL 66
AS EXCEÇÕES AO CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS PAIS PARA A COLETA DE DADOS DE CRIANÇAS PREVISTAS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 67
CIBERCULTURA ADOLESCENTE: “SEXTING” OU “CIBERPEDOFILIA”? PORNOGRAFIA CRIADA E TRANSMITIDA NA INTERNET POR MENORES DE IDADE E ATUAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL 68
CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CREDENCIAMENTO OU RECREDENCIAMENTO NO ENSINO SUPERIOR 69
CORREDORES ECOLÓGICOS: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PARA A PROTEÇÃO DA CONECTIVIDADE ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 70
CRIPTOMOEDAS: PARAÍSO DO CRIME? OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO AMBIENTE VIRTUAL 71
DE TAXA A IMPOSTO INCIDENTE SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS: UMA ANÁLISE DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO 72
DECISÃO ADMINISTRATIVA IRREGULAR SOB À LUZ DA NATUREZA JURÍDICA DO ATO ADMINISTRATIVO PRODUZIDO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS 73
DECISÕES ESTRUTURAIS: UMA ESTRATÉGIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS PARA PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL 74
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA BUBALINOCULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ 75
DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UMA PROPOSTA DE MICROSSISTEMA AUTÔNOMO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO 76
ENTRE FALAS, ESCUTAS E SILÊNCIOS: CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO PSICOSSOCIAL JUDICIAL NA PRODUÇÃO DA PROVA EM CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO DISTRITO FEDERAL 77
EXPERIÊNCIAS JURÍDICO-PEDAGÓGICAS BRASILEIRAS: DOS ESTATUTOS DO VISCONDE DA CACHOEIRA À RESOLUÇÃO N° 5 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 78
JUSTIÇA RESTAURATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA PÚBLICA *TOP-DOWN* A PARTIR DA RESOLUÇÃO N. 225 DO CNJ 79
MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS 80
NOVOS DESAFIOS DA HIPERVULNERABILIDADE DA CRIANÇA DIANTE DA PUBLICIDADE 81

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO LEGITIMADOR DAS DECISÕES ESTRUTURANTES NA BUSCA DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS 82
O CONTEÚDO JURÍDICO DO PODER REGULAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 83
O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DA HIPERCONEXÃO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DOS APLICATIVOS MÓVEIS 84
O DIREITO PENAL JUVENIL COMO ALTERNATIVA PARA QUE O BRASIL SE DESVENCILHE DO NEOMENORISMO INSTALADO NO PERÍODO PÓS-ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 85
O ENFRENTAMENTO DO DIREITO NAS *FAKE NEWS* 86
O GERENCIAMENTO DE RISCO COMO ALTERNATIVA PARA REDUÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS COM MINERAÇÃO 87
O INTERESSE PÚBLICO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO HERMENÊUTICO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 88
O NÚCLEO ESSENCIAL DA NOÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO COMO SUBSISTEMA SOCIAL VOLTADO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS 89
O PAPEL DA ADUANA BRASILEIRA NA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR 90
O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL 91
O REGIME FIDUCIÁRIO NA SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS FINANCEIROS 92
O RISCO DE MÚLTIPLAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS DIANTE DA GARANTIA DO *NE BIS IN IDEM* 93
O VÍCIO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL FUNDAMENTAL 94
PANDEMIA E JUDICIALIZAÇÃO DOS CONTRATOS PRIVADOS NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DE AÇÕES E DECISÕES NO ÂMBITO DO TJDFT 95
PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E A SOCIEDADE 96
PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: POSSIBILIDADE E LIMITES 97
POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA: O PROCESSO ESTRUTURAL E O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE COMO FATORES LEGITIMADORES DA ATUAÇÃO DO SUPREMO 98
PRISÃO EM FLAGRANTE E APRESENTAÇÃO AO JUIZ: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL 99
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL: ATUALIDADES E LITIGÂNCIA 100
PUNIR, EDUCAR, TRATAR GRUPOS REFLEXIVOS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DOS SEUS ARRANJOS INSTITUCIONAIS 101
REGIME DE RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS PELOS CONTAMINANTES EMERGENTES COMO RISCO DO DESENVOLVIMENTO 102
VARIAÇÕES DO REGIME SEMIABERTO DE CUMPRIMENTO DE PENA: EXTINÇÃO DO SISTEMA PROGRESSIVO DA PENA NO ESTADO DE MINAS GERAIS? 103

DOUTORADO EM DIREITO 104

A ARTICULAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS 105
A ATUAL CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: PERSPECTIVAS PARA UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO HABERMASIANO 106
A AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À ÁGUA: O REFLEXO ENTRE A CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL E A BRASILEIRA 107
A INTEGRAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL À DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: REPERCUSSÕES JURÍDICO-POLÍTICAS DO ENQUADRAMENTO DA ALIENAÇÃO FAMILIAR INDUZIDA COMO SITUAÇÃO DE RISCO 108
A JORNADA LABIRÍNTICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: A APLICAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO A SER ESQUECIDO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA 109
A PROPRIEDADE ABSTRAÍDA E A POSSE FUNCIONALIZADA: A POSSE COMO FUNÇÃO SOCIAL DO OBJETO 110
A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS PELAS VIOLAÇÕES A *STANDARDS* TRABALHISTAS EM SUA CADEIA PRODUTIVA 111
A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM TRATADOS DE INVESTIMENTOS 112
AMAZÔNIA LEGAL MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA A PARTIR DA RTRS PARA NOVO PADRÃO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL 113
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REALOCAÇÃO DO OBJETO DE DESEJO DO SÉCULO XXI 114
ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DO CONSUMIDOR CELÍACO: DIREITO, DEVER E RESPONSABILIDADE 115
ATUAÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO: INOPONIBILIDADE DE SIGILO DE DADOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES 116
BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO: GOVERNANÇA DOS RISCOS PARA PREVENÇÃO DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS 117
BRASÍLIA: DIREITO DO TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA JURÍDICA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS 118
DA POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DE CONCRETIZAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE CONTROLE EXTERNO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO BNDES NO MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EM FACE DA LEI Nº 13.303/2016 119
DIREITO E ARTES CÊNICAS: O PAPEL DO TEATRO NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AOS PROBLEMAS DE GÊNERO 120
DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS EM MATÉRIA DE SAÚDE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO 121
DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA 122
DOXAS DA CRÍTICA BARATTIANA: CONFORMAÇÃO DO CAMPO CRIMINOLÓGICO BRASILEIRO 123
EDUCAÇÃO FISCAL URBANÍSTICA: FILOSOFIA E DIREITO À CIDADE 124
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES: PELA NECESSÁRIA ACCOUNTABILITY 125
NOVOS PARADIGMAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA SEARA CONSUMERISTA: A NECESSIDADE DE UMA LEITURA CONSUMERISTA-CONSTITUCIONAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADA ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO CONSIDERANDO-SE AS VULNERABILIDADES DO CONSUMIDOR 126

O COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO DA PAUTA DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 127
O DRAMA DA MORTE DIGNA: AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DO DIREITO 128
O IMPACTO MIDIÁTICO NA REORGANIZAÇÃO DA TRADICIONAL SEPARAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO: UMA ANÁLISE DA SEGURANÇA JURÍDICA NO NOVO PADRÃO SOCIAL FRUTO DA CULTURA DIGITAL 129
O MARCO REGULATÓRIO DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL E A INEFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS DISCURSOS 130
O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: A NOMEAÇÃO DO FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA 131
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O TEMA DO ATIVISMO DEMOCRÁTICO-CONSTRUTIVO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CASUÍSTICA 132
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL 133
O TETO DE CRISTAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES 134
OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA FUNDADA NA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS 135
POLÍTICA EXTERNA E DIREITO: O DESAFIO DA ADAPTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DIANTE DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO MALICIOSO DA FORÇA CIBERNÉTICA 136
PROPRIEDADE E SUA INDISPONIBILIDADE: USO E ABUSO 137
REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO E AS DESIGUALDADES DE REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DO FEMINISMO E DAS DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL 138
RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINSITRATIVA REGRESSIVA 139
SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS NO DIREITO BRASILEIRO: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL E ANÁLISE DE VALIDADE 140
SEGURO AMBIENTAL OBRIGATÓRIO: UM CONTRIBUTO PARA O APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS NO ESTADO SOCIOAMBIENTAL 141
SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA 142
SOBRE OS LIMITES DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL PELA VIA DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL 143
SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS 144
TERMINAÇÃO CONSENSUAL DE LITÍGIOS JUDICIAIS ENVOLVENDO O PODER ESTADUAL COMO POLÍTICA PÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019 145
THEMIS COM “H”: DESCOMPASSO ENTRE A INSURGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA E A INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM TERESINA (PI) 146
TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL 147
TRIBUNAIS DE CONTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIDADE LEGÍSTICA: PROBLEMAS E 148

PROPOSTAS DE ATUAÇÃO ACOPLADA NA FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A SEGURANÇA JURÍDICA.....148
UM PLANO DEVASTADO: OS 15 ANOS DO PPCDAM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....149
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA FEMININA.....150

MESTRADO EM PSICOLOGIA 151

ANÁLISE SOBRE FATORES DE INFLUÊNCIA PARA ADESÃO AOS CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIOS EM CIRURGIA BARIÁTRICA.....152

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBIC 2019/2020 153

A (RE)CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE EM GRUPOS DE HOMENS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE A PSICANÁLISE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS 154
A ADAPTAÇÃO PSICOLÓGICA E O SENTIDO DE VIDA DE REFUGIADOS NO BRASIL 155
A AMPLITUDE DE MOVIMENTO DE DORSIFLEXÃO E A FORÇA DE REAÇÃO DO SOLO COMO FATORES DE RISCO DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS DA GINÁSTICA ARTÍSTICA FEMININA.....156
A ASSOCIAÇÃO ENTRE O ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS PREMATURAS 157
A COMPLEXIDADE DA ESPOROTRICOSE: MÉDICO VETERINÁRIO CLÍNICO SABE DIAGNOSTICAR E TRATAR ESSA DOENÇA? 158
A CONTRIBUIÇÃO DO BHAGAVAD GITA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA INVESTIGAÇÃO DA CATEGORIA DE “AÇÃO POLÍTICA AUTÔNOMA” (*PURUSAKARA*)....159
A EFICÁCIA DO BLOQUEIO RADICULAR FORAMINAL NO ALÍVIO DA DOR CIÁTICA PELA HÉRNIA DISCAL LOMBAR: UM ESTUDO PROSPECTIVO, CONTROLADO, RANDOMIZADO E DUPLO-CEGO 160
A EFICÁCIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS DECISÕES DO TJDFT 161
A EFICÁCIA DOS JARDINS VERTICAIS NA ATENUAÇÃO DO RUÍDO URBANO.....162
A EXCLUSÃO SOCIAL COMO BASE DO DISCURSO NEONAZISTA CONTEMPORÂNEO 163
A INFLUÊNCIA DA SELEÇÃO E DO USO DE MICRO-HABITAT NA DIETA DO TIZIU *(VOLATINIA JACARINA)*.....164
A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO NAS ÁREAS RESIDENCIAIS DE BRASÍLIA.....165
A INSERÇÃO DE CONTEÚDOS DE BIOÉTICA NO ENSINO MÉDIO.....166
A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À LUZ DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ 167
A NOÇÃO DE IGUALDADE JURÍDICA DAS NAÇÕES: RECEPÇÃO E REDEFINIÇÃO CONCEITUAL NO PENSAMENTO JUSINTERNACIONALISTA DE RUI BARBOSA.....168
A TALIDOMIDA COMO AGENTE ANTIANGIOGÊNICO NO CÂNCER DE MAMA.....169
A TRANSIÇÃO DO *GRAFFITI* DE MOVIMENTO SOCIAL E INTERVENÇÃO URBANA PARA ARTE COMERCIALIZADA 170
ANÁLISE COMPARATIVA DE PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO CONSIDERANDO OS TRAÇOS DA PERSONALIDADE TIPO D 171
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A METODOLOGIA DE FRIEDEWALD E A DE MARTIN NA AVALIAÇÃO DE PERFIL LIPÍDICO EM PACIENTES DO CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DO UNICEUB (CAC).....172

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLO DE SEPSE EM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL 173
ANÁLISE DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) COMO ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA FINS BIOMÉDICOS 174
ANÁLISE DO CONHECIMENTO SOBRE LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA ENTRE OS MORADORES DO CONDOMÍNIO RK 175
ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL 176
ANÁLISE DOS ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS, CLÍNICOS E ELETROFISIOLÓGICOS DOS PACIENTES COM POLINEUROPATIA ALCOÓLICA 177
ANÁLISE DOS PADRÕES DE DESLOCAMENTO DO MORCEGO-VAMPIRO-COMUM, *DESMODUS ROTUNDUS*, COM BASE EM MODELAGENS ESPACIAIS COMO FERRAMENTA PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO VÍRUS RÁBICO NO DISTRITO FEDERAL 178
ANÁLISE SOBRE CONHECIMENTO DA CARACTERIZAÇÃO E DA PREVENÇÃO DO AVC 179
APRENDER E APOIAR A AGRICULTURA URBANA: ESTUDO DE CASO DO COLETIVO RE-AÇÃO AGROECOLÓGICA EM BRASÍLIA 180
ARQUITETURA E EFÊMERO: A FESTA COMO HETEROTOPIA NA CIDADE DE BRASÍLIA 181
ASPECTOS PATOLÓGICOS DE SUÍNOS MORTOS EM GRANJA CERTIFICADA NO DISTRITO FEDERAL 182
AUMENTO NA TAXA DE DETECÇÃO DO VÍRUS HIV ENTRE JOVENS DE 15 A 24 ANOS, NA REGIÃO CENTRO-OESTE, DE 2006 A 2017 183
AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR FERTILIZANTES EM ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DE UMA BACIA AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL 184
AVALIAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE TRANSTORNOS DE SONO E DOENÇA DE PARKINSON 185
AVALIAÇÃO DA EMPATIA EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO TRANSVERSAL 186
AVALIAÇÃO DA LONGEVIDADE DE ESPERMATOZOIDES EQUINOS CONGELADOS E DESCONGELADOS SUBMETIDOS A CENTRIFUGAÇÃO E FILTRAÇÃO 187
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES PORTADORES DE ESQUIZOFRENIA E DE SEUS FAMILIARES CUIDADORES 188
AVALIAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PASSIVA DE ANTICORPOS PELA INGESTÃO DE COLOSTRO EM EQUINOS NO DISTRITO FEDERAL 189
AVALIAÇÃO DAS COMPLICAÇÕES MATERNO-FETAIS DO DIABETES *MELLITUS* EM GESTANTES ACOMPANHADAS NO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO (HRS-DF) 190
AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE SINTOMAS PSIQUIÁTRICOS NA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON 191
BALNEABILIDADE E SAÚDE PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DE CACHOEIRAS NO DISTRITO FEDERAL 192
BEM-ESTAR LABORAL SUSTENTÁVEL: APLICAÇÃO PARA O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO DF 193
CONHECIMENTO, ATITUTES E PRÁTICAS DOS ACADÊMICOS DE SAÚDE QUANTO À VACINAÇÃO DAS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS 194
COPING RELIGIOSO E ESPIRITUAL EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL 195
CORRELAÇÃO ENTRE O *STREPTOCOCCUS GALLOLYTICUS* E OS PÓLIPOS ADENOMATOSOS 196

CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....197
DETECÇÃO MOLECULAR DE RIQUÉTSIAS COM LEVANTAMENTO ACAROLÓGICO EM EQUINOS CAPTURADOS NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL 198
DETERMINAÇÃO DO INTERVALO DE REFERÊNCIA DE TSH SÉRICO EM MULHERES SAUDÁVEIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE GESTACIONAL NO DISTRITO FEDERAL SEGUNDO RECOMENDAÇÕES RECENTES DA ATA 199
DIREITOS AUTORAIS EM OBRAS ELABORADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: QUEM É O AUTOR? 200
DISPOSITIVO QUE AVALIA SINAIS BIOLÓGICOS PARA PREVER EPISÓDIOS HIPOGLICÊMICOS EM DIABÉTICOS TIPO 1 COM SENSORES DE UMIDADE, TEMPERATURA E VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA CONTROLADOS POR PIC.....201
EDIFICAÇÕES COM CONSUMO DE ENERGIA PRÓXIMO A ZERO (NZEB): MODELAGEM DE DESEMPENHO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ANÁLISE DO IMPACTO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO DISTRITO FEDERAL 202
EFEITOS DA INTERAÇÃO SOLO COM ESTRUTURAS DE ALVENARIA 203
ATITUDES FRENTE AO COMPORTAMENTO SUICIDA ENTRE OS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM 204
EPIDEMIOLOGIA DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE DO NEGRO NO DISTRITO FEDERAL.....205
ESTUDO DA INCIDÊNCIA E DA RESPOSTA TERAPÊUTICA DA TUBERCULOSE CUTÂNEA EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL.....206
ESTUDO DA PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE *BURNOUT* EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM 207
ESTUDO DA VIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) PARA PRODUÇÃO E ARGAMASSA E CONCRETO NÃO ESTRUTURAL NO DISTRITO FEDERAL 208
ESTUDO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE POR PARKINSON SECUNDÁRIO NO BRASIL.....209
ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA REGIÃO DO INÍCIO DA ASA NORTE 210
EXPRESSÃO DA GLICOPROTEÍNA DO VÍRUS CHIKUNGUNYA EM CÉLULAS DE INSETOS VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA 211
FANTASIA, PULSÃO E POESIA: PARA UMA CRÍTICA AO PRIMADO DA VISÃO NA PSICANÁLISE FREUDIANA.....212
FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM O REGANHO DE PESO EM PACIENTES APÓS A CIRURGIA BARIÁTRICA REALIZADA NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE.....213
FATORES ECOLÓGICOS QUE INFLUENCIAM A AGREGAÇÃO DE TERRITÓRIOS EM TIZIUS (*VOLATINIA JACARINA*) E SUA RELAÇÃO COM O RISCO DE ATROPELAMENTO.....214
GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA DISCIPLINA DE ESTATÍSTICA NO CURSO DE PSICOLOGIA 215
GERAÇÃO DE MÚSICA POLIFÔNICA COM REDES NEURAIS ARTIFICIAIS.....216
HABITAÇÃO POPULAR E ARQUITETURA: PROJETO QUINTA MONROY DE ALEJANDRO ARAVENA EM BRASÍLIA.....217
HIV/AIDS NO BRASIL, NO CENTRO-OESTE E NO DISTRITO FEDERAL, EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS QUANTO A COMPORTAMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS, ENTRE 2008 E 2018 218

IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS IgG ANTILEPTOSPIRA EM CÃES NAS ÁREAS DE TRANSMISSÃO DE CASOS HUMANOS NO DISTRITO FEDERAL.....219
IMPACTO DO MALDI-TOF NA SEPSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA 220
INFECÇÃO EM PACIENTES DIALÍTICOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO: ESTUDO DO PERFIL MICROBIOLÓGICO, CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO, FATORES DE RISCO E MORBIMORTALIDADE 221
INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO E PROCESSO DE RESTAURO NO DESEMPENHO INDIVIDUAL.....222
INFLUÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR DIÓXIDO DE TITÂNIO E NANOSSÍLICA ATIVA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS.....223
INFLUÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR PENTÓXIDO DE NIÓBIO HIDRATADO E CCA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS.....224
INJEÇÃO INTRAFOLICULAR DE OVÓCITOS IMATUROS EM BOVINOS: INFLUÊNCIA NO MOMENTO DA OVULAÇÃO.....225
INTERNAÇÕES HOSPITALARES E MORTALIDADE EM PACIENTES COM CARDIOPATIA REUMÁTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2008 A 2018 226
INTERNAÇÕES HOSPITALARES E MORTALIDADE EM PACIENTES COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2009 A 2018 227
INVESTIGAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A DEFICIÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL E O BAIXO DESEMPENHO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS RURAIS DE BRASÍLIA 228
INVESTIGAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA 229
INVESTIGAÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM CIRURGIAS DE IMPLANTE DE PRÓTESE MAMÁRIA EM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA 230
INVESTIGAÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM PACIENTES SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE EM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA 231
LICENCIAMENTO E DEMOCRACIA: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL DE MINERAÇÃO 232
MECANORRECEPTORES ARTIFICIAIS APLICADOS A PRÓTESES DE MEMBRO SUPERIOR.....233
MORALIDADE, PERIGO SOCIAL E MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS 234
MORTES EM MASSA E FEMINICÍDIO: UM ESTUDO DO CRIME DE REALENGO NA PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO .....**Erro! Indicador não definido.**
NEOLIBERALISMO E SUBJETIVIDADE: DESDOBRAMENTOS EM UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL.....236
NÍVEIS DE PRESSÃO ARTERIAL EM SALA DE PARTO DE RECÉM-NASCIDOS SAUDÁVEIS.....237
NORMA DE DESEMPENHO NBR 15.575: PROJETO E REALIDADE.....238
O AUTOR E A ESTRUTURA DO CRIME TRANSFÓBICO: GÊNERO E PSICANÁLISE.....239
O CINEMA BRASILEIRO E A ABORDAGEM SIMBÓLICA DO DISCURSO DE ÓDIO.....240
O ENSINO DA BIOTECNOLOGIA PARA OS CURSOS DE SAÚDE DO UniCEUB 241
O ENSINO DO DIREITO DIANTE DE NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS 242
O ESPAÇO CIBERNÉTICO E A NOVA ESPIONAGEM: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CAPACIDADE DEFENSIVA DO BRASIL.....243
O PARADIGMA DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS EFEITOS NA PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA.....244

O USO DA BIOMIMÉTICA EM PROJETO DE CAPELA E PRAÇA PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA NA COMUNIDADE DO SOL NASCENTE 245
PANORAMA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL 246
PANORAMA DA RAIVA EM MORCEGOS INSETÍVOROS (CHIROPTERA, MOLOSSIDAE) NO DISTRITO FEDERAL 247
PESQUISA DE ANTICORPOS DO TIPO IGG CONTRA CAXUMBA EM INDIVÍDUOS DE BRASÍLIA-DF 248
PLANEJAMENTO DE UMA REDE DE VLT NA ÁREA CENTRAL DE BRASÍLIA COM VISTAS A MITIGAR OS PROBLEMAS DE MOBILIDADE URBANA NA CAPITAL FEDERAL 249
PNEUMONIA COMUNITÁRIA E HOSPITALAR EM *BOX* DE EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: ESTUDO DE PREVALÊNCIA, MÉTODOS DIAGNÓSTICOS, FATORES DE RISCO, TRATAMENTO E MORTALIDADE 250
PRAÇAS DE BRASÍLIA: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS COLETIVOS DO PLANO PILOTO 251
PREVALÊNCIA DE ANEMIA EM CRIANÇAS PARASITADAS NO DISTRITO FEDERAL BASEADA EM DADOS COLETADOS PELO LABORATÓRIO-ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA 252
PREVALÊNCIA DE ENDOCARDITE INFECCIOSA POR *COXIELLA BURNETTI* EM VÁLVULAS CARDÍACAS HUMANAS CONGELADAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM BRASÍLIA APÓS SUA DETECÇÃO: CONTINUAÇÃO DE UMA LINHA DE PESQUISA 253
PREVALÊNCIA E PERFIL DE SENSIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE UROPATÓGENOS DE PACIENTES ATENDIDOS NO LABORATÓRIO ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL 254
PROSPECÇÃO *IN SILICO* DE ENZIMAS DO COMPLEXO LIGNINO-CELULOLÍTICO EM *BACILLUS THURINGIENSIS* 255
RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS) 256
REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUO DE GRANALHA DE AÇO NA COMPOSIÇÃO DE CONCRETO 257
REFLEXÕES SOBRE O QUE É “SER PRETO”: OS DESAFIOS E OS DILEMAS DO RECONHECIMENTO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL EM UM PAÍS MISCIGENADO 258
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A NÃO MATERNIDADE 259
RESISTÊNCIA À COLISTINA EM ISOLADOS DE ENTEROBACTÉRIAS DE AMOSTRAS FECAIS DE SUÍNOS NO DISTRITO FEDERAL 260
SEPSE EM QUEIMADOS: ANÁLISE DE ETIOLOGIA, FATORES DE RISCO E MORBIMORTALIDADE DE PACIENTES VÍTIMAS DE QUEIMADURAS INTERNADOS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE 261
SUBJETIVIDADE E APOIO MATRICIAL: O ELO NECESSÁRIO ENTRE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PRIMÁRIA 262
TRADUÇÃO E VALIDAÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE UMA ESCALA DE AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS DE CONTROLE DE IMPULSO EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NO BRASIL 263
TRANSFOBIA, SAÚDE MENTAL E SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO 264
TRANSTORNOS ALIMENTARES E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CONTEMPORANEIDADE 265

USO DE *LASER* DE DIODO NA DISSECÇÃO DA VEIA SAFENA PARA CIRURGIA DE REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO 266
USO DE MODELAGENS ESPACIAIS PARA IDENTIFICAR A PREVALÊNCIA E OS PADRÕES DE DISPERSÃO DO VÍRUS DA RAIVA EM POPULAÇÕES DE *DESMODUS ROTUNDUS* NO DISTRITO FEDERAL 267
VAMOS COMER EM FRENTE ÀS TELAS? UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO DE *MUKBANG* NO BRASIL 268
VIVÊNCIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UM ESTUDO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL 269

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBITI 2019/2020 270

APLICAÇÃO MÓVEL PARA FISCALIZAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – AMFIT 271
AUTOMAÇÃO DE CONTROLE DO NÍVEL DA ÁGUA PARA SISTEMA AQUAPÔNICO DOMICILIAR 272
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ESTUDO DE CASO: PROJETO MODELO DE HORTA URBANA COMUNITÁRIA EM UMA SUPERQUADRA DO DISTRITO FEDERAL UTILIZANDO A BIOFILIA 273
GAMIFICAÇÃO DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE UM CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES 274
MICROESTAÇÃO METEOROLÓGICA APLICADA COM ENERGIA RENOVÁVEL E IOT 275
UTILIDADE DE MODELOS DIGITAIS DE ELEVAÇÃO (MDE) EM DIFERENTES APLICAÇÕES DE ENGENHARIA 276
PAINEL ACÚSTICO DE BAIXO CUSTO E IMPACTO AMBIENTAL PARA ESPAÇOS ABERTOS 277

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC PARCEIROS 2019/2020 278

ANÁLISE BIOMECÂNICA DE ATLETAS DE FUTEBOL E FUTSAL FEMININO DO DISTRITO FEDERAL 279
ANÁLISE FUNCIONAL E COMPARATIVA DA RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR UTILIZANDO AUTOENXERTO PATELAR IPSILATERAL E CONTRALATERAL 280
AVALIAÇÃO DO EFEITO BIOLÓGICO DA IMUNIZAÇÃO ATIVA NA FUNÇÃO OVARIANA DAS CAPIVARAS 281
AVALIAÇÃO DOS FATORES PROGNÓSTICOS DOS RESULTADOS DO REPARO ARTROSCÓPICO DAS RUPTURAS DO MANGUITO ROTADOR 282
CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA COMPORTAMENTAL E REPRODUTIVA DAS POPULAÇÕES DE CAPIVARAS 283
COMPARAÇÃO DA EFETIVIDADE DO EXERCÍCIO RESISTIDO DE FORMA UNILATERAL *VERSUS* BILATERAL NO TRATAMENTO PÓS-OPERATÓRIO DO LCA CONTRALATERAL 284
CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAS EM SISTEMA CONVENCIONAL E EM AQUAPONIA 285
DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE CONTROLE POPULACIONAL DE CAPIVARAS POR IMUNIZAÇÃO ATIVA CONTRA PEPTÍDEOS OVOCITÁRIOS: CLONAGEM DOS GENES GDF9 E BMP15 DE CAPIVARAS, EXPRESSÃO, PURIFICAÇÃO DAS PROTEÍNAS RECOMBINANTES E IMUNIZAÇÃO DAS FÊMEAS 286
EDIÇÃO GENÔMICA EM CÉLULAS E EMBRIÕES BOVINOS COM O SISTEMA CRISPR/CAS9 287
EFEITOS DA PERDA DE PESO AGUDA EM ATLETAS DE COMBATE 288

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DAS LESÕES NO CAMPEONATO DE FUTEBOL DA PRIMEIRA DIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL 289
ESTUDO RETROSPECTIVO DA ROTINA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM ÊNFASE EM FELINOS 290
ESTUDO RETROSPECTIVO DE ROTINA LABORATORIAL COM ÊNFASE EM FELINOS 291
PROGRAMA DE CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO DE LESÕES E ACOMPANHAMENTO DO TRAUMA DE CABEÇA NOS ATLETAS DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO DF 292
PROPOSTA TERAPÊUTICA DE TRATAMENTO PARA AS TENDINOPATIAS GLÚTEAS: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO 293
QUIROPTEROFAUNA CAVERNÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL 294
ROTURA TRAUMÁTICA DO MANGUITO ROTADOR: COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM DIFERENTES TEMPOS ATÉ A ABORDAGEM 295
TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM ANIMAIS COM HIPOPLASIA DE MEDULA ÓSSEA 296
TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM GATOS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA 297
TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS NA OSTEOARTROSE 298

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC VOLUNTÁRIO 2019/2020 299

A ARQUITETURA VERNACULAR E SEU POTENCIAL DE USO EM PROJETOS SOCIAIS 300
A INFLUÊNCIA DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE NA INTENÇÃO DE COMPORTAMENTO CORRUPTO 301
A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BRASÍLIA CONTRASTADA NAS DIFERENTES PROPORÇÕES URBANAS: EIXO MONUMENTAL E VIA W3 302
AMAMENTAÇÃO: MITOS NO INÍCIO DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA 303
CONHECIMENTOS E CRENÇAS SOBRE SUICÍDIO EM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR 304
CONIC E CONJUNTO NACIONAL DE BRASÍLIA: MORFOLOGIA E APROPRIAÇÃO 305
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ADOTADAS POR CRIANÇAS EM TRATAMENTO CRÔNICO DE SAÚDE 306
ESTRESSE, ENFRENTAMENTO E PRÁTICAS PARENTAIS DURANTE HOSPITALIZAÇÃO PEDIÁTRICA 307
ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA SOCIAL DE UM GRUPO DE AJUDA MÚTUA 308
HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO QUALITATIVA DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS POPULARES 309
HÁBITOS ALIMENTARES ENTRE ESTUDANTES DAS ÁREAS DE SAÚDE E HUMANIDADES 310
O AZULEJO COMO ELEMENTO DE RESGATE DA IDENTIDADE DE BRASÍLIA E AGENTE RESPONSÁVEL PELO CONFORTO TÉRMICO DOS EDIFÍCIOS 311
O IMPACTO DA NEUROARQUITETURA EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE (EAS 312
PSICOTERAPIA E SUBJETIVIDADE COMO PROCESSOS SUBJETIVOS: UM ESTUDO QUALITATIVO 313
PSICOTERAPIA: UM CAMINHO PARA COMPREENDER PROCESSOS SUBJETIVOS DE UMA PESSOA DIAGNOSTICADA COM O MAL DE ALZHEIMER 314
VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS SOBRE CRENÇAS E HÁBITOS EM RELAÇÃO AO TABAGISMO 315

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR – PIC JR 2019/2020.....316

A PAZ NA ESCOLA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA.....317
A PREPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PARA RECEBER ALUNOS DA TERCEIRA IDADE.....318
PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE IMUNIZAÇÃO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES PARA A IMUNOPREVENÇÃO 319

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

APRESENTAÇÃO

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

O III EnCUCA, evento que reúne o III Simpósio Internacional de Pesquisa e o XVIII Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB, foi promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB.

As atividades foram realizadas nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2020, nos três turnos, em formato *online* e contou com palestras, mesas-redondas, oficinas e apresentações dos resultados finais de pesquisas de graduação e pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

COMISSÃO ORGANIZADORA E TÉCNICO-CIENTÍFICA

Ana Paula Borba Gonçalves Barros – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Clara Coelho Paranhos Motta – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Danilo Avelar Sampaio Ferreira – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Ester Mascarenhas Oliveira – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Fernanda Costa Vinhaes de Lima – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Julliane Messias Cordeiro Sampaio – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Karine Caputo Neves Pereira – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB
Vanessa Alvarenga Pegoraro – Centro Universitário de Brasília / UniCEUB

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

GRUPOS DE PESQUISA

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

ATIVIDADE FÍSICA, SÁUDE E QUALIDADE DE VIDA

Renata Aparecida Elias Dantas – UniCEUB, professora líder do grupo
renata.dantas@ceub.edu.br
Marcio Rabelo Mota – UniCEUB, professor líder do grupo
marcio.mota@ceub.edu.br
Pesquisadores: Alessandro de Oliveira Silva e Filipe Dinato de Lima

O grupo Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida, no segundo semestre letivo de 2019, reunia-se todas as quartas-feiras, das 11h20 às 12h30, na sala 9213 do bloco 9. Como resultado, foi publicado em conjunto com outros autores o artigo *Supplementation with an Antioxidant Rich Oil Does Not Influence Blood Lactate, Rate of Perceived Exertion and Muscle Soreness after Resistance Exercise*, no *International Journal of Sports and Physical Education* (IJSPE) Volume 5, Issue 4, 2019, PP 01-04 ISSN 2454-6380 http://dx.doi.org/10.20431/2454-6380.0504001 www.arcjournals.org. Em 2020, com a dificuldade em continuar os projetos de campo, o grupo reuniu-se remotamente, a cada vinte e um dias, no mesmo dia e horário, para estudos bibliográficos e aprofundamento em temas sobre qualidade de vida, exercício físico, saúde física, emocional e mental dos indivíduos e da sociedade, relacionando-os ao momento da pandemia do COVID-19, a fim de desenvolver estudos futuros.

Palavras-Chave: **Qualidade de vida. Saúde. Exercício físico.**

BRASIL GLOBAL

Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor líder do grupo
paulo.almeida@ceub.edu.br

O grupo de pesquisa *Brasil global*, coordenado pelo professor de Economia Política Paulo Roberto de Almeida, parte da constatação de que o Brasil continua sendo o país mais fechado do G20 financeiro, ou seja, o de menor coeficiente de abertura externa no contexto do comércio exterior. Seu desenvolvimento, nas condições da economia internacional contemporânea, depende de uma integração voluntária às cadeias globais de valor, que constituem o lado mais conspícuo das dinâmicas do século XXI. Não parece fácil, pois, até poucos anos atrás, os movimentos antiglobalização ainda se manifestavam, ruidosamente, contra a interdependência econômica global, contra o ingresso do Brasil na OCDE e contra acordos de livre comércio. As pesquisas e os debates do grupo, a cada três semanas, dedicam-se aos diferentes aspectos da globalização, começando pelo comércio, justamente, o mais relevante para a inserção global de qualquer país. Outros temas referem-se às finanças internacionais (empréstimos e financiamentos, dívida externa, câmbio, desde o padrão ouro até os movimentos de capitais e os sistemas bancários e sua regulação), aos investimentos diretos (fluxos entre países, determinações para alocação ótima em nível microeconômico, cadeias de valor), aos processos de integração econômica (blocos comerciais, acordos de livre comércio, MERCOSUL), aos serviços (intangíveis, de transportes e tecnologia de comunicação e de informação) e à economia do conhecimento (inovação, capital humano). O Brasil continua aquém de todos esses elementos da economia global contemporânea.

Palavras-Chave: Globalização. Integração econômica. Abertura comercial. Investimentos.

CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima – UniCEUB, professora líder do grupo
fernanda.lima@ceub.edu.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética e consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e de suas anomalias. Os cromossomos foram descritos no século XIX como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo de pesquisa apresenta três linhas que se resumem, principalmente, a estudos citogenéticos sobre casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo Philadelphia em pacientes com leucemia mieloide crônica, após o uso de inibidores de tirosinocinase. O grupo de pesquisa concluiu o estudo com participantes provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição. Esses distúrbios abrangem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Novos projetos de pesquisa foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica portadores do cromossomo Philadelphia, sob o efeito de inibidores de tirosinocinase. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos citados servem como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo de trabalho.

Palavras-Chave: Leucemia. Infertilidade. Abortamento.

COMUNICAÇÃO EM EMERGÊNCIA E DESASTRES

Mônica Igreja do Prado – UniCEUB, professora líder do grupo
monica.prado@ceub.edu.br
Pesquisadores: Fabrício Ofuji, Ítalo de Alencar Farias Lopes, João Paulo de Brito e Sara Meneses

Este grupo de pesquisa focaliza as pessoas, o clima e a sustentabilidade. Seus propósitos são: contribuir para a formação de profissionais de comunicação, para atuar em questões relacionadas a clima, sustentabilidade, emergência e desastres; apoiar entes públicos e privados, empreendimentos sociais e comunidades na promoção de cidades sustentáveis, para a prevenção, a preparação e a resposta a emergências e desastres; divulgar dados, informações e análises sobre saúde e ambiente, por intermédio de plataformas, para que as pessoas tenham instrumento para agir em prol de si e de outros; incentivar a utilização de jogos como processos lúdicos de divulgação de informação científica sobre a emergência climática. Constituído em setembro de 2019, o grupo produziu reportagem multimídia, *Cerrado alerta*, mediante técnicas de apuração e edição jornalísticas, com coleta de dados em fontes secundárias e primárias e elaboração de animação gráfica, de infográfico e do *podcast Foco no Cerrado*. Os episódios sobre o bioma, as chuvas, a seca, os riscos e a adaptação necessária por parte de pessoas, animais e pequenos produtores do Distrito Federal foram apresentados em forma de pôster, no V Congresso Internacional de Riscos, em outubro de 2020. Entre fevereiro e julho de 2020, o grupo produziu o livro-reportagem *Distrito pandêmico* sobre as pessoas e as vulnerabilidades vivenciadas por elas, durante a pandemia de covid-19, com acesso público e gratuito, ISBN pela Biblioteca do UniCEUB e lançamento oficial no III EnCUCA. Como parte das pesquisas, em julho de 2020, dois projetos de iniciação científica foram aprovados: um sobre *podcast*, ciência e jornalismo científico e outro sobre Defesa Civil e os alertas de SMS emitidos para a população. Também estão em elaboração trabalhos de conclusão de curso tanto de graduação como de pós-graduação que tratam da cobertura jornalística da pandemia e da comunicação em empreendimento social de energia por painel solar. Desde março de 2020, integrantes do grupo também desenvolvem, em cooperação com a equipe de Estatística, da Universidade Federal de Juiz de Fora, a Plataforma JF Salvando Todos, que permite a visualização de dados sobre a evolução da pandemia de forma simples, para todos os municípios e regiões do Brasil e, especificamente, para as cidades de Juiz de Fora, Lavras e Governador Valadares, em Minas Gerais, e a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que abrange a capital do país, quatro municípios mineiros e vinte do estado de Goiás. Os gráficos e as análises da Plataforma já foram empregados em 125 reportagens jornalísticas, em veículos de imprensa impressa e digital e em entrevistas para programas de rádio e noticiário televisivo. Os integrantes da JF também já realizaram palestras em nove eventos promovidos por universidades. O artigo científico sobre jogo de tabuleiro para divulgação de informações sobre mudanças climáticas está aprovado para o 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, promovido pela Intercom.

Palavras-Chave: Cobertura jornalística. Plataforma estatística. Jogo de tabuleiro. Vulnerabilidades. Desastres.

COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E O PAPEL SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES NO EIXO DA GESTÃO

Elda Alves Oliveira Ivo – UniCEUB, professora líder do grupo
elda.ivo@ceub.edu.br
Murilo Silva Rezende – UniCEUB, professor líder do grupo
murilo.rezende@ceub.edu.br

O grupo tem o objetivo de desenvolver pesquisas e buscar conhecimentos relativos à interface da comunicação com a tecnologia e a inovação tecnológica no ensino a distância. Na linha de pesquisa “Comunicação e mediação na formação acadêmica na modalidade a distância (EaD)”, priorizam-se as organizações no eixo da gestão, com vistas ao aprimoramento da mediação e da interação, na perspectiva da formação acadêmica na modalidade a distância e seus desafios. Por sua vez, na linha “Inovação tecnológica no ensino a distância”, os trabalhos desenvolvidos relacionam e compreendem os problemas e as questões relativos à utilização das tecnologias e à inovação de seus usos e práticas em ambientes virtuais de aprendizagem, em consonância com as ações inovadoras da educação a distância, além de propor soluções. Os resultados serão utilizados como estímulo ao diálogo e à produção entre os componentes deste grupo e de outros interessados.

Palavras-Chave: Comunicação. Tecnologia. Inovação. Ensino a distância.

CULTURA DIGITAL E DEMOCRACIA

Paulo Renà da Silva Santarém – UniCEUB, professor líder do grupo
paulo.santarem@ceub.edu.br
Pesquisadores: Daniel Augusto Diniz Vila-Nova Gomes, René Marc da Costa Silva, Soraia da Rosa Mendes, Carolina Sales Abraham, Cleiton das Chagas Fernandes, Elias Souza da Silva Júnior, Esther André de Aragão, Fellipe Paraguassu de Almeida Torres de Vasconcelos, Thiago Tomich Netto Guiterres Soares e Úrsula Medeiros de Carvalho Pastori

O grupo de pesquisa acadêmica *Cultura digital e democracia* investiga o potencial das inovações tecnológicas para a intensificação da democracia, observado em suas emergências e carências, por meio de três linhas de pesquisa. Na *Cartografia da cultura digital*, são mapeados os diversos elementos à luz da capacidade de influir no jogo democrático, abrangendo obras acadêmicas, ferramentas de tecnologias de informação e comunicação, grupos de interesse, projetos de lei parlamentar, decisões judiciais, notícias, entre outros. Na linha *Raça e espaço público*, investigam-se papéis, contribuições e perspectivas jurídicas e históricas que permitam responder às questões sociais emergentes na luta de diversos segmentos sociais, como mulheres, população negra, homossexuais, ambientalistas, internautas, à luz da ressignificação do espaço público, tendo como eixo a questão racial por sua transversalidade na sociedade brasileira. Na linha *O direito achado na rede*, apropriando-se da escola *O direito achado na rua* no contexto da sociedade da informação, abre-se o olhar à diversidade de significados políticos e jurídicos que circulam publicamente, para além do Estado, tendo como pano de fundo o conceito de hiperfície e observando a Internet como o novo espaço público emergente plural, convergente, concomitante e alternativo, ao mesmo tempo desafiador e fértil ao nascimento de respostas adequadas à proteção de direitos fundamentais e à imaginação de novas possibilidades de legítima organização social da liberdade. O grupo reúne-se virtualmente, toda semana, para trocar impressões e orientações sobre as pesquisas individuais em andamento, e, mensalmente, com o apoio de convidados, realiza videoconferências abertas à comunidade, para expor resultados de seus esforços de investigação, reflexões sobre temas da atualidade e provocações teóricas em sua pertinência ao momento de emergência da maior relevância da tecnologia nas interações sociais cotidianas, particularmente no contexto do isolamento social como enfrentamento à pandemia da COVID-19. Foram apresentadas monografias, artigos científicos e projetos de lei como trabalhos de conclusão do curso de graduação em Direito, sobre participação popular no processo legislativo, *fake news*, proteção de dados pessoais, direito ao esquecimento, *fashion law* e pirataria *online*. Foram publicados textos de opinião em veículos de grande circulação, além da atuação no projeto de resgate digital do periódico *Observatório da Constituição e da democracia*. O grupo também produziu, em parceria com a ONG Instituto Beta: Internet & Democracia, dez episódios para o *podcast Segurança legal*, com entrevistas de vários especialistas a respeito dos aspectos jurídicos da criptografia. Todos os resultados são registrados no *site* do grupo de pesquisa, em postagens sintéticas que se articulam com as demais atividades de pesquisa.

Palavras-Chave: Cultura digital. Democracia. Direitos fundamentais. Espaço público. Raça.

EDUCAÇÃO SUPERIOR E COMUNICAÇÃO - EDUCACOM

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho – UniCEUB, professora líder do grupo
renata.carvalho@ceub.edu.br
Manoel Henrique Tavares Moreira – UniCEUB, professor líder do grupo
henrique.moreira@ceub.edu.br
Pesquisadores: Lourenço Lima Cardoso, Joana d'Arc Bicalho Félix e Sandra Araújo de Lima da Silva

A pesquisa "O impacto das *fake news* nas estratégias de comunicação das organizações públicas brasileiras" foi realizada por Henrique Moreira em 2019 e envolveu diferentes organizações públicas do país. Foi possível identificar a estrutura de comunicação que prevalece nessas organizações; conhecer os elementos principais que definem a sua política de comunicação; listar seus principais produtos de comunicação social e as ações que essas organizações desenvolvem, no sentido de identificar, prevenir e combater as notícias falsas; observar a experiência dessas organizações em episódios de crise gerados por notícias falsas; identificar os meios que mais contribuíram para a repercussão dessas notícias; perceber as organizações em relação aos danos causados por *fake news* relacionadas às suas atividades. O trabalho "A cobertura fotográfica da pandemia por coronavírus no jornal *O Estado de São Paulo*" desenvolvido por Lourenço Lima, em 2020, selecionou e analisou parte das imagens produzidas durante a cobertura jornalística da pandemia por coronavírus no Brasil que estamparam a primeira página do veículo citado. Discorreu-se sobre os caminhos e as propostas visuais que as fotografias sugerem e como se deu a narrativa adotada pelo jornal, para pensar o papel do fotojornalismo no processo de construção da narrativa imagética sobre a pandemia. Em 2020, foi lançado o livro *Comunicação estratégica e integrada: a visão de 23 renomados autores em 5 países*, organizado por Joana d'Arc Bicalho Félix, a partir de contatos com estudiosos de Portugal, Espanha, México, Chile e Brasil. O objetivo foi reunir pensadores, cientistas, especialistas e consultores para oferecer a estudiosos, gestores de comunicação, empresários e estrategistas em comunicação governamental importantes reflexões, experiências e sugestões metodológicas para a práxis da comunicação estratégica. O trabalho "Escrita criativa em sala de aula: uma experiência exitosa", desenvolvido por Sandra Araújo, analisou a experiência com atividades de escrita criativa em sala de aula, nas disciplinas de Análise da Linguagem e Semiótica e Teorias da Linguagem, nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do UniCEUB. O estudo considera o contexto social contemporâneo, em que, cada vez mais, exigem-se habilidades criativas e inovadoras de profissionais de diversas áreas. Por meio da análise dos processos de criatividade, investiga-se como as atividades de escrita criativa voltadas para o texto poético contribuem para que o estudante elimine os bloqueios que limitam a sua produção textual, para que tenha condições de produzir não só poesia, como também quaisquer outros tipos de textos literários ou não literários, jornalísticos ou publicitários. Em 2020, a pesquisadora desenvolveu atividades de escrita criativa voltadas para a poesia em sala de aula, no formato remoto. Renata Carvalho desenvolve estudos que relacionam a educação, a comunicação e a psicanálise na perspectiva da interpretação dos fenômenos contemporâneos pelos indivíduos.

Palavras-Chave: Comunicação organizacional. *Fake news*. Cobertura fotográfica. Escrita criativa.

PES URBANOS – PESQUISA EM ESPAÇOS SOCIAIS URBANOS

Ana Paula Borba Gonçalves Barros – UniCEUB, professora líder do grupo
ana.barros@ceub.edu.br
João Marcos Souza Costa – UniCEUB, professor líder do grupo
joão.marcos@ceub.edu.br
Pesquisadores: Raphael Henrique de Fernandes Matos, Úrsula Betina Diesel, Vânia Raquel Teles Loureiro, Rafael Henrique Moraes Pereira, Fabíola Guedes Araújo, Maria Ermelina Brosch Malatesta, Sílvia Regina Stuchi Cruz, Eveline dos Santos Guimarães, Natália Costa Araújo, Matheus Barbosa de Castro, Isabelle Braz Amarílio da Cunha, Lucas Guilherme Badona de Carvalho, Uirá Felipe Lourenço, Joana André Matias Ribeiro e Luis Garrido Martinez

Este grupo tem como objetivo integrar alunos da pós-graduação, da graduação e do ensino médio por meio de pesquisas que possibilitem agregar conhecimentos de forma conjunta e fomentar a participação de estudantes de vários níveis de conhecimento que apreendam teorias, como: morfologia dos espaços, mobilidade urbana ativa, sintaxe espacial, caminhabilidade, ciclabilidade. Sob esse viés, vale destacar duas pesquisas oriundas de dissertações de mestrado já finalizadas em fase de ajuste para publicação no periódico internacional EURE, ambas utilizando a morfologia e a configuração dos espaços na análise da mobilidade no Distrito Federal. A primeira focaliza o exame da localização dos pontos irregulares de construção civil com o uso dos mapas axiais, da sintaxe espacial. A segunda enfatiza a caminhabilidade dos comércios locais do Plano Piloto de Brasília, com base nos teóricos Jane Jacobs e Jan Gehl, em que vale citar a participação de um aluno da graduação por meio do Projeto de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq, o que resultou na criação de base de dados com informações de todos comércios locais da Asa Norte e da Asa Sul, do Plano Piloto de Brasília. Nesse contexto, pontua-se a intenção de dar prosseguimento à ampliação dessa base em cidades brasileiras e, posteriormente, europeias, por meio de parcerias com pesquisadores de universidades portuguesas. Por fim, cabe enfatizar que a produção do grupo visa repercutir em âmbito não somente nacional, mas também internacional, voltado à mobilidade urbana ativa com a publicação de trabalhos em eventos e periódicos, principalmente nas áreas de urbanismo e planejamento de transportes, de modo a ampliar o alcance de sua produção acadêmica. Ademais, na medida do possível, alia-se a teoria à prática com trabalhos que conectem o estudante pesquisador à sociedade e possibilitem a jornada de mão dupla: o aprender que auxilia o meio social em que se está inserido e amplia, portanto, o seu papel de cidadão e a sensação de pertencimento no espaço urbano.

Palavras-Chave: Mobilidade urbana ativa. Configuração espacial. Caminhabilidade. Ciclabilidade. Sintaxe espacial.

POLÍTICA CRIMINAL

Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor líder do grupo
bruno.machado@ceub.edu.br
Cristina Maria Zackseski – UnB, professora líder do grupo
cristinazbr@gmail.com
Pesquisadores: Antônio Henrique Graciano Suxberger, Marcos Sloniak, Carolina Costa Cordeiro, Eugênia Villa, Amom Albernaz Pires, Ana Cláudia de Souza Valente, Rejane Zenir Jungbluth Teixeira Suxberger, Andrea Souza Tavares, Léa Martins Ciarlini e Alberto Carvalho Amaral

O grupo interinstitucional tem a participação de professores e alunos do UniCEUB e da UnB. Os trabalhos destinam-se à pesquisa sobre as estratégias de controle da violência e observa as possibilidades de respeito aos Direitos Humanos e Humanitários. Procura-se analisar iniciativas, especialmente as brasileiras e as latino-americanas, e relacioná-las ao contexto internacional de reformas penais e a modelos teóricos da política criminal contemporânea. O principal desafio é desenvolver o sistema de avaliação de políticas públicas de prevenção de conflitos referenciado na teoria crítica que considere as particularidades do contexto regional latino-americano e que esteja atento às possibilidades e aos limites de intervenção do Estado, da comunidade, da iniciativa privada e da tecnologia no controle social. O grupo de Pesquisa Política Criminal (UniCEUB) concentra-se nas seguintes linhas de pesquisa: Avaliação de políticas públicas de controle da violência; A ciência e os discursos criminológicos; Arranjos institucionais, encarceramento e política penitenciária; A diferenciação do subsistema jurídico-penal; Criminologia e arte. Entre os projetos realizados nos últimos anos, destaca-se a pesquisa *A persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos no sistema de justiça federal*, realizada em parceria com o Nevis (UnB), concluído em 2016, que se utilizou de diferentes técnicas, como fluxo do sistema de justiça, análise estatística documental, entrevistas e grupos focais com os atores do sistema de justiça. O grupo coordena uma série de debates com pesquisadores nacionais e internacionais que apresentam temas das linhas de pesquisa e segue com projeto editorial da série Cinema e Criminologia. Além disso, será publicado o livro *Cinema e criminologia: memória e verdade*. A obra reúne artigos de pesquisadores vinculados a distintas instituições universitárias que exploram interlocuções entre o cinema e os discursos criminológicos.

Palavras-Chave: Avaliação. Políticas públicas. Violência. Criminologia. Direitos Humanos.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Antonio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor líder do grupo
antonio.suxberger@ceub.edu.br
Rejane Zenir Jungbluth Teixeira Suxberger – UPO, professora líder do grupo
rejane.jungbluth@gmail.com
Pesquisadores: Paula Macedo César, Mônica Thaís Souza Ribeiro, Ana Cláudia de Souza Valente, Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega, Gisele Gomes Matos, Carolina Costa Ferreira, Ronny Alves de Jesus, Luciana Laura Carvalho Costa Dias, Amom Albernaz Pires, Paulo Ricardo Aguiar de Deus, Paulo Henrique Rodrigues Moreira, Nadine Neves Faria, Raphaella Karoline de Freitas Camargos, Vladimir Barros Aras, Bruno Amaral Machado, Melina Castro Montoya Flores, Rafael Schwez Kurkowski, Octahydes Ballan Júnior, Reneé do Ó Souza e Sara Vanessa Aparecida e Sousa

O grupo de pesquisa *Políticas públicas* tem por objetivo revisar a literatura sobre o tema e buscar a consolidação de um marco teórico hábil a lastrear pesquisas de análise e avaliação de políticas públicas, além de funcionar como instância de observação e proposição de alternativas em face das dificuldades na abordagem jurídica das políticas públicas. Produz e divulga conhecimento por meio de debates, seminários, cursos de extensão, publicações e atividades de pesquisa em políticas públicas, em conexão com direitos humanos, desenvolvimento e temas de cariz jurídico. A Linha de pesquisa intitulada *Arranjos institucionais, superencarceramento, política criminal e penitenciária* ocupa-se do superencarceramento, fenômeno mundial e experimentado na realidade brasileira de maneira particularmente dura. O tema é fixado como objeto de preocupação não só pelo quadro normativo brasileiro, mas também pelas práticas que exteriorizam a ação estatal na política criminal, em arranjos institucionais. A partir de uma perspectiva crítica, a linha de pesquisa analisa o modo pelo qual o Brasil exterioriza e realiza a política criminal e penitenciária pouco comprometida com os direitos humanos. Por sua vez, a linha de pesquisa *Políticas públicas de gênero e estudos feministas* refere-se ao grupo de estudos feministas Rose Muraro, que nasce da inquietação de mulheres em busca de conhecimento, a fim de alcançar a igualdade de gênero e romper com a opressão do patriarcado. Os direitos das mulheres são projeções dos direitos humanos porque situados em processos de luta, em prol da igualdade material. Encontra na epistemologia feminista fundamentos para a construção de uma sociedade menos desigual, respeitadas as escolhas e as responsabilidades individuais em suas diferenças.

Palavras-Chave: Política criminal. Encarceramento em massa. Arranjos organizacionais. Crítica feminista. Relações de gênero.

POLÍTICAS PÚBLICAS EM ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADE FÍSICA (GPEFAT)

André Almeida Cunha Arantes – UniCEUB, professor líder do grupo
andre.arantes@ceub.edu.br
Pesquisadores: Filipe Dinato de Lima, Tácio Rodrigures da Silva Santos, Giulia Bosso Tavares Mendes, Igor Kaleb de Lemos, João Batista dos Santos Junior, José Eduardo da Costa, Matheus Ramos Barbosa e Viviane Torres Ferreira

As distintas oportunidades oferecidas ao sexo masculino e ao sexo feminino na formação esportiva são o tema desta pesquisa. O objetivo deste estudo é verificar se ocorreu diferença de apoio na delegação escolar do Distrito Federal que participou nos Jogos Escolares da Juventude em 2017. A amostra foi composta por 157 atletas escolares, do sexo masculino e feminino, entre 15 e 17 anos, membros da delegação. Para a coleta dos dados, foi desenvolvido um questionário pela plataforma Google Forms, enviado por *e-mail* aos participantes, e foi realizada análise descritiva das informações. Os resultados apontaram um acesso maior por parte das atletas escolares do sexo feminino na quase totalidade dos critérios estabelecidos, no apoio tanto público como privado. Foi possível perceber que os programas de inciativa pública são responsáveis por grande parte do incentivo recebido pelos atletas escolares, destacando-se como maior apoiador o Programa Compete Brasília. Observou-se que as bolsas de estudo de iniciativa privada são responsáveis pela maior diferença encontrada entre os sexos e que as atletas escolares do sexo feminino receberam considerável número a mais de apoio. Concluiu-se que, apesar das diferenças presentes na sociedade, que dedicam maior apoio e oportunidades ao sexo masculino, os Jogos Escolares são um espaço em que esta lógica não se confirma, e, dessa forma, o evento amplia sua importância para o crescimento e o desenvolvimento esportivo das atletas do sexo feminino.

Palavras-Chave: Jogos escolares. Atletas escolares. Sexo feminino.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora líder do grupo
maria.montenegro@ceub.edu.br
Pesquisadores: Ana Regina Melo Salviano, Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto, Diego Borges de Carvalho, Jean Carmo Barbosa, Leilane Cristina de Melo Silva, Eliete de Pinho Araújo, Antônio Gomes Leitão, Daniel Alves da Silva, Dulce Regina de Souza, Gustavo Caséca Ruffo, Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária, Paulo César Galante Siqueira, Patrícia Rodrigues Costa, Águeda Gonçalves Tavares, Karla Christina Pereira Batista, Amanda de Souza Messias Andrade, Sonia da Cunha Urt, Célia Beatriz Piatti, Marcela Faria Martins Silva e Eveline dos Santos Guimarães

Este grupo foi cadastrado no CNPq, em 2004 e contém quatro linhas de pesquisa: Profissão docente e práxis educativa; Psicologia da educação e prática pedagógica; Prática pedagógica e ensino de língua portuguesa; Arquitetura e educação. Além disso, faz parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo, visando contribuir com a melhoria do ambiente escolar. Contém 21 participantes, professores e alunos do UniCEUB e de outras instituições de ensino, sendo cinco doutores, seis mestres, cinco graduados e cinco estudantes. O grupo realizou as pesquisas "A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia" e "A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas". A pesquisa intitulada "A subjetividade do estudante de licenciatura" teve como um dos objetivos verificar a preparação para a docência. Para isso, foram entrevistados concluintes, ingressantes, professores dos cursos de licenciaturas e da rede pública e particular de ensino. Os resultados indicaram que os alunos ingressaram no curso por vontade própria; afirmaram gostar de ler, mas fazem, principalmente, as leituras obrigatórias; não têm rotina de estudo, fazem-no apenas nas horas vagas e, especialmente, no final do curso. Os professores da educação básica afirmaram-se satisfeitos com a profissão, apesar dos desafios da prática pedagógica. Além disso, foi concluída a pesquisa "A sociedade e a violência nas escolas". Seus principais resultados apontaram que as pessoas diretamente envolvidas com o problema, ou seja, diretor da escola, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, de ONG e representante da comunidade, disseram acreditar que há, na escola vários tipos de violência, inclusive o *bullying*. A falta de estrutura familiar foi considerada a principal causa da violência, o que tem gerado a evasão escolar e baixo rendimento; foram indicados os projetos socioeducativos como forma de intervenção. Foram realizadas pesquisas de diagnóstico sobre a violência escolar e dois anos de pesquisa de intervenção ou pesquisa-ação. Considera-se que essa última foi a mais importante realizada pelo grupo pela contribuição que proporcionou, no sentido de buscar a paz na escola (pública). Essas pesquisas são divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas em revistas científicas. O grupo lançou os livros *A subjetividade do estudante de licenciatura* e *A educação infantil na perspectiva de gestores, de professores e de pais*, de forma impressa e digital, como resultado dos estudos. Assim, o grupo tem prestado contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-Chave: Formação do professor. Prática pedagógica. Docência em Letras. Violência escolar. Arquitetura e Educação.

TEORIA E PRÁTICA PSICANALÍTICA

Marcos Chedid Abel – UniCEUB, professor líder do grupo
marcos.abel@ceub.edu.br
Pesquisadores: Ciomara Schneider, Maria Leonor Sampaio Bicalho e Gustavo Fernandes Ribeiro

O grupo de pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica tem como objetivo fomentar o estudo e a produção científica no campo psicanalítico. Desde o 1º semestre de 2012, realiza reuniões semanais, em que são discutidos textos publicados e produções pessoais dos integrantes. São analisadas questões epistemológicas, referentes à teoria e problemas da prática psicanalítica. Mas, para além do âmbito psicanalítico, são também objetos de investigação fenômenos da cultura, tais como hábitos e costumes, produções científicas, filosóficas, artísticas e religiosas e outras teorias e práticas do campo da psicologia. O grupo é vinculado ao curso de especialização em Teoria Psicanalítica, realizado pelo ICPD/UniCEUB em parceria com a Sociedade de Psicanálise de Brasília, vinculada à *International Psychoanalytical Association* (IPA), está em sua 24ª edição e realiza, além das atividades acadêmicas, eventos abertos ao público, mesas-redondas e conferências.

Palavras-Chave: Psicanálise. Teoria. Prática.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MESAS-REDONDAS

UniCEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A COMUNICAÇÃO *ONLINE* EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS, PERCEPÇÕES, DESAFIOS E IMPACTOS

Mediadora: Juliana Menezes da Nóbrega – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
juliana.nobrega@ceub.edu.br
Debatedoras: Elda Alves Oliveira Ivo, Karina Eráclea Lara Ferreira Parreira e Michele Vanessa Larsão Lugli

Esta pesquisa tem o objetivo de conhecer os impactos dos fatos e dos efeitos nas relações de trabalho e de práticas pedagógicas na comunicação *online,* em tempos de pandemia e refletir acerca da (re)contextualização de competências e habilidades de comunicação no novo contexto. Em meio ao ambiente de incertezas e ambiguidades, a necessidade de (re)organização da rotina pessoal e de trabalho exigiu a tomada de decisões diante do desconhecido, na perspectiva de assegurar a qualidade das relações humanas e profissionais. Nesse sentido, a comunicação tem papel fundamental, pois alinha necessidades, pensamentos e anseios, porém, no momento, por meio da interlocução em plataformas digitais, que exigem, por sua vez, habilidades e estratégias próprias. A pesquisa quantitativa e qualitativa é desenvolvida por docentes das disciplinas virtuais do Núcleo de Educação a Distância, do Centro Universitário de Brasília. O questionário direcionado aos docentes pretende conhecer a (re)organização da rotina de trabalho, a metodologia e as estratégias utilizadas nas relações profissionais, no âmbito das práticas pedagógicas e suas percepções de como o trabalho realizado atende às novas necessidades. O questionário enviado aos acadêmicos procura verificar as suas percepções e anseios quanto às possibilidades de uso de espaços virtuais em suas interações cotidianas. Busca-se, portanto, a análise sobre a efetividade da comunicação *online*, para sensibilizar, mobilizar e sobreviver, já que a disseminação de TIC parece apontar para o "novo normal". A hipótese é que os acadêmicos têm noção da importância da comunicação mediada por ferramentas tecnológicas, mas ainda lidam com as adaptações necessárias ao novo contexto. A partir dos resultados, será possível implementar estratégias que contribuam com o aprimoramento da interlocução entre docente e discente.

Palavras-Chave: Comunicação *online*. Interação. Estratégias. Ambiente de trabalho.

A COVID-19 E ALGUNS DE SEUS REFLEXOS

Mediadora: Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, Mestrado de Arquitetura e Urbanismo
maria.montenegro@ceub.edu.br
Debatedores: Daniel Alves da Silva, Ana Regina Melo Salviano, Paulo César Galante Siqueira e Patrícia Rodrigues Costa

Esta mesa-redonda tem como pontos em comum dois aspectos. O primeiro indica que todos os seus integrantes fazem parte do grupo de pesquisa *Prática pedagógica e formação do professor*, cadastrado no CNPq, em 2004, e certificado pelo UniCEUB. O segundo considera que todos os trabalhos se referem, de uma forma ou de outra, aos reflexos da COVID-19 nas pessoas, na sociedade e nas moradias. O tema inicial apresentado foi *Análise das medidas sociais e de saúde pública como enfrentamento à COVID-19*, cujo objetivo principal foi levantar e analisar legislações e orientações com relação às medidas sociais de enfrentamento à COVID-19 e verificar o seu desenvolvimento e publicação ao longo da pandemia. Em seguida, foi apresentado o tema *COVID-19, distanciamento social e terceira idade*, cuja finalidade foi conhecer se os idosos cumprem o distanciamento social e como eles se sentem no período da pandemia, pelo fato de eles serem pertencentes aos grupos mais vulneráveis e com mais indicação de distanciamento social. O terceiro tema foi *Depois da COVID, a casa e a cidade do futuro*, cujo objetivo foi colocar em pauta mudanças para os futuros projetos arquitetônicos. A casa e o ambiente urbano foram bastante afetados pela pandemia e, provavelmente, não voltarão a ser o que eram. O último tema foi *Isolamento X idoso: como o ambiente de moradia pode influenciar a qualidade de vida em tempos de pandemia*, cuja finalidade foi tratar da moradia em tempos da pandemia, especialmente sob o ponto de vista da terceira idade, o grupo mais afetado. Voltou-se, assim, à preocupação com os idosos e a sua qualidade de vida. No momento incerto e dramático em que se vive, cabe ao poder público, à sociedade, a cada cidadão e ao pesquisador contribuir de alguma forma para minimizar os problemas físicos, sociais, econômicos e políticos causados pela pandemia.

Palavras-Chave: A COVID-19. A legislação sobre o distanciamento social. A moradia e o desenvolvimento urbano após a pandemia. A terceira idade.

A FORMAÇÃO CONJUNTA NA GRADUAÇÃO: PROGRAMA DE MOBILIDADE ACADÊMICA COM A UNIVERSIDADE DE EXTREMADURA

Mediador: João Paulo Santos Araújo – UniCEUB, Agência UniCEUB de Mobilidade Acadêmica
joao.araujo@ceub.edu.br
Debatedoras: Eliete de Pinho Araújo, Débora Félix Rodrigues Ikeda, Júnia Caldeira Marques, Magda Sifuentes de Jesus e Giovanna Vidigal Manfrim

O UniCEUB e a Universidade de Extremadura, Badajoz, Espanha, oferecem aos interessados a disciplina interinstitucional e internacional Cidade e Habitação em Perspectiva Sociológica, com duração de 75 horas, como participação no curso da Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais, Área de Sociologia. Trata-se de atividades na instituição estrangeira e no UniCEUB, direcionadas a todos os alunos de graduação com preferência aos dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil. A atividade é equivalente à disciplina Planejamento Urbano e Regional e/ou Estudos Sociais e Ambientais em Arquitetura e à Optativa Específica em Engenharia Civil. Alunos que já concluíram a disciplina poderão fazer o curso e aproveitar a carga horária extraclasse. Os objetivos são, além de ofertar a disciplina em outro país, mostrar a experiência local, a cidade e a habitação na perspectiva sociológica e integrar a arquitetura, o urbanismo, a engenharia e a sociologia. As aulas são em espanhol, com apresentações e palestras ministradas por professores universitários e profissionais locais, além de visitas técnicas e *tours* acadêmicos, acompanhados de guias nas cidades históricas selecionadas. As atividades são acompanhadas pela professora doutora Eliete de Pinho Araújo, do UniCEUB, responsável pela supervisão. As aulas são expositivas e usam recursos, como *slides*, vídeos, *data-show* e materiais especificados. Os alunos fazem trabalhos individuais e em grupo como avaliação final da disciplina. Como resultados, os estudos são apresentados em uma palestra para o UniCEUB. A formação conjunta do programa apresenta as tendências do urbanismo, as construções sustentáveis e as relações transfronteiriças com a participação de vários especialistas locais sobre o tema.

Palavras-Chave: Universidade de Extremadura. Mobilidade acadêmica. Relações transfronteiriças.

APOIO PSICOSSOCIAL NA ARQUITETURA DE SAÚDE

Mediadoras: Rita Siqueira Campos Loureiro – UniCEUB, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo
rita.lourenco@sempreceub.com
Talissa Patelli dos Reis – UniCEUB, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo
talissa.reis@sempreceub.com
Debatedor: Marcio Nascimento de Oliveira

Os estudos da psicologia ambiental e das abordagens teóricas referentes a relações e impactos do ambiente físico na saúde demonstram a necessidade de ser incorporadas características que auxiliem o processo de recuperação e manutenção da condição de saúde mental dos usuários desses espaços. Entre elas, está a criação de condições para o apoio psicossocial, tido como um dos aspectos mais importantes para o bem-estar dos usuários dos espaços de saúde, como pacientes, acompanhantes ou trabalhadores. A literatura mostra que o apoio psicossocial pode incrementar os sentimentos de segurança, pertencimento e realidade e reforçar a esperança na recuperação de pacientes. Este estudo procura identificar, na literatura relacionada à psicologia ambiental, as principais características e soluções projetuais referentes à interação social em ambientes de saúde. Para tanto, foram realizadas buscas em portais acadêmicos e de pesquisa, como Google Scholar, Research Gate, entre outros. Como resultado, foram sintetizadas em tabelas as principais recomendações projetuais relacionadas ao apoio psicossocial. O projeto arquitetônico pode encorajar o desenvolvimento do apoio psicossocial quando contempla espaços específicos para essa finalidade, como salas de conforto para familiares, cafeterias, salas de estar e reuniões. Ambientes aconchegantes, com mobiliário propício a permitir o rearranjo conforme as necessidades dos usuários, resultam em espaços mais favoráveis. A teoria do *design* de suporte, de Roger Ulrich, defende o apoio social como um dos aspectos mais importantes para promover o bem-estar de pacientes e propõe três aspectos a ser desenvolvidos: senso de controle, suporte social e distrações positivas. Segundo Ulrich, o foco nos aspectos relacionados ao apoio social faz parte de uma mudança de paradigma na área médica, que passou a ter seus atendimentos centrados nas necessidades do paciente ou da família, o chamado *patient-centered care*. Algumas estratégias projetuais utilizadas para proporcionar melhores condições de apoio psicossocial em um ambiente hospitalar incluem prover uma “zona familiar” no quarto do paciente. Além disso, busca-se proporcionar locais onde os pacientes possam envolver-se socialmente, garantir ambientes culturalmente adequados, considerando as peculiaridades locais, além de espaços que facilitem comportamentos sociais e desenvolvimento de grupos sociais. Os espaços devem ser flexíveis e facilmente controlados por pacientes e familiares, a fim de ajustar-se às necessidades situacionais. A adoção de diferentes soluções pelos profissionais que atuam em ambientes de saúde inclui elementos que proporcionam condições para o apoio psicossocial, e, apesar de ser ainda um campo relativamente pouco explorado em estudos específicos, é possível estabelecer a importância de melhor entendimento sobre esse fenômeno e seus impactos na saúde mental dos usuários.

Palavras-Chave: Arquitetura. Psicologia. Apoio psicossocial.

AVALIAÇÃO DOS ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Mediadora: Juliana Menezes da Nóbrega – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
juliana.nobrega@ceub.edu.br
Debatedores: Ana Paula Sampaio Barbosa, Jefferson Diego de Paulo e Wederson Rufino dos Santos

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência 13.146/2015 é uma das maiores mudanças na forma de compreender e estruturar a avaliação acerca das dificuldades no processo de ensino e aprendizagem para funcionalidade aos estudantes atendidos. Para tanto, apresenta-se a proposta do Programa de Atendimento Psicopedagógico e de Inclusão (PAPI) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) e reflete-se sobre os caminhos que a avaliação de habilidades e competências percorre, no intuito de fomentar maior e melhor desenvolvimento dos estudantes Público Alvo da Educação Especial (PAEE). Desde 2015, a referida lei estabeleceu novos preceitos para o atendimento aos estudantes PAEE, a avaliação e a caracterização das suas especificidades. Assim, de acordo com a atual legislação, a avaliação de competências precisa ser biopsicossocial, multiprofissional e interdisciplinar. Dessa forma, novas diretrizes para a avaliação de competências dialogam com a necessidade de um conjunto de ações a ser desenvolvidas com os estudantes, inclusive intersetoriais, para além do âmbito da política de educação, como saúde, assistência social, mobilidade, tecnologia assistiva, entre outras. A educação torna-se espaço potencializador de ações democráticas que busca, além da acessibilidade arquitetônica, atitudinal e metodológica, permitir igualdade no modo de aprender. Diante disso, o objetivo é discutir os principais aspectos relacionados à avaliação de competências dos alunos PAEE na nova perspectiva ensejada pela LBI e na articulação com a atenção integral das especificidades dos estudantes do ensino básico e superior, além de considerar os principais desafios diante das novas exigências. A proposta de uma avaliação à luz das potencialidades desses estudantes é realizada por equipe multiprofissional, capacitada, que discute a inclusão e deflagra as carências e as dificuldades que, historicamente, permeiam esse espaço. Considerando um instrumento *sine qua non* no processo de ensino e aprendizagem, o PAPI, por meio da avaliação, realiza levantamento de dados relevantes não apenas sobre as dificuldades dos estudantes público alvo, mas também sobre suas potencialidades. Além disso, é um instrumento na capacitação da equipe de professores, pois oferece o ensino de qualidade aos estudantes PAEE com transtornos e distúrbios de aprendizagem. Nessa perspectiva, reflete-se sobre as vertentes da avaliação e seu principal objetivo, que é nortear o trabalho pedagógico e da comunidade escolar e acadêmica e oferecer subsídios necessários para que esses estudantes tenham como garantia o ensino pautado em equidade e igualdade.

Palavras-Chave: Inclusão. Avaliação. Aprendizagem.

BORDANDO ESTAMPAS VIRTUAIS: TECNOLOGIAS DIGITAIS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PEDAGOGOS

Mediadora: Rhaisa Naia de Pael Farias – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
rhaisa.farias@ceub.edu.br
Debatedores: Murilo Silva Rezende, Carolina Velho, Cristina Massot Madeira Coelho e Luciana da Silva Oliveira

O objetivo principal é discutir os limites e as possibilidades dos usos das Tecnologias de Informação e Comunicação na formação inicial e continuada de pedagogos. A pandemia mundial da COVID-19 desencadeou uma gama de questionamentos relacionados aos aspectos da vida e colocou em evidência desigualdades sociais e econômicas no mundo inteiro. No âmbito educacional, o fechamento das escolas levou gestores e professores a buscar alternativas para desenvolver atividades educacionais não presenciais com as crianças. Essa situação exige e convoca a reflexão a respeito de habilidades e competências de que os professores precisam para lidar com essa demanda. Assim, pretende-se apresentar uma visão holística de experiências diversificadas que envolvem o tema da tecnologia e da formação de professores. Uma das perspectivas parte da coordenação do curso graduação em Pedagogia ofertado pelo Núcleo de Educação a Distância do Centro Universitário de Brasília. As demais reflexões são da pesquisa *Compreendendo complexidades educacionais: processos equitativos e transformadores de ensino e aprendizagem em um sistema municipal de educação infantil*, um projeto realizado em parceria entre a Universidade de Brasília, a Fundação Lemann e o Teacher's College, da Universidade de Columbia, de Nova Iorque, Estados Unidos da América, e tratam da interface entre pesquisa e formação, no âmbito do curso de extensão Processos da Docência: caminhada formativa de professoras da educação infantil, além de princípios, aspectos e estratégias da proposta de formação continuada *online* e da discussão a respeito da (im)possibilidade da oferta da educação infantil *online*.

Palavras-Chave: Formação de professores. Tecnologias digitais. Pesquisa com professores. Educação infantil.

DEBATES E INTERLOCUÇÕES DAS PRODUÇÕES DO MESTRADO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Mediadores: Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, coordenadora do mestrado em Arquitetura e Urbanismo - *eliete.araujo@ceub.edu.br*
Fabiano José Arcádio Sobreira – UniCEUB, professor dos cursos de graduação e mestrado em Arquitetura e Urbanismo - *fabiano.sobreira@ceub.edu.br*
Debatedoras: Aline Stefânia Zim, Gláucia Vargas Moreira Campos Vieira, Maria Eleusa Montenegro, Patrícia Rodrigues Costa e Talissa Patelli dos Reis

O debate refere-se ao III Seminário Internacional em Cidade e Habitação: Mudanças Climáticas e suas Interferências, ocorrido virtualmente, nos dias 24 a 26 de agosto de 2020. O objetivo geral visou promover a troca de informações e experiências nacionais e internacionais no campo de projeto, construção, engenharias, saúde, direito e outras áreas de conhecimento. O primeiro tema foi a apresentação do *Caderno de Dissertações: Volume 2*, da segunda turma do Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do ICPD/UniCEUB, que visa fortalecer a educação continuada não apenas dos egressos dos alunos formados pela instituição, mas também dos de toda a região Centro-Oeste e do país, além de integrar a sociedade e a academia. A finalidade dessa publicação é a troca de informações e experiências nas diversas áreas, e seu acesso está no *link* https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14125. O segundo tema apresentou a produção dos docentes e dos discentes do Programa a partir de 2017 até os dias atuais, além dos trabalhos em andamento. Mesmo durante o período de pandemia da COVID-19 e a suspensão das aulas presenciais, o Programa de Mestrado continuou com as aulas *online* e a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos dos professores e dos docentes em nível nacional e internacional. O terceiro tema apresentou os artigos e os textos enviados por meio digital, com a participação de mestrandos, egressos, alunos da graduação e membros externos. Os textos são referentes às 6 *lives* virtuais que precederam o seminário com a presença de profissionais nacionais e internacionais, vinculados ao tema Arquitetura e Urbanismo: Desafios da Pandemia da Covid-19. Posteriormente às apresentações, os palestrantes desenvolveram textos incluídos no seminário internacional em questão, relacionados aos 7 eixos temáticos: Desafios na arquitetura e suas alterações provocadas pela Covid-19; Impactos sociais da pandemia nos países; O espaço urbano e o crime; Discussões da qualidade dos ambientes das habitações e no espaço urbano relacionados com o clima; *Design* baseado em evidências – *softwares* sobre desempenho ambiental; Expansão urbana e evolução do planejamento sustentável; Efeitos urbanos e regionais decorrentes da COVID-19. A apresentação dos artigos por meio digital possibilitou a divulgação e a visualização dos textos por mais pessoas de várias localizações dentro e fora do Brasil. Todos os artigos e textos serão divulgados em publicação de livro. No seminário, foram realizadas seis transmissões ao vivo, pelas redes sociais Youtube e Meet, com até 672 visualizações e o máximo de 178, do evento *Obras de Lúcio Costa*. Ressalta-se a importância das pesquisas, das produções e das publicações dos trabalhos dos docentes e dos discentes tanto na formação acadêmica como na disseminação de informações, com assuntos relevantes para os profissionais envolvidos com a cidade e a habitação.

Palavras-Chave: Seminário. Mestrado. Produções. Arquitetura e Urbanismo.

ESTRATÉGIAS PARA A CONTINUIDADE DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO EM PERÍODOS DE PANDEMIA

Mediadora: Elda Alves Oliveira Ivo – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
elda.ivo@ceub.edu.br
Debatedores: Flávio César de Siqueira Marques, Murilo Silva Rezende, Reziere Degobi da Silva, Simone Maria Espinosa e Valéria Riscarolli

O objetivo deste trabalho é analisar e discutir a necessidade, diante da pandemia da COVID-19, da adequação das estratégias de avaliação para que seja possível a manutenção dos processos avaliativos na modalidade a distância, itens obrigatórios e indispensáveis para a elaboração de atividades de melhoria continuada na referida modalidade. Nesse âmbito, professores e coordenadores viram-se obrigados a encontrar novas ações que mantivessem a avaliação periódica. Esse processo exigiu a reflexão sobre as competências e as habilidades a ser mensuradas, além das formas pelas quais isso seria possível, sem que houvesse prejuízo a estudantes, professores e instituição. O processo buscou conhecer os impactos dos fatos e dos efeitos nas práticas pedagógicas e na comunicação *online*, em tempos de pandemia e exigiu a tomada de decisões sobre a manutenção dos processos de avaliação, na perspectiva do novo contexto. Como implicações para a adequação dos modelos adotados, foram elaborados documentos norteadores, treinamentos e capacitações para que os professores pudessem atuar nos limites das disciplinas, sem gerar prejuízos ou quaisquer situações que pudessem afetar o desenvolvimento dos conteúdos e o gerenciamento das salas virtuais. Assim, a mesa propõe discutir possibilidades, dificuldades e novas estratégias utilizadas pelo NEaD para que os processos de avaliação sejam mantidos, tendo em vista as implicações do distanciamento social para a realização dos momentos de avaliação síncronos, obrigatórios aos cursos da modalidade a distância.

Palavras-Chave: Educação a distância. Pandemia. Processos de avaliação. Estratégias.

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS: ERGOLOGIA E NUDGES COMO MEIOS PARA DESENVOLVER A GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Mediador: Alexandre Domanico da Cunha – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexandre.cunha@ceub.edu.br
Debatedores: Gilmar dos Santos Marques e Paula Coratini da Silva

Este artigo apresenta conceitos e análise da gestão estratégica de pessoas voltada para os negócios e associa os potenciais e as competências dos colaboradores com o alinhamento estratégico da empresa. Enquanto a empresa quer alcançar os almejados lucros e o posicionamento no mercado, os objetivos pessoais dos trabalhadores são o reconhecimento pelo trabalho. Dessa forma, o problema de pesquisa deste estudo é descobrir como a gestão estratégica de pessoas inclui os temas de gestão por competência, ergologia e nudges no desenvolvimento de competências. O objetivo é analisar se a utilização de nudges na gestão estratégica de pessoas, associados com a ergologia, potencializam a gestão por competências nas organizações. Para tanto, a metodologia é a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo para a coleta de dados, com a utilização de questionário de opinião aplicado por meio de formulário eletrônico, com 30 quesitos, ao público alvo composto por 1.300 pessoas com idade a partir de 18 anos e nível de formação entre superior incompleto e pós-graduação. Foram recebidas 163 respostas aos questionários, o equivalente a 12,5%, catalogadas e reunidas em grupos. O texto final foi composto por 5 partes: introdução; revisão de literatura, em que se conceitua a gestão estratégica de pessoas, a gestão por competências, a ergologia e os nudges; procedimentos metodológicos; resultados e análise de dados com perfil dos participantes da pesquisa; considerações finais. Após a análise das respostas ao questionário, chegou-se ao resultado de que pode haver mais entrega na organização, por meio de capacitações, da ocupação de novo cargo e da realização de mais funções, as empresas e os colaboradores estão abertos a inovações e mudanças no ambiente organizacional, favorecendo o crescimento e a permanência no mercado, os colaboradores sentem-se seguros no trabalho, pelas ações estratégicas e integradoras que favorecem a relação de confiança entre colaborador e empresa, permitindo o crescimento de ambos. Assim, conclui-se que é imprescindível os colaboradores estarem motivados, pois ficam envolvidos com a organização, o que pode gerar ótimo desempenho.

Palavras-Chave: Gestão Estratégica de Pessoas. Ergologia. Nudge.

INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE A EDUCAÇÃO E A ARQUITETURA

Mediador: Alberto Alves de Faria – UniCEUB, coordenador do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo
alberto.faria@ceub.edu.br
Debatedoras: Aline Stefânia Zim, Amanda Bárbara Félix, Carolina Menzl Celaschi e Maria Eleusa Montenegro

A proposta desta mesa é mostrar trabalhos ligados à área de Arquitetura e Urbanismo e Educação ou Ensino de Arquitetura. O primeiro estudo remete à violência escolar, em que vários arquitetos se inseriram, quer pela arquitetura, quer pelo paisagismo, e contribuíram para o ambiente saudável e a paz na escola. Esse trabalho teve como objeto o combate à violência em uma instituição de Educação Básica, na Região Administrativa de Brasília-DF, e procurou intervir no fenômeno da violência em suas várias dimensões, a saber, pedagógica, simbólica, física e material, praticada e sofrida por alunos, professores e corpo técnico. A metodologia foi a pesquisa-ação, a qual atingiu os quatrocentos alunos do turno vespertino. No pós-teste, percebeu-se que houve a diminuição da violência na escola. A segunda pesquisa, Arquitetura e Educação, teve como objetivos impactar o desenvolvimento científico e tecnológico do DF, incentivar a aplicação de tecnologias em benefício à saúde da sociedade, dos estudantes e dos profissionais envolvidos e motivar a aplicação de conceitos e técnicas nos projetos. O método utilizado foi uma visita realizada na escola para o estudo do ambiente escolar, com levantamento fotográfico, observação e entrevistas. A terceira pesquisa envolveu a disciplina de Projeto de Paisagismo 3, a qual se dedicou a propostas de intervenção paisagística no UniCEUB, com projetos de melhoria, principalmente com relação à segurança, nas áreas de convivência e lazer. O trabalho foi realizado ao longo dos dois primeiros meses da disciplina e teve como resultados propostas que alinhavam tanto a demanda por segurança, solicitada pela coordenação do Gisno, como a necessidade de espaços mais convidativos para os alunos. O quarto trabalho fez a vinculação do ensino presencial, do ensino a distância e do ensino de projeto, a partir da crise da presença nos ateliês de projeto de arquitetura, em tempos de quarentena pela Covid-19. Toma-se como referência o ateliê multidisciplinar da Bauhaus, escola alemã que, nas primeiras décadas do século passado, criou o conceito do *design* moderno e idealizou os novos modos de habitar. Vive-se o dilema entre aderir ou resistir ao modelo improvisado de orientações assistidas em acesso remoto, e especula-se a conexão humana colaborativa mediada pelos dispositivos virtuais. O acesso e a mobilidade remotos desafiam um dos princípios mais caros das escolas de arquitetura e *design*: o ateliê. Diante desse contexto, o último trabalho analisa as diferentes técnicas de ensino utilizadas por professores nas disciplinas de História dos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Distrito Federal. Para tanto, foi realizado um levantamento qualitativo nas IES do DF, para melhor compreender a articulação entre o conhecimento teórico e as atividades práticas em disciplinas de História, entendida aqui como condição fundamental para a qualidade do ensino de Arquitetura e Urbanismo no país. Espera-se que o conhecimento resultante do debate seja passível de aplicação a outras instituições de ensino de Brasília e, quiçá, do Brasil.

Palavras-Chave: Arquitetura. Educação. Ensino de arquitetura.

O DESAFIO DO ENSINO A DISTÂNCIA NOS DIAS ATUAIS

Mediador: Alexsandro Barreto Gois – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
alexsandro.gois@ceub.edu.br
Debatedores: Adriane Zambonato, Alexandre Domanico e Fernanda Maria Furst Signori

Trabalhar com o ensino a distância é um desafio, porque são inerentes ao EAD abordagens, como o relacionamento interpessoal na relação entre professor e aluno, a ética no contexto educacional da EAD e o papel da tecnologia no EAD. O objetivo deste trabalho é tratar de assuntos ligados ao EAD de forma multifacetada, fazer uma conexão entre eles e trazê-los à discussão. A EAD é a modalidade de ensino que está cada vez mais crescente no Brasil, em detrimento do meio presencial. A primeira preocupação do EAD é quanto ao relacionamento interpessoal entre professor e aluno. A logística utiliza-se de ferramentas que possibilitam o curso acontecer sem a necessidade de encontros presenciais, por isso os atores da modalidade EAD devem trabalhar o relacionamento interpessoal de professor e aluno, para contornar o fato de não estarem presencialmente nas atividades de ensino. A segunda preocupação é quanto à ética no contexto de EAD. A terceira preocupação é quanto ao uso de tecnologia e o seu papel no EAD. O uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC) no contexto do EAD, fomenta a inovação, a qualidade e a relação entre discente e docente no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, promove maior interação dos agentes do processo de ensino-aprendizagem e atribui maior velocidade na comunicação realizada entre os atores. Dessa forma, discentes e docente estão mais próximos nesse processo, percebem-se mais próximos com o uso de tecnologias, como *web* ao vivo, que proporciona a interação entre os partícipes. As preocupações pontuadas, entre outras, devem ser trabalhadas no contexto do EAD. A discussão desses assuntos traz à tona a atenção e a prospecção de possíveis problemas que podem ter contextos desenhados, com o intuito de minimizar o impacto da realidade.

Palavras-Chave: EAD. Relacionamento interpessoal. Ética. Tecnologia.

O ENSINO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA MODALIDADE EAD: PRÁTICAS DE LABORATÓRIO

Mediador: Flávio César de Siqueira Marques – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD *flavio.marques@ceub.edu.br*
Debatedores: Everson Andrade dos Reis, Hudson Rodrigues Costa, Marcelo Carboni Gomes e Maxli Barroso Campos

O ensino de Tecnologia da Informação (TI), na modalidade a distância, recebe demanda sobre o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo em atividades que exigem a prática. O uso de laboratórios de informática para o ensino de TI mostra-se como uma das principais ferramentas para o ensino prático e relevante. A mesa-redonda discute os benefícios e os aprendizados da experiência com o Laboratório de Informática Virtual (LABIVIRT), desenvolvida pelo Núcleo de Educação a Distância - NEAD/ UniCEUB, em 2020. O LABIVIRT consiste em solução tecnológica de laboratório de informática, hospedada na nuvem. Esse serviço permite que os professores desenvolvam práticas ao mesmo tempo, na modalidade a distância, sem a necessidade de agendar ou disputar os recursos computacionais da instituição de ensino superior. As práticas podem ser executadas de forma sincrônica, ou seja, com o professor presente a orientar os exercícios durante período agendado, ou de forma assíncrona, conforme escolha dos estudantes. Na mesa-redonda, os debatedores elucidam as melhores práticas para as tarefas de laboratório de informática no ensino superior e visualizam suas vantagens e oportunidades de melhoria, fruto de sua experiência na docência. As discussões gravitam em torno de exemplos de práticas conduzidas no âmbito do NEAD/ UniCEUB e em outras dinâmicas executadas no Brasil e no exterior. Entre as possibilidades do LABIVIRT, o foco reside no alcance dos objetivos pedagógicos, a ser desenvolvidos e fortalecidos por meio desta ferramenta. As discussões abrangem as atividades previstas para 2021, além de outras contribuições dos docentes, fruto de suas experiências com o ensino de tecnologia da informação no ensino superior.

Palavras-Chave: Ensino de TI. Educação a distância. Laboratório de informática.

O MAL-ESTAR NA CIVILIZAÇÃO: DE FREUD AOS NOSSOS DIAS

Mediador: Marcos Chedid Abel – UniCEUB/ICPD
marcos.abel@ceub.edu.br
Debatedores: Cristina Maria Soares, Gustavo Adolfo Mugica e Lydiane de Arruda Bruno

Sigmund Freud, em *O mal-estar na civilização* (*Das Unbehagen in der Kultur*), obra escrita em 1929 e publicada em 1930, apresenta suas reflexões, aos 73 anos, a respeito da condição humana, na vida em sociedade. O tema central é o das exigências pulsionais em inevitáveis conflitos com as exigências da cultura, o que é universal, pois, seja qual for o grupo social, situado geográfica ou temporalmente, é constituído por leis, ou seja, deveres e direitos, limites, balizas para a ação, que demandam, sobretudo, sublimações, renúncias pulsionais e defesas psíquicas, como o recalque, mais do que possibilidades de realização às pulsões inatas de vida e morte, amor e ódio, que movem o indivíduo à aproximação e ao afastamento, à união e à separação, à criação e à destruição. As restrições gerariam uma hostilidade geral à cultura, a qual seria sustentada e mantida por poucos. Paradoxalmente, é a lei que possibilita a constituição do desejo, característica propriamente humana, que se diferencia da necessidade instintiva dos outros animais. Por esse texto, Freud recebeu o Prêmio Goethe em 1930. Vale lembrar que os textos de Freud foram queimados pelos nazistas em praça pública, em 1933. Nesta mesa de discussão, trata-se das condições de vida em sociedade apresentadas por Freud em 1929, comparando-as com os dias atuais, e discutem-se suas possíveis semelhanças e diferenças.

Palavras-Chave: Freud. Mal-Estar. Civilização.

PESQUISA E INTERNACIONALIZAÇÃO NA GRADUAÇÃO

Mediador: João Paulo Santos Araújo – UniCEUB, Agência UniCEUB de Mobilidade Acadêmica
joao.araujo@ceub.edu.br
Debatedoras: Gleisse Ribeiro Alves e Fernanda Lopes de Oliveira

As iniciativas institucionais vão além da sala de aula e revelam grandes oportunidades aos alunos seja na iniciação científica, seja na participação de eventos internacionais. Nesta mesa-redonda, os professores Gleisse Ribeiro e João Paulo Santos Araújo tratam de suas experiências com a pesquisa de iniciação científica e a internacionalização. O objetivo da conversa é mostrar a relevância dos dois elementos não só para a formação acadêmica e o aprofundamento do conhecimento, mas também para discutir a relevância dos programas de mobilidade internacional do ponto de vista pessoal e profissional. Nessa oportunidade, está presente a egressa Fernanda Lopes de Oliveira, participante do Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, participante de congressos internacionais e aprovada em processos seletivos de mestrado em universidades estrangeiras. Em essência, demonstra-se como as portas se abrem e novos horizontes aparecem quando se insere no universo da pesquisa e da mobilidade internacional.

Palavras-Chave: Pesquisa científica. Internacionalização. Mobilidade internacional.

PLATAFORMA JF COM DADOS SOBRE A EVOLUÇÃO DA PANDEMIA DE COVID-19

Mediadora: Mônica Prado – UniCEUB, professora líder do grupo de pesquisa *Comunicação em emergência e desastres*
monica.prado@ceub.edu.br
Debatedores: Fabrício Ofugi, Gabriela Theotônio dos Santos, Ítalo de Alencar Farias Lopes, Jéssica Vianelo Sell, Marcel de Toledo Vieira, Pedro Henrique de Mesquita Pacheco

A Plataforma JF permite a visualização de dados sobre a evolução da pandemia da covid-19, de forma simples, a todos os municípios e regiões do Brasil e, especificamente, às cidades de Juiz de Fora, Lavras e Governador Valadares, em Minas Gerais, e à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que engloba a capital do país, quatro municípios mineiros e vinte do estado de Goiás. O objetivo da Plataforma de Análise Estatística da Pandemia é fornecer a toda a população, gestores de saúde e profissionais de diversas áreas o máximo de informações a respeito da doença, de forma rápida, eficiente e confiável, pois a equipe JF defende que informação salva vidas. A JF utiliza a divisão do país por regiões de saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e permite a consulta pública gratuita por ambas as modalidades. Os dados que alimentam a JF são oficiais, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais, pela Prefeitura e pela Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, pela Universidade Federal de Lavras, pelo Datasus, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Google Mobility. A Plataforma JF está disponível ao público desde o início da pandemia por covid-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, ficou hospedada em *site* gratuito, até maio, quando passou a ser divulgada no endereço eletrônico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Na Plataforma, estão disponíveis em tempo real os gráficos com o número de casos e óbitos acumulados ao longo do tempo, tanto por número absoluto como por milhão de habitantes, com o número de reprodução efetiva e o número de casos e óbitos por dia, com a média móvel, com o número de casos e óbitos por semana epidemiológica, com a evolução da taxa de letalidade, com o crescimento percentual diário de casos e óbitos acumulados, com o tempo estimado para a duplicação do número de casos e óbitos e com a variação percentual da mobilidade comunitária ao longo do tempo, para as cidades em que é possível auferir o percentual, além do número de respiradores pulmonares e do perfil dos leitos de internação existentes. Quinzenalmente, desde maio, a equipe JF publica o Boletim Informativo da Plataforma com análises da evolução da doença em todo o país e, desde agosto, divulga vídeos informativos no canal oficial da Plataforma, no YouTube. Os gráficos disponíveis já foram empregados em 125 reportagens jornalísticas, em veículos de imprensa impressos e digital e em entrevistas para programas de rádio e noticiário televisivo. Os integrantes da JF também já realizaram palestras e seminários sobre o desenvolvimento da Plataforma, em nove eventos promovidos por entidades e universidades públicas. O tráfego da Plataforma aumenta, assim como o seu alcance, com mais de 7 mil e 200 *page views* de mais de dois mil usuários localizados em mais de 170 municípios, em 15 países.

Palavras-Chave: Plataforma JF. Covid-19. Informação pública.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

OFICINAS

UniCEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

PROTOTIPANDO NEGÓCIOS EM APLICATIVOS SEM A NECESSIDADE DE CONHECER A LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO

José Carlos Vieira Júnior – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
jose.carlos@ceub.edu.br

A prototipação de negócios e soluções permite que empresas, empreendedores e *startups* consigam, de maneira rápida e com custos reduzidos, tangenciar uma ideia, possibilitar que o modelo de negócio proposto seja avaliado e validado pelo mercado consumidor com agilidade e gerar, inclusive, aprendizado para possíveis ajustes e adaptações, em direção a necessidades e desejos de potenciais e atuais clientes. Em contexto cada vez mais competitivo, as atuais soluções de negócio precisam acompanhar as tendências e a transformação digital que modificam processos, comportamento do consumidor e modelos de negócio, exigem maior agilidade e adaptação das soluções existentes e reforçam a necessidade de criação de novos modelos inovadores e disruptivos. A oficina tem como objetivo o desenvolvimento de um protótipo para um aplicativo de negócios ou ideia. Será executada por meio de ferramentas colaborativas e de interação *web* entre os participantes. Será desenvolvida por meio de atividades que incluem a avaliação da jornada dos usuários e seus pontos de contato em relação a determinado negócio, para identificar possíveis problemas e oportunidades de melhoria, definir o melhor processo e experiência dos usuários e prototipar as telas do aplicativo de negócio na ferramenta Quant-UX. Com o trabalho desenvolvido, será possível realizar, ao final da oficina, o processo de avaliação e validação do protótipo do modelo de negócio e inserir a voz do cliente na validação total do projeto e nas possibilidades de melhoria e ajustes no modelo de negócio apresentado.

Palavras-Chave: Prototipação. *Startups*. Negócios.

SALA DE AULA INVERTIDA REMOTA: ABORDAGENS E TENDÊNCIAS

Marcelo Carboni Gomes – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
marcelo.gomes@ceub.edu.br

O objetivo é apresentar as principais tendências da aula no formato invertido, com tecnologia remota e realizar atividades curtas para fixação dos fundamentos da Flipped Classroom. Sob a lupa pedagógica, o professor precisa modificar a estratégia para lecionar e adaptar-se às aulas no novo formato da transformação digital, sem que sejam requeridos conhecimento tecnológicos aprofundados, para entrega de resultados com qualidade, vislumbrando as evidências de aprendizado discente. Além disso, no modelo remoto, a interação com os participantes deve ser realizada de maneira adequada, no que diz respeito à comunicação, que deve ser menos rápida com repetição de tópicos para fixação do assunto. De outro modo, manter os estudantes muito tempo sentados, em frente a uma tela, sem interação, é maçante. Assim, a motivação é um fator psicológico que deve ser considerado. O docente precisa conseguir estabelecer a mediação entre o conhecimento e os alunos, elaborar experiências de aprendizagem que demonstrem os resultados pedagógicos esperados, além de desenvolver competências e habilidades. O importante é proporcionar interações com os estudantes, de forma a produzir conhecimento. Igualmente, é necessário considerar o ritmo e o tempo que cada aluno utiliza para desenvolver suas atividades na sala de aula virtual. Ofertar tarefas além da ementa educacional agrega valor. A mudança do *mindset* educacional é essencial para o desenvolvimento de ambiente pedagógico e tecnológico associado ao processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-Chave: *Flipped Classroom*. Sala de aula invertida. Ensino híbrido.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PALESTRAS

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A ABORDAGEM DO EMPREENDEDORISMO DE PALCO NO ENSINO DO EMPREENDEDORISMO: DA NEGAÇÃO À VALORIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Juliana Menêzes da Nóbrega – UniCEUB, Núcleo de Educação a Distância, NEaD
juliana.nobrega@ceub.edu.br

O ambiente de negação da ciência e de *fake news* proporciona o contexto propício para a propagação de discursos falaciosos, que reduzem a realidade à opinião pessoal e fomentam-na à indisposição ao contraditório. Com o empreendedorismo, isso não é diferente, sobretudo com a expansão das mídias sociais, em que a influência digital se constrói por meios próprios e nem sempre sólidos. É nesse sentido que surge o fenômeno a que se tem chamado de *empreendedorismo de palco*, um movimento exercido por pessoas engajadas com boa oratória, poder de persuasão e frases de efeito, mas pouca (ou nenhuma) experiência ou profundidade de conhecimento técnico-científico. O objetivo desse fenômeno é vender o discurso dos seus entusiastas, que falam do empreendedorismo em tom motivacional e desconsideram todos os seus elementos técnicos assim como o seu contexto social, político e econômico. Dessa forma, os empreendedores de palco propõem que o empreendedorismo descenda apenas de uma mentalidade positiva, incentivando iniciativas sem qualquer preparo consistente e incapazes de atuar nas esferas de responsabilidade de um negócio. De um lado, estão palestrantes, escritores de autoajuda e influenciadores digitais; de outro, pessoas entoadas pelo engodo de que, para empreender, basta querer. Como consequência, há negócios com baixíssimo grau de inovação, gestão improvisada e pouca competitividade. Portanto, é esse contexto que torna urgente o debate sobre o empreendedorismo de palco na academia, ao propiciar aos alunos experiências do desenvolvimento de um olhar crítico sobre tal fenômeno e, ao mesmo tempo, da valorização do saber científico, no qual se desenrolam teorias, técnicas e ferramentas que tornam o empreendedorismo uma possibilidade madura. Nesta palestra, a proposta é, além de apresentar tais temas à reflexão, relatar um caso sobre a experiência de tal debate nas Disciplinas Virtuais de Empreendedorismo do UniCEUB. A pauta do empreendedorismo de palco é discutida por meio de um Fórum Temático, em que se propõe uma leitura introdutória sobre o assunto, e, em seguida, a discussão entre os alunos é mediada pela professora por meio de "cápsulas de conteúdo", que são pequenos enxertos conceituais cujo objetivo é contextualizar o debate nas teorias apresentadas ao longo da disciplina.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Empreendedorismo de palco. Ciência. Educação a Distância.

A CONTRIBUIÇÃO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: PERSPECTIVAS NO CONTEXTO ATUAL

Wanderlei Abadio de Oliveira – PUC Campinas, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
wanderleio@hotmail.com

O ser humano nasce com o chamado impulso epistemofílico, caracterizado pelo desejo de descobrir a verdade, investigar e explorar o mundo. Durante o processo de escolarização, por meio das práticas educacionais, percebe-se que esse impulso às descobertas ou à investigação é arrefecido. As respostas prontas sobrepõem-se, e a formação escolar não estimula o pensamento crítico e reflexivo. Quando o estudante ingressa na graduação, esse contexto tende a transformar-se minimamente, mas os traços da formação básica, relacionados à repetição de conteúdos, à busca por respostas óbvias ou em oposição e à educação binária ainda se fazem presente. Então, os professores do ensino superior precisam romper essa lógica, auxiliar os estudantes na ressignificação do processo de ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, contribuir com a formação técnico-científica para o exercício de cada profissão. Além disso, muitos professores e professoras assumem a orientação de projetos de iniciação científica e, nesse sentido, podem restaurar nos estudantes a alegria de perguntar, ter curiosidade, examinar e explorar fenômenos, situações e grupos. Então, promove-se uma inserção no mundo da pesquisa científica para a criação de narrativas e interpretações raciocinadas. Produzem-se documentos, textos e manuscritos, mas principalmente, são formados jovens pesquisadores que, depois de seduzidos pelas práticas de pesquisa, podem aprofundar os conhecimentos. A iniciação científica também é espaço para o exercício da ética na academia. Durante o tempo difícil da pandemia da COVID-19, professores, professoras e estudantes precisaram reinventar-se para produzir seus estudos e não perder de vista o caráter pedagógico que a iniciação científica contém. Pesquisas foram reformuladas, encontros realizaram-se de forma remota, e estratégias de coleta de dados redefiniram-se. Esse movimento parece oferecer um lembrete sobre a importância de continuar pensando questões relevantes em diferentes áreas, de não estacionar e, principalmente, de identificar o significado que a produção do conhecimento assumiu nesse tempo difícil, pois muitos pesquisadores relatam como a pesquisa e as atividades dela decorrentes auxiliaram a manter a saúde mental, por exemplo.

Palavras-Chave: Iniciação científica. Pesquisa. Pandemia. COVID-19. Saúde mental.

COMPETÊNCIA DIGITAL DE DOCENTES DA EAD PARA MINISTRAR AULAS EM LABORATÓRIOS VIRTUAIS

Flávio César de Siqueira Marques – UniCEUB, coordenador no Núcleo de Educação a Distância, NEaD
flavio.marques@ceub.edu.br

A docência na Educação a Distância (EaD), ao empregar recursos de laboratórios de informática virtuais, impõe desafios adicionais de capacitação tecnológica prévia especialmente na qualificação de estudantes dos cursos de Tecnologia da Informação (TI). Para estes cursos, uma das principais componentes de aprendizado é a realização de aulas práticas de laboratórios com modernas ferramentas de computação. Conforme o *framework* de competências digitais para cidadãos (DigComp), ora em uso por países do continente europeu e de outras partes do mundo, os componentes-chave para o desenvolvimento de cidadãos conectados incluem: informação e letramento digital; comunicação e colaboração; criação de conteúdo digital; segurança e resolução de problemas. Nesse sentido, esta palestra tem por objetivo relatar a experiência de capacitação de docentes de EaD para o desenvolvimento de aulas práticas de TI em laboratórios virtuais, realizada em 2020, em paralelo com o *framework* DigComp, publicado e mantido pelo Serviço de Conhecimento e Ciência da Comissão Europeia. Para tanto, utiliza-se abordagem de pesquisa descritiva com pesquisa de opinião, estudo de caso e pesquisa bibliográfica e/ou documental, para a construção e a operação de curso de laboratório de informática virtual para docentes, na modalidade a distância. O curso é composto de material autoinstrutivo digital, disponível em ambiente virtual de aprendizagem, de tal forma que os docentes possam realizá-lo no seu ritmo, conforme a disponibilidade de tempo para a tarefa de autoaperfeiçoamento. Os resultados da pesquisa indicam que o formato do curso atende às necessidades de qualificação dos docentes, inclusive permite que os professores alcancem diversos níveis de competência digital, previstos no DigComp. Após a pesquisa opinião, junto aos docentes, as oportunidades de melhoria sugeridas confirmam a efetividade do curso e os resultados atingidos durante as práticas de laboratórios. Com base neste estudo, pode-se concluir que as dinâmicas incluídas no curso para docentes propiciam que professores desenvolvam competências e habilidades para a execução de aulas práticas de TI, com o apoio de laboratórios de informática digitais.

Palavras-Chave: Competências digitais. Capacitação docente. Educação a Distância.

DESAFIOS A UM BRASIL GLOBAL: REFLEXÕES DE UM GRUPO DE PESQUISAS NO UniCEUB

Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito
paulo.almeida@ceub.edu.br

O objetivo da palestra é o de apresentar os principais desafios ao Brasil, sobretudo no plano econômico, para inserir-se, plenamente, na globalização. Assim, discorre-se sobre os principais temas da história econômica do Brasil, a longo prazo e na conjuntura da terceira onda da globalização, quando as relações econômicas internacionais são profundamente influenciadas pela irresistível ascensão da China e pelos seus efeitos no plano global, uma vez que o gigante asiático já é o principal parceiro comercial de muitos países, inclusive do Brasil, e deve ser o grande investidor no futuro próximo. Mediante síntese sobre a história econômica do Brasil no século XX, com ênfase na conjuntura das últimas três décadas, que correspondem à terceira onda da globalização, considera-se que as características principais da inserção econômica internacional do Brasil nessa fase não são das mais exitosas, pois o país perdeu o ritmo de crescimento sustentado das décadas de 1930 a 1980, quando ingressou num período de baixo crescimento e de baixa competitividade externa. Existem desafios estruturais ao processo de globalização da economia brasileira, conjunturalmente agravados pela pandemia da Covid-19. O Brasil necessita superar sua fase de baixo crescimento e mudar aspectos essenciais de suas principais políticas econômicas com destaque para: estabilidade macroeconômica nas políticas monetária, fiscal e cambial; competitividade microeconômica com base em políticas setoriais de produtividade nas áreas industrial, agrícola e do comércio exterior; boa governança, em especial, nas áreas administrativa e jurídica, que necessitam de reformas para reduzir os custos de transações para o setor privado; alta qualidade de recursos humanos, o que requer verdadeira revolução educacional para ganhos de produtividade; abertura econômica aos investimentos estrangeiros e liberalização comercial para maior inserção do Brasil nos mercados internacionais. Nesse sentido, apresentam-se os requerimentos básicos para que o Brasil enverede por nova fase de crescimento sustentado com transformações produtivas, inovações tecnológicas e distribuição social dos resultados desse processo.

Palavras-Chave: Interdependência global. Economia mundial. Globalização. Desafios ao Brasil. Crescimento sustentado.

IMPORTANCIA DE LA INVESTIGACIÓN CIENTÍFICA EN LOS ESPACIOS ESCOLARES

Olga Gómez Ortiz - Universidad de Córdoba, Psicología
olga.gomez@uco.es

La investigación aplicada al contexto escolar no solo es un proceso empírico que enriquece el conocimiento sobre este medio, sino una herramienta que puede mejorar la vida de los miembros de la comunidad educativa a distintos niveles. Sin embargo, no es fácil plantear un proceso investigativo focalizado en este ámbito dada la diversidad de personas que lo componen y la particularidad de este microsistema, que, a su vez, se encuentra influido por otros sistemas a nivel micro y macro. El objetivo de esta conferencia es ofrecer las claves para el planteamiento de una investigación focalizada en el contexto educativo. Dentro de la metodología se pondrán como ejemplos los dos proyectos que coordino y en los que he trabajado la propuesta de su planteamiento para obtener financiación pública. El primero de ellos es el proyecto BOOST con referencia H2020-SCI-2017-PM-07-755175, financiado por la Comisión Europea, y el segundo el proyecto IMEPA con referencia PSI2019-111241RA financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación del Gobierno de España. En los resultados se destacan las siguientes fases: surgimiento de una pregunta, revisión de la literatura, formulación de objetivos, planteamiento de la metodología, ejecución, análisis de resultados y diseminación y transferencia. Se discute el proceso teniendo en cuenta las particularidades del contexto y de la cultura.

Palabras-Clave: Investigación Científica. Educación.Espacios Escolares. Cultura.

MÉTODOS QUANTITATIVOS NA PESQUISA CIENTÍFICA COMO FERRAMENTA DE TOMADA DE DECISÃO

Elisângela Aparecida da Silva Lizzi – Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, Estatística
elisangelalizzi@gmail.com

A pesquisa quantitativa é amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento e está presente em estudos psicométricos, pesquisas de opinião, economia, saúde, políticas públicas e intervencionistas, além de áreas de novas abrangências, como pesquisas com DNA e nanotecnologia. No processo de tomada de decisão, é necessário aparato numérico e medidas de impacto, para mensurar o ônus e o bônus que o processo decisório pode implicar no cotidiano dos envolvidos. Então, métodos quantitativos em pesquisa científica são instrumentos potentes e úteis nas situações que envolvem hipóteses pré-estabelecidas e deliberações em vários níveis. Durante a pandemia de COVID-19, são utilizados vários recursos para mostrar a evolução do número de casos, a taxa de transmissão, o número de óbitos, as projeções de casos novos e os impactos em populações vulneráveis, por meio de gráficos, mapas temáticos, tabelas descritivas e cálculos probabilísticos. Essas métricas passaram a fazer parte de noticiários televisivos, jornais e mídias sociais para além da visibilidade dos artigos técnico-científicos e dos relatórios de gestão, estão em evidência e precisam ser interpretadas pela população, a fim de estabelecerem-se protocolos de biossegurança como compromisso para o bem-estar social de todos. Vale salientar que os números em si não respondem aos questionamentos se não houver uma tessitura passível de interpretação com o contexto no qual estejam inseridos. Assim, é necessário desmistificar o saber quantitativo e fazer um paralelo coerente sobre suas implicações e utilização, com o objetivo de evitarem-se conjecturas errôneas, embasadas em números distorcidos. A proposta central da análise ancorada em métodos quantitativos é fazer uma interlocução com a prática clínica, o saber qualitativo e o contexto histórico antropológico social para o fenômeno em estudo, de forma sistêmica, com discussão interdisciplinar entre os envolvidos. Desse modo, o valor numérico deve ser convertido em ações e projetos tangíveis para promover mudanças e estabelecer diretrizes em situações decisivas que são importantes no dia a dia.

Palavras-Chave: Pesquisa. Métricas. Métodos quantitativos.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MESTRADO EM DIREITO

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

"ESTÉRIL" DECISIS: A AUTOVINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES E OS FATORES DE ESTABILIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL NO STJ

Murilo Laureano Pinto – UniCEUB, mestrando em Direito
murilo.pinto@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa verifica a aderência do STJ a seus precedentes e os fatores que influenciam a estabilização da jurisprudência da corte. Trata-se de 5 temas sabidamente divergentes entre 2003 e 2007, para identificar como evoluiu a compreensão dos órgãos do tribunal. Apontam-se mitos acerca da doutrina de precedentes vinculantes, constantes no CPC/15, e ressalta-se a importância da lacuna da cultura jurídica nacional na aplicação estável da jurisprudência. A partir dos fatores de estabilização, consideram-se medidas para mitigar a oscilação dos entendimentos, e reconhece-se, a par disso, a impossibilidade de eliminação utópica da divergência.

Palavras-Chave: Decisões estruturantes. Código de Processo Civil. Negócio jurídico processual. Conciliação e mediação. Audiências públicas. Cláusulas gerais.

"MINHA IRMÃ FOI VÍTIMA DE JUSTIÇA FALHA E INCOMPLETA": DOXAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO SISTEMA DE JUSTIÇA – ESTUDO DE CASO

Rejane Zenir Jungbluth Teixeira Suxberger – UniCEUB, mestranda em Direito
rejane.suxberger@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O sistema de justiça, ao ignorar a perspectiva de gênero nas tomadas de decisões, naturaliza comportamentos que contribuem para a opressão masculina sobre a feminina. Esta dissertação investiga se há internalização dominante e opressora pelos/as operadores/as do sistema de justiça, amparados/as por práticas e discursos de aspectos jurídicos que retraduzem a esfera social para seu próprio campo. Valendo-se das categorias desenvolvidas por Pierre Bourdieu, identificam-se os campos dos discursos e da retradução das violências, e problematiza-se a doxa como crença central, situada entre os campos da vítima, do agressor e dos/as agentes do sistema de justiça. A doxa é apresentada como uma opinião consensual que regulamenta a luta pela dominação do campo. As origens sociais dessas crenças e práticas são desconhecidas, mas são socialmente válidas, atuam inconscientemente e naturalizam o estado de coisas sem questionamentos. O patriarcado é apontado como o principal elemento que contribui para reproduzir e naturalizar a ordem existente, perpetuado não somente pelas vítimas, mas também pelo sistema de justiça. De um lado, as condutas pautadas na doxa significam submissão corporal e inconsciente, em que o funcionamento uniforme do *habitus* auxilia a adaptação do vivenciado pelas mulheres. De outro lado, as práticas judiciais desprovidas do olhar de gênero invertem a lógica protetiva e trazem, para o campo jurídico, a compreensão da doxa patriarcal consistente em tolerar a violência contra a mulher, dentro de determinado limite, em suposto favor à conveniência familiar. O trabalho coteja a estrutura social e os grupos com seus discursos e práticas, oriundos do poder nos respectivos campos, para problematizar e constatar a manutenção dessa estrutura como ensejadora da violência, considerando que os discursos e as práticas continuam fortemente marcados pela cultura patriarcal que, historicamente, mantém a mulher em uma posição de submissão nas relações de gênero. A partir do marco teórico de Bourdieu, a investigação qualitativa, na análise de discursos, vale-se de exame documental de um estudo de caso mediante a epistemologia feminista e a revisão da literatura específica produzida sob o mesmo referencial teórico, a fim de, evidenciadas as doxas que orientam as práticas dos/as agentes envolvidos/as no caso e com inspiração em julgamentos feministas, propor nova lente para análise e julgamento do caso. A falta de efetividade das decisões judiciais é comprometida por meio das heurísticas e dos vieses cognitivos que colaboram para a manutenção da violência dentro de casa. A contribuição da investigação consiste em aproximar a teoria ao campo prático, demonstrando o quão o sistema de justiça se encontra marcado pela doxa que subjuga as mulheres nas tomadas de decisões e na reiteração de práticas sem a perspectiva de gênero.

Palavras-Chave: Análise de discurso. Doxas. Feminismo. Sistema de justiça. Violência doméstica.

A APLICABILIDADE DA CLÁUSULA DO TRATAMENTO JUSTO E EQUITATIVO AO BRASIL

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – UniCEUB, mestrando em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A cláusula do tratamento justo e equitativo (TJE) constitui a principal norma consuetudinária do Direito Internacional dos Investimentos. Essa importância é aquilatada ao longo de décadas, tanto em razão da celebração de tratados de proteção de investimentos quanto pela evolução decorrente das decisões de tribunais arbitrais. No entanto, o Brasil recusa-se a aceitar a inclusão dessa norma em seus Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), fazendo-o sob um discurso calcado em argumentos de soberania nacional. Não obstante, ainda que os ACFI não prevejam a cláusula TJE, a análise empreendida neste trabalho identifica a manifestação daquela norma no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o exame das categorias do TJE, como expectativas legítimas, proporcionalidade, razoabilidade, não discriminação, transparência, devido processo legal e boa-fé, à luz do sistema jurídico brasileiro, permite concluir que o ordenamento brasileiro já confere proteção ao investidor estrangeiro na mesma envergadura da proporcionada pelo TJE. Essa constatação tem o mérito de servir de argumento ao governo brasileiro para sua relutância na aceitação da cláusula TJE.

Palavras-Chave: Direito Internacional dos Investimentos. Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Cláusula do tratamento justo e equitativo.

A DUALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL – SCR

Acelma Cristina Silva – UniCEUB, mestranda em Direito
acelma.silva@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

Os objetivos do trabalho são tratar do Sistema de Informações do Banco Central – SCR, demonstrar as características que o diferenciam dos órgãos restritivos de crédito e definir as regras do ordenamento jurídico que lhe são aplicáveis. Analisa-se a importância das informações financeiras do cliente para a política de crédito e a relevância da supervisão bancária, para mitigar os riscos dos sistemas financeiros nacional e global. O SCR foi criado para auxiliar o Banco Central, com exclusividade, no controle qualitativo e quantitativo das carteiras de crédito das instituições bancárias, além do tratamento geral de dados. Em outra vertente, o compartilhamento das informações, consentido pelo titular, revela às instituições financeiras intervenientes apenas informações consolidadas sobre o montante de crédito contratado, no âmbito do sistema financeiro e a pontualidade no pagamento, excluídas as operações com atraso superior a 60 dias. As instituições financeiras utilizam esses dados para avaliar o risco do tomador de crédito. Na medida em que a valoração positiva e negativa depende dos efeitos causados pelo tratamento das informações, conclui-se que apenas o compartilhamento do SCR configura banco de dados público de natureza híbrida, destinado exclusivamente às instituições financeiras cadastradas, que apresenta informações com vieses positivos e negativos, com potencialidade para repercutir na vida financeira do titular dos dados. Trata-se de decisões do Superior Tribunal de Justiça que equipararam a supervisão bancária e o compartilhamento do SCR aos órgãos restritivos de crédito, as quais revelam que, no tocante ao mercado financeiro, o controle judicial adentrou no mérito administrativo dos atos normativos e reconfigurou a competência do Poder Executivo. Nas conclusões, são diferenciadas as atividades desenvolvidas no mercado financeiro e no mercado de consumo e as potencialidades de danos aos titulares dos dados à luz do positivado no artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor e na Lei do Cadastro Positivo, tudo quanto ao sentido e ao alcance do SCR, com destaque para a soberania financeira e a garantia do desenvolvimento sustentável do país.

Palavras-Chave: Banco de dados público. Sistema de supervisão bancária. Privacidade. Desenvolvimento econômico. Limites da revisão judicial.

A EFETIVIDADE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO STF NO CONTEXTO DE UMA CONSTITUIÇÃO ABERTA

Jean Claude O'Donnell Braz Pereira – UniCEUB, mestrando em Direito
jean.claude@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

O trabalho tem por objeto avaliar a efetividade das audiências públicas do Supremo Tribunal Federal (STF) no contexto da jurisdição constitucional e da crescente complexidade fática e jurídica das questões levadas à Corte. Nesse sentido, pela análise das audiências públicas realizadas e documentadas, avalia-se se ocorreu equilíbrio e igualdade entre as partes, com representantes das diferentes teses em disputa; se houve real diálogo ou troca de conhecimento durante as audiências; se os argumentos deduzidos pelos expositores nas audiências ensejaram a qualificação dos votos lavrados e da decisão final; se a posição adotada pelo STF implicou uma posição ativista ou se prestigiou uma posição originalista. Não se fez necessário que todos os magistrados votantes fizessem referência expressa às audiências, a fim de permitir uma análise qualitativa à luz das questões em discussão. A hipótese testada é que a pretensão de abertura a uma sociedade aberta de intérpretes, mais do que um mecanismo de participação democrática, revela-se como justificativa do Tribunal para decidir questões subtraídas ao legislador em um posicionamento ativista, com autoconteção, com fundamentos não originados do processo dialógico, mas das razões de seus próprios ministros.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Audiências públicas. Jurisdição constitucional. Constituição aberta. Ativismo judicial.

A EFICIÊNCIA DAS MEDIDAS DA POLÍTICA PÚBLICA FEDERAL DE INCENTIVO À MANUTENÇÃO E À CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Bráulio Henrique Lacerda da Natividade – UniCEUB, mestrando em Direito
braulio.henrique@sempreceub.com
Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

O Brasil teve grande impacto em sua economia, com drástica redução do consumo e da produção industrial, em razão do estado de calamidade pública declarado por consequência da pandemia do coronavírus, o que explica as razões para o crescimento da taxa de desemprego no país, em comparação a períodos anteriores, e a adoção de política de manutenção e incentivo à geração de empregos. Para o enfrentamento da crise ocupacional colateral, o Governo Federal adotou uma política pública, a fim de evitar demissões, garantir renda mínima aos trabalhadores e incentivar a contratação por meio da flexibilização de direitos e de garantias trabalhistas, além de oferecer incentivos econômicos à sociedade privada. Como importante parte dessa política, a Medida Provisória nº 927/2020, cuja vigência foi de 22.3.2020 a 19.7.2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional. Durante sua validade, a referida norma trouxe pontos de flexibilização de direitos no benefício dos interesses dos empregadores, como forma de incentivá-los a manter seus empregados, haja vista a ineficiência da Consolidação das Leis Trabalhistas para lidar com a excepcionalidade da situação. Contudo, há grande discussão no campo jurídico, sobre os supostos efeitos no combate ao desemprego. Muitas vezes defendem que, ao contrário de sua justificativa, a medida provisória facilita demissões e fragiliza os direitos dos empregados, o que ocasionou, inclusive, o ajuizamento de seis Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Na mesma esteira, a Lei nº 14.020, de 2020, publicada após a conversão da Medida Provisória nº 936 de 2020, em 7.7.2020, também configura uma das ações da política pública federal para combater o desemprego, pois criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda com os objetivos de preservar o emprego e a renda, garantir a continuidade das atividades laborais e empresariais e reduzir o impacto social decorrente das consequências do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública. A análise desses temas sob o enfoque jurídico, inclusive sob o ponto de vista dos julgados da Suprema Corte, em colaboração com os dados sociais e econômicos, mediante a análise dos dados de 2020, indicarão a eficiência da política pública adotada no combate ao desemprego. Caso comprovada a validação das suas ações perante o ordenamento jurídico e obtidos os resultados positivos do ponto de vista econômico, por meio do alcance da estabilização ou da verificação do baixo crescimento das taxas de desocupação, sob a visão de um período emergencial, as medidas planejadas deverão conduzir mudanças nas regras trabalhistas existentes e indicar procedimentos futuros a ser observados em outros casos de comoção pública, devida a situações extraordinárias.

Palavras-Chave: Desemprego. Política pública. Crise. Covid 19.

A FUNÇÃO NORMATIVA DOS CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NA INDUÇÃO DO SISTEMA DE ARTICULAÇÃO TRANSVERSAL DO PNAE: A PARTICIPAÇÃO DESCENTRALIZADA DA SOCIEDADE NA MOBILIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO

Naiara Ferreira Martins – UniCEUB, mestranda em Direito
naiara.martins@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

As disfuncionalidades no binômio *monitoramento e fiscalização* dos Conselhos de Alimentação Escolar implicam o controle social deficitário para o aprimoramento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Os dispositivos jurídico-normativos que institucionalizam esses Conselhos instrumentalizam uma lógica organizacional integrada, a qual estimula a descentralização e a desburocratização da gestão do Programa. Nesse sentido, compreende-se se o quadro jurídico de institucionalização dos Conselhos possibilita a articulação de mecanismos de monitoramento para o exercício de seu caráter permanente, deliberativo, fiscalizador e de assessoramento. A hipótese considera que, mesmo diante de robusto arcabouço jurídico, encontram-se ausentes os parâmetros mínimos para a realização de um plano de ação anual que estruture atividades de monitoramento para o cumprimento das atribuições dos Conselhos de Alimentação Escolar. A pesquisa constitui-se no mapeamento do funcionamento dos Conselhos de Programa e realiza o levantamento e a análise de materiais, principalmente do conjunto normativo do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, além do levantamento de informações bibliográficas. A partir disso, demonstra-se que, embora a definição do plano em ato normativo produzido pelo Fundo Nacional de Educação possa ser considerado um fator proativo em direção ao efetivo exercício do controle social, há a necessidade de internalização e aplicação no âmbito das jurisdições administrativas dos entes federados. Assim, a operacionalização desse canal de participação da sociedade requer uma matriz de orientação construída de forma coletiva com a autarquia, prevista normativamente, além do impulsionamento, também já previsto em lei, de um processo de aprendizagem constante por meio de capacitações específicas para esse fim. Ademais, esse contexto apresenta a importância da inserção de uma abordagem transversal, intrínseca ao conceito do objeto de estudo, para a mobilização de múltiplos atores no fortalecimento da gestão integrada da política de alimentação escolar, por meio dos Conselhos, como alcance do direito fundamental à alimentação.

Palavras-Chave: Conselho de Alimentação Escolar. Controle social. Abordagem transversal participativa. Direito fundamental à alimentação.

A INSTITUIÇÃO DO SEGURO DE RISCO POR DANOS DECORRENTES DO CULTIVO DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E DO USO DE AGROTÓXICOS COMO ALTERNATIVA PARA REDISTRIBUIR O ÔNUS DAS EXTERNALIDADES NEGATIVAS IDENTIFICADAS NA JURISPRUDÊNCIA

Davi Beltrão de Rossiter Corrêa – UniCEUB, mestrando em Direito
davi.rossiter@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A decisão de permitir o plantio e a comercialização de sementes transgênicas, para além da mera discussão concernente à falta de certeza científica quanto à (in)segurança do consumo dos alimentos produzidos e do dano decorrente da intensificação do uso de agrotóxicos, implica a assunção de riscos por toda a sociedade e a necessidade de elaboração da política pública correspondente. A adequada gestão dos riscos advindos do cultivo de transgênicos deveria ser realizada sob a perspectiva dos princípios ambientais, especialmente o da precaução, o da prevenção e o de solidariedade com as gerações futuras. As regras legais vigentes acerca da responsabilização por dano ambiental apontam para a solidariedade de todos os agentes que participam da cadeia produtiva, indo desde o inventor das sementes até os produtores rurais que lesionem o meio ambiente. Também sob a perspectiva da aplicação da teoria do risco integral pelo dano ambiental, prevalente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é devida a inclusão do inventor da semente no polo passivo da obrigação de reparar danos ambientais, pois é responsável pelas consequências lesivas do produto criado artificialmente. A liberação dos organismos geneticamente modificados deu-se no Brasil, sob a forte propaganda e a aceitação política de que era a única forma de atender a crescente demanda mundial por alimentos. Todavia, isso ocorreu sem a devida atuação prévia do Estado brasileiro, quanto ao planejamento e à gestão dos riscos à saúde humana, ao meio ambiente e à economia nacional, com impacto também no direito à informação do consumidor. No intuito de maximizar o bem-estar social e reduzir os custos sociais, as externalidades negativas devem ser impostas ao agente explorador da atividade econômica na proporção dos recursos naturais ou de terceiros que sejam atingidos ou consumidos, sendo essencial a atuação do Estado para incentivar medidas contra a poluição e obrigar o poluidor a internalizar o efeito negativo de sua atividade econômica no custo da indústria. Considerando as regras da jurisprudência sobre responsabilidade civil e distribuição do ônus pela reparação de danos, com destaque para os danos aos consumidores e os ambientais e reflexos a terceiros, do ponto de vista econômico, a solução complementar eficiente pode ser encontrada no mercado financeiro, por meio de um seguro de responsabilidade civil por riscos.

Palavras-Chave: Agrotóxicos. Dano ambiental. Organismos geneticamente modificados. Responsabilidade civil. Seguro de riscos.

A MITIGAÇÃO DO SISTEMA INQUISITÓRIO SOB O OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: UMA PERCEPÇÃO A PARTIR DA ALTERAÇÃO NO ESTATUTO DA OAB

Paulo Henrique Rodrigues Moreira – UniCEUB, mestrando em Direito
paulo.moreira@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A mitigação promovida pela legislação em 2016, no EOAB, causou um problema para a jurisdição nacional. A possibilidade de maior número de movimentação processual, permitindo o semicontraditório na fase inicial da instrução, levaria à maior participação da defesa no inquérito policial. Entretanto, isso não seria garantia de efetividade na proteção dos direitos do acusado, pois as partes, com a possibilidade de manifestar-se antecipadamente, poderiam apresentar recursos ou diligências com a finalidade protelatória, ou seja, dar maior tempo ao andamento normal do processo, embora tenha havido outra alteração promovida pelo legislador em 2019, em relação ao famigerado pacote anticrime. Quanto ao juiz de garantias, o Supremo Tribunal Federal, mediante a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 6.299, suspendeu a sua aplicação. Afinal de contas, a implementação do juízo das garantias causaria impacto financeiro enorme ao Poder Judiciário, especialmente, com as necessárias reestruturações e redistribuições de recursos humanos e materiais e o incremento dos sistemas processuais e das soluções de tecnologia da informação. Diante disso, retoma-se a inquietude quanto ao modelo de atuação inserido no processo penal brasileiro. Nesse sentido, a Análise Econômica do Direito (AED) pode contribuir para a identificação do que é injusto, pois considera-se que toda regra, ao gerar desperdício, seja ineficiente e injusta; além disso, é impossível qualquer exercício de ponderação se quem o realizar não souber mensurar o que está em cada lado da balança, isto é, sem a compreensão das consequências reais dessa ou daquela regra. A juseconomia auxilia a descobrir o que se obtém com dada política pública e do que se abre mão para alcançar resultado. A presente investigação do tipo exploratório faz o levantamento de informações sobre o objeto e delimita o campo de trabalho mediante o mapeamento dos possíveis contornos sobre a participação da defesa na fase investigatória, efetiva ou não, após a alteração legislativa promovida pela lei 13245/16, que modificou o Estatuto da OAB e permitiu participação maior do advogado no inquérito policial, tendo como perspectiva a AED. Investigam-se, além das consequências jurídicas, os benefícios aos direitos fundamentais dos envolvidos, utilizando o suporte da abordagem mista, quantitativa e qualitativa com coleta de dados pelo método indutivo.

Palavras-Chave: Análise Econômica do Direito. Eficiência. Processo penal.

A MORALIDADE COMO ELEMENTO AUTÔNOMO NAS CONDENAÇÕES POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA *STRICTO SENSU*

Acácia Regina Soares de Sá – UniCEUB, mestranda em Direito
acaciars@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O princípio da moralidade administrativa alcançou importância e destaque no direito público brasileiro, especialmente no âmbito da probidade administrativa, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo tratado como símbolo de combate à corrupção. Sua violação é considerada como ato de improbidade administrativa nos termos do artigo 11 da Constituição Federal. No entanto, tratando-se de um princípio com conteúdo vago e alta subjetividade, faz-se necessária a utilização de parâmetros objetivos para a caracterização de sua transgressão, de modo a impedir a violação de direitos e garantias fundamentais, a exemplo do contraditório e da ampla defesa. Assim, a dissertação analisa, por meio de pesquisa empírica das petições iniciais e dos julgados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, os parâmetros utilizados para a condenação pela prática de ato administrativo, em razão da violação autônoma do princípio da moralidade administrativa. Para tanto, foram selecionados e analisados os julgados que se referiam, simultaneamente, aos termos *improbidade* e *moralidade* no período de 1993 a 2019. A pesquisa valeu-se, igualmente, de revisão bibliográfica com base na literatura vinculada direta ou indiretamente ao tema e de revisão documental. Ao final, foi possível concluir a inexistência de parâmetros objetivos para a fundamentação da eventual condenação pela prática de ato administrativo, em razão da violação autônoma do princípio da moralidade administrativa, sendo o referido princípio, na maior parte dos casos, utilizado como reforço argumentativo, para embasar a condenação pela prática de ato de improbidade administrativa diverso. Nesse sentido, verificou-se que pode ocorrer a violação de garantias e de princípios constitucionais, a exemplo do contraditório, da ampla defesa e de princípios, como a segurança jurídica e a impessoalidade. Entretanto, ainda que a inexistência mencionada inviabilize sua utilização como norma sancionadora, contatou-se a centralidade do princípio da moralidade administrativa no âmbito da ação civil pública, por ato de improbidade administrativa, sendo considerado um dos seus pilares, o que justificou sua utilização como reforço argumentativo em uma parcela dos julgados, embora o motivo da condenação se fundamentasse na prática de ato de improbidade administrativa diverso de sua violação. Dessa forma, ao final da pesquisa e diante dos resultados, foi possível observar que a manutenção da violação do princípio da moralidade administrativa como hipótese autônoma de condenação pela prática de ato administrativo subtrai parcela da efetividade da Lei n.º 8.429/92, tendo em vista que não se verifica sua viabilidade prática, uma vez que, na maior parte dos casos, a violação ao referido princípio está vinculada à prática de ato de improbidade administrativa previsto nos artigos 9º, 10 ou em algum dos incisos do artigo 11 do diploma legal mencionado, o que apresenta como consequência indireta o enfraquecimento do combate à corrupção no Brasil.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Regulação. Participação social.

A POLÍTICA CORRECIONAL DA UNIÃO: DE ONDE VIEMOS, ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?

Luciano Rosa Vicente – UniCEUB, mestrando em Direito
luciano.vicente@sempreceub.com
Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – UniCEUB, professor orientador
carlos.britto@ceub.edu.br

O objetivo da investigação é esclarecer quais foram os resultados da política correcional de flexibilização de sanções disciplinares aos servidores públicos civis da União e avaliar se essa é a melhor trilha disciplinar para o serviço público federal, cujas práticas refletem-se nas esferas estaduais e municipais, que costumam usar o molde estatutário federal para talhar seus estatutos de servidores e políticas disciplinares. A hipótese principal é que a política federal de substituição de penalidades para infrações disciplinares leves é efetiva, por isso deve continuar seguindo a esfera penal e concentrar seus recursos correcionais na elucidação das infrações graves; assim, deve investir em instrumentos que substituam os PAD nas apurações de infrações menores, como, por exemplo, o termo de ajustamento de conduta (TAC), que alcança a suspensão de até 30 dias. A pesquisa justifica-se pela importância de descobrir qual é o impacto da flexibilização no quadro de punições do serviço público e se essa política punitiva mais branda é a melhor para o sistema correcional brasileiro, pois, se, de um lado, poupam-se recursos para investir nos casos mais graves de corrupção, de outro, arrisca-se a passar a mensagem de que há um sinal verde para as infrações menores, apequenando a esfera pública. Quanto à metodologia, a pesquisa é exploratória, descritiva, explicativa, bibliográfica, aplicada e quantitativa e usa a técnica de documentação indireta. Operacionalmente, desenvolve-se em três etapas: a primeira examina o referencial teórico para historiar a evolução do sistema correcional brasileiro, as políticas que adotou e os instrumentos de substituição de penalidades. A segunda investiga os bancos de dados da CGU e focaliza dois períodos distintos: os três anos anteriores à criação do TAC (de maio de 2014 a maio de 2017) e os três anos seguintes (de junho de 2017 a dezembro de 2020). Em ambos os períodos, verificam-se quantas denúncias foram arquivadas por ausência de ilicitude material; quantos PAD com aplicação de pena capital foram concluídos; qual é o tempo médio de tramitação. No levantamento do segundo período, observa-se quantos TAC foram celebrados, uma vez que esse instrumento deitou suas raízes em 2017, no solo da Instrução Normativa CGU n° 2/2017, para infrações potencialmente puníveis com advertência e foi reestilizado com a roupagem da Instrução Normativa CGU/CRG nº 17/2019, para incluir as suspensões até 30 dias. Comparam-se as estatísticas levantadas nos dois períodos, antes e depois da implantação do TAC, para verificar se os recursos economizados com a não apuração das infrações leves foram revertidos para as investigações de casos graves ou se foram desperdiçados. Além disso, avalia-se se a política de substituição das punições de infrações leves aumenta a sua prática, o que pode ser identificado no fluxo da quantidade de denúncias.

Palavras-Chave: Política correcional. Sanções disciplinares. Servidores públicos. Termo de ajustamento de conduta. Corrupção.

A POLÍTICA CRIMINAL BRASILEIRA NOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA: RECORTE DA CRIMINALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA NO DISTRITO FEDERAL

Rafael Augusto Alves – UniCEUB, mestrando em Direito
rafael.alves@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação trata da política criminal brasileira em relação aos crimes tributários. Com abordagem integrada, a pesquisa evidencia que a construção normativa e jurisprudencial do Direito Penal Tributário Brasileiro se orienta para um tratamento mais benevolente aos criminalizados por esse delito. Ao tempo em que reforça a ideia criminológica de inerente funcionamento seletivo de nosso sistema de justiça criminal, demonstra-se que tal característica resta potencializada no âmbito delitivo. O recorte empírico é o Distrito Federal, notadamente a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, representada pelos julgamentos das apelações criminais das ações penais sobre o assunto realizados desde a edição da Lei n. 8.137/90 até o ano de 2019.

Palavras-Chave: Crimes contra a ordem tributária. Política criminal. Seletividade. Direito Penal Tributário.

A PRÁTICA DO CAMPO PENAL JUVENIL NO DISTRITO FEDERAL: DOXA PUNITIVA, GOVERNANÇA E INTERSETORIALIDADE

Ana Cláudia de Souza Valente – UniCEUB, mestranda em Direito
ana.valente@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A dissertação de mestrado, amparada em pesquisa empírica realizada no Distrito Federal, indica os pilares de um modelo de atendimento socioeducativo que guarde sintonia com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo. A hipótese levantada é que a efetividade do campo de administração da justiça juvenil se subordina, entre outros fatores, a estratégias de governança apoiadas na intersetorialidade e na interferência do *habitus* dos agentes do campo socioeducativo que atuam espelhados na doxa punitiva. O objetivo geral é verificar a doxa do atendimento oferecido pelos atores que exercem suas atribuições no DF, especialmente quanto às práticas nos campos da saúde, da educação, da profissionalização, da alimentação e, inclusive, no que toca à individualização, à brevidade e à excepcionalidade da medida socioeducativa de internação. Os objetivos específicos são reconhecer a existência do *habitus* punitivo nas práticas socioeducativas de internação, por meio da descrição da evolução histórica dos modelos de responsabilização penal juvenil; descrever um contexto empírico de governança em rede e intersetorial do campo socioeducativo no Brasil e no Distrito Federal; verificar e validar as hipóteses levantadas. A metodologia é composta de análise documental, pesquisa qualitativa, consistente em entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a atores do campo socioeducativo, além de visitas *in loco* com observação participativa e revisão de literatura. Os marcos teóricos da responsabilização penal dos adolescentes foram fundamentados em Bourdieu, especialmente sobre campo, *habitus*, retradução, doxa e capital, para compreender as bases viciadas do funcionamento do campo socioeducativo, já que Bourdieu explica a distância entre as definições de competências objetivas fixadas aos agentes e o que realizam em suas práticas sociais. Ao final, a pesquisa concluiu que as bases de um modelo de responsabilização penal juvenil devem constituir-se por governança intersetorial menos punitiva, com maior atenção a políticas pedagógicas de atendimento. No DF, revelou-se a insuficiência de capacitações na temática socioeducativa, o que contribui para a dificuldade dos atores de compreender os seus papéis e, consequentemente, de atuar conforme a previsão normativa, e para a pluralidade de *habitus* que levam a disputas internas e dificultam a sedimentação de políticas socioeducativas. Ademais, comprovou-se existir naturalização de práticas contrárias aos direitos dos adolescentes sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação, reproduzindo práticas do sistema penal adulto, um isomorfismo que impede a efetividade dos direitos e das garantias prescritos aos adolescentes autores de atos infracionais.

Palavras-Chave: Justiça penal juvenil. Governança. Intersetorialidade. Políticas públicas. Praxiologia.

A PRECARIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA COMO OBSTÁCULO À CONQUISTA DOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL

Marcela Carvalho Bocayuva – UniCEUB, mestranda em Direito
marcela.bocayuva@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Esta dissertação analisa os principais problemas de uma agenda política social que geram desigualdade já que a falta de organização estrutural e a precarização dos serviços da previdência demonstram ser obstáculos ao acesso aos direitos da seguridade social. Destaca-se a contextualização da seguridade social e o recente descompasso entre o texto constitucional legislado e a realidade prática, que se traduz na dificuldade do cidadão em acessar benefícios garantidos por lei. Afirma-se que os temas da burocracia para a garantia de benefício com caráter alimentar, a judicialização da matéria previdenciária e assistencial e a falta de cobertura assistencial devem ser enfrentados à luz do desenvolvimento institucional de um sistema previdenciário mais eficiente, com intuito de proteger os direitos fundamentais e promover a redução da desigualdade social. Para confirmar essa premissa, utiliza-se como metodologia a revisão de literatura, a pesquisa empírica com aplicação de questionários, as entrevistas intensivas semiestruturadas e a análise de dados quantitativos e qualitativos. O aprofundamento do tema versa sobre a precarização crescente dos serviços da previdência, a falta de informação adequada ao cidadão vulnerável, a falha de alcance nacional aos cidadãos que necessitam de benefícios previdenciários e assistenciais e o fomento à desburocratização do sistema da previdência social para que se possam atingir as garantias constitucionais perquiridas pelo constituinte. Tal incentivo pode influenciar o Estado a facilitar a concessão dos direitos sociais já conquistados pelo fomento da informação adequada e da transparência, pelo aperfeiçoamento da gestão pública ou pela desburocratização.

Palavras-Chave: Previdência. Redução da desigualdade social. Burocracia. Informação. Direitos sociais.

A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR EM FACE DA PRÁTICA DA OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA

Bruna Sheylla de Olivindo – UniCEUB, mestranda em Direito
bruna.olivindo@sempreceub.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

Foram criadas estratégias capazes de escoar a produção e estimular o consumo, para atender a demanda produtiva, estabelecida pela economia crescimentista. Nesse sentido, o consumo distanciou-se da satisfação de necessidades básicas e passou a ser representado pela ideia de felicidade forjada pelo sistema produtivo. A obsolescência programada apresenta-se como estratégia que consiste na redução proposital, pelos fornecedores, da vida útil dos produtos no mercado. Este trabalho tem por escopo demonstrar que, a depender de como é utilizada, a prática da obsolescência programada pode ser prejudicial ao consumidor, analisando, principalmente, seu caráter abusivo diante do sistema de proteção ao consumidor instituído no Brasil, por meio do Código de Defesa do Consumidor. Desse modo, a obsolescência programada pode contrariar os princípios da informação, da boa-fé objetiva e da equidade, norteadores do Código de Defesa do Consumidor. Assim, trata-se de como o Poder Judiciário se comporta diante de tal prática, considerando a ausência de previsão legal. Para tanto, fundamenta-se na técnica de pesquisa, revisão e análise crítica das referências bibliográficas sobre o tema. Conclui-se que o Código de Defesa do Consumidor contém dispositivos capazes de combater, de forma reflexa, o excesso da prática da obsolescência programada, entretanto, diante da pouca divulgação sobre a existência de tal prática, o consumidor desconhece meios capazes de proteger seus anseios e o seu patrimônio. Assim, a pesquisa fundamenta-se na proteção do consumidor, vai contra a prática da obsolescência programada e mostra seus efeitos danosos, pois, além de afetar a expectativa do cidadão sobre o produto, lesa seu patrimônio. Junto à falta de regulamentação específica sobre o tema, a escassa doutrina e a jurisprudência raríssima, nem sempre favoráveis ao consumidor, ensejam embates no Judiciário, tendo em vista os problemas elencados. Desse modo, é necessário que se reflita sobre o consumidor e sua proteção por meio da transformação do modo de produção, de políticas de desenvolvimento, da disponibilidade de produtos e de nova cultura de consumo.

Palavras-Chave: Obsolescência. Consumo. Proteção. Abusividade.

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR DIANTE DA COMERCIALIZAÇÃO DE *NANOFOODS*: ASPECTOS TÉCNICOS, REGULATÓRIOS E DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Rafael Gonçalves Fernandes – UniCEUB, mestrando em Direito
rafael.fernandes@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O propósito da dissertação consiste em enfrentar o seguinte problema de pesquisa: se há necessidade de modificação do quadro normativo brasileiro para concretizar a proteção do consumidor, no que tange à oferta de produtos alimentícios que incorporam a nanotecnologia. Primeiramente, esclarece-se que o Brasil não tem nenhuma regra específica sobre o tema, mas já contém *nanofoods* no mercado de consumo. A partir dos avanços gerados pela nanotecnologia, novas funções e potencialidades foram descobertas em insumos e ferramentas já utilizadas pela indústria. Essa nova tecnologia permite a manipulação de substâncias no nível atômico e molecular, visando à concentração de mais matéria em espaços menores. A sua aplicação na produção de bens de consumo ocorre de maneira pervasiva e disruptiva, ou seja, é possível incorporá-la em diversos campos e fases produtivas, como, por exemplo, o setor agroindustrial, de fármacos, de eletrônicos e de têxteis. Especificamente, sobre a temática dos *nanofoods*, eleita como fio condutor desta pesquisa, a literatura científica especializada indica que algumas substâncias nanotecnológicas podem gerar riscos à saúde humana. É nesse ponto que a hipótese central sugere, na fase exploratória, que as normas atuais não são capazes de proteger o consumidor seja por adoção de medidas tradicionais, preventivas e precaucionais pelo arranjo institucional dedicado à segurança alimentar, seja por aplicação das normas gerais de direito privado estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Essa hipótese é considerada inverídica em parte, na conclusão deste trabalho. O objetivo geral é verificar se a proteção do consumidor depende ou não da alteração do quadro normativo brasileiro, no que diz respeito à oferta de alimentos que incorporam a nanotecnologia. Para tanto, elencaram-se três objetivos específicos, que averiguaram o estado da arte dos seus aspectos técnicos e regulatórios, a estrutura administrativa voltada à segurança alimentar e a aplicação do CDC nas relações de consumo. A opção metodológica situou-se nos limites da linha jurídico-dogmática e do raciocínio dedutivo. Em decorrência da baixa produção de pesquisas científicas sobre a temática dos nanoalimentos no contexto nacional, o caráter exploratório foi empregado para expandir as buscas por estudos produzidos pela literatura especializada em outras línguas, mediante a pesquisa de documentos internacionais, tratados e normas domésticas e estrangeiras, além das decisões judiciais correlatas.

Palavras-Chave: Nanotecnologias. Nanoalimentos. Novas tecnologias aplicadas aos alimentos. Regulação. Direito do Consumidor.

A REFORMA INCOMPLETA DO DIREITO SINDICAL BRASILEIRO: O ESTRANGULAMENTO DO SINDICATO BRASILEIRO

Daniel Vasconcelos da Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
daniel.vs@sempreceub.com
Paulo Roberto de Almeida – UniCEUB, professor orientador
paulo.almeida@ceub.edu.br

O direito sindical brasileiro, desde a sua origem, foi alicerçado em duas premissas: contribuição compulsória; unicidade sindical. Com o advento da Lei nº 13.467/2017, que alterou dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em especial, a contribuição compulsória, que não é mais obrigatória, resta em vigor a unicidade sindical, que estipula só poder haver um sindicato de determinada categoria por base territorial, que pode ser um município ou cidade. Todavia, a Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, até o momento, não foi ratificada e promulgada pelo Brasil, prevê a liberdade sindical.

Palavras-Chave: Direito sindical. Contribuição compulsória. Unicidade sindical.

A REGULAÇÃO DA INTERNET PARA A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NOS DANOS POR CONTEÚDO DE TERCEIROS

Patricia Yurie Dias – UniCEUB, mestranda em Direito
patrícia.dias@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A dissertação analisa a regulação da internet para a proteção da privacidade contra possíveis danos decorrentes de conteúdos ofensivos publicados na internet. A justificativa do trabalho é o desafio regulatório da internet para equilibrar a proteção de dois direitos individuais: o direito à privacidade e a liberdade de expressão decorrente das novas tecnologias da internet. Assim, o objetivo do trabalho é estudar qual seria o tipo de regulação mais adequada para proteger o direito à privacidade no Brasil. A hipótese é que a mera responsabilidade do provedor de aplicações por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros na internet não garante a proteção do direito à privacidade, pois o dano já ocorreu. Além disso, o autor do dano não é responsabilizado por suas ações e beneficia-se com o anonimato. No entanto, a responsabilização dos provedores ameniza os danos por conteúdo de terceiros, por meio da indenização de danos morais e da obrigação em retirar o conteúdo infringente. O método empregado é o dedutivo com pesquisa documental, bibliográfica e jurisprudencial. Dessa maneira, a tese é que o direito à privacidade é melhor resguardado se a internet adotar a regulação responsiva, caracterizada por autorregulação, diálogo, colaboração e responsabilidade. Acredita-se que esse modelo de regulação pode reduzir os riscos reais e potenciais gerados ao direito de privacidade na internet. Nesse sentido, trata-se dos seguintes assuntos: o papel do Estado e das entidades privadas no estabelecimento de normas mínimas para atribuição de responsabilidade nos casos de publicação de conteúdo ilegal; a construção de definição de responsabilidade dos provedores de aplicação para a retirada do conteúdo ilegal da internet; a adoção da regulação responsiva para redução dos danos gerados na internet. Por fim, a conclusão é que as empresas provedoras de aplicações, por meio das políticas internas e dos manuais de boas condutas, podem adotar boas práticas para o sistema de negócios e, ao mesmo tempo, alcançar os objetivos definidos pela empresa, além de proteger os direitos dos indivíduos, como o direito à privacidade, no âmbito de conteúdo indevido gerado por terceiros.

Palavras-Chave: Regulação responsiva. Privacidade. Internet e responsabilidade.

A SISTEMÁTICA DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR NA SENTENÇA ARBITRAL PROFERIDA EM FACE DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

João Paulo Santos Borba – UniCEUB, mestrando em Direito
joao.borba@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A arbitragem, como meio alternativo e extraestatal de solução de conflitos de interesses, ganha mais espaço no sistema jurídico pátrio e é caracterizada por celeridade, *expertise*, consensualidade, confidencialidade e informalidade procedimental. A relevância da arbitragem decorre da sua consolidação, no âmbito nacional ou internacional, podendo ser constatada no *ranking* da Câmara Internacional de Comércio – CIC, em que o Brasil figura no 5º lugar de utilização da arbitragem, no mundo, inclusive em conflitos relacionados à Administração Pública. Diante desse contexto, a efetividade do cumprimento da sentença arbitral condenatória pela Administração Pública tem importância singular, tendo em vista que a celeridade é uma característica relevante da arbitragem, que pode ser mitigada se não houver o adimplemento da obrigação de pagar em tempo oportuno. Contudo, a necessidade de garantir efetividade ao cumprimento da sentença arbitral, com o objetivo de atrair investidores nacionais e estrangeiros a celebrar contratos com a Administração Pública, pode ser comprometida em razão da utilização da sistemática de precatório para o cumprimento da sentença arbitral condenatória. Existe discussão, no âmbito doutrinário, sobre a (in)aplicabilidade da sistemática de precatório para o cumprimento da sentença arbitral condenatório. A legislação brasileira e a de outros países consideram a sentença arbitral como título executivo judicial. A dificuldade consiste em localizar, no âmbito internacional ou na legislação de outros países, alguma discussão concreta sobre o cumprimento de sentença arbitral por pessoa jurídica de direito público.

Palavras-Chave: Sentença arbitral. Precatório. Administração pública.

ACORDO EM CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Felipe Costa Albuquerque Camargo – UniCEUB, mestrando em Direito
felipe.c.a.camargo@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa é analisar a possibilidade de realização de acordos em controle de constitucionalidade. Para tanto, analisa-se o texto constitucional, a doutrina constitucional e o processo constitucional. Paralelamente, são examinados os casos julgados no Supremo Tribunal Federal em que foi efetivado o acordo e as ações nesse procedimento. Em seguida, verifica-se se há algo parecido nos EUA e na Alemanha, considerando a jurisdição constitucional de cada local. Após esse apanhado, é possível avaliar se a ordem constitucional brasileira admite o acordo em controle de constitucionalidade e, caso admita, em quais hipóteses, além de observar se outros sistemas jurídicos adotam essa via de solução de conflito. O resultado a ser encontrado depende do aprofundamento da questão, uma vez que, *a priori*, mostra-se impossível admitir o acordo em controle de constitucionalidade, sob pena de esvaziamento da democracia e do Poder Legislativo. As conclusões da pesquisa são enriquecedoras para saber o rumo da jurisprudência constitucional.

Palavras-Chave: Acordo. Controle. Constitucionalidade.

ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS DOS CÓDIGOS DE PROCESSO CIVIL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO CIVILIZADOR BRASILEIRO

Bruno Sampaio da Costa – UniCEUB, mestrando em Direito
brunosampaiodacosta@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo,godoy@ceub.edu.br

O trabalho objetiva demonstrar que o direito e a sociedade evoluem em um padrão observável a ser descrito com acuidade e sutileza. O processo civilizatório, em sua organicidade e coesão, permite identificar o aperfeiçoamento das relações sociais, o aprimoramento dos comportamentos interpessoais e o polimento das instituições em dada comunidade, ao longo do tempo. A mesma dinâmica aplica-se ao direito. O método consiste na aplicação do processo civilizador ao processo civil, segundo a concepção de Norbert Elias, e investiga, sobretudo, como decide o Poder Judiciário conforme regras e princípios que se modificam ao longo do tempo. Mais detidamente, analisam-se as exposições de motivos dos códigos de processo civil brasileiros de 1939, 1973 e 2015 e o pensamento de seus criadores, partindo de uma concepção autoritária do direito e seu progresso até o ideário democrata atual. O resultado é uma evolução. Inicialmente, há a unificação das regras do processo em todo o território nacional, em 1939, com a visão autoritária da época, personificada em Francisco Campos. Em seguida, há outra codificação, de viés autoritário e centralizador, elaborada por Alfredo Buzaid em 1973. Finalmente, há o atual regramento processual, de viés democrático, elaborado não por um expoente ou representante, mas por uma comissão de juristas. Aplicou-se a metodologia da pesquisa documental e da revisão bibliográfica disponível sobre os autores das exposições de motivos dos códigos de processo civil e da literatura circundante sobre questões relevantes e pungentes da sociedade brasileira, nos períodos de elaboração das codificações. Pelo método dedutivo, o objetivo é demonstrar a incidência do processo civilizador elisiano como fenômeno abrangente em toda a sociedade, inclusive no âmbito do ordenamento jurídico. Ao final, conclui-se que é aplicável o conceito de processo civilizador ao direito e, em especial, ao processo civil, o que se evidencia pela evolução constatada no sistema, mediante a análise das exposições de motivos dos CPC de 1939, 1973 e 2015.

Palavras-Chave: Processo civilizador. Exposição de motivos. Código de Processo Civil.

AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA ESTADUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA CIRCUNSCRIÇÃO DO DF

André Pereira Crespo – UniCEUB, mestrando em Direito
andre.crespo@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
brunoamachado@hotmail.com

A dissertação tem por objeto analisar os arranjos institucionais para implementar as audiências de custódia no Distrito Federal. A pesquisa parte da necessidade de adequação da legislação brasileira às previsões nos tratados internacionais de Direitos Humanos, até a recente previsão do instituto no Código de Processo Penal brasileiro. Em seguida, trata da implantação das audiências de custódia no Brasil e explora dados estatísticos oficiais e institucionalidades no Distrito Federal. Até esse ponto, adota-se o método bibliográfico com foco em pesquisas acadêmicas, diplomas legislativos e números divulgados por órgãos oficiais. Indaga-se se os arranjos institucionais no Distrito Federal estão em consonância com os tratados internacionais de Direitos Humanos, se os arranjos institucionais das audiências de custódia no Distrito Federal se coadunam com objetivos declarados na Resolução n.º 213/2015 do CNJ, se as práticas dos operadores jurídicos adotadas nas audiências de custódia no Distrito Federal estão em conformidade com os arranjos institucionais e se as audiências de custódia no Distrito Federal são o meio mais eficaz ao enfrentamento da violência no momento da prisão. Para tanto, examinam-se os arranjos institucionais e os números da implantação no Distrito Federal, e prossegue-se com a análise das interações dos agentes institucionais com os custodiados no Distrito Federal. Essa abordagem evidencia a dificuldade de superação do antigo modelo cartorial. Sugere-se que persiste a influência dos registros dos autos de prisões em flagrante para a decretação das prisões preventivas, em detrimento da busca pela palavra do preso. Revela-se o mérito do fato para a decretação de prisões preventivas a despeito da vedação normativa, e analisam-se os dados coletados de 794 custodiados em 700 audiências de custódia etnografadas entre abril e setembro de 2019. A metodologia é a observação direta das audiências no campo, além da análise de dados, da confecção do formulário, do funcionamento das audiências e dos tipos penais mais recorrentes. Também se revela o perfil dos autuados, e analisam-se os números de prisão e liberdade dos presos em flagrante. O Supremo Tribunal Federal, ao determinar a implantação do instituto em setembro de 2015, destacou a necessidade de reduzir o desproporcional contingente de presos provisórios no Brasil. Nesse contexto, trata-se dos efeitos das audiências de custódia no contingente de presos provisórios. Por fim, verificam-se as audiências de custódia como mecanismo para enfrentar a violência no momento da prisão, ponto no qual a metodologia é bibliográfica e etnográfica, pois envolve instrumentos normativos internacionais e nacionais, explora pesquisas em outras unidades da Federação e analisa as práticas adotadas quando os agentes institucionais deparam com relatos de violência. Sugere-se, ao final, a aderência parcial das práticas dos operadores jurídicos e dos arranjos institucionais para implantar as audiências de custódia no DF, em conformidade com os tratados internacionais de Direitos Humanos e os objetivos expressos na Resolução n.º 213/2015 do CNJ.

Palavras-Chave: Audiências de custódia. Distrito Federal. Presos provisórios. Institucionalidades. Tortura.

AS BARREIRAS À DISSEMINAÇÃO DA CONSENSUALIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

Alexandre Mattos de Freitas – UniCEUB, mestrando em Direito
alexandre.mattos@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

É facilmente observável a situação de impasse experimentada por agentes públicos que lidam com contratações governamentais ante a imposição de seguir determinado preceito legal ou regulamentar ainda que o contencioso em concreto indique não ser a solução mais adequada ao interesse público exatamente a prevista, de forma literal, na norma, mas, sim, a adoção de alternativa pactuada com os interessados que esteja em consonância com o princípio da juridicidade administrativa e com o princípio constitucional da eficiência. Desse modo, o trabalho identifica as barreiras à disseminação de soluções consensuais no contexto das compras governamentais, de modo que os agentes possam ampliar o escopo de seu processo decisório, cumprindo o papel ativo de intérprete do texto constitucional e efetivo concretizador de direitos fundamentais. A metodologia é a pesquisa bibliográfica por meio da análise da legislação, da doutrina e da jurisprudência correlatas, além da literatura relacionada à administração pública consensual, especialmente no tocante às contratações públicas no Brasil. Além disso, para que se compreendam melhor os contornos práticos e o grau de extensão dos acordos, examinam-se os compromissos já firmados pela Administração Pública no bojo dos contratos administrativos, desde a publicação da Lei 13.655/2018.

Palavras-Chave: Consensualidade na administração pública. Contratações públicas. Princípio da eficiência.

AS EXCEÇÕES AO CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS PAIS PARA A COLETA DE DADOS DE CRIANÇAS PREVISTAS NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Caroline de Souza Saldanha de Oliveira Palomares – UniCEUB, mestranda em Direito
caroline.palomares@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O tema principal da pesquisa são as exceções ao consentimento prévio dos pais para a coleta de dados de crianças, previstas na Lei Geral de Proteção de Dados, sob a perspectiva da proteção especial à criança. O objetivo é demonstrar a necessidade de exemplificar conceitos abertos do artigo 14 da LGPD, especialmente, do §3º sobre as situações em que não se exige consentimento prévio dos pais para a coleta de dados da criança, quando necessário para contatar os pais ou para a proteção da criança. O problema consiste em avaliar se existem problemáticas dos normativos genéricos postos pelo artigo 14 da LGPD, com foco em quais circunstâncias são plausíveis para a coleta de dados da criança ser necessária para contatar os pais ou para protegê-la. Os conceitos gerais e importados de legislações externas, como a General Data Protection Regulation – GDPR, principal inspiração da LGPD brasileira, poderiam ou não provocar problemas por meio de lacunas legislativas ou controvérsias interpretativas na aplicação a casos concretos. Tem-se por hipótese que é possível prevenir longas e diversificadas discussões judiciais, ao exemplificar, na lei, situações relativas às cláusulas genéricas do artigo 14, §3º, da LGPD, quanto à proteção de dados de crianças. É fato que a generalidade das normas confere menor engessamento, mas a inexistência de rol exemplificativo proporciona alto grau de poder interpretativo ao Poder Judiciário e insegurança jurídica. Não se pretende taxar a norma, mas refletir se exemplificações poderiam reduzir problemas. A capitulação de proteção à criança deriva da COPPA/98, que existe há mais de duas décadas, e eleva a possibilidade de encontrar precedentes. O método de pesquisa é dogmático. É necessário o cotejo da LGPD com trechos da parte 312 da COPPA, selecionados pela relevância comparativa. Após análise preliminar, conclui-se que, aparentemente, o referido §3º categorizou as oito situações previstas no §312.5(c) em dois grupos: contatar os pais da criança e proteger a criança. No entanto, a LGPD não exemplifica o que significam essas categorias. Outra percepção é que alguns conceitos genéricos, como "esforços razoáveis para obter o consentimento dos pais", também estão previstos, porém elencam métodos de obtenção do consentimento, ou seja, a referida inspiração legal vai além da previsão da LGPD. Essas percepções preliminares confirmam que o problema de pesquisa pode, de fato, ser pequeno avanço na fronteira do conhecimento. A pesquisa realiza-se pelo estudo doutrinário de conceitos envolvidos na LGPD, sobre a necessidade de proteção ao grupo “crianças e adolescentes”, em face de sua vulnerabilidade, pelo estudo das discussões prévias à promulgação da LGPD, para analisar a vontade do legislador e pela busca, em outros países, das proposições semelhantes e de casos judiciais, artigos, trabalhos e livros que tenham relatado a problemática.

Palavras-Chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Proteção à criança. Exceções ao consentimento.

CIBERCULTURA ADOLESCENTE: "SEXTING" OU "CIBERPEDOFILIA"? PORNOGRAFIA CRIADA E TRANSMITIDA NA INTERNET POR MENORES DE IDADE E ATUAÇÃO DA PERSECUÇÃO PENAL NO BRASIL

Leandro Miranda Ernesto – UniCEUB, mestrando em Direito
leandro.ernesto@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A revolução digital transformou a maneira como as pessoas vivem, fazem compras, pesquisam, reservam um voo, ouvem música e relacionam-se. Não há um setor da economia tradicional que não tenha sido afetado. A quarta revolução industrial é produto da fusão de tecnologias, mistura as linhas entre as esferas física, digital e biológica e, em alguma medida, redefine o que significa ser humano. Nesse contexto, o número de usuários da internet tem aumentado consideravelmente, nos últimos anos, principalmente com o advento das redes sociais. Por outro lado, há usuários que fazem uso da internet para a prática de crimes, denominados de "cibercrimes" ou "crimes de informática". Entre os praticados no "ciberespaço", constatam-se "ciberpedofilia", crimes financeiros, "ciberbullying", racismo, crimes de ódio, incitação a crimes, entre outros. Esta pesquisa restringe-se ao estudo do "sexting", ou seja, o envio de mensagem de texto com conteúdo sexual. O Brasil apresenta um número infindável de infrações penais relativas à pornografia infanto-juvenil, especialmente perpetradas por adolescentes, consistentes na produção e no compartilhamento não autorizado, pela internet, de cenas de nudez ("self nude") e sexo explícito, denominada de "sexting". Essa prática aumenta exponencialmente. De acordo com estudo publicado em 2018, na revista JAMA Pediatrics, um número considerável de jovens menores de 18 anos participa ou já participou de práticas de "sexting" em algum momento; especificamente, um em cada sete (15%) envia material sensível, e um em cada quatro (27%) recebe-o. Por outro lado, desde o ano de 2008, nos Estados Unidos, muitos adolescentes são acusados, pelas leis americanas, de captar imagens sexualmente explícitas de si mesmos ou de outros adolescentes e transmiti-las a outros menores por telefones celulares ou publicá-las na internet. Outro problema é que, quando um *post* entra na internet, pode espalhar-se rapidamente, para além da pessoa a quem se destina, especialmente se esse material é hospedado em serviços digitais de outros países. Inclusive, o criminoso pode ter o anonimato facilitado pelo uso da tecnologia da informação e fomentar os crimes cibernéticos. A difusão desse material enseja ostracismo social, estresse psicológico, suicídio. Além disso, o material pode ser apreendido por redes de pedofilia virtual para uso criminoso. Dessa forma, pode-se afirmar que a revolução digital propicia aspectos positivos à sociedade, mas também outros negativos. Assim, procura-se nova ética que consiga combinar criatividade, ousadia, liberdade e, ao mesmo tempo, privacidade, veracidade, proteção contra *hackers* e contra a criminalidade *online*.

Palavras-Chave: *Cibercultura*. *Sexting*. *Ciberpedofilia*. Internet.

CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CREDENCIAMENTO OU RECREDENCIAMENTO NO ENSINO SUPERIOR

Anna Chrystina Porto – UniCEUB, mestranda em Direito
anna.cporto@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O trabalho apresenta um recorte para o estudo a ser desenvolvido e alcança o exame da legislação pertinente às questões que se referem ao controle das políticas públicas de credenciamento ou recredenciamento no ensino superior. A análise observa o sentido da estrutura legal para a regulação, o seu suporte normativo e por que os institutos ganham determinados desenhos nessa área.

Palavras-Chave: Credenciamento. Recredenciamento. Políticas públicas. Regulação. Ensino superior.

CORREDORES ECOLÓGICOS: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PARA A PROTEÇÃO DA CONECTIVIDADE ENTRE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Hannah Torres Danciger – UniCEUB, mestranda em Direito
hannah.dacinger@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Os corredores ecológicos são conexões entre unidades de conservação e fragmentos de vegetação remanescentes que visam à desfragmentação da paisagem natural. A conexão dos corredores ocorre por meio de cobertura florestal, que restabelece o fluxo gênico e o movimento da biota, o que possibilita a recuperação, a restauração e a conservação dos ecossistemas, além da melhoria na qualidade dos serviços ecossistêmicos e da preservação de espécies ameaçadas. O corredor ecológico como um instrumento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, quando efetivado, é capaz de cumprir objetivos constitucionais, legais e compromissos internacionais no tocante à matéria ambiental e ao desenvolvimento sustentável, pois tem papel relevante no processo de conservação do meio ambiente. Assim, objetiva-se analisar o tratamento conferido pelo ordenamento jurídico e verificar o cumprimento e a efetividade dos corredores ecológicos no Brasil. Inicialmente, é feita a contextualização dos conceitos de diversidade biológica, fragmentação, conectividade e corredores ecológicos. Em seguida, examina-se o tratamento jurídico brasileiro conferido aos corredores ecológicos, especificamente, a Resolução CONAMA nº9, de 24/1996, a Lei nº 9.985/2000, o Decreto nº 4.340/2002, a Portaria MMA nº 168/2005, o Decreto nº 5.758/2006, a Lei nº 11.428/2006 e a Moção CONAMA nº 114/2006. Posteriormente, verifica-se o ordenamento jurídico de corredores brasileiros reconhecidos pelo Ministério do Meio Ambiente e de corredores ecológicos não reconhecidos, porém implementados ou em implementação. Conclui-se que é insuficiente o tratamento jurídico brasileiro conferido pelos diplomas para a efetiva implementação e proteção dos corredores ecológicos. Por fim, propõe-se o diálogo com outros diplomas normativos, como o Estatuto da Cidade, o Código Florestal e a Convenção sobre Diversidade Biológica, para o fortalecimento do instrumento dos corredores.

Palavras-Chave: Corredores ecológicos. Conectividade. Fragmentação do meio ambiente. Análise jurídica.

CRIPTOMOEDAS: PARAÍSO DO CRIME? OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO AO DELITO DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO AMBIENTE VIRTUAL

Ivan Morais Ribeiro – UniCEUB, mestrando em Direito
ivanmorais@sempreceub.com
Gustavo Ferreira Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
gustavo.ribeiro@ceub.edu.br

A dissertação propõe responder ao problema de pesquisa sobre quais são as novas políticas públicas e as possíveis modificações no ordenamento jurídico que devem emergir para o enfrentamento dos crimes de lavagem de dinheiro que utilizam as criptomoedas como meio. Portanto, o objetivo desta pesquisa consiste em investigar e compreender o funcionamento das criptomoedas, o seu uso para a lavagem de dinheiro e como o Estado pode comportar-se mediante políticas públicas e mudanças legislativas, para o enfrentamento desse novo contexto. Diante dessa perspectiva, as hipóteses investigadas são: se se pode afirmar que as criptomoedas são utilizadas para o cometimento do crime de lavagem de dinheiro; se a formatação das criptomoedas facilita o crime de lavagem de dinheiro ou traz benefícios em relação aos métodos já conhecidos; se o Estado deve regular o uso das criptomoedas pelo direito penal, como modo de enfrentar o crime de lavagem de dinheiro; se o uso das criptomoedas fere algum bem jurídico, mesmo que abstratamente, a ponto de criminalizá-lo. Ademais, em relação à metodologia de pesquisa, o estudo tem abordagem qualitativa e baseia-se em revisão de literatura. Para tanto, são analisados artigos publicados em periódicos científicos, livros, decisões judiciais, atos de órgãos públicos, entidades públicas e privadas e regulamentos de outros países sobre a matéria. Por fim, a dificuldade principal encontrada refere-se à escassez de trabalhos no que tange ao tema sobre criptomoedas e lavagem de dinheiro, propiciada, em grande parte, por ser um assunto recente.

Palavras-Chave: Criptomoedas. Crime de lavagem de dinheiro. Regulação. Direito penal.

DE TAXA A IMPOSTO INCIDENTE SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS: UMA ANÁLISE DO FEDERALISMO FISCAL BRASILEIRO

Daniel Gonçalves Mendes da Costa – UniCEUB, mestrando em Direito
dalbertom.caselato@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é um tributo de caráter não vinculado, de competência dos estados e do Distrito Federal, aos quais cabe legislar e arrecadar. Além disso, os municípios têm direito a parte da arrecadação do IPVA em razão da previsão constitucional que obriga os estados a repassar 50% da receita de IPVA aos municípios. Diferente de outros tributos não federais, o IPVA não tem uma lei nacional que possa unificar ou, pelo menos, diminuir os conflitos entre os entes federados. Assim, este trabalho combina a análise histórica da criação do IPVA desde sua origem como taxa federal até as mais recentes interpretações do Supremo Tribunal Federal (STF). Ademais, todas as Constituições brasileiras, inclusive a de 1824, são analisadas para melhor compreensão sobre o federalismo fiscal brasileiro. O sistema tributário da Constituição Federal de 1988 é destacado, mesmo considerando que o IPVA foi criado em 1985. As disputas entre os estados, a respeito da arrecadação do IPVA, geram uma "guerra fiscal", em que os contribuintes podem ser prejudicados com bitributação e autuações indevidas. Esse conflito é incentivado pela inexistência de alíquotas mínimas e regras claras para o melhor pacto federativo. Tão grande número de leis criadas indistintamente pelos estados e sua ânsia arrecadatória podem não respeitar as regras básicas de Direito Tributário, demonstrando um comportamento irresponsável dos governos subnacionais, especialmente dos municípios. Em seguida, três casos específicos são examinados: a imunidade recíproca e o IPVA, o domicílio fiscal e o IPVA e a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo município de Goiânia contra a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Por fim, conclui-se que o STF, na condição de árbitro da Federação, não pode ignorar a guerra fiscal travada pelos estados por causa do IPVA.

Palavras-Chave: IPVA. Tributação. Federalismo. Constituição. Guerra fiscal.

DECISÃO ADMINISTRATIVA IRREGULAR SOB À LUZ DA NATUREZA JURÍDICA DO ATO ADMINISTRATIVO PRODUZIDO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Rodrigo Bento de Andrade – UniCEUB, mestrando em Direito
rodrigo.bento@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O objetivo do trabalho é pesquisar a decisão administrativa irregular e os impactos que sofre pelos Tribunais de Contas, principalmente no que tange ao registro dos atos de aposentadoria, reforma e pensão. O que mais motivou o estudo foi o fato de existirem incongruências em face de situações em que a decisão administrativa irregular, normalmente produzida nesses casos, proferida pelo gestor público, anos antes de essa mesma decisão ser analisada pelos Tribunais de Contas para fins de registro, recebe tratamento distinto do que é dado nas cortes de controle externo nacionais. Para o exame dessas variações, foi necessário verificar a influência de princípios do Direito Administrativo nas decisões administrativas irregulares, como o da juridicidade, o da segurança jurídica e o da indisponibilidade do direito público. Tratou-se dos principais institutos que se traduzem em erros praticados pela Administração, quais sejam, os da prescrição, da decadência e da preclusão administrativa. Demonstrou-se que alguns tipos de controles são necessários para evitar a decisão administrativa irregular e que funcionam como um instrumento de políticas públicas mediante a economia de recursos. Por último, investigou-se o trato dos Tribunais de Contas com a decisão administrativa irregular proferida pelo gestor, principalmente quando do exame por parte das cortes de contas dos atos de aposentadoria, reforma e pensão, sobre temas, como atos administrativos compostos e complexos. Assim, conclui-se que esses atos não merecem tratamento distinto, principalmente, no que tange à coisa julgada administrativa e à decadência.

Palavras-Chave: Decisão administrativa irregular. Aposentadoria. Atos complexos ou compostos. Prescrição e decadência. Coisa julgada.

DECISÕES ESTRUTURAIS: UMA ESTRATÉGIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS PARA PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO AMBIENTAL

Wagner Cerqueira Nunes – UniCEUB, mestrando em Direito
wagner.nunes@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A pesquisa investiga quais os parâmetros codificam o Estado de direito ambiental para o ordenamento jurídico brasileiro, sob a perspectiva do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mediante revisão bibliográfica de tratados internacionais e legislação interna, elucida-se a construção de um modelo normativo que instituiu, constitucionalmente, a corresponsabilidade, entre Estado e indivíduos, em preservar os recursos naturais pátrios, com o objetivo maior de resguardar o direito, igualmente fundamental, à vida de todos os seres vivos. Litígios estruturais, nesse sentido, decorrem de ações coletivas cujo espectro de jurisdição extrapola a tradicional relação bipolar processual e abrange terceiros alheios à lide, que, apesar de não ocuparem a posição de sujeitos ou partes, compõem a complexidade de interações sociais da demanda. A atuação dos tribunais superiores brasileiros, no que concerne a decisões estruturais em prol do meio ambiente, fundamenta-se pelos princípios ambientais constitucionalmente previstos, ao permitir que o magistrado determine, judicialmente, a reestruturação organizacional de instituições administrativas, com finalidade de desburocratizar e de garantir maior eficiência às políticas públicas governamentais.

Palavras-Chave: Litígio estrutural. Direito internacional. Constitucionalismo. Estado de direito ambiental.

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DA BUBALINOCULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ

Sérgio Grott – UniCEUB, mestrando em Direito
sergio.grott@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O incremento do consumo de carne é um fenômeno mundial que fomenta a pecuária extensiva, porém danifica áreas ambientalmente protegidas. O objetivo desta dissertação é analisar a sustentabilidade ambiental da bubalinocultura no estado do Amapá e enfatizar a responsabilidade dos diferentes atores envolvidos no desenvolvimento deste tipo de pecuária. Utiliza-se a revisão bibliográfica como metodologia mediante a leitura de legislação e textos pertinentes ao tema, e observa-se o conflito existente entre a legislação federal, a legislação estadual e a Nota Técnica da 4ª Câmara do Ministério Público Federal. Em seguida, demonstram-se os danos ambientais decorrentes da bubalinocultura, evidenciam-se os impactos ambientais na Reserva Biológica do Lago do Piratuba, no Amapá, e faz-se uma comparação com o manejo e os danos ambientais ocorridos no Parque Nacional de Kakadu, na Austrália, envolvendo os búfalos ferais. Finalmente, examina-se a responsabilidade ambiental do Estado, dos produtores de búfalos e dos agentes financiadores da pecuária bubalina. Como implicação prática, os questionamentos jurídicos decorrentes da permanência de búfalos na biota nativa podem apontar soluções de manejo para evitar a degradação ambiental e a perda de diversidade biológica, mantendo o meio ambiente preservado e saudável para as futuras gerações, demonstrando que a ausência de ferramentas jurídicas para lidar com esses animais tem contribuído com os danos ambientais, além de causar prejuízos para o Estado e os criadores.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Bubalinocultura. Responsabilidade ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UMA PROPOSTA DE MICROSSISTEMA AUTÔNOMO DO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Wendel Benevides Matos – UniCEUB, mestrando em Direito
wendel.matos@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Demonstra-se que o direito administrativo sancionador deita bases na Constituição Federal e na teoria geral do direito administrativo, com seus institutos, princípios e normativos próprios, não demandando ou não sendo possível a utilização direta e acrítica de institutos de outros subsistemas, como o de direito civil ou o de direito penal.

Palavras-Chave: Microssistema autônomo. Direito administrativo sancionador. Direito civil. Direito penal.

ENTRE FALAS, ESCUTAS E SILÊNCIOS: CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO PSICOSSOCIAL JUDICIAL NA PRODUÇÃO DA PROVA EM CRIMES DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL NO DISTRITO FEDERAL

Ronny Alves de Jesus – UniCEUB, mestranda em Direito
ronny.jesus@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O abuso sexual infanto-juvenil intrafamiliar constitui fenômeno complexo que desafia o sistema de justiça criminal, especialmente, sobre os temas da produção da prova e da construção de um modelo de persecução criminal capaz de compatibilizar, de modo adequado, os vetores de responsabilização penal e proteção integral das vítimas. A prova nesses casos é reputada de difícil produção, porque, normalmente, orbita em torno da palavra da vítima. A psicologia produziu conhecimento específico sobre abuso sexual infanto-juvenil que pode contribuir na produção probatória. Propõe-se compreender se e como o conhecimento produzido pela psicologia sobre abuso sexual é mobilizado na produção da prova de crimes de estupro de vulnerável, nos juizados de violência doméstica da Justiça do Distrito Federal. A pesquisa foi realizada mediante a atuação do serviço psicossocial especializado em violência infanto-juvenil do TJDFT, que realiza, há quase 10 anos, depoimento especial nos moldes disciplinados recentemente pela Lei nº 13.431, de 2017, e produz estudos psicossociais para contribuir nas decisões de juízes e juízas. Fez-se pesquisa documental que envolveu revisão de literatura, entrevistas exploratórias e análises jurisprudencial e documental. Utilizou-se o método quantitativo e o qualitativo para exame de 160 pareceres psicossociais e 11 processos. Como referencial teórico, estudou-se a literatura especializada sobre abuso sexual, produzida no campo da psicologia, que trata do abuso sexual para além do que o Direito consegue apreender do fenômeno. A literatura feminista e a interseccionalidade agregaram à investigação viés crítico que permitiu ampliar as categorias de análise para considerar outras camadas além do recorte etário. As hipóteses levantadas são que os estereótipos de gênero influenciam o resultado dos julgamentos e os crimes de violência sexual contra mulheres adultas e que o sistema de justiça não utiliza as contribuições do campo da psicologia na construção de suas decisões. Os resultados indicaram que há mobilização de estereótipos de gênero, especialmente pela defesa dos réus. Além disso, constatou-se a abertura do Direito para uso do conhecimento psicossocial embora sem critérios bem definidos. Por fim, sustenta-se que a ausência de juízo especializado para julgamentos de violência contra crianças e adolescentes contribui para a subutilização das contribuições que o serviço psicossocial pode oferecer à produção da prova.

Palavras-Chave: Abuso sexual. Depoimento especial. Feminismos. Psicologia jurídica. Sistema penal.

EXPERIÊNCIAS JURÍDICO-PEDAGÓGICAS BRASILEIRAS: DOS ESTATUTOS DO VISCONDE DA CACHOEIRA À RESOLUÇÃO N° 5 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Luciana Rangel da Silva Tyrka – UniCEUB, mestranda em Direito
luciana.rangel@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo,godoy@ceub.edu.br

A legislação pátria sobre educação, mormente a graduação em Direito, além de monografias apresentadas como trabalhos de conclusão de curso por estudantes de uma instituição de ensino superior do Distrito Federal, configura aspectos, como: fonte utilizada na confecção dos trabalhos; profundidade dos temas tratados; relação do que é produzido com o tema ou o título; método de pesquisa; contribuição dos trabalhos para o mundo real e outros. Ficam evidentes os traços do perfil dos operadores do Direito que se formam assim como a predileção da instituição por seguir as regras legais sobre educação, cumprindo cada item proposto pelos pareceres e pelas resoluções do Ministério da Educação.

Palavras-Chave: Direito. Educação. Legislação sobre educação superior no Brasil. Perfil do jurista.

JUSTIÇA RESTAURATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA POLÍTICA PÚBLICA *TOP-DOWN* A PARTIR DA RESOLUÇÃO N. 225 DO CNJ

Raphaella Karoline de Freitas Camargos – UniCEUB, mestranda em Direito
raphaellakfc@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A conformação da justiça restaurativa no Brasil, sob a lógica de política pública *top-down*, a partir da Resolução n. 225 do CNJ, encerra controvérsias, limites e possibilidades. A dissertação utiliza como metodologia as análises bibliográfica e documental e a pesquisa qualitativa e empírica. O objetivo consiste em confrontar os marcos teóricos do restaurativismo com sua projeção prática em termos de política pública e analisar as contingências da justiça restaurativa no Distrito Federal, especialmente em Ceilândia. De início, percorre-se o restaurativismo sob a dupla perspectiva teórica dos abolicionismos e do agnosticismo penal, sem adotar qualquer perspectiva teórica como premissa ou condição para a realização prática da justiça restaurativa. Analisa-se o conceito "conflito como propriedade" segundo Nils Christie, em contraposição ao "sequestro do conflito" pelo sistema punitivo. Reflete-se sobre a eficácia invertida do sistema punitivo desnudo e a lógica do medo como resultado da tensão. Na sequência, discorre-se sobre punitivismo, mito da obrigatoriedade da ação penal, problema do encarceramento, restaurativismo em face de crimes graves e possibilidades da justiça restaurativa sob as lentes teóricas abolicionista e agnóstica. Pormenoriza-se a conformação da justiça restaurativa no Brasil, a partir da Resolução n. 225 do CNJ, seu caráter *top-down*, a dimensão do direito como objetivo e os riscos de desnaturação dos ideais restaurativos. Trata-se de *netwidening*, ou seja, a expansão das redes de controle formal como eventual efeito perverso da verticalização. Pontua-se a dimensão do direito como vocalizador de demandas e a possível resposta pela lógica *bottom-up*, marcada por maior democratização dos debates e das práticas. Por fim, o *locus* da justiça restaurativa é confrontado em situação de acoplamento ao sistema judiciário, sem a ampla diversificação das possíveis respostas diante do fenômeno do delito. Assume-se a dimensão qualitativa na análise das contingências do restaurativismo no Distrito Federal, com destaque para a circunscrição judiciária de Ceilândia. O critério de escolha é a visibilidade da criminalidade violenta na referida cidade. O olhar parte da aferição do *quantum* de institucionalização das práticas restaurativas em Ceilândia. A parte empírica da dissertação focaliza a origem e os resultados do programa "Escutando o cidadão", mediante entrevistas com profissionais envolvidos. Ao final, demonstra-se que a experiência em Ceilândia pode comunicar a institucionalização do restaurativismo diante da ideia inicial de evidenciar controvérsias, limites e possibilidades da justiça restaurativa, definida do ponto de vista institucional.

Palavras-Chave: Penal. Processo penal. Justiça restaurativa. Política pública "top-down". Resolução n. 225/CNJ.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Valmírio Alexandre Gadelha Júnior – UniCEUB, mestrando em Direito
valmirio.gadelha@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Analisam-se os entraves que levam à ausência de regulamentação da mineração em terras indígenas, mediante as disposições presentes na Constituição Federal, na Convenção OIT nº 169/89, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro por intermédio do Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da PET 3.388/RR. Em complementação, examinam-se projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que pretendem regulamentar a atividade. Ao final, com base na legislação que disciplina o assunto e no material pesquisado, apresentam-se sugestões para futuros projetos de lei que pretendam regulamentar o artigo 231, § 3º, da Constituição.

Palavras-Chave: Mineração. Terras indígenas. Convenção OIT 169/89. Sustentabilidade.

NOVOS DESAFIOS DA HIPERVULNERABILIDADE DA CRIANÇA DIANTE DA PUBLICIDADE

Vinícius Fonseca dos Santos e Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
viniciusfonseca.adv@sempreceub.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O estudo debate a defesa do consudidor diante da publicidade na internet e elenca todos os artigos positivados de forma análoga, na legislação pátria, que dão suporte à pesquisa, inclusive os normativos brasileiros já consolidados, a aplicação e a fiscalização da publicidade elaborada mais precisamente contra os *hipervulneráveis*, assim denominados pela doutrina, ou seja, as crianças que navegam pela internet. Nesse diapasão, o estudo não se furta a apresentar, na medida do possível, pesquisas comparativas em âmbito mundial. Verificam-se as possibilidades jurídicas disponíveis, e avalia-se qual tem sido a efetividade das leis. A conclusão considera quais são os novos desafios da publicidade infantil na internet e quais são as sugestões encontradas para dirimir os eventuais riscos criados para os consumidores.

Palavras-Chave: Direito do consumidor. Hipervulneráveis. Publicidade enganosa e abusiva. Internet.

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMO LEGITIMADOR DAS DECISÕES ESTRUTURANTES NA BUSCA DA EFETIVIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS

Filipe Bastos Nogueira – UniCEUB, mestrando em Direito
filipe.nogueira@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

O trabalho tem como objetivo analisar as decisões estruturantes, apontar o seu nascimento e os seus contornos característicos e constatar a legitimidade da sua utilização no sistema processual civil brasileiro. Assinalam-se mecanismos adotados nos processos estruturantes e que encontram previsão no Código de Processo Civil. Nesse sentido, é objeto de análise a previsão legal da possibilidade de realização do negócio jurídico processual, de audiências de conciliação, de mediação e audiências públicas, além da utilização das cláusulas gerais. Ao final, chega-se à conclusão de que o CPC possibilita ampla participação dos atores processuais por intermédio do contraditório cooperativo e participativo e de remédios jurisdicionais negociados e prospectivos, o que, ao final, proporciona participação efetiva e atuante da sociedade na marcha processual, legitimando a utilização do processo estruturante pelo Poder Judiciário, com o intuito de conferir maior efetividade e pacificação social aos conflitos.

Palavras-Chave: Decisões estruturantes. Código de Processo Civil. Negócio jurídico processual. Conciliação e mediação. Audiências públicas.

O CONTEÚDO JURÍDICO DO PODER REGULAMENTAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Carolina Feitosa Cruz Cabral – UniCEUB, mestranda em Direito
carolcruzcabral@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

A dissertação analisa as agências reguladoras federais enumeradas no artigo 2°, da Lei n° 13.848/19, de acordo com o modelo de Estado regulador brasileiro, com ênfase no poder regulamentar, para a consecução de suas finalidades públicas, entre as quais, a de regulação da prestação de serviços públicos e de atividades econômicas em sentido estrito, cuja referência advém do modelo norte-americano. Objetiva-se investigar o feixe normativo do poder regulamentar das agências reguladoras e a natureza jurídica dos atos normativos resultantes diante do direito constitucional vigente, apontando que, em regra, os atos decorrentes do poder regulamentar são produzidos pelo processo legislativo. Demonstra-se que, em determinadas circunstâncias, as agências estão aptas a produzir ato normativo de conteúdo primário, com fulcro na Constituição Federal. Para tanto, destacam-se os seguintes fundamentos jurídicos capazes de legitimar isso: a força normativa da Constituição Federal de 1988, o princípio da juridicidade e a teoria dos poderes implícitos, aliados à jurisprudência e à legislação federal que os alicerça. Do cotejo dos fundamentos jurídicos, conclui-se pela validade da edição normativa de conteúdo primário, pelas agências reguladoras federais, nas hipóteses de omissão inconstitucional, de lei declarada inconstitucional e de normas constitucionais cujos efeitos jurídicos principais se aplicam direta e imediatamente, como medida necessária à realização e à implementação dos valores protegidos constitucionalmente, relacionados ao exercício do interesse público e de suas funções regulatórias, no gerenciamento dos múltiplos e antinômicos interesses da sociedade.

Palavras-Chave: Agências reguladoras. Poder regulamentar. Ato normativo regulatório. Força normativa da Constituição Federal. Princípio da juridicidade.

O DIREITO À PRIVACIDADE NA ERA DA HIPERCONEXÃO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE PRIVACIDADE DOS APLICATIVOS MÓVEIS

Bruno Lunardi Gonçalves – UniCEUB, mestrando em Direito
brunolg@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

O presente trabalho tem o objetivo nuclear de avaliar os termos de privacidade dos principais aplicativos utilizados em dispositivos móveis, ou seja, trata-se de uma pesquisa eminentemente empírica de leitura e aferição das principais cláusulas dispostas nos contratos de política de privacidade. Inicialmente, fez-se breve análise teórica dos institutos jurídicos envolvidos, passando pelo conceito do direito fundamental à privacidade, aspectos atinentes ao direito contratual e ao próprio direito do consumidor, na medida em que os termos de privacidade nada mais são do que contratos de adesão. Também se fez um panorama sobre a legislação específica aplicável ao direito na internet: Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados e GDPR. Na sequência, foram selecionados 142 aplicativos divididos em 12 categorias, com alguma homogeneidade. Passou-se à análise efetiva das políticas de privacidade dos aplicativos móveis em três etapas: aferição de como se dá o consentimento e a possibilidade de sua revogação pelo usuário; análise crítica das permissões solicitadas em cada aplicativo móvel analisado e a sua real aderência à funcionalidade ordinária do *software*; leitura efetiva e apontamento das cláusulas interessantes e curiosas de todas as políticas de privacidade dos aplicativos. Os resultados encontrados demonstram que a maioria das empresas ainda não trocou o *mindset* para a política de *privacy by design*, inclusive os aplicativos governamentais. Ao final, desenvolveu-se o conceito de níveis de aplicativos, que pode ser uma solução apta a equacionar os legítimos interesses em jogo, a privacidade dos usuários e a liberdade econômica das empresas, que, afinal, não sobrevivem de mera filantropia, ao disponibilizar *softwares* gratuitos.

Palavras-Chave: Aplicativos móveis. Privacidade. Consentimento e revogação. Permissões. Políticas de privacidade.

O DIREITO PENAL JUVENIL COMO ALTERNATIVA PARA QUE O BRASIL SE DESVENCILHE DO NEOMENORISMO INSTALADO NO PERÍODO PÓS-ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ana Luzia Barbosa Fernandes Braúna – UniCEUB, mestranda em Direito
ana.brauna@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

A cultura neomenorista instalada no período após o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA impediu que se realizasse a promessa emancipatória e de salvaguarda dos direitos fundamentais dos adolescentes em conflito com a lei. Com a finalidade de reverter esse contexto, defende-se a adoção de um código de direito penal juvenil alinhado com a normativa internacional. Assim, o objetivo deste trabalho é propor a reflexão e suscitar o debate sobre o estágio atual do sistema socioeducativo, pois, mesmo após 30 anos de vigência do ECA, as raízes do direito tutelar ainda permeiam o sistema de justiça. É necessário elucidar que, apesar de o ECA incorporar a doutrina da proteção integral, ela não alcançou, eficientemente, o âmbito socioeducativo, concretizando-se com resquícios do pensamento menorista e assistencialista presente na legislação anterior. É também um objetivo da pesquisa desmistificar o que é o direito penal juvenil, demonstrando ser efetivo garantidor de direitos aos adolescentes infratores. Nessa linha, o trabalho identifica, pontualmente, quais são os aspectos que culminam na violação de direitos e garantias e propõe alterações. A pesquisa examina experiências internacionais exitosas no âmbito da América Latina, como exemplos de boas práticas que podem ser incorporadas pelo Brasil. Assim, conclui-se que o Brasil deve revisar e reestruturar o tratamento infracional e socioeducativo mediante alterações legislativas, apresentando-se o direito penal juvenil como alternativa capaz de contribuir para a defesa dos direitos fundamentais dos adolescentes e a correção das distorções. A metodologia é a revisão bibliográfica e a análise documental e jurisprudencial.

Palavras-Chave: Infracional. Socioeducativo. Neomenorismo. Direito penal juvenil.

O ENFRENTAMENTO DO DIREITO NAS *FAKE NEWS*

Rosária Fátima Resende Belinati – UniCEUB, mestranda em Direito
rosaria.belinati@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A dissertação tem como objetivo apresentar a problemática e os desafios trazidos pelas *fake news* na sociedade e no ambiente jurídico, mediante o fenômeno da desinformação. No primeiro momento, examina-se o conceito, os desafios e as consequências trazidas pelas *fake news* à sociedade. No segundo momento, apresentam-se as legislações já existentes, principalmente a Lei Geral de Proteção de Dados e os projetos em andamento que auxiliam o combate a esse fenômeno. Em terceiro momento, relatam-se os desafios enfrentados pelo Judiciário nesse caso. Demonstra-se que as *fake news* representam um problema regulatório complexo no ecossistema de comunicação, o que impõe diversos desafios ao Direito.

Palavras-Chave: *Fake news*. Desafios. Judiciário.

O GERENCIAMENTO DE RISCO COMO ALTERNATIVA PARA REDUÇÃO DE DESASTRES AMBIENTAIS COM MINERAÇÃO

Mariana Amorim Murta – UniCEUB, mestranda em Direito
mariana.murta@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

A recorrência de desastres ambientais com mineração aponta para a urgente necessidade de maior rigor na aplicação de instrumentos de controle responsáveis pelo gerenciamento dos riscos oferecidos pela atividade de extração de minérios. O objetivo desta dissertação é analisar os instrumentos de gerenciamento de risco oferecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, a fim de compreender a forma mais adequada para a gestão ambiental dos empreendimentos de mineração e evitar a ocorrência de desastres. A partir de constatação de falhas nos instrumentos de controle do gerenciamento de risco, como o licenciamento ambiental, correlacionam-se as falhas identificadas com os reiterados eventos danosos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O Ministério Público apontou falhas e omissões no processo de licenciamento ambiental de empresas e instituições envolvidas em desastres ambientais. O processo de tomada de decisões, no que diz respeito ao gerenciamento de risco, resultou na desenvolvimentista reorganização administrativa realizada pelo estado de Minas Gerais, que promoveu extinção e realocação de setores relacionados a questões ambientais e apontou que o licenciamento seria um dos obstáculos ao desenvolvimento. O licenciamento da barragem de Mariana, MG, não retratava a realidade da exploração de minérios da Samarco. O licenciamento da barragem de Brumadinho, MG, permitiu que a arquitetura do ambiente represado acomodasse dormitório e refeitório da Vale, sugerindo que o desastre poderia ter sido evitado por uma medida administrativa. Enfim, é indicado maior rigor e transparência na aplicação dos instrumentos do gerenciamento de risco.

Palavras-Chave: Atividade de mineração. Gerenciamento de risco. Instrumentos de controle ambiental. Redução da reincidência de desastres.

O INTERESSE PÚBLICO CONSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO HERMENÊUTICO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Jandeson da Costa Barbosa – UniCEUB, mestrando em Direito
Jandeson.barbosa@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – UniCEUB, professor orientador
luiz.fachin@ceub.edu.br

O conceito de interesse público é cercado de grande controvérsia. Longe de ser uma questão meramente teórica, essa discussão é relevante, porque pode tratar-se de justificativa jurídico-axiológica para a tomada de decisões diametralmente opostas, no âmbito administrativo, legislativo ou judicial. O objetivo da dissertação é analisar, na doutrina, na jurisprudência e na legislação, o conceito de interesse público e a sua repercussão nos postulados do direito administrativo e na proteção dos direitos fundamentais. A pesquisa é realizada em quatro partes. A primeira investiga, pela revisão bibliográfica, a doutrina, a jurisprudência e a legislação sobre o conceito de interesse público e a sua utilização como critério hermenêutico para tomada de decisão estatal. Na segunda parte, examinam-se os textos obtidos, com o fito de confrontar teses e argumentos no sistema constitucional de direitos fundamentais, para verificar a pertinência e a adequação do conceito de interesse público. Posteriormente, elabora-se o conceito "interesse público constitucional" mediante os elementos colhidos, a doutrina dos direitos fundamentais e a noção de transformação pelo constitucionalismo, com a criação de critérios hermenêuticos mais objetivos para a utilização do interesse público como justificativa da atuação estatal, positiva ou negativa. Por fim, são apontadas as repercussões da elaboração do conceito "interesse público constitucional" nos postulados do direito administrativo brasileiro.

Palavras-Chave: Interesse público. Direitos fundamentais. Hermenêutica do direito administrativo. Supremacia.

O NÚCLEO ESSENCIAL DA NOÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO NO CONTEXTO SOCIOCULTURAL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO COMO SUBSISTEMA SOCIAL VOLTADO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

Rodrigo Leite da Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
rodrigoleite.rleite@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Propõe-se uma investigação do núcleo essencial da noção de serviço público, com o objetivo de examiná-lo mediante o seu contexto sociocultural e em observância ao direito como subsistema social. Com o uso do método hipotético-dedutivo, utilizam-se as premissas da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann acerca da ideia de *irritabilidade sistêmica*, para observar a noção de serviço público sob a perspectiva do direito como subsistema social, alvo da influência de outros subsistemas sociais. Entende-se que a noção de serviço público foi alvo de mudanças no decorrer do século XX e influenciada por modelos políticos de Estado, econômicos e sociais, à medida que novas demandas sociais surgiram concomitantemente com o aumento da complexidade das relações sociais e da vida em sociedade, levando a constantes reformulações do contrato social. Ademais, empregam-se premissas e conceitos gerais de fenomenologia, hermenêutica filosófica e jurídica, além da filosofia do direito, no desiderato de identificar que o núcleo essencial do serviço público permanece intangível desde sua formação, devendo ser operado por ótica de exclusão. No ponto, destaca-se que o acúmulo de conhecimento proporciona desenvolvimento da sociedade e aumento da complexidade das relações sociais, o que leva o direito a ser visto como um sistema cuja inter-relação se dá em forma de rizomas, em vista da sua complexidade, estando em franca evolução. Com base nessas premissas, o estudo pretende traçar a linha comum aos conceitos clássicos elencados da noção de serviço público e definir o seu núcleo duro comum, matricial para sua adequada compreensão. A investigação afasta premissas e pré-conceitos estabelecidos que não visualizem o direito como um sistema complexo. Por conseguinte, examinam-se os institutos à luz do direito como subsistema social, para identificar, de modo geral, os processos de irritabilidade sistêmica, sobretudo na perspectiva dos modelos de Estado e das definições nacionais que influenciam as secundárias sobre a noção de serviço público. Verifica-se a definição à luz da Constituição Federal de 1988 e sua finalidade de concretização de direitos fundamentais no Estado constitucional de direito vigente. Por fim, traça-se a sua aplicabilidade sob a perspectiva teórica, para, em seguida, observar a validade da aplicação da proposta de núcleo essencial da noção de serviço público à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de modo a avaliar as proximidades e as contradições entre a proposta teórica, além dos reflexos do entendimento jurisprudencial adotado sobre o tema no que tange à concretização de direitos fundamentais.

Palavras-Chave: Noção de serviço público. Teoria dos sistemas. Hermenêutica do direito administrativo. Filosofia do direito. Concretização de direitos fundamentais.

O PAPEL DA ADUANA BRASILEIRA NA FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Bibiana das Chagas Meroni Costa – UniCEUB, mestranda em Direito
bibiana.costa@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

O contexto de transformações profundas e constantes pelas quais passam as sociedades exige adequação das instituições e de suas formas de atuação para que atendam, de modo eficaz, às novas relações e fluxos, sob pena de tornarem-se empecilhos e dificuldades desnecessárias. No campo do comércio internacional, as forças da globalização, da inovação e as transformações tecnológicas geram enorme impacto na cadeia logística mundial. Nesse sentido, atores internacionais estabelecem normativas que permitam ou auxiliem o estabelecimento do comércio internacional seguro e facilitado. Merecem destaque instrumentos, como o Acordo de Facilitação do Comércio, a Convenção de Quioto Revisada e o Marco de normas SAFE da OMA. Cabe ao direito o papel de regular tais relações e apresentar respostas aos anseios das partes interessadas. O aproveitamento de lições coletivas aprendidas internacionalmente mostra-se recurso eficaz para harmonizar procedimentos e torná-los mais eficientes. Assim, o Brasil adapta sua legislação aduaneira e moderniza sua aduana de maneira a refletir tais aprendizados mundiais.

Palavras-Chave: Aduana. Facilitação do comércio. Comércio internacional.

O PAPEL DO PODER JUDICIÁRIO NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO SOB A PERSPECTIVA DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

Thiago Guedes Alexandre – UniCEUB, mestrando em Direito
thiago.alexandre@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O trabalho propõe analisar o papel político-institucional do Poder Judiciário no Estado brasileiro, considerando, para tanto, o modelo de democracia constitucional ocidental. Parte-se da clássica construção teórica da separação dos poderes com escopo nas obras de John Locke, Montesquieu e os federalistas, para o fim de conhecer como esse modelo evoluiu na organização política moderna, notadamente na estruturação dos primeiros Estados constitucionais e democráticos de direito, a saber: Inglaterra, França e EUA. Em seguida, analisa-se o surgimento da jurisdição constitucional e a construção teórica dos modelos europeu e americano que influenciaram o controle de constitucionalidade brasileiro, visando melhor compreender a tortuosa e nem sempre clara relação entre direito e política e as teorias sobre a legitimidade democrática para a interferência judicial em decisões políticas tomadas pelos representantes eleitos. Na parte final, são descritas proposições para uma reforma do Poder Judiciário brasileiro, com o objetivo específico de aperfeiçoar a jurisdição constitucional, essencial ao bom funcionamento da democracia e aquilatar a harmonia entre as instituições de Estado, devolvendo o equilíbrio de forças ao sistema de freios e contrapesos. No que tange à metodologia, realiza-se uma abordagem multidisciplinar, envolvendo áreas do conhecimento das ciências política e jurídica, como a história, a filosofia e a sociologia. Para tanto, são utilizadas referências teóricas, como a citação de livros, artigos científicos, monografias e documentos conservados em arquivos de instituições públicas ou privadas, além de dados estatísticos elaborados por institutos especializados e referenciados no decorrer da pesquisa.

Palavras-Chave: Constitucionalismo. Separação dos Poderes. Democracia.

O REGIME FIDUCIÁRIO NA SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS FINANCEIROS

Antônio Marcos Fonte Guimarães – UniCEUB, mestrando em Direito
antonio.guimaraes@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

Os mercados financeiro e de capitais, influenciados especialmente pelas inovações tecnológicas, sofrem mudanças constantes nas formas de financiamento de companhias e projetos. O direito empresarial, como consequência, acompanha esse processo evolutivo e contribui na construção juridicamente sustentável de uma das principais inovações do sistema econômico-financeiro nas últimas décadas: o surgimento dos mecanismos de securitização de recebíveis. Os estímulos a esse processo induzem a estruturação de securitizações de recebíveis financeiros sem a necessária cobertura legal para a constituição de um regime fiduciário. Essa prática que se propaga no país, além de ir de encontro ao disposto no artigo 789 do Código de Processo Civil, pode, no futuro, prejudicar a confiança de investidores nos mercados financeiro e de capitais brasileiro.

Palavras-Chave: Regime fiduciário. Securitização de recebíveis financeiros. Processo civil. Mercado financeiro. Capital brasileiro.

O RISCO DE MÚLTIPLAS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS DIANTE DA GARANTIA DO *NE BIS IN IDEM*

Thiago Marcantônio Ferreira – UniCEUB, mestrando em Direito
thiago.marcantonio@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

Normas, princípios e valores visam regular a atividade de persecução penal no quadro normativo brasileiro, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais do investigado, colocando-o a salvo de qualquer arbitrariedade estatal. Entre essas garantias, encontra-se a do *ne bis in idem*, que, na sua vertente material, veda a acumulação de sanções penais pelo mesmo fato e, na vertente processual, impede a múltipla persecução penal, simultânea ou sucessiva pelos mesmos fatos. O objetivo desta pesquisa é verificar se o risco de haver múltiplas investigações criminais simultâneas ou sucessivas sobre o mesmo fato criminoso é compatível ou não com o conteúdo jurídico da garantia do *ne bis in idem*. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal afirmou a tese de que o Ministério Público dispõe de competência subsidiária para promover investigação de natureza penal. Logo após o julgamento proferido no âmbito do Recurso Extraordinário 593.727, o Conselho Nacional do Ministério Público editou a Resolução nº 181/2017, que dispõe sobre a tramitação de procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Em resposta à ação do Ministério Público, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil baixou o Provimento nº 188/2018, com a finalidade de regulamentar a investigação criminal defensiva. Seguindo nessa linha de ampla e irrestrita legitimidade investigatória, os ministros do Supremo Tribunal Federal passaram a presidir investigações penais. Diante desse contexto, a pesquisa sobre a temática do risco de múltiplas investigações criminais, diante da garantia do *ne bis in idem*, justifica-se pelo crescente movimento de expansão do direito penal que desafia o sistema penal democrático arquitetado pela Constituição Federal de 1988. O tema é atual e apresenta inovações para a comunidade científica, pois trata da questão do risco de múltiplas investigações criminais sob um ângulo pouco estudado pelos juristas, o *ne bis in idem*, em que pese a extrema importância para o direito. Propõe-se o entrelaçamento da missão do direito penal de defesa dos bens jurídicos relevantes para a vida harmônica em sociedade, com a função de contenção do arbítrio do exercício do poder estatal. Nesse passo, o Direito não pode permitir que, a pretexto de conferir maior eficiência à atividade persecutória, sejam relativizadas garantais constitucionais e direitos humanos fundamentais. Deve, ao revés, converter-se em instrumento de denúncia e de contenção de ações desproporcionais e desarrazoadas, levadas a cabo pelo aparato persecutório estatal. Nessa perspectiva, são grandes as preocupações com o descontrole do poder investigatório do Estado. Sua expansão desmedida coloca em risco as garantais que preenchem o devido processo legal e abalam os pilares que dão sustentação ao sistema penal garantista e democrático.

Palavras-Chave: Investigação criminal. Expansão do Direito Penal. *Ne bis in idem*.

O VÍCIO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO POR DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL FUNDAMENTAL

Marco André Santos de Albuquerque – UniCEUB, mestrando em Direito
marco.andre@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O Tribunal de Contas da União exerce o controle externo da administração pública federal com base em extenso rol de competências de assento constitucional e tem a sua atuação marcada pelo formalismo moderado, reflexo da insatisfação do processo nos tribunais de contas com a mera verdade formal. No âmbito de sua competência julgadora, o TCU pode imputar débito e aplicar sanções mediante decisão colegiada passível de recurso, com total liberdade para que o ministro responsável pelo voto condutor da decisão atacada também atue em sede recursal. O estudo tem por objetivo analisar a dinâmica dos julgamentos dos recursos interpostos perante o Tribunal de Contas da União e averiguar se o arcabouço normativo específico que regula as atividades processuais judicantes dos membros da Corte de Contas se mostra suficientemente aparelhado para resguardar direitos e garantias fundamentais dos jurisdicionados.

Palavras-Chave: Tribunal de Contas da União. Garantias fundamentais. Descumprimento de preceito constitucional.

PANDEMIA E JUDICIALIZAÇÃO DOS CONTRATOS PRIVADOS NO DISTRITO FEDERAL: ANÁLISE DE AÇÕES E DECISÕES NO ÂMBITO DO TJDFT

Izabella Ribeiro Xavier – UniCEUB, mestranda em Direito
izabella.rx@sempreceub.com
Hector Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A pandemia ocasionada pelo coronavírus afetou a vida da população, em especial, no que se refere a alguns moldes contratuais, típicos da vida privada. Nesse contexto, a dissertação tem como objetivo entender como ocorre a judicialização de demandas no DF, com o advento da pandemia. A abordagem em termos de judicialização permite que o trabalho investigue dois fenômenos distintos: o porquê de as demandas serem levadas ao Judiciário do DF; como o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios apresenta respostas a essas remandas. Para tanto, têm-se as hipóteses de pesquisa: o aproveitamento do contexto da pandemia como apoio, por vezes indevido, para a aplicação da teoria da imprevisão e da teoria do rompimento da base objetiva do negócio jurídico; a existência de decisões judiciais que demonstram atecnia em relação às categorias jurídicas existentes e aos seus respectivos efeitos e consequências; a falta de predisposição de as partes contratantes resolverem seus problemas contratuais de forma extrajudicial, gerando a judicialização excessiva nas relações privadas. Em termos metodológicos, a pesquisa contará, primeiramente, com a revisão bibliográfica sobre a natureza jurídica da pandemia e o fenômeno da judicialização excessiva, associado à falta de cultura do diálogo. Em segunda etapa, examinam-se, no âmbito do TJDFT, os fundamentos jurídicos utilizados nas decisões liminares da tutela antecipada e nos acórdãos que reverteram decisões liminares. Verifica-se o conteúdo das petições iniciais relativas aos processos das decisões já analisadas à procura de relatos sobre tentativas de resolução prévia da demanda, antes de levá-la ao Poder Judiciário do DF. Na terceira etapa, aplica-se formulário eletrônico a parte da população do DF, para entender o grau de cultura do diálogo pelo jurisdicionado. A pesquisa confirma a hipótese relativa ao excesso de judicialização e à existência de decisões judiciais que demonstram atecnia em relação às categorias jurídicas existentes e aos seus respectivos efeitos e consequências.

Palavras-Chave: Pandemia. Judicialização. TJDFT. Direito privado.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REGULAÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO: ANÁLISE DOS MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA E A SOCIEDADE

Alex Cavalcante Alves – UniCEUB, mestrando em Direito
alex.alves@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

O déficit de participação pública é uma característica percebida na sociedade brasileira, seja em instâncias mais próximas aos cidadãos, como condomínios ou associações, seja nos colegiados de supervisão técnica, administrativa e de regulação estatal. A justificativa do poder público para ignorar a participação social passa pela alegada falta de interesse da população em discutir os temas ou a falta de capacidade técnica para tanto. É usual os entes reguladores assumirem o discurso da isenção, devendo guardar igual distância do governo, dos agentes regulados e do consumidor cidadão. Assim, cabe mencionar a edição do Decreto nº 9.759, de 2019, que estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal e definiu a data de 28 de junho de 2019 para a extinção de diversos conselhos. Em sede de medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.121/2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, em 13 de junho de 2019, que o Executivo não pode extinguir conselhos e colegiados com previsão em lei. Nesse contexto, o problema da pesquisa investiga se, apesar da previsão normativa de mecanismos de participação social no processo regulatório da ANEEL, essa participação é efetiva. Para responder à indagação, examinam-se dados de audiências públicas da ANEEL à luz da legislação e de estudos da doutrina sobre participação social. Para tanto, serão verificadas as seguintes hipóteses: a agência reguladora oferece instrumentos formais de participação, mas não engaja suas unidades técnicas e seus burocratas em tornar o linguajar regulatório acessível ao cidadão comum; a cultura cívica de participação ainda é incipiente no Brasil, preponderando apenas em temas sociais, carecendo a participação em temas técnicos de amplo incentivo legislativo e administrativo; a participação pública na regulação é efetiva tão somente com relação aos agentes setoriais, que, ao contrário dos cidadãos, possuem recursos humanos e estrutura para acompanhar o processo regulatório e dele participar ativamente. Como objetivo geral, a pesquisa apresenta, à luz das constatações obtidas e da literatura especializada, os pontos passíveis de melhoria para efetivar a participação social no processo regulatório brasileiro, a partir da análise da participação dos diferentes atores nas audiências públicas da ANEEL, iniciadas entre agosto de 2011 e agosto de 2019, período que contempla distintas formações do colegiado dirigente da Agência, no qual cada integrante possui mandato de 4 anos. Como objetivos específicos, destacam-se: examinar as diferenças entre a participação em processos de caráter social e a participação em processos de interesse dos agentes do setor, no âmbito do ente regulador; analisar a efetividade da participação social ocorrida nos referidos processos administrativos instruídos no âmbito da agência reguladora; identificar e descrever as falhas que levam à percepção de impermeabilidade à participação social na regulação, com as respectivas sugestões elencadas pela literatura, pela observação empírica e pela investigação acadêmica, com vistas à sua mitigação.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Regulação. Participação social.

PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: POSSIBILIDADE E LIMITES

Thiago Guimarães Pereira – UniCEUB, mestrando em Direito
thiago.guimaraes@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A Constituição Federal de 1988 fez nítida opção pela adoção de modelagem acusatória que melhor se adapte ao Estado democrático de direito, o que é constatado em diversas passagens. Em decorrência disso, o Código de Processo Penal datado de 1941 teve de adequar-se a essa nova realidade. Com essa premissa, o trabalho versa sobre a possibilidade e o limite de atuação do juiz na produção probatória, no processo penal brasileiro, em observância ao modelo acusatório adotado no ordenamento processual penal e em consonância com a Constituição Federal de 1988, sob a visão crítica. Inicialmente, trata-se dos principais aspectos das modelagens de processos penais, a fim de identificar a aplicada pelo Brasil. Com isso, examinam-se as reformas nos modelos processuais da América Latina, para compreender como esse fenômeno tem ocorrido, em especial, referenciando o Código modelo. Em seguida, apresenta-se o caso específico do Brasil, com o objetivo de analisar a modelagem acusatória adotada, em especial, com relação à atuação do juiz na produção probatória. Com essa compreensão, indicam-se os reflexos do advento da Lei n. 13.964/19, pelo fato de corresponder a novo marco, por isso apresentam-se propostas de soluções, para aprimorar a modelagem acusatória no Brasil, identificam-se os dispositivos que preveem a atuação de ofício pelo juiz, indica-se se deve ocorrer alguma modificação em sua interpretação, e aponta-se sua compatibilidade com as novas diretrizes implementadas.

Palavras-Chave: Reforma do Código de Processo Penal. Produção probatória do juiz. Modelo acusatório. Direitos fundamentais. Estado democrático de direito.

POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA: O PROCESSO ESTRUTURAL E O CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE COMO FATORES LEGITIMADORES DA ATUAÇÃO DO SUPREMO

Leão Pereira Neto – UniCEUB, mestrando em Direito
leao.neto@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

O processo estrutural é utilizado por cortes constitucionais para discutir políticas públicas, mas pouco se analisam as implicações do seu uso em um sistema de controle concentrado de constitucionalidade. Diante do enfraquecimento do discurso liberal, a nova forma de democracia pela implementação do Estado de direito propiciou modificações nas Constituições. O Poder Judiciário ganhou relevância e, aos poucos, tornou-se o foco das atenções, por discutir temas políticos, antes reservados ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo. Diante dessa nova atividade, muitos se questionaram se o Judiciário poderia exercer o papel de guardião da Constituição, sem perder sua característica principal ou tomar todo o poder para si. Correndo paralelamente a essa discussão, o processo estrutural ganha terreno no Brasil, e muitos se perguntam sobre a possibilidade de implementação e efetivação do instrumento, principalmente depois da chegada do novo Código de Processo Civil. Mas, para que um procedimento tão complexo tenha sua máxima efetividade, seria necessária a emissão de uma decisão pelo próprio Supremo Tribunal Federal. O objetivo deste trabalho é analisar, de acordo com o rito do controle concentrado de constitucionalidade, a possibilidade de adoção de instrumentos que possam caracterizar o controle concentrado como um processo estrutural e promover a máxima vinculação para todo o encadeamento institucional que envolve a questão central do processo, especialmente no que tange as discussões relativas às políticas públicas de saúde. Mediante pesquisa bibliográfica, examinam-se as modificações inseridas no Código de Processo Civil referentes à representação pública no processo, a fim de verificar se são suficientes para a implementação de um tipo procedimental que carece de conceituação unânime e que também é contemplado neste estudo. Em pesquisa processual no ambiente virtual do STF e nos autos selecionados dos processos de controle concentrado, diante das premissas levantadas, observa-se em que medida o controle concentrado pode ser utilizado como instrumento para discutir politicas públicas de saúde.

Palavras-Chave: Controle concentrado. Processo estrutural. Saúde pública.

PRISÃO EM FLAGRANTE E APRESENTAÇÃO AO JUIZ: OS ARRANJOS INSTITUCIONAIS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO BRASIL

Paulo Ricardo Aguiar de Deus – UniCEUB, mestrando em Direito
prdeus@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A audiência de custódia, que concretiza o direito da pessoa detida de ser apresentada a um juiz, encontra-se regulamentada no Brasil e deve ser observada em todos os estados da Federação. Apesar disso, o seu funcionamento segue uma modelagem normativa, própria do processo penal brasileiro, que não encontra adequado alinhamento às obrigações internacionais assumidas pelo país, como o Pacto de São José da Costa Rica, além de mostrar-se em descompasso com uma preocupação própria de política pública aplicada ao uso racional de recursos no sistema de justiça criminal. Para que haja conformação entre o que é determinado pelas normas internacionais e o que se emprega efetivamente para observância do instituto, uma série de adequações devem ser implementadas. Entre elas, merece destaque o ajuste do procedimento da chamada "prisão em flagrante delito", de forma que se alinhe com os sentidos jurídicos de detenção ou prisão estabelecidos em normativas internacionais. Para tanto, faz-se necessário revisitar a modelagem institucional de autoridade nacional que se funda na tradição europia de *civil law*, de forma a ajustar tanto a interpretação normativa para sua condição lógica quanto para sua finalidade teleológica. Essa revisitação, de acordo com a normativa internacional de Direitos Humanos e a teoria jurídica, tem o condão de estabelecer as garantias institucionais do direito de apresentação, ao mesmo tempo em que sana uma questão historicamente mal resolvida do papel legal estabelecido à autoridade policial. A pesquisa observa a metodologia jurídico-compreensiva com análise documental dos atos normativos, no âmbito internacional, referentes ao tema, além de promover revisão crítica da literatura jurídico-processual penal sobre audiência de custódia e formalidades da prisão em flagrante.

Palavras-Chave: Audiência de custódia. Autoridade policial. Prisão em flagrante. Detenção. Arranjos institucionais.

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL: ATUALIDADES E LITIGÂNCIA

Marcelo Oliveira – UniCEUB, mestrando em Direito
marcelo.oliveira@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Trata-se de análise sobre a litigiosidade administrativa tributária federal, em processos administrativos que representam a soma de quase um trilhão de reais. O objetivo da pesquisa é avançar pela descrição, pela exploração e pela explicação do problema, com seus conceitos fundamentais, dados atuais, diferentes formas de tratamento do problema na história e em outros países e examinar como atores importantes do processo analisam o problema, alguns motivos da existência do problema e formas de correção. O método de abordagem é o dedutivo-indutivo. Como resultado, foram propostas políticas públicas por alterações legislativas, para correção de parte do alto grau de litigiosidade administrativa tributária, em duas de suas fontes, na ausência de segurança jurídica e nos reiterados parcelamentos. Ao final, chegou-se à conclusão de que a litigiosidade deve ser acompanhada reiteradamente, com análise e proposituras de medidas para evitar seu crescimento, a fim de manter a continuidade de recebimento de recursos pelo Estado e combater a concorrência desleal entre contribuintes que arcam e os que não arcam com suas obrigações tributárias principais.

Palavras-Chave: Tributário. Administrativo. Atualidades. Litigância.

PUNIR, EDUCAR, TRATAR GRUPOS REFLEXIVOS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA A PARTIR DOS SEUS ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Ricardo Lustosa Pierre – UniCEUB, mestrando em Direito
ricardo.pierre@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

A dissertação de mestrado trata dos chamados serviços de responsabilização para homens autores de violência, previstos nos artigos 22, 35 e 45 da Lei Maria da Penha, comumente conhecidos como “grupos reflexivos”. O objeto da pesquisa recai em seis experiências institucionais distintas e consolidadas em diferentes localidades do país e tem como objetivo geral analisar a política pública sob o enfoque dos seus arranjos institucionais, ou seja, como o desenho institucional da política pública, seu grau de descentralização, autonomia, coordenação intersetorial e interesses envolvidos influenciam a concretização e o resultado da política pública. Responde-se às indagações sobre como se concretizam as políticas públicas implementadas por meio de grupos reflexivos para autores de violência de gênero e quais entraves os arranjos institucionais da referida política pública acarretam à implementação de intervenções com perspectiva de gênero voltadas à desconstrução de masculinidades violentas. Adota-se a perspectiva metodológica de compreensão da violência doméstica contra a mulher mediante a matriz feminista de gênero, sob a perspectiva das masculinidades. A parte empírica vale-se de técnicas de análise dos relatórios e dos documentos públicos disponíveis sobre as experiências estudadas e de entrevistas semiestruturadas com gestores e facilitadores dos programas em funcionamento. Adotam-se as seguintes hipóteses provisórias ao problema de pesquisa: a falta de maior integração vertical e federativa da política pública é manifesta na pouca estruturação das iniciativas existentes e na ausência de padronização dos serviços; a dificuldade na compreensão do caráter multifacetado e das distintas causas, individuais e sociais que resultam na violência doméstica e familiar contra a mulher impede o atendimento interdisciplinar e especializado aos autores de violência e compromete a intersetorialidade e a interinstitucionalidade da política pública; a vinculação estreita da política pública ao sistema de justiça confere à intervenção um enfoque mais educativo-punitivo e afasta o aspecto reflexivo, considerado o mais efetivo para a desconstrução de estereótipos de gênero e padrões hegemônicos violentos de masculinidades; os distintos interesses e percepções dos atores envolvidos no enfrentamento à violência doméstica acerca dessa política pública, que se insere nos marcos do entendimento da violência doméstica como problema social e enfoca, além da punição, a responsabilização dos sujeitos, dificulta a expansão e a maior efetividade das iniciativas.

Palavras-Chave: Lei Maria da Penha. Grupos reflexivos. Arranjos institucionais. Política pública. Criminologia.

REGIME DE RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS PELOS CONTAMINANTES EMERGENTES COMO RISCO DO DESENVOLVIMENTO

Anne Caroline Bruno Laurentino Maia – UniCEUB, mestranda em Direito
anne.maia@sempreceub.com
Héctor Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O trabalho investiga a responsabilidade civil do fornecedor de produtos pelos danos causados pelos contaminantes emergentes, entendidos como manifestação do risco do desenvolvimento, pois são substâncias químicas poluentes detectadas nos compartimentos aquáticos e na água potável que causam alteração nos ecossistemas e danos à saúde humana. Apresentam-se essas substâncias como risco do desenvolvimento, não cogniscível à época da colocação do produto no mercado de consumo, pela impossibilidade técnica e científica, e discute-se a responsabilidade do fornecedor pelos danos ambientais e à saúde humana. Para tanto, expõem-se argumentos teóricos e normativos obtidos por meio de pesquisa bibliográfica e interpretação da legislação brasileira, pelos quais se deduz a impossibilidade de reparação aos danos individuais à saúde ante a impossibilidade de prova do nexo de causalidade entre a conduta do fornecedor e a enfermidade. Por outro lado, afirma-se a responsabilidade civil objetiva do fornecedor de produtos que contenham as substâncias químicas em estudo, pelos danos causados ao meio ambiente, fundamentada na relação contratual consumerista, regulada, principalmente, pelo Código de Defesa do Consumidor, a ser efetivada por meio da ação coletiva que vise proteger interesses ou direitos coletivos em sentido estrito e alcançar a coletividade de consumidores vítimas do evento danoso pelo conceito de consumidor por equiparação.

Palavras-Chave: Contaminantes emergentes. Risco do desenvolvimento. Responsabilidade civil. Meio ambiente. Direito do consumidor.

VARIAÇÕES DO REGIME SEMIABERTO DE CUMPRIMENTO DE PENA: EXTINÇÃO DO SISTEMA PROGRESSIVO DA PENA NO ESTADO DE MINAS GERAIS?

Lucas Francisco Romão e Silva – UniCEUB, mestrando em Direito
lucas.franciscos@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A progressão prisional faz parte do processo de readaptação do indivíduo à sociedade. O regime semiaberto funciona como um intermédio entre o cárcere e a liberdade, porém a falta de estabelecimentos penais adequados levou o STF, pela Súmula Vinculante n.º 56, a autorizar a colocação dos sentenciados do regime semiaberto em prisão domiciliar. Atualmente, mais de um terço dos indivíduos em cumprimento de pena privativa de liberdade, no regime semiaberto, em Minas Gerais, está em recolhimento domiciliar, ou seja, o regime semiaberto harmonizado. Logo após a declaração de emergência em razão da Covid-19, houve a ampliação da concessão de regime semiaberto harmonizado. Este estudo tem como objetivo examinar a política pública de execução penal no estado de Minas Gerais, após a publicação da SV n.º 56. Para tanto, fez-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa com a análise do sistema progressivo de cumprimento de pena e outra com viés empírico-documental, com exame dos processos eletrônicos de execução pelo sistema SEEU do estado de Minas Gerais. Na primeira parte, demonstra-se que o regime semiaberto domiciliar, sem monitoramento eletrônico, ou seja, desvigiado, foi adotado por Minas Gerais para cumprimento da SV n.º 56, frustrando o sistema progressivo de cumprimento de pena. A concessão do regime domiciliar desvigiado foi intensificada com as edições de atos normativos relacionados à pandemia de Covid-19. Na segunda parte, são indicados os efeitos da extinção do sistema progressivo que afetam, diretamente, a individualização da pena e os fins da sanção penal.

Palavras-Chave: Pena de prisão. Dados prisionais. Regime semiaberto. Prisão domiciliar. Sistema progressivo de cumprimento da pena.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

DOUTORADO EM DIREITO

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A ARTICULAÇÃO ENTRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NA PREVENÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

Michelle Lucas Cardoso Balbino – UniCEUB, doutoranda em Direito
michellebalbino@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

Os recentes fatos ocorridos em Mariana (2015) e Brumadinho (2019) aumentaram as indagações acerca dos impactos socioambientais causados por transnacionais em várias partes do mundo, que decorrem da verificação da responsabilização das empresas com os Estados anfitriões e as partes interessadas, além da capacidade de os Estados aplicarem sanções às empresas por abusos de direitos humanos e, por ricochete, pelos impactos causados. A complexidade jurídica da responsabilização das transnacionais existe pelo fato de haver uma "zona cinzenta" entre o direito nacional e o direito internacional, na qual as atividades, os atos e as omissões das empresas nem sempre podem ser captados pelo direito. Além disso, a sociedade espera que as empresas assumam suas responsabilidades e participem, ativamente, do desenvolvimento pautado na garantia sustentável dos empreendimentos. A responsabilidade das empresas superou a expectativa da mera geração de lucros a todo custo. Essa alteração no pensamento empresarial deve-se principalmente à atuação crescente de acionistas, investidores, consumidores e das vítimas. Isso levou à adoção de códigos de ética e conduta para definição de um conjunto de direitos e deveres empresariais que delimitou a chamada responsabilidade social corporativa (RSC). Logo, os códigos de ética e conduta representam um processo de autorregulação com definição de direitos e deveres empresariais, principalmente quanto à atuação social. Porém, a discrepância entre os discursos das transnacionais, definidos em códigos de ética e conduta, e suas práticas, presentes nos casos de impactos socioambientais provenientes de atuação empresarial, colocam em jogo a empresa e a reputação dos investimentos recebidos, refletindo-se na opinião pública em relação à atuação das corporações. Assim, a atuação da RSC, na forma como é aplicada, não é efetiva, pois as organizações não estariam obrigadas a obedecer, a não ser por meios indiretos, como o direito do consumidor pela proteção contra a publicidade enganosa. Essas questões levam a investigar como tais falhas podem ser dirimidas. Então, o objeto de estudo busca definir a melhor solução para que a RSC seja aplicada, de modo a prevenir impactos socioambientais, que consiste na articulação entre a participação social dos interessados, ou *stakeholders*, nos processos decisórios empresariais e a RSC, contribuindo, assim, para a prevenção de impactos socioambientais. Portanto, considera-se que a participação social seja um mecanismo com função na construção jurídica da RSC, para a efetivação do princípio da prevenção de impactos socioambientais e que possibilite a construção jurídica vinculatória da RSC para as empresas, garantindo a efetividade, apesar dos limites existentes. A tese justifica-se pela necessidade de delimitação de critérios objetivos com maior ênfase na atuação da RSC, para a prevenção de impactos socioambientais.

Palavras-Chave: Transações administrativas. Litigiosidade. Consensualidade.

A ATUAL CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: PERSPECTIVAS PARA UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA DIGITAL À LUZ DO PENSAMENTO HABERMASIANO

João Marcelo Barbosa Ribeiro Dantas – UniCEUB, doutorando em Direito
joão.dantas@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A tese versa sobre o tema da crise contemporânea da democracia, no mundo e no Brasil, com a emergência do autoritarismo, do populismo, do discurso de ódio, da irracionalidade e da ameaça aos direitos individuais e sociais consagrados. Adota o método de pesquisa bibliográfica e, como referencial teórico, o pensamento habermasiano quer para análise do tema, quer para possíveis saídas da referida crise, haja vista que se propõe a racionalidade comunicativa em superação à monológica, na busca do consenso acerca de proposições sobre o mundo objetivo dos fatos ou sobre o mundo social das normas. A verdade e a correção normativa, respectivamente, exsurgem, em meio a razões e contrarrazões, do debate intersubjetivo que constitui a própria essência da democracia. Na política, os elementos comunicativos revelam-se, principalmente, no processo parlamentar legislativo, aberto à tematização social, e nas redes periféricas da esfera pública que orbitam em torno do sistema político. No direito, o princípio da democracia procedimental e deliberativa é o que conduz à normatização que o legitima. Em Habermas, numa democracia procedimental, menos representativa, mais deliberativa e participativa, a sociedade pode influir na transformação do sistema político constituído, promovendo a compatibilização entre esfera pública não institucionalizada e sistema político. O autor ressalta que, na sociedade contemporânea, a esfera pública ramifica-se em arenas internacionais, nacionais, regionais, locais e comunais, que se sobrepõem umas às outras e articulam-se ou se contrapõem. A pluralidade da esfera pública já não encontra fiel e convincente representatividade no sistema partidário e no complexo parlamentar, o que demanda, sem prejuízo de ambos, a adoção maior de práticas de uma democracia deliberativa e participativa, a fim de o sistema político legitimar-se e revigorar-se. A democracia deliberativa poderá ser impulsionada com a amplitude de alcance e a velocidade da comunicação pela internet, o que lhe permitiria caracterizar-se como democracia digital, que se pretende explorar como forma de correção de déficits democráticos ou de implantação de formas e experiências democráticas em Estados e circunstâncias democraticamente deficitários, em face da crise da democracia representativa que aflige a sociedade mundial e brasileira.

Palavras-Chave: Democracia. Autoritarismo. Populismo. Deliberação digital.

A AUTONOMIZAÇÃO DO DIREITO HUMANO DE ACESSO À ÁGUA: O REFLEXO ENTRE A CONSTRUÇÃO INTERNACIONAL E A BRASILEIRA

Naila Fortes e Silva – UniCEUB, doutoranda em Direito
naila.fortes@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A tese objetiva a definição e a organização dos padrões mínimos caracterizadores do direito humano de acesso à água, para garantir sua autonomização e efetivação. Parte-se da análise do arcabouço normativo existente nos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos, como o interamericano, o europeu e o africano, e no direito brasileiro e da categorização dos julgados no âmbito internacional e interno que versam sobre o acesso à água. Os principais instrumentos de direitos humanos, como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos Sociais e Culturais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, silenciam sobre o direito à água. Somente dois fazem menção explícita a esse direito, a Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança, entretanto fazem menção a um direito independente, não são textos legais dotados de vinculação global e não traduzem a autonomia necessária para o direito humano de acesso à água. No Brasil, a acepção desse direito, derivado de outros direitos fundamentais, como o direito humano à vida e à alimentação adequada, é resultado de uma construção fragmentada de normas. A metodologia de pesquisa é exploratória com abordagem qualitativa em que se comparam e delimitam-se as normas, os julgados e os relatórios existentes em nível interno e regional. A coleta de dados foi estabelecida tanto no viés normativo-jurídico, composto por normas e julgados, como no viés empírico-documental, definido nos relatórios nacionais e internacionais. Parte-se da análise da possibilidade de autonomização do direito humano ao acesso à água, e perpassa-se a confrontação comparativa entre o processo internacional e o brasileiro, para entender o problema basilar da pesquisa, que reflete sobre se é possível construir uma autonomização do direito humano de acesso à água com respaldo no âmbito jurídico interno. Por fim, entende-se que a autonomização do direito humano de acesso à água deve ser satisfeita com a existência de uma norma vinculante no âmbito internacional. A autonomização abrange a determinação de padrões mínimos a ser cumpridos para a efetivação do direito a todos os indivíduos e só resta plenamente satisfeita e realizável pela autonomização reflexa pelos Estados, mediante a legislação doméstica, internalizando o direito humano de acesso à água e realizando a implementação de políticas públicas direcionadas a satisfazer os padrões mínimos caracterizadores da efetividade desse direito, quais sejam: disponibilidade, acessibilidade, física, econômica e às informações, quantidade, qualidade, potabilidade e aceitabilidade. O Estado brasileiro é parâmetro comparativo da inferência reflexa à autonomização, pois analisa-se a situação normativa, regulamentar e decisória e as possíveis alterações para a autonomização do direito humano de acesso à água no direito brasileiro.

Palavras-Chave: Direito humano. Água. Autonomização. Padrões mínimos.

A INTEGRAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL À DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: REPERCUSSÕES JURÍDICO-POLÍTICAS DO ENQUADRAMENTO DA ALIENAÇÃO FAMILIAR INDUZIDA COMO SITUAÇÃO DE RISCO

Bruna Barbieri Waquim – UniCEUB, doutoranda em Direito
bbwaquim@sempreceub.com
Hector Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A tese trata da relação entre o fenômeno da alienação parental e o direito da criança e do adolescente. A omissão legal e doutrinária em esclarecer qual seria a natureza jurídica do fenômeno da alienação parental contribui para o enfraquecimento da Lei nº 12.318/2010 como instrumento de proteção, abrindo espaço para o debate sobre a desnecessidade dessa legislação, especialmente quando se constata ser uma lei voltada ao público infanto-juvenil, mas que pouco dialoga com o Estatuto da Criança e do Adolescente e com o Sistema de Garantia de Direitos. Por isso, o problema de pesquisa investiga qual é a natureza jurídica do ato de alienação parental e quais são as consequências jurídico-políticas dessa classificação. Levanta-se como hipótese que a alienação parental deve ser classificada como situação de risco nos moldes do artigo 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente. O trabalho tem por objetivo geral, assim, discutir como integralizar o fenômeno da alienação parental à Doutrina da Proteção Integral. Para tanto, questiona-se, em primeiro plano, o que é a alienação parental, resultando na ampliação do seu escopo por meio da adoção da terminologia de "alienação familiar induzida". Confirmada a hipótese da classificação enquanto verdadeira situação de risco, é possível identificar omissões subsequentes no ordenamento jurídico vigente, sobre questões essenciais relacionadas à integralização da Lei da Alienação Parental ao microssistema jurídico do Estatuto da Criança e do Adolescente, quanto à competência para a apuração do ato de alienação familiar induzida e diretrizes materiais e processuais para a investigação desse ato, as quais devem ser solucionadas diante da exigência de completude e coerência do sistema jurídico pátrio. O estudo permite concluir que o reconhecimento da natureza jurídica de situação de risco da alienação familiar induzida repercute não só na mudança do tratamento jurídico do fenômeno como também na necessidade de formulação de políticas públicas de proteção à infância e à juventude, com ações e programas de educação conjugal e educação parental.

Palavras-Chave: Alienação parental. Alienação familiar induzida. Situação de risco. Educação parental. Políticas públicas.

A JORNADA LABIRÍNTICA DO DIREITO AO ESQUECIMENTO: A APLICAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO A SER ESQUECIDO NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Diná da Rocha Loures Ferraz – UniCEUB, doutoranda em Direito
dina.ferraz@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

Esta tese tem por finalidade analisar a aplicação do direito ao esquecimento diante do surgimento de ressignificados e das novas demandas da sociedade contemporânea, caracterizada pela intensa divulgação de informações decorrentes dos avanços dos processos tecnológicos na internet. Sobretudo, demonstra-se que a aplicação dos métodos tradicionais para solução de conflitos por parte do magistrado não tem sido suficiente para resolver as demandas, especialmente, quando envolver aspectos que tratem da proteção e da construção da memória coletiva. Além disso, verifica-se a ampliação desse direito, tendo em vista que não se restringe somente à esfera penal, ou seja, à proteção do ex-condenado por meio da limitação da divulgação de informações para o público em geral, de momentos traumáticos e embaraçosos já superados, mas alcança também outros campos da ciência jurídica, como a esfera civil, na medida em que pode proteger as vítimas ou seus familiares de violações que afetem os direitos da personalidade. Assim, foram realizadas conexões com a mitologia, no sentido de evidenciar a intensa interrelação entre mitos, como o de Dâmocles, Prometeu, Penélope, Antígona e Teseu, com o instituto do direito de ser esquecido, por meio de representações e simbologias. Ademais, foram verificados os limites para a aplicação do direito ao esquecimento, diante dos direitos fundamentais, como liberdade de expressão e de informação, no tocante ao viés do controle sobre a circulação de informações e dados relativos aos indivíduos, constatando o papel fundamental da atuação do intérprete constitucional na busca de soluções jurídicas perante esses conflitos. Para a análise deste estudo, foram utilizados julgados oriundos do Superior Tribunal de Justiça, como os casos da chacina da Candelária, de Aída Curi, Daniela Perez e Xuxa *versus* Google Search, e, no âmbito da jurisdição estrangeira, será discutido o caso Google Spain v. AEPD and Mário Costeja Gonzalez. Com isso, examina-se a importância da preservação da memória coletiva como instrumento de coesão e consolidação das identidades no processo de construção da historiografia nacional, dando ênfase às vivências socializadas durante a ditadura militar brasileira, em que a anistia foi empregada como um instrumento voltado ao esquecimento de acontecimentos e crimes graves ocorridos nesse período. Dessa maneira, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental que utiliza doutrinas, artigos, monografias, dissertações, teses, leis e jurisprudências. Em seguida, são discutidas as limitações do mecanismo do sopesamento e do princípio da proporcionalidade diante da preservação da memória coletiva, em contraposição ao direito a ser esquecido, havendo, portanto, a necessidade de sinalizar critérios mais objetivos, no sentido de viabilizar e orientar os magistrados a encontrar soluções concretas para saídas dos labirintos decorrentes dos conflitos entre esses direitos, com o intuito de evitar danos na esfera da construção da historiografia nacional, além de preservar e consolidar a memória coletiva brasileira.

Palavras-Chave: Direito ao esquecimento. Direitos da personalidade. Liberdade de expressão e informação. Colisão de direitos. Memória.

A PROPRIEDADE ABSTRAÍDA E A POSSE FUNCIONALIZADA: A POSSE COMO FUNÇÃO SOCIAL DO OBJETO

Breno de Andrade Zoehler Santa Helena – UniCEUB, doutorando em Direito
brenoz@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A presente tese analisa os conceitos de propriedade e posse no direito brasileiro e apresenta nova formatação a ambos. O problema inicia-se com o questionamento sobre qual é a distinção entre propriedade e posse, que se desdobra na apreciação da atual definição e da relação entre os dois institutos. A hipótese é a de que *propriedade* e *posse* são conceitos distintos, mas, em razão de sua formatação histórica, o segundo encontra-se em uma relação de dependência com o primeiro. O conceito de propriedade fora construído sob pretensão atemporal, contudo não deixa de ser delimitado historicamente, portanto é passível de críticas ou adoção de outros modelos. Simultaneamente ao atual conceito *proprietário*, desenvolveu-se um instrumento útil à sua implementação, o registro de imóveis, que operacionaliza, juridicamente, o instituto e dá-lhe novos limites. Por sua vez, a posse fundiária no Brasil é anterior à atual ideia de propriedade, contudo viu-se agrilhoada a essa última. Dessa forma, a posse, hoje, apesar de instituto autônomo, frequentemente, é tida como dependente ou submissa à propriedade. A relação promíscua entre propriedade e posse é acentuada com a funcionalização de ambas, uma vez que a Constituição Federal determina o respeito da propriedade a sua função social. Propriedade, posse e função social, todas se interpenetram e tornam obscuros os limites entre si e suas próprias definições. Desse amálgama, a presente tese examina os institutos e mostra suas atuais características para estremá-los, sugerindo a adoção de determinados limites e correlações. Nesse intuito, apresenta-se a ideia da propriedade abstraída, da posse funcionalizada e da função social sobre o objeto.

Palavras-Chave: Propriedade. Posse. Função social. Registro de imóveis. Propriedade abstraída.

A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS PELAS VIOLAÇÕES A *STANDARDS* TRABALHISTAS EM SUA CADEIA PRODUTIVA

João Hagenbeck Parizzi – UniCEUB, doutorando em Direito
joao.parizzi@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

O objetivo da pesquisa é investigar o alcance, os deveres, a responsabilidade e as consequências jurídicas atribuídos às empresas transnacionais em relação a violações a *standards* trabalhistas ocorridas em sua cadeia produtiva. O método de abordagem do problema dá-se, inicialmente, com uma pesquisa empírica para a observação dos padrões decisórios acerca desse tipo de violação. Em seguida, com o método sintético, elabora-se o sumário, de forma a garantir o fio condutor lógico dos tópicos que constroem os argumentos expostos na tese. Observam-se limitações, de natureza tanto processual quanto material, para a concretização dos direitos dos trabalhadores que sofrem danos, ao prestar serviços na cadeia produtiva de empresas transnacionais, sobretudo, ao buscar a reparação fora de seu território nacional. De igual sorte, verifica-se o papel limitado das organizações internacionais seja na elaboração, seja na aplicação de normas vinculantes ou não que tenham o condão de proteger o trabalhador ao longo de toda a cadeia produtiva. Adiante, discutem-se os meios de superação dos limites existentes no sistema legal para implementação da proteção ao trabalhador na cadeia produtiva, seja com a exigência de devida diligência transparente e independente, seja com mecanismos objetivos para definição do poder econômico relevante a ser responsabilizado pelos danos eventualmente causados. Além disso, investiga-se o possível papel que o ativismo judicial do consumidor pode representar na proteção e na reparação dos direitos dos trabalhadores na cadeia produtiva transnacional.

Palavras-Chave: Responsabilidade social corporativa. Empresas transnacionais. Cadeia produtiva. Direitos dos trabalhadores.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA EM TRATADOS DE INVESTIMENTOS

Leonardo Vieira Arruda Achtschin – UniCEUB, doutorando em Direito
leovarruda@sempreceub.com
Nitish Monebhurrun – UniCEUB, professor orientador
nitish.monebhurrun@ceub.edu.br

A pesquisa analisa o instituto da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) em tratados de investimentos e investiga seu papel na interpretação dos direitos conferidos a investidores estrangeiros em tratados bilaterais de investimentos (TBI), até então concebidos para proteger os interesses dos investidores. O regime do Direito Internacional dos Investimentos passa por processo de revisitação, no sentido de conferir maior equilíbrio à relação entre o Estado receptor de investimentos e os investidores. Nesse processo, encontra-se o instituto da RSC, voltado para a contribuição dos investidores e a promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países receptores de seus investimentos. Embora se caracterize como um parâmetro com *status* de *soft law*, não ensejando deveres vinculantes para as empresas estrangeiras, o referido instituto, presente expressamente em alguns TBI, não pode ser compreendido como destituído de qualquer funcionalidade no âmbito de um tratado de investimentos. Assim, ainda que guarde a característica de voluntariedade, avalia-se a potencial utilização da RSC como mecanismo de interpretação dos direitos dos investidores estrangeiros. Nessa compreensão, a RSC funcionaria como vetor analítico do grau de proteção jurídica a ser conferida ao investidor em dois sentidos: a interpretação dos próprios padrões de tratamento (garantias substanciais); a interpretação para a adjudicação de direitos em nível de solução de controvérsias (garantias procedimentais). A análise dessa função da RSC dá-se pela investigação decomposta de seus principais objetos de tutela jurídica: a proteção do meio ambiente; a proteção das relações de trabalho; a proteção dos direitos humanos; as medidas anticorrupção. Para a testagem da hipótese, a pesquisa vale-se do método empírico em suas dimensões quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa ocorre mediante coleta, manipulação e análise de dados obtidos e permite determinar a relevância de diferentes fatores de evolução do Direito dos Investimentos. A pesquisa qualitativa dá-se por meio de entrevistas e questionários e possibilita a avaliação da dinâmica de mudança de comportamento no âmbito do Direito dos Investimentos, por vezes, inviável de captura pelo método quantitativo. A pesquisa bibliográfica ocorre em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado capazes de aportar descobertas recentes.

Palavras-Chave: Direito Internacional dos Investimentos. Tratados de investimentos. Responsabilidade social corporativa.

AMAZÔNIA LEGAL MATO-GROSSENSE: UMA ANÁLISE ESTRATÉGICA A PARTIR DA RTRS PARA NOVO PADRÃO DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

Karina Martins – UniCEUB, doutoranda em Direito
karina.martins@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O Brasil tem inclinação natural ao agronegócio por suas características e diversidades encontradas no clima favorável, no solo, na água, no relevo e na luminosidade e em todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. Para atender as exigências do consumidor cada vez mais exigente, o setor do agronegócio passa por modificações constantes, com o intuito de aumentar a produtividade e a competitividade. Embora não haja nenhuma barreira de mercado internacional imposta diretamente a produtos brasileiros sem compromisso com práticas sustentáveis, a adoção de medidas para reduzir o impacto da atividade agrícola é uma realidade crescente no setor, acompanhando as mudanças nos hábitos de consumo de todo o mundo. Analisa-se, então, quais são as contribuições atuais da RTRS à produção e à expansão da soja e em que medida a estratégia adotada pode ser aperfeiçoada para resultar em novo padrão de produção sustentável. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, e seu objetivo é descrever os aspectos de uma população ou fenômeno, observando e analisando os dados sem nenhuma interferência do pesquisador. Conclui-se que a agricultura sustentável se mostra benéfica não apenas para o planeta, mas também para o bolso do agricultor, pois reduz custos e eleva a produtividade. O plantio de soja sustentável, com respeito a todas as normas de trabalho e regras ambientais, impõe ganho de produtividade e lucro ao agricultor e à sociedade de risco, que se beneficia com a sustentabilidade do meio ambiente.

Palavras-Chave: Agronegócio. Amazônia legal. RTRS. Soja responsável. Meio ambiente.

ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REALOCAÇÃO DO OBJETO DE DESEJO DO SÉCULO XXI

Antônio Alex Pinheiro – UniCEUB, doutorando em Direito
ntonio09alex@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A pesquisa pretende analisar, a partir da participação social, em que medida a visão teórica tradicional sobre o espectro de radiofrequência, que orienta as políticas públicas de realocação desse bem público escasso, não é mais suficiente para alocação desse recurso pelo fato de ter-se tornado o grande objeto de desejo do século XXI. Para tanto, pela análise de conteúdo temática, a pesquisa examina as contribuições inseridas na Consulta Pública da ANATEL que subsidiaram a função normativa da agência na implantação das políticas públicas de comunicação móvel das tecnologias 4G e 5G, para, assim, compreender o comportamento dos atores envolvidos no processo. O trabalho aponta que, diante da complexidade adquirida pelo processo de realocação do espectro de radiofrequência, a visão teórica tradicional estanque desse bem público, limitada às perspectivas técnica, econômica e jurídica, é insuficiente para nortear as políticas de leilões de radiofrequência. Assim, a pesquisa pretende avaliar em que medida essa tradicional visão teórica necessita de ajustes para orientar as políticas públicas de realocação desse bem público escasso. O trabalho destaca-se pela sua originalidade, por submeter à prova uma visão teórica do bem público espectro de radiofrequência proposta há cem anos, antes da consolidação do rádio, da televisão aberta, do surgimento da internet e, principalmente, da convergência tecnológica.

Palavras-Chave: Alocação. ANATEL. Participação social.

ANÁLISE TRIDIMENSIONAL DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DO CONSUMIDOR CELÍACO: DIREITO, DEVER E RESPONSABILIDADE

Cléa Mara Coutinho Bento – UniCEUB, doutoranda em Direito
clea.bento@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O presente estudo trata da análise tridimensional da (in)segurança jurídica do consumidor celíaco e propõe uma investigação sobre o direito à alimentação adequada da pessoa celíaca, o dever do Estado e a responsabilidade empresarial, no controle do risco do processo produtivo e da oferta dos alimentos e dos produtos alimentícios isentos de glúten e aptos para a dieta celíaca, sob a perspectiva jurídica do aporte teórico, normativo e jurisprudencial. A tese sustentada é que a alimentação adequada é um direito fundamental e individual do consumidor celíaco e que a segurança alimentar desse grupo é dever do Estado e responsabilidade da empresa. A pesquisa foi delineada como revisão bibliográfica e documental e apresenta exemplos reais de rótulos e cardápios. Assim, comprovou-se o direito à alimentação adequada do consumidor celíaco como um direito fundamental e individual de expressão coletiva, e constatou-se que a segurança alimentar desse grupo de consumidores é dever do Estado, cabendo-lhe o papel de incentivar a produção de alimentos sem glúten e criar mecanismos de regulação, fiscalização e controle da produção desses produtos desde a agricultura, com vistas a garantir que a oferta seja segura e economicamente acessível. Confirmou-se ser responsabilidade da empresa a adoção de boas práticas de fabricação, com vistas a atender a informação adequada, a transparência e a boa-fé na oferta desses produtos. Observaram-se falhas e infrações ao Direito Fundamental à Alimentação Adequada dos consumidores celíacos na realização do direito em todas as suas vertentes, o que revela, na legislação, um campo utópico das discussões e aponta para o fato de que os consumidores celíacos passam fome e sede seja pela falta de segurança, seja pela inacessibilidade de alimentos, seja pela usurpação de seus direitos. Identificou-se ser dever do Estado brasileiro, como regulador e fiscal da atividade econômica, fazer uso do interesse público como ferramenta para exigir da empresa privada o exercício de sua função social, no que se refere às boas práticas na produção e na oferta de alimentos isentos de glúten. Concluiu-se pela necessidade de intervenção estatal tanto no incentivo à produção de alimentos isentos de glúten quanto na regulamentação da Lei do Glúten, no que se refere ao máximo de PPM de glúten permitido para a rotulagem “não contém glúten”, a exemplo do *Codex alimentarius* ou da Lei Nacional Argentina, além da criação do Programa Nacional de Assistência à Pessoa Celíaca, que permita o diagnóstico, o tratamento e o acesso econômico aos produtos especialmente formulados para os celíacos.

Palavras-Chave: Consumidor celíaco. Direito à alimentação. Dever do Estado. Responsabilidade da empresa.

ATUAÇÃO INTEGRADA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE PARA O COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO: INOPONIBILIDADE DE SIGILO DE DADOS ENTRE AS INSTITUIÇÕES

Octahydes Ballan Junior – UniCEUB, doutorando em Direito
octahydes.junior@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A política criminal de enfrentamento à macrocriminalidade propõe uma reanálise do sistema probatório, autorizando uma interação entre as instituições de regulação e controle. Tal fato se deve à existência de constatação presente na política criminal de enfrentamento da macrocriminalidade, com contornos definidos por instrumentos internacionais. Essa interação justifica-se pela necessidade de rediscutir o atual sistema probatório, voltado para dar resposta aos crimes de rua, mas que é pouco eficaz na apuração do crime organizado, da corrupção e da lavagem de dinheiro. O compartilhamento de dados torna-se fator decisivo no combate a esses delitos, o que conduz ao reexame do direito fundamental à intimidade, buscando melhor delimitar seus contornos. Assim, o trabalho está estruturado na análise da política criminal de enfrentamento à macrocriminalidade, passando pelas convenções internacionais que traçam suas balizas e os reflexos na legislação brasileira; na rediscussão do sistema probatório no processo penal, identificando sua vocação clássica para os crimes de rua e abordando as técnicas especiais de investigação, direcionadas ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro; na interação e nos arranjos institucionais entre diversos órgãos de regulação e controle, entre eles, Ministério Público, COAF, Tribunais de Contas, órgãos fazendários e controladorias; no reexame do direito fundamental à intimidade.

Palavras-Chave: Crime organizado. Corrupção. Lavagem de dinheiro. Compartilhamento de dados.

BARRAGENS DE REJEITOS DE MINERAÇÃO: GOVERNANÇA DOS RISCOS PARA PREVENÇÃO DE DANOS SOCIOAMBIENTAIS

Jacqueline Maria Cavalcante da Silva – UniCEUB, doutoranda em Direito
jac.maria3@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

O objetivo principal desta tese é identificar em que medida as normas brasileiras sobre a gestão de risco e segurança de barragens minerárias e a atuação dos atores responsáveis dialogam com a execução das respectivas políticas públicas, com base na prática verificada em Mariana, MG. A pesquisa realiza-se com base na esfera federal, mas com incursão no âmbito estadual, em face da constatação de que os órgãos ambientais estaduais têm atuação prevalente no tocante a licenças, autorizações ambientais e respectivas fiscalizações, particularmente os estados de Minas Gerais e Pará, que detêm, aproximadamente, 68% do total de barragens de rejeitos minerários inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens e, juntos, respondem por 89,4% da arrecadação da CFEM, em nível estadual. Inicialmente, a revisão bibliográfica, por meio de dissertações e teses nacionais, visa identificar os estudos já existentes sobre barragens de rejeitos de mineração. Em segundo momento, faz-se a investigação documental, a fim de elaborar um retrato da situação dos empreendedores de barragens de contenção de rejeitos de mineração, no que diz respeito à gestão de risco e segurança dessas estruturas. Em terceiro momento, compõe-se um retrato global do que se denominou "Política de Segurança de Barragens de Rejeitos de Mineração no Brasil" – abrangendo governo, órgãos fiscalizadores e empreendedores – mediante consulta a sítios eletrônicos de órgãos fiscalizadores, como a ANA e a ANM, relatórios e registros de vistorias do exercício de 2019 ou do último disponível. Na sequência, efetuam-se análises que incluem a aplicação de investimentos em segurança de barragens, nas esferas federal e estadual e a atuação dos órgãos fiscalizadores e de empreendedores quanto à adesão às normas de segurança, na execução e na manutenção das barragens de rejeitos minerários. O recorte temporal traça como princípio as publicações efetuadas partir de 2000, em face de os principais desastres no Brasil terem início em 2001 e, como limite final, outubro de 2020. Pela correlação entre o teor das normas que tratam de riscos e segurança dessas estruturas e a execução das respectivas políticas públicas, em face da barragem de Fundão em Mariana, foram obtidos como resultados cinco principais riscos que requerem efetiva governança, visando à prevenção de danos socioambientais. A conclusão da pesquisa caminha no sentido de que a gestão de risco e segurança das barragens minerárias não tem como prescindir de governança em nível nacional, uma vez que as consequências de falhas não se restringem a único estado.

Palavras-Chave: Barragens minerárias. Análise e gestão de riscos. Prevenção de danos socioambientais.

BRASÍLIA: DIREITO DO TERRITÓRIO, CARTOGRAFIA JURÍDICA E ARRANJOS INSTITUCIONAIS

Fernando José Longo Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
fjlongofh@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A proposta de investigação tem como objeto de estudo Brasília e a relação do Direito com o território ocupado pelo Distrito Federal e pela circunvizinhança. O DF tem a configuração de cidade-Estado, pois congrega as competências de Estado e municípios, goza de autonomia administrativa, política e financeira e constitui ente federativo; além disso, é vedada a criação de municípios em seu território. Entretanto, as relações do DF com os municípios vizinhos têm-se tornado cada vez mais complexas. Em 1998, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – RIDE por meio da Lei Complementar n° 94/1998, que abrange municípios pertencentes aos estados de Goiás e de Minas Gerais. Embora haja a RIDE, afirma-se que a Área Metropolitana de Brasília – AMB é um território menor que se encontra inserido na RIDE, sem marco legal institucional. A relevância da pesquisa justifica-se pela existência de uma lacuna de estudos jurídicos que versem sobre a relação do DF entre o território e o Direito. A tese é a construção de arranjos institucionais de natureza constitucional para os problemas de gestão territorial do Distrito Federal, ou seja, para a resolução de dilemas de ação coletiva sobre governança e adjudicação de disputas. Com base no experimentalismo democrático de Mangabeira e no pragmatismo de Rorty, estabelece-se como parâmetro normativo o constitucionalismo do experimentalismo democrático, o qual fornece os fundamentos teóricos para examinar as relações entre federalismo e assimetrias e, por consequência, o exercício do direito de divergência, isto é, de construção de arranjos institucionais alternativos e experimentais no âmbito da Federação brasileira. A análise prossegue para o âmbito do que se denominou de Direito do Território, isto é, como se operam as alterações das fronteiras e dos limites geográficos das unidades subnacionais e quais os seus regimes jurídicos, com o objetivo situar o DF no âmbito do Direito do Território. A tese investiga como o Direito criou o território do Distrito Federal, o que se realiza por meio do método cartográfico de Foucault. Então, verifica-se a gestão do território e as funções públicas de interesse comum, elegendo-se o desenvolvimento urbano, o saneamento básico, a habitação e a mobilidade urbana. A investigação desenvolve-se sobre os arranjos institucionais de natureza constitucional; primeiramente, comparam-se os de outras capitais, como Washington, Buenos Aires, Cidade do México e Berlim; em seguida, discutem-se alternativas desses arranjos para o Distrito Federal. Por fim, verificam-se as possibilidades de arranjos institucionais de natureza constitucional para o Distrito Federal e as funções públicas de interesse comum de desenvolvimento urbano, saneamento básico, habitação e mobilidade urbana.

Palavras-Chave: Ordenamento territorial. Região metropolitana. Arranjos institucionais.

DA POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DE CONCRETIZAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE CONTROLE EXTERNO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO BNDES NO MERCADO DE RENDA VARIÁVEL EM FACE DA LEI Nº 13.303/2016

Wilson Sampaio Sahade Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
wilson.sampaio@sempreceub.com
Daniel Amin Ferraz – UniCEUB, professor orientador
daniel.ferraz@ceub.edu.br

A matéria em discussão reveste-se de indagação jurídico-constitucional, de indiscutível complexidade técnico-administrativa, de extraordinária repercussão patrimonial nos direitos e nos interesses empresariais e particulares e de relevância nacional, uma vez que as políticas públicas operacionalizadas pelo BNDES e pela BNDESPAR, por meio da aquisição de participação no capital de empresas, notadamente, pela subscrição de ações ou debêntures, depois de atendidas as exigências das respectivas políticas públicas e de ter seus planos de investimentos ou negócios submetidos, analisados e aprovados pelos mencionados executores de tais políticas públicas, foram submetidas à jurisdição do Tribunal de Contas da União (TCU) para fins de fiscalização e tomada de contas, ou seja, houve a intervenção do Estado pelo TCU, sobre a esfera jurídica da empresa particular, mesmo após a edição da Lei nº 13.303/2016. A visão da Corte de Contas é que não se pode permitir que a BNDESPAR aplique bilhões de reais em empresas que façam uso dos valores livremente, em prol do alcance de seu objetivo social, sob pena de ferir um princípio do direito administrativo que é a busca pelo interesse público. Nota-se que essa leitura do TCU é essencialmente contratual e de direito administrativo, como se, nas operações da BANDESPAR, os valores investidos continuassem ostentando a natureza de recursos públicos, supostamente originários de despesas públicas, decorrentes de atos de gestão da estatal investidora, inclusive, com possibilidade, em face de eventual descumprimento entre as partes, de resultar em danos ao erário, em decorrência de negociações ou acordos de investimentos e de acionistas voltados para a participação da estatal BNDESPAR, minoritários no capital de empresa privada, mediante aquisição de debêntures ou ações. Nesse contexto, examina-se se os instrumentos da empresa pública devem seguir a sistemática própria do setor privado, inclusive no que concerne às regras de responsabilidade previstas na LSA, uma vez que, ao ingressar no mercado de capitais, a estatal atua como qualquer investidor, no típico exercício de atividades fim, à luz do artigo 173, §1º, I, da Constituição da República, ou se a jurisdição do TCU se justifica, por tratar-se de atividade econômica de repercussão social financiada pela população, o que legitimaria uma atuação direta ou de segunda ordem. Assim, este trabalho visa responder se a BNDESPAR está sujeita ao controle externo do TCU após a edição da Lei nº 13.303/2016. A hipótese inicial é que o TCU não pode exercer tal controle externo quando a BNDESPAR atua no mercado de renda variável.

Palavras-Chave: TCU. Política pública. BNDES.

DIREITO E ARTES CÊNICAS: O PAPEL DO TEATRO NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE AOS PROBLEMAS DE GÊNERO

Raquel Xavier Vieira Braga – UniCEUB, doutoranda em Direito
raquel.braga@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

A tese propõe investigar o papel do teatro, enquanto foro de discussão, na mudança do paradigma perceptivo da cultura brasileira sobre as questões de gênero, para, então, demonstrar a importância da revisitação das políticas públicas atuais de apoio às artes cênicas e à igualdade de gênero diante da constatação de que há muito pouco investimento estatal, evidenciando a necessidade da criação de novos arranjos institucionais, para resgatar e promover o teatro, de modo que ele possa exercer sua função pedagógica sobre os problemas de gênero. Para tanto, a pesquisa não se limitará à utilização de único método epistemológico. Pelo contrário, serão aplicados os métodos histórico, comparativo e sistemático, para examinar o funcionamento da cultura brasileira sobre as questões de gênero e seus reflexos na conjuntura institucional. Além disso, utiliza-se o método etnográfico na pesquisa de campo, com foco no teatro e nos problemas de gênero. Constatou-se, até o momento, única previsão de políticas culturais para o teatro engajado no papel da mulher na sociedade brasileira, localizada no Distrito Federal. Trata-se da Portaria n.º 446, de 5 de dezembro de 2018, que institui a Política de Teatro do Distrito Federal e indica a aplicação de políticas inclusivas e afirmativas na cadeia produtiva do teatro, de modo a garantir o cumprimento da equidade de gênero, o que mostra a relevância da realização de uma pesquisa científica efetivamente contributiva sobre o tema que possa ajudar a comunidade científica a pensar o papel das artes na construção das políticas públicas e alertar o Estado para a necessidade de aprimoramento do apoio ao teatro político. Assim, será possível fornecer à sociedade brasileira instrumentos culturais que atuam em prol da sua evolução, em especial, para possibilitar a remoção da percepção social estereotipada sobre a mulher e tudo o que ela representa.

Palavras-Chave: Direito. Teatro. Políticas públicas. Gênero.

DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS EM MATÉRIA DE SAÚDE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Virna de Barros Nunes Figueiredo – UniCEUB, doutoranda em Direito
virnafigueiredo@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

O direito à saúde, assegurado no texto constitucional, ganha novos contornos no contexto da quarta revolução industrial e exige avanço na elaboração, na interpretação e na aplicação das normas legais. A recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, popularmente conhecida como LGPD, surge como resposta a tal anseio, ao abraçar a missão de proteger os direitos e as liberdades fundamentais, em especial o direito à proteção de dados pessoais. Porém, o desafio revela-se superior ao que originalmente foi previsto no texto legal, no que se refere aos dados sensíveis, aplicáveis à saúde. Diante da previsão contida nos diplomas legais que asseguram o direito a saúde e das disposições contidas na Lei Geral de Proteção de Dados, este trabalho propõe identificar os principais desafios do Estado, ao buscar estabelecer a tutela de preservação para os dados sensíveis, aplicáveis à saúde conforme o direito fundamental descrito na Carta Magna de 1988 e examinar as políticas e os instrumentos propostos pelo Estado até este momento, com a finalidade de assegurar tal proteção. Assim, verifica-se, por meio da análise dos mecanismos propostos à luz da normatividade jurídica, a necessidade de identificar as principais dificuldades práticas e as possíveis lacunas, ao transpor os procedimentos de proteção aos dados pessoais sensíveis para a realidade nacional, evidenciando as possibilidades e os limites das novas tecnologias inseridas no sistema de prestação de serviços de saúde. Utiliza-se como método a revisão bibliográfica com base em fontes primárias e secundárias.

Palavras-Chave: Privacidade. Dados pessoais. Dados sensíveis. Direito à saúde.

DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA

Alexandre Augusto Batista de Lima – UniCEUB, doutorando em Direito
alexandreablima@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

A pesquisa cinge-se à análise do instituto dos consórcios públicos sob a perspectiva do federalismo de cooperação e examina a utilização do modelo de consórcio como forma de concretização dos objetivos da Política Nacional de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos e do princípio constitucional da eficiência. A Constituição Federal de 1988 prevê a atividade prestacional do Estado de maneira consorciada, no seu artigo 241. A emenda à Constituição nº 19/1998 positivou, de modo expresso, no texto constitucional, o princípio constitucional da eficiência e evidenciou quadro propício para a cooperação intergovenamental, especialmente, no âmbito municipal. A problemática da tese reside em examinar o consórcio público como instrumento jurídico-administrativo adequado para a administração promover, de maneira eficiente, os objetivos da Política Nacional de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos. A importância do estudo tem alicerce administrativo-constitucional, visto que a reforma administrativa impõe nova conjuntura na prestação dos serviços públicos, de modo a favorecer a colaboração em detrimento do exercício isolado do poder. A pesquisa objetiva evidenciar o novo perfil de atuação dos entes federados e demonstra a adequação dos consórcios públicos, regulados pela Lei nº 11.107/2005, ao modelo constitucional pautado na eficiência como justiça social, na colaboração e na governança. Além disso, investiga a viabilidade dos consórcios públicos na área de saneamento básico como instrumentos fomentadores e propiciadores dos objetivos da Política Nacional de Saneamento Básico e de Resíduos Sólidos, atendendo aos critérios de adequação desse serviço. A metodologia utilizada é descritivo-analítica, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental, pura, qualitativa e exploratória, mediante informações e documentos sobre o tema. Os consórcios de direito público são pessoas jurídicas de direito público interno, concebidas a partir de ato administrativo complexo externo, com personalidade jurídica distinta dos entes que os integram e dos instrumentos contratuais hábeis a proporcionar sua formação e gestão e são reflexo da gestão gerencial e de governança da Administração Pública. Destarte, pode-se concluir que sua utilização na prestação do serviço público de saneamento básico é solução viável para ampliar oportunidades, especialmente, das pessoas menos providas de recursos, como uma forma de maximização da proteção à saúde e de integração efetiva do povo ao seu lugar, garantindo o direito fundamental ao desenvolvimento, ao saneamento público adequado e eficiente e promovendo a dignidade da pessoa humana e a justiça social.

Palavras-Chave: Consórcio público. Federalismo de cooperação. Saneamento básico

DOXAS DA CRÍTICA BARATTIANA: CONFORMAÇÃO DO CAMPO CRIMINOLÓGICO BRASILEIRO

Carolina Souza Cordeiro – UniCEUB, doutoranda em Direito
carolina.cordeiro@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

O escopo da tese é investigar os impactos da obra de Alessandro Baratta na produção do saber criminológico, em núcleos jurídicos brasileiros. Objetiva-se identificar como a expansão do movimento criminológico crítico, ocorrida a partir dos anos 1960, conformou o campo criminológico brasileiro. Inicialmente, apontaram-se semelhanças entre os campos sócio-criminológicos estadunidense, britânico, italiano, venezuelano e brasileiro, em interações, disputas e dominações. As traduções do saber criminológico mostraram-se estruturais nas distinções entre os campos, especialmente entre o Norte e o Sul global. No Brasil, as metamorfoses da criminologia crítica barattiana foram igualmente determinantes na conformação do campo. O recorte de análise considerou dissertações e teses produzidas nos núcleos de pesquisa criminológica em que a obra barattiana teve maior impacto acadêmico: Rio de Janeiro, Santa Catarina e Distrito Federal. Os protagonistas desses três núcleos eram, em sua maioria, intelectuais vinculados a Alessandro Baratta tanto nas traduções escritas quanto nas orais. A pesquisa nas monografias revelou que esses protagonistas assumiram o papel de "chefs d'école", direcionando os usos barattianos. A seleção das pesquisas acadêmicas dos núcleos catarinense e brasiliense foi feita por meio da técnica "bola de neve", que viabilizou a apresentação de cadeias de referências a partir das monografias da amostra inicial. Com isso, alcançou-se maior abrangência, e delimitou-se o *corpus*. No caso do núcleo carioca, optou-se pela análise global das pesquisas. A análise empírica qualitativa das dissertações e das teses deu-se por uma conjugação de técnicas, métodos e teorias, com vistas a assegurar a confiabilidade dos dados. Identificaram-se os usos da obra de Alessandro Baratta em menções, trechos e transcrições. Reuniram-se as monografias por núcleos e em grupos, para facilitar a apresentação dos pontos comuns e das distinções. Avaliaram-se os usos barattianos, indicaram-se os consensos, e estabeleceram-se triangulações com outros teóricos e pesquisadores. Incluíram-se relações entre as pesquisas e as propriedades de cada núcleo em que estavam inseridas, considerando, especialmente, a atuação dos orientadores e suas traduções dos textos de Alessandro Baratta. A pesquisa demonstrou que as constantes reproduções das metamorfoses barattianas nas monografias desse campo acadêmico brasileiro consolidaram consensos irrefletidos acerca da crítica barattiana, que foi sistematicamente identificada com a pauta desconstrutiva presente no livro *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal*. A caracterização dessa crítica como essencialista decorreu do constante vínculo ao significante "crítico" e não às suas semânticas, isto é, sem observar os vários significados possíveis. Diante disso, a tese concluiu que a doxa era a crítica barattiana, reconhecida a partir do livro de Alessandro Baratta, mas, na prática, coerente com as metamorfoses do autor italiano. Por fim, foi proposto o redirecionamento da metacriminologia como categoria reflexiva que possibilita a autoanálise.

Palavras-Chave: Campo criminológico brasileiro. Alessandro Baratta. Metamorfoses. Doxa.

EDUCAÇÃO FISCAL URBANÍSTICA: FILOSOFIA E DIREITO À CIDADE

Eugênio Pacceli de Morais Bomtempo – UniCEUB, doutorando em Direito
eugenio.bomtempo@sempreceub.com
Paulo Afonso Cavichioli Carmona – UniCEUB, professor orientador
paulo.carmona@ceub.edu.br

Esta pesquisa examina as potencialidades da educação fiscal urbanística como política pública para a efetivação do direito à cidade. O Programa Nacional de Educação Fiscal, apesar de ser grande avanço, não se mostra suficiente para resolver os graves problemas das cidades. Por melhor que seja a estratégia e a matriz tributária, sem a educação fiscal da população e dos gestores municipais, o desenvolvimento social do município acanha-se. A doutrina da filosofia do direito revela que o sistema tributário figura como garante de todos os direitos, logo faz-se indispensável construir nova ética moral impositiva para o fisco e a sociedade. Sobrecarregada de mazelas históricas, as municipalidades brasileiras precisam desenvolver-se com recursos próprios. No entanto, 92,5% dos municípios brasileiros arrecadam menos que 30% da receita de que necessitam. Assim, expandir a arrecadação sem aumentar alíquotas ou aumentar as alíquotas com amplo consentimento tornou-se um "trade-off" de enfrentamento inadiável. O objetivo desta investigação é encontrar soluções mediante o programa de educação fiscal idealizado pelo Governo Federal, visando ao seu aperfeiçoamento para as soluções municipais na direção da implementação do direito à cidade, ou seja, para o aumento da qualidade de vida da população mais pobre, sem conhecimentos suficientes para defender-se. Assume-se a hipótese de que as soluções passam pela educação fiscal urbanística, não devendo o conhecimento urbanístico manter-se somente em favor da elite política local privilegiada. Pelo método qualitativo, esta investigação segue seu curso crítico. Entre os resultados já encontrados, destacam-se: flagrante precariedade dos recursos humanos municipais; baixa utilização de novas tecnologias; ausência de conhecimento das massas periféricas sobre seus direitos com base no Estatuto da Cidade e nos direitos possessórios; ausência de lideranças cidadãs; carência de formação nos ensinos fundamental e médio, para que os investimentos públicos sejam democraticamente geridos e não apropriados por elites políticas especulativas. Este estudo crítico mergulha em aspectos em parte percorridos, mas com incursões inéditas, de cunho filosófico e prático. A estrada do saber urbanístico-tributário mostra-se carente de desenvolvimento, é longa e íngreme, e é impossível alcançar soluções definitivas, o que torna desafiante esta investigação. Cada município deve equacionar como resolver seus problemas, e, por fim, o bem-estar beneficiará todos os cidadãos com cidades seguras e sustentáveis.

Palavras-Chave: Educação fiscal. Municípios. Urbanismo. Cidadania. Tributação.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES: PELA NECESSÁRIA ACCOUNTABILITY

Henrique Alves Pinto – UniCEUB, doutorando em Direito
henrique.pinto@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

Novas possibilidades surgiram aos operadores do Direito na busca por mais eficiência no exercício de suas atividades, com o desenvolvimento dos sistemas de inteligência artificial. Apesar de a economia de tempo ser relevante fator, a promoção da justiça não pode abdicar de critérios éticos durante o processo de sua produção. Este estudo propõe discussões sobre a crescente introdução dos sistemas de inteligência artificial, no universo jurídico, de modo a submetê-lo ao indispensável filtro ético, com o intuito de garantir a sua legitimidade.

Palavras-Chave: Direito Processual Civil. Ética. Sociologia. Inteligência artificial.

NOVOS PARADIGMAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA SEARA CONSUMERISTA: A NECESSIDADE DE UMA LEITURA CONSUMERISTA-CONSTITUCIONAL DA RESPONSABILIDADE CIVIL APLICADA ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO CONSIDERANDO-SE AS VULNERABILIDADES DO CONSUMIDOR

Marcel Carlos Lopes Félix – UniCEUB, doutorando em Direito
marcel.felix@sempreceub.com
Hector Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

O instituto da responsabilidade civil necessita de releitura quando aplicado às relações de consumo, pois, considerando-se a necessidade do consumidor de proteção específica, quando se relaciona com o fornecedor, surgiu o Código de Defesa do Consumidor (CDC) em 1990, que trata de toda a temática referente ao consumidor e, especialmente, da responsabilidade civil sob vários aspectos, como a responsabilidade objetiva, a responsabilidade por vício do produto e a responsabilidade por fato do produto, demonstrando-se a necessidade de tratamento diferenciado e especial da reparação civil nas relações de consumo. Sob esse enfoque, delimitou-se o tema sobre a necessidade de um tratamento diferenciado, a leitura consumerista-constitucional da responsabilidade civil nas relações de consumo, tendo como fundamento as vulnerabilidades do consumidor, reconhecidas pelo CDC. A pesquisa dá-se por meio de levantamento bibliográfico e jurisprudencial, pelo método hipotético-dedutivo, com vistas a demonstrar a necessidade de leitura consumerista-constitucional do instituto da responsabilidade civil quando aplicado às relações de consumo no Brasil, tendo como marco temporal o CDC. A problemática apresentada é se o tratamento diferenciado conferido pela CF e pelo CDC ao consumidor fez surgir a necessidade de um tratamento diferenciado na utilização do instituto da responsabilidade civil quando aplicado às relações de consumo. Se assim for, analisa-se com base em quais fundamentos e subsídios pode tratar-se, de forma especial e diferenciada, o consumidor quando sofre algum dano em uma relação consumerista e necessita de reparação. Examina-se que espécie, forma ou tipo seria a responsabilidade civil e como deve ser aplicada. Além disso, observa-se se a constitucionalização dos direitos consumeristas em 1988 aponta e justifica a utilização de leitura consumerista-constitucional para a aplicação da responsabilidade civil, de forma especial e diferenciada, às relações consumeristas. Utilizam-se posicionamentos favoráveis e desfavoráveis, e analisam-se argumentos de que a responsabilidade civil deve ser aplicada de forma igual para todos os campos do Direito, com o intuito de demonstrar e comprovar, com clareza, a necessidade de tratamento diferenciado da responsabilidade civil quando aplicada às relações de consumo. A pesquisa justifica-se pelo fato de que o reconhecimento constitucional da defesa do consumidor como princípio da ordem econômica e financeira conferiu às relações consumeristas tratamento diferenciado e, por consequência, também deve ser diferenciada para essas relações a aplicação do instituto da responsabilidade civil. Há, portanto, a necessidade de realizar-se a leitura consumerista-constitucional da responsabilidade civil quando aplicada às relações de consumo.

Palavras-Chave: Responsabilidade civil. Relações de consumo. Vulnerabilidades.

O COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO NA GESTÃO DA PAUTA DO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Victor Guedes Trigueiro – UniCEUB, doutorando em Direito
victor.guedes@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patrícia.mello@ceub.edu.br

O tema principal da tese consiste na reflexão a respeito dos fatores externos de influência na elaboração da pauta de julgamentos do Plenário do Supremo Tribunal Federal, cuja competência reside na figura do presidente da Corte. A realidade social, política e jurídica do Brasil atribuiu grande protagonismo à Suprema Corte, que tem sido chamada a manifestar-se sobre praticamente todos os temas importantes para a sociedade brasileira. O fenômeno da judicialização da política, aliado ao crescimento do ativismo judicial da Suprema Corte, potencializa o papel do presidente, ao exercer a competência de dirigir a pauta. Pode-se afirmar que a pauta do plenário do Supremo Tribunal Federal é elemento definidor da vida social, política e jurídica do Brasil. Não há, no entanto, atos normativos que imponham critérios objetivos a ser observados pelo presidente da Corte, para dirigir a pauta. O regimento interno da Suprema Corte é lacônico. Por outro lado, tratando-se de atividade exclusiva do presidente, em regra não compartilhada com os demais integrantes do colegiado, identifica-se excessiva concentração de poder nas mãos de único integrante da Corte. A partir dessa constatação, pretende-se analisar a influência do comportamento estratégico do presidente na elaboração da pauta do plenário físico da Corte. Para atingir o objetivo pretendido, inicialmente, faz-se um estudo a respeito das vertentes que sustentam a existência da influência de elementos extrajurídicos na prestação da atividade jurisdicional. Com efeito, há vasta literatura a respeito de aspectos ideológicos, emocionais, estratégicos e econômicos no processo decisório. Após dialogar com a literatura mencionada, aprofunda-se no estudo do comportamento estratégico dos juízes como um fator importante do critério procedimental que leva à decisão judicial. Em seguida, examina-se a importância da elaboração da pauta do STF no contexto social e jurídico brasileiro, com especial atenção ao papel especial exercido pelo presidente da Corte. Nesse ponto, é relevante avaliar a perspectiva do direito comparado, além de refletir sobre a conveniência do compartilhamento dessa competência com os demais integrantes da Corte.

Palavras-Chave: Comportamento. Estratégico. Pauta. Plenário. Presidente. STF.

O DRAMA DA MORTE DIGNA: AS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DO DIREITO

Gillian Santana de Carvalho Mendes – UniCEUB, doutorando em Direito
gillian.santana@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A presente tese tem como objetivo verificar, diante dos avanços tecnológicos que conduzem ao prolongamento da vida, as diretivas antecipadas de vontade como instrumento de aplicação do direito à morte digna, tendo como sujeitos os pacientes fora de possibilidade terapêuticas. A análise perpassa a aplicação dos princípios bioéticos de benevolência, autonomia e justiça e o respeito à vontade do paciente terminal em recusar tratamentos médicos ou intervenções cirúrgicas no seu final de vida. Apresenta-se a ortotanásia, imbricada de cuidados com o paciente como uma forma de morte digna, além dos institutos correlatos, como eutanásia, suicídio assistido e distanásia, para diferenciá-los entre si. Indica-se como alguns países legislam sobre esses procedimentos, antecipando a morte ou prolongando a vida, e aponta-se como as religiões se posicionam. A falta de legislação sobre as diretivas antecipadas de vontade e a morte digna impossibilita que o Poder Judiciário aplique a uniformidade. Com base no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, o Conselho Federal de Medicina publicou resoluções que possibilitam aos associados seguir preceitos humanistas, não obrigando os pacientes a prolongar a vida a qualquer custo, respeitando as diretivas antecipadas de vontade, documento no qual se cerca o paciente fora de possibilidades terapêuticas para estabelecer parâmetros em relação ao tratamento que deseja receber, a ser acolhidos pela equipe médica e pela família. No entanto, percebeu-se, pelas análises de decisões dos Tribunais de Justiça, que ainda há muito o que ser debatido e aprendido sobre morte digna e autonomia do paciente fora de possibilidades terapêuticas e que as diretivas antecipadas de vontade seriam o documento necessário à realização de tais direitos. O paciente terminal é visto como incapaz civilmente, seja ele criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência, embora esses últimos tenham capacidade plena, o que fere a diretriz de promoção à dignidade da pessoa, no qual o instituto das incapacidades civis tem apoiadores, representantes ou assistentes para os negócios patrimoniais, que se diferenciam de negócios que cuidam da existência. Conclui-se que as questões que circundam a morte digna do paciente terminal deveriam ter barreiras apenas no discernimento da pessoa enferma; assim, a primeira vontade a ser respeitada para realização de qualquer tipo de procedimento médico-terapêutico ou cirúrgico deve ser a do paciente, depois a do seu mandatário, caso se eleja um, em seguida a da família e, na falta das pessoas anteriores, a do médico, desde que as vontades sejam lícitas e não obriguem o profissional da saúde à realização de atos contrários ao seu código deontológico. Além disso, verifica-se que o Conselho Federal de Medicina contribui para ampliar o debate sobre a realização das diretivas antecipadas de vontade, antes de procedimentos terapêuticos, o Supremo Tribunal Federal poderia acolher a morte digna em possível julgamento, e a doutrina, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário não estão alinhados em conceitos essenciais relativos ao tema, o que dificulta a tutela jurisdicional no caso concreto.

Palavras-Chave: Diretivas antecipadas de vontade. Morte digna. Ortotanásia. Paciente terminal.

O IMPACTO MIDIÁTICO NA REORGANIZAÇÃO DA TRADICIONAL SEPARAÇÃO DOS PODERES DO ESTADO: UMA ANÁLISE DA SEGURANÇA JURÍDICA NO NOVO PADRÃO SOCIAL FRUTO DA CULTURA DIGITAL

Olívia Guimarães Ribeiro – UniCEUB, doutoranda em Direito
olivia.ribeiro@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – UniCEUB, professor orientador
luiz.fachin@ceub.edu.br

A cultura digital desponta como instrumento capaz de proporcionar mudanças cada vez mais profundas na sociedade. A eventual divulgação distorcida de informações pela mídia é capaz de desencadear movimentos sociais de grande proporção, levando a população a pressionar os Poderes do Estado, almejando deles a tomada de decisões públicas em determinado sentido conveniente aos seus interesses e convicções. Essa influência causada pela nova cultura digital na formação da convicção popular é capaz, portanto, de interferir na atuação dos Poderes do Estado, de modo a macular a segurança jurídica, na medida em que pode ocasionar a tomada de decisões precipitadas ou inadequadas, para ceder à pressão ou atender aos anseios da sociedade. Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que a nova cultura digital é capaz de conduzir à remodelação da tradicional trilogia do poder estatal, adequando-a à recomposição social, influenciada pela cultura digital. Esse fenômeno poderia promover a desestruturação do tradicional modelo de separação dos Poderes do Estado, para, posteriormente, reorganizá-lo em novo formato, mais compatível com os anseios sociais contemporâneos. Essa combinação de interações horizontais, verticais e mistas entre os vários atores da globalização, reforçada por novas tecnologias, seria, portanto, capaz de renovar a governança global, de modo a substituir a tradicional separação dos Poderes pela nova trilogia “vontade, conhecimento e poder”, anunciando a reorganização da estrutura.

Palavras-Chave: Democracia. Mídia. Separação dos Poderes do Estado. Segurança jurídica.

O MARCO REGULATÓRIO DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL E A INEFETIVIDADE DO DIREITO À EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS DISCURSOS

José Wilson Ferreira Lima – UniCEUB, doutorando em Direito
wferreiraster@sempreceub.com
Leonardo Roscoe Bessa – UniCEUB, professor orientador
leonardo.bessa@ceub.edu.br

A Constituição Federal de 1988, as Leis n°. 9.394/1996, n°. 12.288/2010, n°. 12.711/2012, n°. 12.990/2014 e o Decreto n. 9.427/2018 formam o principal marco regulatório das cotas raciais no Brasil, na esfera da União. Essas normas proclamam que a educação e a igualdade de oportunidades são metas a ser atingidas, com o propósito de combater o racismo e a discriminação e reduzir as desigualdades sociais e econômicas. Para alcançar essas finalidades, foi instituído um programa normativo específico, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, ao definir-se que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades a todo cidadão brasileiro. O objetivo geral perseguido neste estudo é investigar, mediante a dimensão dos discursos favoráveis e contrários à política de cotas raciais, como os marcos regulatórios das políticas públicas de cotas raciais e educacional são articulados, de modo a viabilizar o cumprimento da exigência normativa de que a educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para o exercício da cidadania e qualificá-la para o trabalho. Para desenvolver este estudo, assumem-se as premissas: a educação de qualidade é o meio mais importante e indispensável para que se possa promover o desenvolvimento das capacidades humanas, garantir a liberdade de todos e facilitar o acesso das pessoas aos bens e aos serviços disponíveis na sociedade; a igualdade de oportunidades pressupõe a igualdade de acesso aos bens e aos serviços disponíveis e sobrepõe-se ao elitismo. As premissas devem harmonizar-se com o preceito constitucional que fixou ser objetivo do Estado promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, e a educação deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Diante desse quadro normativo, o problema de tese consistirá em: determinar se as cotas raciais instituídas nos termos da legislação em vigor são a oportunidade que se confere aos seus beneficiários ou se são instrumentos com os quais seus beneficiários devem procurar, com o emprego de seus méritos, alcançar os espaços disponíveis a todos os indivíduos, indistintamente, principalmente na área educacional e no mercado de trabalho; definir se a política de cotas raciais poderá ser afetada pela inefetividade da educação pública, com prejuízo para o cumprimento da meta constitucional de que ela deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, prepará-la para o exercício da cidadania e qualificá-la para o trabalho.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Marco regulatório. Cotas raciais. Direito à educação. Inefetividade.

O SILÊNCIO MURADO DO ASSASSINATO DE MULHERES: A NOMEAÇÃO DO FEMINICÍDIO NO CAMPO DA LINGUAGEM JURÍDICA

Eugênia Nogueira do Rêgo Monteiro Villa – UniCEUB, doutoranda em Direito
eugenia.villa@sempreceub.com
Bruno Amaral Machado – UniCEUB, professor orientador
bruno.machado@ceub.edu.br

Há assassinatos de mulheres, nominados na linguagem jurídica de feminicídios, que não se referem à intenção de matar alguém. Eles contêm padrões comportamentais dotados de enunciados expressivos e orientados por exercício de poder que deita raízes em matrizes históricas, sociais e culturais, enquadradas em condições de instabilidade pelo fato de as vítimas serem mulheres. A situação de instabilidade nominada pelo legislador brasileiro de "condição de sexo feminino" representa significante aberto que instiga empenho por esforços cognitivos em outras áreas do conhecimento, como antropologia, filosofia e sociologia. A presente tese delineou contornos teóricos, jurídicos e operacionais e deu significado a esses assassinatos. Para tanto, percorreram-se campos teórico e empírico em busca de formações discursivas que balizassem fechamentos e que funcionaram como linhas de contorno estabilizadoras e garantidoras de segurança mínima para imprecisões dos termos "menosprezo" e "discriminação" da qualificadora do feminicídio. No plano teórico, foram aportados estudos desenvolvidos por Michel Foucault, concernentes às formações discursivas ou "episteme" e ao detalhamento dos dispositivos na perspectiva da genealogia do poder. Além disso, articularam-se estudos sobre a colonialidade do poder desenvolvidos por Aníbal Quijano e a perspectiva de gênero adotada por autoras latino-americanas, como María Lugones, Marcela Lagarde e Rita Laura Segato. Isso resultou no que se denominou por "dispositivo da colonialidade", episteme emergente e hegemônica por detrás dos poderes instituídos, institucionalizados e operados, o que se pode denominar de "circuito da colonialidade", que se propõe considerar a "chave de leitura" para o feminicídio e o marco teórico para a formação discursiva jurídica do feminicídio. O plano empírico compreendeu duas fases: a primeira tratou da territorialização do feminicídio no estado do Piauí, e a segunda correspondeu à pesquisa qualitativa junto a sujeitos responsáveis pelo trabalho jurídico penal do feminicídio no Piauí. Foram cartografados 129 casos de feminicídio ocorridos no período de 10.03.15 – data da vigência da Lei – a 31.12.18, em mapas e tabelas, com dados relacionados a vítimas, autores e fatos. Na segunda fase, foram analisadas peças procedimentais, e aplicadas técnicas de coletas de dados consistentes em questionários, entrevistas semiestruturadas e grupo focal. Em seguida, foram os dados transcritos, organizados e examinados pela metodologia de análise de conteúdo, tomando-se por base enunciados teóricos para interpretar unidades discursivas. A aliança entre achados empíricos e aportes teóricos consistiu base para elaboração de três categorias interacionais organizacionais nos planos jurídico, teórico e operacional, servindo, a um só tempo, de modelagem para decisões organizacionais e contorno para significantes abertos. Como resposta ao problema, foram ofertadas categorias jurídicas, teóricas e operacionais que proporcionaram contextos de estabilidade e segurança jurídica à qualificadora *feminicídio*.

Palavras-Chave: Gênero. Linguagem jurídica. Feminicídio. Dispositivo da colonialidade. Ambiente organizacional.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O TEMA DO ATIVISMO DEMOCRÁTICO-CONSTRUTIVO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: POSSIBILIDADES, LIMITES E CASUÍSTICA

Kátia Silene Sarturi – UniCEUB, doutoranda em Direito
katia.sarturi@sempreceub.com
Inocêncio Mártires Coelho – UniCEUB, professor orientador
inocencio.coelho@ceub.edu.br

A presente tese tem como tema o protagonismo do Supremo Tribunal Federal na construção de políticas públicas, no contexto do Brasil contemporâneo, ao que a literatura denomina de ativismo judicial. A revisão bibliográfica indica que esse construto encontra, ao mesmo tempo, ferrenhos críticos e entusiastas e defensores. Assim, sustenta-se que o ativismo democrático-construtivo é componente inevitável e necessário para o avanço de políticas públicas no Brasil. O ineditismo da proposta consiste na compreensão do ativismo democrático-construtivo como manifestação inevitável e necessária do ativismo constitucional, praticado por todo Poder e revelado pela espécie primeira, e do ativismo judicial, praticado pelo Judiciário e consolidado como fruto da sociedade atual e em resposta às crises institucionais dos Poderes, especialmente o Legislativo e o Executivo. O ativismo democrático-construtivo localiza-se na defesa da opinião contramajoritária e em matéria das políticas públicas, como indispensável na construção de arranjos institucionais que enfrentem as desigualdades de um país historicamente periférico no contexto do modelo capitalista. A tese propõe um quadro discursivo que atinja várias instâncias afetas ao problema, sustenta-se em marcos teóricos que explicitam visões prospectivas da atuação de cortes constitucionais e escora-se nos trabalhos de Inocêncio Mártires Coelho, cujos aportes à utilização da hermenêutica valorativa substancializam uma ação prospectiva do julgador. No mesmo sentido, ampara-se nos escritos e na atuação empírica dos ministros Luís Roberto Barroso e Carlos Ayres Britto, por seus papéis iluministas protagonizados no STF. Esses autores transpõem para o pensamento constitucional brasileiro uma leitura moral e compreensiva dos marcos constitucionais. Assim, a tese retoma elementos mínimos em forma de conceitos, sem os quais o intérprete não avança na compreensão do problema e configura-se como uma carta de navegação, no desenho da qual são retomadas percepções, como Estado, presidencialismo, federalismo, democracia e equilíbrio entre os poderes. Na sequência, explora-se o debate em torno do papel contramajoritário de cortes constitucionais. Ao vincular a atuação judicial à construção de políticas públicas, é necessário que se faça uma estação, ainda que minimalista, em torno desse tema central nas formulações institucionais contemporâneas. Além disso, exploram-se teorias de interpretação, objetivando captar o sentido da hermenêutica de construção de valores e ações, que a tese julga característica da ação do STF no período estudado. Feitas essas considerações propedêuticas, inicia-se o rumo jurídico, e explora-se a casuística do STF. Com tal objetivo, casos identificadores de esforço de intervenção positiva foram selecionados, levando-se em conta o potencial transformador na cultura jurídica e na ação social.

Palavras-Chave: Supremo Tribunal Federal. Políticas públicas. Ativismo constitucional. Ativismo judicial. Ativismo democrático-construtivo.

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS NO MUNDO DO TRABALHO À LUZ DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL

Aline Cristina Alves – UniCEUB, doutoranda em Direito
aline.cristina@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa visa analisar a aplicação do princípio da vedação do retrocesso social pelo Supremo Tribunal Federal (STF) nos seus julgados, envolvendo o direito e o mundo do trabalho, para fins de verificar sob quais perspectivas o STF tem aplicado aquele princípio e se a jurisprudência tem viabilizado avanços na Constituição e na legislação, sem prejuízo de garantir um ambiente de segurança jurídica, empregabilidade, livre iniciativa e proteção dos direitos fundamentais. Dessa feita, a pesquisa pretende avaliar se a delimitação e o conteúdo daquele princípio no âmbito da jurisprudência do STF são aptos para que o aludido princípio possa prestar-se como garantidor dos direitos fundamentais nas relações jurídicas do mundo do trabalho, sem que o referido princípio corra o risco de perder a importância e a aplicabilidade sob a pecha de ser indevidamente reputado como uma espécie de empecilho ao avanço da legislação, à aplicação e à interpretação da lei e da Constituição ou se, para tanto, seria necessário propor nova delimitação e conteúdo daquele princípio e, nesse caso, indicar elementos para tal proposição. Ademais, a pesquisa busca compreender os limites constitucionais, legais e convencionais do princípio da vedação do retrocesso em direitos sociais quando dizem respeito ao mundo do trabalho; averiguar se os direitos sociais sobre o mundo do trabalho estão realmente alçados ao *status* de direitos fundamentais ou têm merecido a proteção jurisprudencial equivalente à dos direitos fundamentais somente quando representam veículos indispensáveis à efetivação e ao gozo dos direitos fundamentais; avaliar se é possível, tanto no campo da convencionalidade, da constitucionalidade e da legalidade quanto no âmbito da doutrina e da jurisprudência, compreender, de forma dinâmica, o conteúdo do princípio da vedação do retrocesso em direitos sociais sobre o mundo do trabalho, para que tal princípio, ao tempo em que não inviabilize reformas legais e constitucionais sobre aqueles direitos, também forneça as adequadas balizas para tanto, assegurando a devida proteção dos direitos fundamentais. O método utilizado na pesquisa é o dedutivo, partindo-se da premissa de que o princípio de vedação do retrocesso social é essencial alicerce para a garantia dos direitos fundamentais sociais e que o referido princípio não impede possíveis reformas ou alterações legislativas, mas limita avanços que visam à precarização de referidos direitos. O tema abordado nesta pesquisa trata da necessidade de examinar as políticas públicas sobre a proteção e a efetivação dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores e dos demais envolvidos nas relações jurídicas que dizem respeito ao mundo do trabalho. A partir da perspectiva da vedação do retrocesso social e sua aplicação pelo STF, verifica-se a possibilidade de explorar as possibilidades de políticas públicas que contemplem reformas constitucionais e legislativas sobre aqueles direitos, o que guarda relação direta com a análise dos impactos da atuação estatal na vida privada e seus respectivos reflexos nas relações entre a sociedade e o indivíduo.

Palavras-Chave: STF. Princípio da vedação do retrocesso social. Mundo do trabalho.

O TETO DE CRISTAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES E VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA MULHERES

Margarete de Castro Coelho – UniCEUB, doutoranda em Direito
margarete.coelho@sempreceub.com
Carlos Bastide Horbach – UniCEUB, professor orientador
carlos.horbach@ceub.edu.br

Este trabalho examina o abuso de poder como traço marcante do processo eleitoral brasileiro, observa como se apresentam e constituem suas raízes, examina como se reproduz, cristaliza-se e renova-se o potencial de contaminação do resultado das eleições no Brasil, verifica o abuso de poder no sistema eleitoral brasileiro como um efeito colateral das características mais preciosas da democracia, como eleições livres, soberania popular, alternância dos líderes e dos partidos nos espaços de decisão, liberdade de concorrência e rigidez da legislação eleitoral, e avalia como se constituiu, historicamente, o perfil do eleitorado brasileiro, como o eleitor se informa para decidir sobre em quem votar e o que o torna vulnerável ao abuso de poder. A importância do tema revela-se no embate que o Direito trava para garantir a igualdade de oportunidades nas disputas eleitorais, buscando controlar os abusos de poder que vicejam e adquirem capacidade de influenciar e deturpar o desejo da maioria e comprometer a soberania popular. O estudo ocupa-se dos abusos tradicionais: o econômico, o político e o midiático e de quem os mobiliza. Além disso, trata-se das novas formas de manifestação dos abusos, apontadas na jurisprudência e na doutrina: a cultura do abuso de poder religioso e, de modo especial, a fraude contra a efetividade das cotas de candidaturas femininas nas chapas e no financiamento de campanha, com verbas dos fundos eleitoral e partidário. Demonstra-se que se refere à nova representação de abuso de poder sediado no partido, mediante violência política de gênero, o que demanda maior esforço de definir sua configuração, origens e consequências para a convivência democrática, por ser modalidade não explorada pela doutrina nem pela jurisprudência. Além disso, importa desenvolver investigação minuciosa sobre a atuação da Justiça Eleitoral brasileira, a fim de examinar se, quando interpreta e aplica normas constitucionais eleitorais, especialmente nas ações que tratam de abuso de poder, adota um padrão de decisão apto a contribuir com o fortalecimento da democracia ou se, à mercê da fluidez das normas que regem a matéria e que não preveem parâmetros claros para aferição do abuso, é levada a atuar de forma casuística e, portanto, anti-isonômica, gerando insegurança jurídica e abalos às estruturas que arrimam o estado democrático de direito. Para isso, verificam-se decisões da Justiça Eleitoral brasileira nos processos de julgamento de abuso de poder, nas eleições gerais de 2014, em sede de recurso ordinário, para investigar se há ou não padrão de decisão quando julga o abuso de poder, reconstruindo a argumentação dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral sobre abuso de poder, buscando extrair uma hermenêutica constitucional-eleitoral capaz de orientar as decisões da Justiça Eleitoral brasileira sobre a matéria.

Palavras-Chave: Abuso de poder. Justiça Eleitoral. Fraude à cota de gênero. Violência política contra a mulher.

OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS COMO INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO DOS OBJETIVOS OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA PROPOSTA INTERPRETATIVA FUNDADA NA CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE O DIREITO DOS TRATADOS

Natália Camba Martins – UniCEUB, doutoranda em Direito
natalia.martins@sempreceub.com
Marcelo Dias Varella – UniCEUB, professor orientador
marcelo.varella@ceub.edu.br

Esta tese volta-se à comprovação de que a exceção de grave risco da Convenção da Haia de 1980, sobre os Aspectos Civis da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes, interpretada à luz da Convenção de Viena de 1969, sobre o Direito dos Tratados, apresenta mecanismos adequados para proteção de crianças e adolescentes vítimas diretas e indiretas de violência doméstica e, simultaneamente, de subtração internacional ilícita. A produção de documentos internacionais voltados à proteção da infância e das mulheres, apesar de vasta, ainda carece de adesão inequívoca dos Estados ao seu conteúdo e de unicidade conceitual quanto à violência doméstica, cujo fenômeno é dotado de conteúdo próprio, distinto da violência familiar e da violência contra a mulher fundada no gênero. A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (CVDT) é o único instrumento internacional admitido pelos Estados-partes para interpretação da exceção de grave risco da Convenção da Haia sobre os Aspectos Civis da Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes (CH80), exercício que não apenas é feito pelas Cortes Internacionais, mas também pelos operadores jurídicos domésticos. A aplicação do capítulo hermenêutico da CVDT permite alcançar interpretação e aplicação uniformes e globais daquela exceção, dentro do possível, objetivo primordial do Direito Internacional Privado e hábil a ampliar o nível de segurança jurídica de todos os envolvidos. Na gama de comandos interpretativos incluídos no caldeirão hermenêutico da CVDT, o mais relevante instrumento para interpretação da exceção de grave risco é o Guia de Boas Práticas da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado sobre a Exceção de Grave Risco, aprovado em dezembro de 2019. Comprova-se que a CH80, quando adequadamente interpretada a partir da moldura hermenêutica da CVDT, mostra-se como instrumento efetivo para a proteção de crianças e adolescentes vitimados diretamente por episódio de violência de natureza física, psíquica, sexual, financeira ou de qualquer outra forma que a coloque em situação intolerável em seu retorno. Também se protege a criança, por intermédio dessa exceção, de atos de violência indireta a que ela seja exposta. Os impactos à criança de quaisquer atos de violência ocorridos antes, durante ou após sua subtração devem ser efetivamente apurados, nunca devendo ser objeto de presunções. A proteção a outros membros da família, para além da criança ou do adolescente vítima da subtração, pode ser alcançada por intermédio de outros dispositivos da CH80, uma vez que a exceção de grave risco não inclui, em seu escopo, a proteção a adultos vítimas de violência doméstica.

Palavras-Chave: Subtração internacional de crianças. Convenção da Haia de 1980. Interpretação de tratados. Convenção de Viena de 1969 sobre o direito dos tratados. Violência doméstica.

POLÍTICA EXTERNA E DIREITO: O DESAFIO DA ADAPTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DIANTE DAS CONSEQUÊNCIAS DO USO MALICIOSO DA FORÇA CIBERNÉTICA

Alexandre Peres Teixeira – UniCEUB, doutorando em Direito
alexandre.teixeira@sempreceub.com
Liziane Paixão Silva Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
liziane.oliveira@ceub.edu.br

A era da informação e do conhecimento propiciou a criação do ciberespaço e suas características peculiares. A utilização do ambiente cibernético já faz parte da dinâmica do planeta e serve para implementar a qualidade de vida dos seres humanos. Entretanto, com o advento da internet, não apenas a dinâmica das relações sociais foi diretamente impactada, mas também a que diz respeito aos conflitos no âmbito da sociedade. Os crimes cibernéticos e o mau uso do ciberespaço nas relações internacionais são exemplos clássicos do potencial maléfico que existe no ambiente informacional. O ciberespaço não respeita contexto territorial, de modo que a simples operação cibernética pode envolver mais de uma jurisdição estatal. Em sua maioria, as interações realizadas no ciberespaço não atuam de forma maliciosa e nociva, contra os ordenamentos jurídicos nacionais e contra o direito internacional. Porém, uma operação cibernética maliciosa pode afetar bens jurídicos tutelados, tais como o patrimônio, a vida, a liberdade de expressão, a privacidade e outros. Além disso, o uso malicioso do ciberespaço pode atingir valores e princípios protegidos pelo Estado, na esfera internacional, sendo o exercício pleno da soberania o principal deles. Hostilidades perpetradas por um ente estatal ou ator não estatal contra um Estado soberano, com utilização de força cinética, podem dar causa a conflitos armados internacionais e não internacionais. Os regimes jurídicos que normatizam o emprego da força pelo ente estatal em resposta a uma agressão sofrida estão consolidados no que se conhece como direito de Genebra e de Nova York. Basicamente, as regras jurídicas que regulam o conflito armado cinético estão consolidadas e aprovadas pela sociedade internacional. A utilização do ciberespaço como ferramenta de agressão de um Estado contra outro já é uma realidade inequívoca na conjuntura de segurança internacional do século XXI, entretanto, por constituir-se em uma potencialidade nova e pouco explorada como ferramenta de relações internacionais, o uso da força cibernética ainda não se encontra normatizado de forma coerente e consistente, na esfera internacional. O Manual de Tallinn 2.0 pode ser considerado a única fonte, em nível de *soft law*, que tenta tratar do tema. A prática tem demonstrado que a utilização maliciosa do ciberespaço tem o potencial de causar problemas para os Estados, que vão de simples bloqueios a *sites* governamentais até a destruição em massa de vidas humanas. Portanto, o uso da força cibernética tem um potencial letal que deve ser refreado com a utilização de legislação específica, capaz de dissuadir a sua utilização por parte dos Estados. A tese que se propõe é a de que existe a necessidade de construção de uma política publica que vise a adaptação, transformação e revolução no direito internacional, com a finalidade de que seja normatizado, em nível internacional, o uso da força cibernética por Estados ou atores não estatais que visem atingir Estados. A pesquisa tem empregado o método de revisão bibliográfica com base em fontes primárias e secundárias.

Palavras-chave: Direito Internacional. Guerra cibernética. Uso da força. Ciberespaço.

PROPRIEDADE E SUA INDISPONIBILIDADE: USO E ABUSO

Eber Zoehler Santa Helena – UniCEUB, doutorando em Direito
zoehler@sempreceub.com
José Levi Mello do Amaral Júnior – UniCEUB, professor orientador
jose.junior@ceub.edu.br

A presente tese analisa a propriedade privada. Sua indisponibilidade de instituto condicionante do direito de família e sucessões converteu-se em significativo instrumento processual coercitivo ou punitivo no direito público, tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial, justificante de sua normatização expressa, submetendo-o ao devido processo legal, na proteção ao direito fundamental da propriedade, sob o prisma individual e socioeconômico. Os atributos da propriedade privada, centro irradiador dos direitos reais, são mitigados nos ordenamentos contemporâneos, em especial sua disponibilidade, sob a justificativa teleológica da supremacia de outros valores, como os interesses público e social. Verificam-se novas conformações de seus institutos em face da incidência e do registro das restrições convencionais ou *ope legis* ao atributo magno da propriedade, sua disponibilidade, seja alienabilidade, seja gravabilidade. A propriedade como direito fundamental apresenta atributos e limitações, e sua evolução histórica é marcada por manifestações ideológicas. Entre as indisponibilidades vigentes no direito privado, em especial família, sucessões e empresarial, e no direito público, processual ou administrativo, destaca-se na esfera processual a apenação por improbidade administrativa bem como medida coercitiva no tributário. Identifica-se relevante uso da indisponibilidade na via extrajudicial fiscal, no controle externo pelos Tribunais de Contas, mas a vedação de seu uso pelo Poder Legislativo, inclusive nas comissões parlamentares de inquérito. Conclui-se pela análise econômica da indisponibilização da propriedade e pelas reações a seu uso desmedido pelos Poderes Judiciário e Legislativo. Portanto, a limitação ao direito de propriedade pode dar-se por convenção ou *ope legis* e dizer respeito a todos ou alguns dos poderes inerentes à propriedade. Assim, restrições ao livre tráfico jurídico de bens e direitos, por meio de limites impostos ao uso, ao gozo e à disposição da propriedade, devem ser parcimoniosas. A indisponibilidade de bens, para ser decretada, deve vir antecedida da comprovação do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, ser plenamente justificada e tratada como excepcionalidade. Além disso, deve propiciar-se ao indisponibilizado instrumentos para sua defesa no devido processo contraditório, na esfera tanto judicial como extrajudicial.

Palavras-Chave: Propriedade. Indisponibilidade. Clausulamento. Improbidade administrativa. Averbação pré-executória.

REFLEXÕES SOBRE A IGUALDADE DE GÊNERO E AS DESIGUALDADES DE REPRESENTAÇÃO NA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DO FEMINISMO E DAS DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ana Karina Vasconcelos da Nóbrega – UniCEUB, doutoranda em Direito
ana.nobrega@sempreceub.com
Jefferson Carús Guedes – UniCEUB, professor orientador
jefferson.guedes@ceub.edu.br

A pesquisa tem por fim promover um estudo acerca das possíves causas que levam à baixa representatividade feminina na política, com ênfase nos artigos 5º, I, da CF/88, e 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97 e, assim, poder contribuir com possíveis soluções para a problemática referida. Malgrado o Brasil esteja entre as 10 maiores economias do mundo, tem o pior quadro, na América Latina, de representação feminina na política e ocupa a 133ª posição do *ranking* mundial. Enquanto países, como Argentina, Bolívia, Costa Rica, Equador, México e Paraguai, alcançam a paridade de gênero, o Brasil, sequer, consegue cumprir a cota de 30% existente desde 1997. O sistema eleitoral brasileiro, aliado à acentuada proliferação de siglas partidárias e ao frágil conteúdo ideológico das greis, não favorece a representação feminina. As cotas de gênero, a propaganda institucional, a propaganda eleitoral, o fundo partidário e o fundo especial de financiamento de campanha têm-se mostrado insuficientes para assegurar a igualdade de gênero na política. A atual legislatura apresenta uma margem de quase 90% para os parlamentares. As “candidaturas laranjas” fazem que as agremiações utilizem mulheres apenas para observar a disposição legal. Nesse contexto, é necessário encontrar meios que promovam o empoderamento feminino mediante a formação profissional, a independência econômica, o fortalecimento da autoestima e a descobeta do próprio talento a fim de que o ambiente político seja equalizado, com homens e mulheres ocupando espaço de maneira proporcional.

Palavras-Chave: Gênero. Desigualdade. Política. Sub-representatividade feminina.

RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINSITRATIVA REGRESSIVA

Bruno Ribeiro Marques – UniCEUB, doutorando em Direito
bruno.marques@sempreceub.com
Sandro Lúcio Dezan – UniCEUB, professor orientador
sandro.dezan@ceub.edu.br

O objetivo do estudo é a reformulação dogmática dos modos de análise dos danos em nova perspectiva da forma com que é examinado perante a administração pública, sob o viés dialético de retorno aos valores centrais constitucionais, em um comparativo de conceitos homogêneos entre os ordenamentos italianos, ingleses, germânicos e o *common law*. A metodologia é a análise de discurso e conteúdo indutiva. A hipótese é a de que o modelo atual de limitação do dano às clásusulas moratórias seria inconcebível com os ideais de restituição integrais, cambiáveis por todos os ordenamentos.

Palavras-Chave: Responsabilidade estatal. Dano integral. Reformulação dogmática.

SANÇÕES POLÍTICAS TRIBUTÁRIAS NO DIREITO BRASILEIRO: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL E ANÁLISE DE VALIDADE

Paulo Alves da Silva Paiva – UniCEUB, doutorando em Direito
paulo.paiva@sempreceub.com
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy – UniCEUB, professor orientador
arnaldo.godoy@ceub.edu.br

Trata-se de reconstrução histórico-conceitual e análise de validade das sanções políticas tributárias no Direito brasileiro, concebidas como medidas restritivas de direitos, introduzidas pelo Poder Público, com a finalidade de facilitar a fiscalização e promover efetividade à arrecadação das receitas públicas. A validade dessas medidas é questionada pela doutrina majoritária e, ao menos no discurso, rechaçadas pela jurisprudência brasileira. A legislação tributária não faz referência expressa a uma categoria de sanções assim designadas. O emprego da expressão, com suas impropriedades sintático-semânticas, é uma construção doutrinária e jurisprudencial que, até onde há registros, remonta a meados do século XX. A ausência de regulamentação normativa das sanções políticas gera controvérsias e litigâncias sempre que alguma medida com intuito arrecadatório é instituída pelo Poder Público. Neste trabalho, rejeita-se a qualificação das sanções políticas como inválidas ou inconstitucionais, e propõe-se uma definição para essas medidas, a partir de dois elementos essenciais, a saber: restrição de direitos fundamentais; finalidade arrecadatória da medida. Afasta-se desse conceito a desproporcionalidade da restrição, muito embora tenha sido critério adotado pelo Supremo Tribunal Federal, para definir as sanções políticas e declará-las inválidas. Na verdade, utiliza-se a desproporcionalidade como critério de validade e não como elemento conceitual. Não se pode, portanto, declarar *a priori* e *in abstrato* a invalidade de uma restrição sob o pretexto de que configure sanção política. O Supremo Tribunal Federal, ao mesmo tempo em que adota discurso contrário às sanções políticas, na prática, legitima medidas instituídas pelo Poder Público com intuito arrecadatório. Além disso, essas medidas são necessárias para conferir efetividade à atividade arrecadatória do Estado, pois a ação de execução fiscal, instrumento tradicional de cobrança, não atende mais às expectativas dos entes federados. Não se pode desprezar o fato de que as receitas tributárias sejam a base de financiamento do Estado social brasileiro e que garantam a execução de importantes políticas públicas. Eventual negligência na arrecadação das receitas públicas afasta a distribuição equânime dos encargos públicos e viola, entre outros, os princípios da isonomia, da capacidade contributiva e da livre concorrência. É dever do Estado, assim, coibir a evasão fiscal e combater a sonegação e a inadimplência contumaz, já que essas práticas não apenas comprometem as finanças públicas, mas também afrontam a justiça fiscal.

Palavras-Chave: Poder sancionador. Justiça fiscal. Validade.

SEGURO AMBIENTAL OBRIGATÓRIO: UM CONTRIBUTO PARA O APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIZAÇÃO POR DANOS NO ESTADO SOCIOAMBIENTAL

Marília Martins Soares de Andrade – UniCEUB, doutoranda em Direito
marilia.andrade@sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

A tese tem por objetivo analisar a possibilidade de contratação obrigatória de um seguro ambiental como forma de garantir recursos para a reparação de danos causados ao meio ambiente. Partindo-se da hipótese de que o tratamento legal vigente, baseado em políticas de comando e controle não alcança plena efetividade, delineou-se a necessidade desse tipo de intervenção. A análise das dificuldades e das vantagens da contratação compulsória de um instrumento econômico teve como pano de fundo a discussão de duas temáticas correlatas: a construção de um estado socioambiental em novo contexto, permeado de novos riscos e danos que escapam ao tradicional sistema de responsabilização civil, presente no ordenamento positivo brasileiro; o debate, à luz da Constituição Federal vigente, sobre a tortuosa questão da intervenção no domínio econômico das empresas, impondo-lhes condutas obrigatórias, e o conflito que daí pode advir. Para tanto, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica em três partes, construídas por meio de consulta a textos normativos, doutrina, artigos científicos, incluindo-se obras coletivas e periódicos de autores nacionais e estrangeiros. Inicialmente, fez-se incursão no âmbito legislativo e seus instrumentos de aplicabilidade, com o olhar voltado para o estado socioambiental. A seguir, identificaram-se os novos contornos do dano ambiental e as dificuldades de evitá-los, valorá-los e ressarci-los. Assim, investigou-se a necessidade de rever modelos de responsabilização, e, por último, analisaram-se as possibilidades e os entraves da exigência de um seguro ambiental obrigatório diante dos princípios regulamentadores da atividade econômica e as formas de atuação do Estado. Como resultado, constatou-se a necessidade e a possibilidade jurídica da obrigatoriedade de um seguro ambiental, exigível nos empreendidos, com significativo potencial de degradação ambiental. Restou patente, contudo, que persistem complexidades técnico-jurídicas a dificultar a implementação desse instrumento, o que demanda ampla discussão sobre governo, mercado e sociedade civil. Concluiu-se que, não obstante a magnitude da tarefa, a proteção do meio ambiente e da vida devem sobrepor-se a qualquer outra dimensão, inclusive a do crescimento econômico, que, por si só, de nada valerá se não rimar com desenvolvimento e sustentabilidade.

Palavras-Chave: Seguro ambiental. Estado socioambiental. Dano ambiental.

SISTEMA MULTIPORTAS: UM CAMINHO EM PROL DA EFETIVIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA

Cristiano Miranda de Santana – UniCEUB, doutorando em Direito
cristiano.santana@sempreceub.com
Luiz Edson Fachin – UniCEUB, professor orientador
luiz.fachin@ceub.edu.br

O sistema multiportas de acesso à Justiça pode ser um método eficaz de resolução de conflitos no Brasil, em substituição à adoção prioritária do clássico processo. O assoberbamento do Poder Judiciário perdura ao longo dos anos, a despeito de iniciativas reformistas, a exemplo da realizada pela Emenda Constituição nº 45/2004 e da criação de novos órgãos jurisdicionais, com o objetivo de simplificação dos procedimentos e de dotar o Poder Judiciário de maior capilaridade, o que se deu com a implantação dos Juizados especiais estaduais e federais e com a interiorização da Justiça Federal. Todavia, esses esforços têm-se mostrado tímidos, quando se afere a eficiência do funcionamento da máquina judiciária. Tal conjuntura demonstra a premente necessidade de revisão do sistema que impera com a adoção de meios alternativos de resolução dos conflitos, a exemplo do denominado Sistema Multiportas de Justiça. Nasce, assim, o problema de pesquisa que norteia este estudo, isto é, verificar se o sistema multiportas é um instrumento capaz de contribuir para a ampliação do acesso à Justiça no Brasil. Esta pesquisa tem por objetivo investigar as consequências da adoção do sistema multiportas mediante o exame e a sistematização de dados coletados em instituições do Brasil e do exterior que o utilizam, a fim de especificar a forma de acesso à justiça pelo referido sistema, como são resolvidos os conflitos, o tempo dispensado para a resolução das controvérsias, o grau de satisfação dos usuários do sistema e dos agentes que nele atuam, para, ao final, sistematizar o material colhido com apresentação de proposições para o aprimoramento do acesso à Justiça, no Brasil. O método de pesquisa situa-se entre os desenvolvidos nas ciências sociais aplicadas. Trata-se de pesquisa descritiva e explicativa, pois visa identificar e descrever as causas determinantes da ineficiência dos métodos atuais de solução dos conflitos no Brasil, aprofundando o conhecimento da realidade. Utiliza-se o método histórico, o comparativo e o observacional com a aplicação de questionários, entrevistas, análise de textos legislativos e documentos. De forma a possibilitar a articulação em alto grau de representatividade nacional, pretende-se formar grupos temáticos, compostos por juízes, docentes, estudantes de direito, advogados, empresários, representantes de ONG e comunidades carentes.

Palavras-Chave: Acesso à Justiça. Meios alternativos de resolução de conflitos. Sistema multiportas.

SOBRE OS LIMITES DA MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL PELA VIA DA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL

Álvaro Osório do Valle Simeão – UniCEUB, doutorando em Direito
alvaro.simeao@sempreceub.com
Luís Carlos Martins Alves Júnior – UniCEUB, professor orientador
luis.junior@ceub.edu.br

É de primordial importância para o regime democrático a descrição minimamente objetiva de limites para a interpretação da Constituição pelo Poder Judiciário. O presente trabalho visa contribuir para a fixação de limites à interpretação constitucional no Brasil, pelas autoridades judiciais, a partir do conceito brasileiro de mutação constitucional. Na busca de identificação e catalogação desses limites, é preciso um resgate doutrinário a respeito dos fins e das funções do Estado, de modo a fixar a separação entre o que é revelação de sentido para atualização da Constituição e manutenção da sua força normativa e o que transbordaria para a criação de nova materialidade constitucional. Como interpretar é também transformar o fenômeno interpretado, a definição de limites para a interpretação da Constituição abre espaço para a delineação do que a doutrina denomina de mutação constitucional. Esses limites representam controles a ser reconhecidos, sobretudo, pelos guardiães da Constituição. No teatro político do Brasil, o Supremo Tribunal Federal é protagonista na tarefa de realizar a interpretação abstrata da Constituição, de modo que limites à interpretação e mutação constitucional são, sobretudo, limites ao Supremo Tribunal Federal. Catalogar e definir limites objetivos para a interpretação criativa dos atores com a missão de decidir, jurídica e politicamente, o que é constitucional no Brasil tornou-se um imperativo que se liga à manutenção dos freios e dos contrapesos como técnica liberal de prevenção de ditaduras. Catalogar e definir esses limites significa tornar mais claro, sobretudo, até que ponto o Supremo Tribunal Federal pode ir na sua missão de adequar e atualizar os sentidos de Constituição.

Palavras-Chave: Constitucional. Mutação. Limites. Interpretação. Judicial.

SOLIDARIEDADE, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Naiara Cardoso Gomide da Costa Alamy – UniCEUB, doutoranda em Direito
naiara.alamy@sempreceub.com
Frederico Augusto Barbosa da Silva – UniCEUB, professor orientador
frederico.silva@ceub.edu.br

A pesquisa tem a finalidade de demonstrar que a solidariedade, enquanto norma ética e jurídica, orienta a democracia e as políticas públicas. A aplicação ampla desse princípio no contexto da democracia depende do desenvolvimento de políticas públicas efetivas. Nesse sentido, é imprescindível examinar a solidariedade além do seu aspecto sociológico e religioso e entendê-la como norma jurídica. Assim, analisa-se a eficiência do Estado democrático em executar e promover políticas públicas com observância do primado da solidariedade no Brasil e investigação de experiências vivenciadas na adoção de políticas públicas promotoras da igualdade. Consideram-se como hipóteses desta pesquisa três assertivas. Primeiramente, a solidariedade, objetivo fundamental reconhecido expressamente no artigo 3º da Constituição Federal, como alicerce das políticas públicas e como base da democracia, tem vocação para fortalecer os laços de humanidade e dar continuidade ao processo de expansão da democracia como sistema político, pois é capaz de situar o sujeito como pertencente à coletividade e não isolado em si mesmo. Mesmo em situações de crise, que propiciam um ambiente para mudanças, a solidariedade é princípio que funda e mantém, nos diversos sistemas, benéfica tensão, por tratar-se de forte referência no agir político e institucional e configurar pressuposto do reconhecimento da democracia como projeto político. A segunda hipótese consiste em verificar se a política econômica liberal, intimamente ligada ao pensamento conservador, pode levar ao desprestígio, à ruina da democracia e ao aumento da desigualdade social pela insuficiência de políticas públicas promotoras da solidariedade. A democracia, para sua concretização, depende do papel das instituições, que são encadeadas e dependentes, e manifesta-se em graus diversos, a depender do local onde é exercida. Embora seja baseada em princípios gerais, a democracia repousa em contextos específicos, ou seja, toma a forma do governo que a incorpora. No Brasil, a desigualdade exterioriza a deficiência substancial da democracia. A terceira hipótese reside em verificar a efetividade de políticas públicas de promoção da igualdade social e sua influência no exercício e na consolidação da democracia. Para tanto, analisam-se casos concretos em que se apresentam os resultados obtidos e o impacto gerado na sociedade, ou seja, verifica-se o alcance de maior participação da coletividade e o aumento do exercício da democracia. A pesquisa insere-se em perspectiva interdisciplinar, pois, além do Direito, utilizam-se outros conceitos, como os da Filosofia, na análise do conteúdo ético da solidariedade, para complementar o panorama proposto. Como fontes de pesquisa, cita-se a literatura sobre o tema, em obras jurídicas, filosóficas, artigos científicos, teses de doutorado e relatórios gerados por organismos nacionais e internacionais. Examinam-se, também, documentos e pareceres jurídicos com esteio na lei de acesso à informação.

Palavras-Chave: Solidariedade. Democracia. Políticas públicas. Igualdade.

TERMINAÇÃO CONSENSUAL DE LITÍGIOS JUDICIAIS ENVOLVENDO O PODER ESTADUAL COMO POLÍTICA PÚBLICA ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2019

Marcílio da Silva Ferreira Filho – UniCEUB, doutorando em Direito
marciliosff@sempreceub.com
Patrícia Perrone Campos Mello – UniCEUB, professora orientadora
patrícia.mello@ceub.edu.br

A tese tem como objeto analisar se as criações e as alterações normativas dos últimos anos, como CPC de 2015, Lei 13.140, legislações estaduais, entre outras, ensejaram o aumento e o estímulo à prática da consensualidade pelo poder público em nível estadual, com a redução da litigiosidade perante o Poder Judiciário, ou se as medidas de estímulo esbarram em entraves decorrentes do arranjo institucional inerente aos Estados-membros e ao DF. Como objetivo, verificam-se os motivos pelos quais, a despeito das alterações normativas efetivadas nos últimos anos para fomentar as transações administrativas, a conflituosidade envolvendo o Poder Público é apontada como um dos fatores para os altos números de litigiosidade no Brasil. Metodologicamente, a pesquisa foi dividida em duas partes: na primeira, avaliou-se como a abordagem de Direito e Políticas Públicas e as bases teóricas da dogmática sobre consensualidade contribuem para a compreensão do problema de pesquisa; na segunda, apresentaram-se dados colhidos na análise dos arranjos institucionais implementados nos Estados-membros e no DF, além dos resultados de entrevistas realizadas nas duas câmaras com mais tempo de funcionamento, Goiás e Rio Grande do Sul. Para tanto, dividiu-se a análise em quatro fases de criação de uma política pública de consensualidade: normatização da transação; normatização da câmara; implementação e funcionamento da câmara; ação consensual. Em cada fase, foram apresentados dados da análise dos Estados-membros e do DF quanto à consensualidade, permitindo a avaliação sobre a validade da hipótese, traçando um panorama sobre a situação brasileira e sugerindo medidas que poderiam ser adotadas em uma política pública ampla.

Palavras-Chave: Transações administrativas. Litigiosidade. Consensualidade.

THEMIS COM "H": DESCOMPASSO ENTRE A INSURGÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA E A INSTITUCIONALIDADE DO SISTEMA DE JUSTIÇA EM TERESINA (PI)

Verônica Acioly de Vasconcelos – UniCEUB, doutoranda em Direito
veronica.acioly@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberger – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, é um estatuto-mosaico formado por dispositivos de naturezas múltiplas, a incidir sobre uma relação complexa, exigindo um trabalho inovador das instituições no enfrentamento da violência de gênero contra a mulher e estabelecendo dois vetores principais: acolhimento e responsabilização. Requer intervenção sobre os conflitos de gênero capaz de ultrapassar o olhar judicial que permita expressar uma política de Estado em atuação interativa, interdisciplinar e intergovernamental. A tese situa-se na ambiência de interface entre Direito e política pública, especificamente do Juizado de Violência Doméstica e Familiar, em Teresina (PI). Assim, o recorte problematiza a relação entre Direito e políticas públicas, para centrar-se na forma do arranjo institucional externado pelo Sistema de Justiça Criminal voltado ao enfrentamento da violência de gênero e comprovar se a execução da política pública é distorcida seja pelo silenciamento de notas que produziriam sons de acolhimento, prevenção e responsabilização, seja pelos sons distorcidos, lançados por instituições do Sistema de Segurança Pública e de Justiça. Analisa-se a forma de elaboração e de utilização do sistema Themis, considerando-o como um instrumento de visibilização da exteriorização da política pública, utilizado pelo Judiciário do Piauí, para acompanhamentos processuais. Metodologicamente, foi realizada a análise documental a partir da abordagem teórica problematizadora do papel e das dimensões do Direito, na modelagem das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher e a respectiva conformação dos arranjos institucionais. No levantamento empírico no Juizado de Violência Doméstica de Teresina (PI), foram coletadas todas as movimentações, expostas pelo sistema Themis, dos processos julgados entre 2014 e 2016, selecionando-se, estatisticamente, seis meses desse período. A análise demonstrou que o Themis não assimilou a normativa insurgente, disciplinada pela Lei Maria da Penha, contrariando a diversidade de normativas administrativas editadas pelo CNJ e, na intersecção entre política pública e Direito, comprometeu a dimensão instrumental e participativa. Da investigação dos dados, alguns pontos identificam, com maior densidade, a não absorção pelas instituições da insurgência da norma: a lentidão das instituições, a ausência da perspectiva de gênero no desempenho dos atores, a redução da política pública de Estado, a política criminal não condizente com o desenho da política pública e com os arranjos, os diálogos e as cooperações insuficientes para mediar as instituições. Assim, da janela de observação do sistema Themis, que permite o acompanhamento do JVDFM de Teresina, olha-se para o mundo. Se Themis é mulher ou não tem gênero, certamente, não é "homem com H".

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Política pública. Arranjos institucionais. Sistema Themis. Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Teresina (Piauí).

TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO ACERCA DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL

Rogério Alves Dias – UniCEUB, doutorando em Direito
rogerio.alves.dias @sempreceub.com
Alice Rocha da Silva – UniCEUB, professora orientadora
alice.silva@ceub.edu.br

O tema desta proposta é o trabalho em situação análoga à de escravo, mais especificamente, as decisões jurisprudenciais sobre casos verificados no Brasil. A pesquisa tem como foco decisões sobre ocorrências de trabalho em situação análoga à de escravo ocorridos no Pará, segundo maior estado em número de trabalhadores resgatados em 46 operações fiscais, em 2018. O estudo abrange o período de 2003 a 2018, considerando o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e a edição da Lei n° 10.803/2003, que dá nova redação ao artigo 149 do Código Penal e apresenta a atual configuração da condição análoga à de escravo, além dos dados consolidados do último ano. A proposta centra-se em decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Palavras-Chave: Trabalho escravo contemporâneo. Jurisprudência. Código Penal.

TRIBUNAIS DE CONTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E UNIDADE LEGÍSTICA: PROBLEMAS E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO ACOPLADA NA FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A SEGURANÇA JURÍDICA

André Luiz de Matos Gonçalves – UniCEUB, doutorando em Direito
almatosg@sempreceub.com
Antônio Henrique Graciano Suxberguer – UniCEUB, professor orientador
antonio.suxberger@ceub.edu.br

O orçamento é o instrumento autorizativo de todo o dispêndio público. O déficit de planejamento governamental somado à inobservância das leis nacionais e da Constituição Federal na elaboração das peças orçamentárias implica políticas públicas malsucedidas. Tal fato impõe a necessidade do deslocamento temporal da fiscalização acoplada entre os sistemas organizacionais de Justiça, do Ministério Público e do Controle Externo, da fase de execução para a de elaboração orçamentária. A vertente tese, pela revisão de literatura, pela utilização das técnicas metodológicas hipotética e dedutiva e pela observação participativa, assenta que a teoria dos sistemas, em Niklas Luhmann, oferece soluções em acoplamentos estruturais entre sistemas organizacionais, com forte potencial de impacto na redução das complexidades existentes no ambiente das políticas públicas. O desequilíbrio fiscal, sobretudo nos planos estadual e municipal, implica a redução dos recursos para políticas públicas estruturantes, fazendo emergir o interesse da União na preservação do Tesouro Nacional ante o surgimento de comportamentos desviados e capazes de ensejar as providências interventivas previstas no artigo 34 VII, “e” da CF, em razão da violação dos princípios constitucionais sensíveis que se voltam à proteção dos direitos da pessoa humana. É relevante, neste sentido, que o foco do controle não deve reduzir-se ao exame da regularidade dos gastos públicos, mas, sobretudo, deve voltar-se à efetividade do seu emprego que representa o objetivo desta tese, e, nesse diapasão, a legística orçamentária apresenta-se como um método capaz de aproximar os processos comunicativos, contribui com o acoplamento acima mencionado, representa meio de calibragem, em sua feição material, da validade e da efetividade das normas orçamentárias, impulsiona, outrossim, uma tecnologia multidisciplinar para a correção das disfunções orçamentárias. Trata-se, em outros termos, da transferência racional de informações entre os sistemas organizacionais de referência. Importa reconhecer que a sistemática constitucional ordena medidas interventivas da União nos estados, no Distrito Federal e nos municípios quando a reorganização das finanças das unidades da Federação estiverem diante de agravamento da dívida fundada ou da inobservância dos deveres de transferências tributárias, de modo que o acionamento pelo Tribunal de Contas da União da Procuradoria Geral da República, em face das recorrentes transgressões fiscais, vem ao encontro da União como representante dos interesses reunidos e voltados à manutenção da trama federativa, dependente da aplicação isonômica da Lei de Responsabilidade Fiscal, fechando, desse modo, o acoplamento estrutural entre os sistemas organizacionais de justiça, do Ministério Público e do controle externo, voltado ao esforço de, pelo equilíbrio fiscal orçamentário, alcançarem-se políticas públicas satisfatórias aos anseios sociais.

Palavras-Chave: Orçamento. Controle externo fiscal. Acoplamento estrutural. Representação interventiva. Legística.

UM PLANO DEVASTADO: OS 15 ANOS DO PPCDAM E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ALTERNATIVAS AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Adriana Vieira da Costa – UniCEUB, doutoranda em Direito
adriana.costa@sempreceub.com
Márcia Dieguez Leuzinger – UniCEUB, professora orientadora
marcia.leuzinger@ceub.edu.br

Há diversos fatores que causam o desmatamento desde a colonização até os dias atuais, em um padrão de descontinuidade das políticas ambientais. A expansão da fronteira agrícola, da pecuária e da matriz hidrelétrica aumenta os riscos ambientais na Amazônia, assim como o desmatamento ilegal e os conflitos agrários. Por outro lado, os povos da floresta articulam-se em busca de aliados, dando azo a conflitos e riscos de intervenção internacional nos assuntos nacionais. Diante dessa perspectiva, o objeto de pesquisa refere-se ao exame de quais políticas públicas federais e estaduais podem constituir-se em alternativas ao combate ao desmatamento ilegal no estado de Rondônia, tendo como foco de análise o período de 2016 a 2019. Assim, questionam-se quais as falhas ou os entraves na condução da política pública denominada PPCDAM, específica de combate ao desmatamento na Amazônia, a médio e longo prazos e se existem causas econômicas, políticas e jurídicas para a decaída no nível de êxito da política. A ideia do PPCDAm era reduzir, de modo contínuo, o desmatamento e propiciar meios para a transição de um modelo degradante para um novo de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Portanto, a problemática da pesquisa está envolta na questão do desmatamento ilegal nos estados que compõem a Amazônia Legal, especialmente Rondônia. Pretende-se como objetivos específicos expor o panorama das políticas públicas de meio ambiente ao desafio do desmatamento na Amazônia; levantar os dados de desmatamento nos governos militar e democrático; descrever e analisar o PPCDAM como política específica de combate ao desmatamento na Amazônia; verificar as políticas de isenção quanto às multas ambientais; avaliar os avanços e os retrocessos do PPCDAM como política pública contra o desmatamento na Amazônia ocidental; propor alternativas de condução das políticas públicas ambientais em Rondônia. A pesquisa tem viés bibliográfico, documental, utiliza o método dedutivo e parte de dados fornecidos pelos órgãos brasileiros de meio ambiente para a análise particular da situação do desmatamento na Amazônia ocidental. Essa etapa será aplicada na coleta de dados sobre o PPCDAm. A importância do trabalho revela-se na medida em que a região Norte contribui, de modo significativo, para o aumento do nível de desmatamento ilegal ou legal que provoca a devastação de florestas brasileiras.

Palavras-Chave: Desmatamento ilegal. Amazônia. Alternativas. Políticas públicas.

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA FEMININA

Roberta Cordeiro de Melo Magalhães – UniCEUB, doutoranda em Direito
roberta.cordeiro@sempreceub.com
Hector Valverde Santana – UniCEUB, professor orientador
hector.santana@ceub.edu.br

A violência obstétrica é uma forma de violência de gênero e de violência institucional, tem por base relações de poder e é caracterizada pela apropriação do corpo e dos processos reprodutivos da parturiente pelos profissionais de saúde, mediante o tratamento desumanizado, o abuso de medicalização e a patologização dos processos naturais do parto. Essa modalidade de violência constitui-se como grave violação dos direitos fundamentais, dos direitos humanos e dos princípios constitucionais e bioéticos, uma vez que impõe a perda de autonomia, além da perda da capacidade da mulher de decidir, livremente, sobre seu corpo e sobre a sua sexualidade, culminando em consequências negativas e desastrosas para a qualidade de vida da vítima. Os maus-tratos e o desrespeito durante a assistência ao ciclo gravídico-puerperal relacionam-se, diretamente, a questões culturais, biológicas e sociais que envolvem a assistência à mulher. Nesse sentido, este estudo tem como finalidade apresentar critérios para a construção de uma política pública que colabore para o combate a esse tipo de violência, com a prevenção e a punição dos responsáveis. O estudo contribuiu para uma reflexão importante acerca da assistência obstétrica em cada etapa do ciclo gravídico-puerperal, na gestação, no parto, no pós-parto, no puerpério e nos casos de abortamento espontâneo ou provocado. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a análise documental de acórdãos. Ressalta-se ser premente investir no replanejamento e em melhorias no que diz respeito à assistência à saúde reprodutiva da mulher, principalmente no momento do pré-natal, focalizando ações educativas de qualidade, visando ao empoderamento da mulher no parto e no puerpério. De modo conclusivo, com o fim de alcançar o objetivo proposto, apresentou-se a proposta de políticas públicas para a prevenção e a repressão do problema.

Palavras-Chave: Consentimento. Gestação. Parto. Saúde pública. Violência obstétrica.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MESTRADO EM PSICOLOGIA

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANÁLISE SOBRE FATORES DE INFLUÊNCIA PARA ADESÃO AOS CUIDADOS PÓS-OPERATÓRIOS EM CIRURGIA BARIÁTRICA

Sara Juliana Bulgarelli Guadanhim Gonçalves – UniCEUB, mestranda em Psicologia
sara.goncalves@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A WHO reconheceu que a adesão ao tratamento compreende um conjunto de ações que podem incluir tomar medicamentos, obter imunização, comparecer ao agendamento de consultas e adotar hábitos saudáveis de vida. O objetivo deste estudo é analisar a adesão aos cuidados após a cirurgia bariátrica. Participaram da pesquisa 76 pessoas que realizaram o procedimento com tempo mínimo de seis meses, sendo 63 do sexo feminino e 13 do sexo masculino, com idade entre 18 e 65 anos. A coleta de dados ocorreu entre os meses de agosto e dezembro de 2019, em clínica especializada neste tipo de tratamento. Foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico e Questionário MBG (Martín-Bayarre-Grau). Os resultados demonstraram que a suplementação é mais fácil de ser assimilada (83%), seguida do comparecimento às consultas pós-operatórias (79%), da execução da atividade física (64%) e da dieta (60%). Os dados enfatizam a relevância do suporte familiar (84,72%) e do suporte social (72,85%) para o sucesso pós-operatório e apontam que os fatores de influência têm influxo sobre a adesão aos cuidados pós-operatórios em cirurgia bariátrica. Reforça-se, então, a importância da realização de estudos com outras variáveis sobre a temática, como compulsão alimentar e acometimento de transtornos psicológicos após a cirurgia bariátrica.

Palavras-Chave: Obesidade. Cirurgia bariátrica. Adesão aos cuidados.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBIC 2019/2020

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A (RE)CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE EM GRUPOS DE HOMENS NO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIÁLOGO ENTRE A PSICANÁLISE E AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Luiz Alberto de Souza Junior – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
luiz. alberto@sempreceub.com
João Henrique Andrade – Centro Educacional Leonardo da Vinci, PIC Júnior, aluno voluntário
joaohenriquesandrade@gmail.com
Lucas Alves Amaral – UniCEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

Propõe-se identificar e compreender as práticas dos grupos de homens terapêuticos e temáticos em Brasília, DF, no que tange à ressignificação da masculinidade hegemônica, mediante a interface das Ciências Sociais com a Psicanálise. Nesse sentido, analisam-se formatos e metodologias produzidos nos grupos pesquisados, suas origens e impactos na vida dos participantes. Examinam-se como os participantes percebem o sofrimento psíquico gerado pela masculinidade hegemônica em sua biografia e como os homens coordenadores e participantes desses grupos percebem suas *performances* masculinas. Em termos metodológicos, a pesquisa, de tipo qualitativo, foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com sete homens participantes e coordenadores de grupos de homens terapêuticos e temáticos, há, pelo menos, um ano. Observam-se os atravessamentos da masculinidade hegemônica na vida dos homens e a busca por transformações como sujeitos; o funcionamento dos grupos de homens; a possível transformação provocada pelos grupos. Os resultados do estudo indicaram limites e possibilidades de ressignificação de masculinidades no contexto dos grupos de homens. Considera-se importante afirmar que os grupos de homens terapêuticos e temáticos constroem possibilidades de ressignificação de processos pessoais que envolvem o cuidado de si e a construção de *performances* masculinas alternativas ao modelo hegemônico de masculinidade contemporânea. Importante ponderação a ser feita em relação à experiência de homens em grupos de homens terapêuticos e temáticos, no entanto, diz respeito à ausência, em alguns grupos, de debates críticos sobre temas sensíveis à masculinidade e em alta na esfera pública contemporânea, tais como o machismo e seus efeitos homofóbicos, sexistas e transfóbicos e a violência contra as mulheres.

Palavras-Chave: Grupo de homens. Masculinidade hegemônica. Machismo. Ciências Sociais.

A ADAPTAÇÃO PSICOLÓGICA E O SENTIDO DE VIDA DE REFUGIADOS NO BRASIL

Camila Gatti Raulino – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
c.gattiraulino@sempreceub.com
João Nunes Modesto – UniCEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A migração em massa raramente é aleatória. Trata-se de uma forma de adaptar-se a crises ecológicas e culturais, como grandes acidentes naturais e transformações econômicas ou guerras, implicando a necessidade de adaptação psicológica ao novo contexto. Tendo em vista a importância do fenômeno, o presente estudo tem como objetivo investigar a relação entre adaptação psicológica e sentido de vida de refugiados no Brasil. Participaram da pesquisa 42 refugiados e solicitantes de refúgio, a maioria do sexo masculino (75,80%), acima de 18 anos e alfabetizada, sendo 13 sírios, 23 venezuelanos, 3 cubanos, 1 palestina e 1 camaronês. A idade variou de 20 a 56 anos (M = 33,28; DP = 9,42). O tempo de estada no Brasil variou de 1 a 62 meses (M = 25,49; DP = 18,99). Todos responderam ao Questionário de Sentido de Vida, de Steger, Frazier, Oishi e Kaler (2006), com as dimensões de busca de sentido (α = 0,88) e presença de sentido (α = 0,79), à Escala de Adaptação Psicológica (α = 0,77), de Demes e Geeraert (2014), e ao questionário sociodemográfico. Ao analisar o índice de correlação entre adaptação psicológica e busca de sentido, verificou-se a correlação negativa (R = -0,53, p<0,001) e, com a presença de sentido, a positiva (R = 0,35, p = 0,022). Sobre os dados sociodemográficos, não foi encontrada correlação entre adaptação psicológica e tempo de moradia no Brasil (R = -0,24, p = 0,128). Os achados indicam que os indivíduos menos adaptados buscam por sentido, o que desponta na necessidade de encontrar uma missão única para si, ideia proposta por Frankl (2010). Portanto, é possível considerar que há a probabilidade de os participantes do estudo buscarem sentido em situações adversas à adaptação psicológica vividas no país, o que pode ser visto como uma premência para qualificar tais experiências vividas. Sobre a relação positiva entre adaptação psicológica e presença de sentido, nota-se que, quanto mais adaptado o refugiado está, maior é a presença de sentido em sua vida. A partir desse dado, verifica-se que a presença de sentido afeta, positivamente, necessidades psicológicas, como sentimento de valoração e propósito, o que perpassa o processo de aculturação e, por conseguinte, o de adaptação psicológica. Ademais, ao estar minimamente adaptados ao contexto cultural brasileiro, os refugiados podem não ter a necessidade de buscar sentido para as experiências vividas e, sim, com o sentimento de bem-estar pelo experienciado, encontrar sentido. A respeito do tempo de moradia no país e da adaptação psicológica, destaca-se que a falta de correlação não corrobora a literatura que relata a tendência de que, com o passar do tempo, os indivíduos adaptam-se de forma positiva. Possivelmente, os refugiados que participaram do estudo têm índice relevante de orientação da cultura de origem, o que pode dificultar o processo de integração no Brasil, corroborando a literatura que aponta que, quanto maior a orientação, mais difícil torna-se o processo de adaptação. Por fim, destaca-se a importância da continuidade do estudo sobre o refúgio humanitário no Brasil e as variáveis que envolvem o fenômeno.

Palavras-Chave: Refúgio humanitário. Solicitantes de refúgio. Sentido de vida. Adaptação psicológica. Aculturação.

A AMPLITUDE DE MOVIMENTO DE DORSIFLEXÃO E A FORÇA DE REAÇÃO DO SOLO COMO FATORES DE RISCO DE LESÕES EM MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS DA GINÁSTICA ARTÍSTICA FEMININA

Gabriela Aguiar Gengnagel – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabriela.gengnagel@sempreceub.com
Renata Aparecida Elias Dantas –UniCEUB, professora orientadora
renata.dantas@ceub.edu.br

A ginástica artística é um esporte admirado pelos telespectadores, por suas acrobacias e saltos que aparentam grande grau de dificuldade para a execução e permite que os praticantes, constantemente, desafiem as leis da física. Embora seja um esporte precoce, iniciado na infância, contém um índice lesivo maior entre as mulheres, com ênfase nos membros inferiores. Entre as regiões anatômicas mais acometidas, estão tornozelo e joelho. Fatores de risco, como uso excessivo das articulações, força de reação do solo e baixa amplitude de movimento de dorsiflexão, podem estar relacionados a lesões em atletas jovens. Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar as variáveis de dorsiflexão de tornozelo e força de reação do solo e relacioná-las a fatores de risco de lesões em membros inferiores para atletas das categorias pré-infantil, infantil e juvenil da ginástica artística feminina. Foram realizadas coletas de dados antropométricos, de força de reação do solo e de amplitude de movimento de dorsiflexão com 23 ginastas, no Centro de Iniciação Desportiva do Setor Leste. Trata-se de um estudo transversal de análise descritiva. Os dados indicaram possível propensão das atletas a desenvolver lesões nas articulações do joelho e do tornozelo, pois demonstraram que 25% sentem ou já sentiram dor no tornozelo, e 54% relataram sentir ou já tiveram episódio de dor ou lesão no joelho. Além disso, essas articulações estão mais vulneráveis, pois as atletas que apresentaram menor grau de amplitude de movimento de dorsiflexão (27%) obtiveram maior força de reação do solo. Conclui-se que a relação entre baixa amplitude de movimento de dorsiflexão e alta força de reação do solo pode ser considerada fator de risco de lesões em membros inferiores, e isso pode explicar traumas e lesões já sofridos pelas atletas. Todavia, ainda são poucos os estudos sobre o tema, sendo necessárias pesquisas mais aprofundadas para a melhor precisão dos resultados e das conclusões.

Palavras-Chave: Ginástica artística. Lesões. Membros inferiores.

A ASSOCIAÇÃO ENTRE O ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EM CRIANÇAS PREMATURAS

Ana Carolina Souza Sisnando de Araújo – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
carol.sisnando@sempreceub.com
Kamila Catta Preta Carneiro de Sousa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
kamilacattapreta@sempreceub.com
Andrea Duarte Nascimento Jácomo – UniCEUB, professora orientadora
andrea.jacomo@ceub.edu.br

As crianças estão em evolução constante, marcada por domínios de desenvolvimento de acordo com a idade. O atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (ADNPM) tem-se tornado mais relevante e associado com a prematuridade, podendo refletir em processos de aprendizagem, como a alfabetização. O objetivo deste trabalho é analisar os fatores de risco que influenciam o atraso do desenvolvimento neuropsicomotor e do processo de alfabetização. Foi realizada revisão sistemática com busca de dados entre 2010 e 2020, nas plataformas PubMed, Google acadêmico e Scielo. Nos 41 artigos analisados, foi relatado que a prematuridade e o baixo peso são fatores de risco no processo de desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Outro aspecto examinado em novos estudos é a correlação entre esse atraso e as habilidades linguísticas. Destacou-se a importância do impacto de uma intervenção precoce em atrasos, desde os mais leves até os mais acentuados, visando minimizar ou cessar os danos do ADNPM. A base de dados relacionada a essa temática ainda é pouco explorada, mas é um campo rico para o desenvolvimento de pesquisa.

Palavras-Chave: Prematuridade. Desenvolvimento neuropsicomotor. Alfabetização. Atraso. Psicomotricidade infantil.

A COMPLEXIDADE DA ESPOROTRICOSE: MÉDICO VETERINÁRIO CLÍNICO SABE DIAGNOSTICAR E TRATAR ESSA DOENÇA?

Anna Cecília Ribeiro Vasconcelos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
anna.cecilia@sempreceub.com
Vitória Penner da Cunha Torres – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
vitoria.ctorres@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – UniCEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A esporotricose é uma infecção micótica subcutânea, causada pelo fungo do gênero *Sporothrix schenckii* após sua implantação traumática na derme. É caracterizada pelo importante perfil de transmissão zoonótica. Acomete, principalmente, os animais domésticos, sendo os felinos a única espécie que desempenha a função de reservatório do fungo. Apresenta lesões de evolução subaguda a crônica, com transmissão a outros animais e humanos associada a ferimentos por mordidas e arranhões. Esse estudo objetiva estudar o conhecimento, a atitude e a prática dos médicos veterinários em relação à esporotricose e ao seu controle, além de apresentar as características sociodemográficas desses profissionais. O estudo foi realizado por meio da plataforma *Google Forms*, mediante questionário destinado a médicos veterinários, nas regiões administrativas do Distrito Federal. Os dados foram obtidos pelas respostas de 23 colaboradores. Os resultados sugerem o conhecimento parcial sobre a doença e revelam a necessidade de maiores estudos que fundamentem a prática do profissional veterinário, tendo em vista a detecção de incongruências em relação ao diagnóstico de esporotricose, principalmente no que diz respeito às ferramentas de controle e à técnica padrão-ouro, que consiste no isolamento microbiológico de amostras clínicas obtidas de lesões ativas, pus, secreções ou biópsias para identificação do fungo. A pesquisa ressalta a importância de estudos de casos no DF que se dediquem ao tema, considerando que parte dos colaboradores revelam desconhecimento da técnica precisa do diagnóstico da doença.

Palavras-Chave: *Sporothrix schenckii*. Felinos. Zoonose.

A CONTRIBUIÇÃO DO BHAGAVAD GITA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA INVESTIGAÇÃO DA CATEGORIA DE "AÇÃO POLÍTICA AUTÔNOMA" (*PURUSAKARA*)

Raquel Barros da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
raquel.bs@sempreceub.com
Raphael Spode – UniCEUB, professor orientador
raphael.spode@ceub.edu.br

A cátedra de Relações Internacionais busca compreender as dinâmicas da política mundial sob os diversos prismas teóricos, com enfoque na supervalorização do primeiro grande debate referente às teorias realista e idealista. Entretanto, esses estudos foram construídos sob as perspectivas norte-americana e eurocêntrica. Assim, as fontes de conhecimento pertencentes aos demais países passaram a ser marginalizadas. Nesse sentido, a presente pesquisa avalia a contribuição do Bhagavad Gita para os estudos das relações internacionais por intermédio da investigação sobre a categoria de ação política autônoma (*purusakara*), presente no texto indiano. Ademais, realiza-se análise comparativa da construção do conceito de autonomia política no Oriente em relação ao Ocidente. Para isso, apresenta-se o pensamento de autores brasileiros, como Amado Cervo e Sombra Saraiva, uma vez que ambos foram fundamentais na elaboração do conceito clássico. Além disso, acrescenta-se o pensamento de Luciano Munõz, para evidenciar a inflexibilidade do conceito exposto pelo Ocidente, visto que, no sistema internacional, há distintos comportamentos estatais. Paralelamente à desconstrução proposta por Luciano Muñoz, existe o pensamento não ocidental, ou seja, a inserção do pensamento indiano. Assim, propõe-se a visibilidade do Bhagavad Gita em comparação às bibliografias ocidentais no campo das relações internacionais, pois ainda permanece escassa a abertura aos conceitos orientais, o que resulta na perda significativa do debate teórico. Além disso, a inserção de textos não ocidentais, principalmente os do conhecimento indiano, enriqueceria a discussão.

Palavras-Chave: Bhagavad Gita. Autonomia política. Relações internacionais.

A EFICÁCIA DO BLOQUEIO RADICULAR FORAMINAL NO ALÍVIO DA DOR CIÁTICA PELA HÉRNIA DISCAL LOMBAR: UM ESTUDO PROSPECTIVO, CONTROLADO, RANDOMIZADO E DUPLO-CEGO

Eduardo José Ferreira Sales – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
eduardo.sales@sempreceub.com
Thiago Henrique Queiroz de Oliveira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
thiago.oliveira@sempreceub.com
Marcello Oliveira Barbosa – UniCEUB, professor orientador
marcello.barbosa@ceub.com.br

O presente estudo tem como objetivo avaliar o perfil clínico, a melhora da dor e a necessidade de intervenções cirúrgicas em pacientes submetidos ao bloqueio transforaminal, com uso de corticosteroides e anestésicos. Trata-se de ensaio clínico randomizado e duplo-cego, com n=45 apresentando dor radicular unilateral em membros inferiores, tendo diagnóstico de hérnia discal lombar em único segmento. Ocorreu distribuição aleatória dos pacientes em dois grupos: o grupo de intervenção e o grupo de controle. Em seguida, foram realizados bloqueios transforaminais com bupivacaína, dexametasona e clonidina, no grupo de intervenção; no de controle, foi realizado o bloqueio com água destilada e bupivacaína. Além disso, foi aplicado o questionário de incapacidade de Oswestry no dia do procedimento e após uma e três semanas. Foram avaliados 45 pacientes, sendo 24 mulheres (53,4%) e 21 homens (46,6%). Os que possuíam ocupação, 85,71% (n=30), estavam afastados de suas funções por conta da doença, e 14,29% (n=5) continuavam a trabalhar, porém referiam limitações. Avaliou-se que os pacientes submetidos a bloqueio transforaminal com injeção de corticoide, clonidina e anestésico apresentam alívio imediato, mas, após três semanas, esse efeito não perdura de forma tão satisfatória; apenas 52% dos pacientes apresentaram melhora em graus variados. No grupo de controle, houve discreto alívio álgico após uma semana, que não perdurou de forma satisfatória, após três semanas; 50% dos pacientes evoluíram para melhora em graus variados. Os resultados deste estudo sugerem o efeito positivo após uma e três semanas do bloqueio foraminal, tanto com a solução de corticoide, clonidina e anestésico quanto com a solução de água destilada e anestésico. O resultado favorece a possibilidade de que a melhora nas primeiras semanas está relacionada ao uso de anestésico na solução e não ao uso do corticoide. Novos estudos com espaço amostral maior, outros dados epidemiológicos e o seguimento mais prolongado serão necessários para validar as hipóteses aventadas.

Palavras-Chave: Hérnia de disco lombar. Bloqueio foraminal. Dor ciática.

A EFICÁCIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NAS DECISÕES DO TJDFT

Amanda Fonseca Teixeira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
amandafonst@sempreceub.com
Ivo Teixeira Gico Júnior – UniCEUB, professor orientador
ivo.junior@ceub.edu.br

Cuida-se de pesquisa a respeito dos embargos de declaração, os quais constituem modalidade específica de recurso disciplinado nos artigos 1.022 e ss. do CPC/15. São manejados em processos judiciais para opor-se contra qualquer decisão judicial, cuja finalidade é invocar o magistrado para sanar vícios eivados de contradição, omissão, obscuridade e/ou erro material. Esse recurso foi estudado e analisado no que diz respeito às decisões prolatadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, justificando-se como meio apto para averiguar sua eficácia, tendo como base a conformação e a atual estrutura do Poder Judiciário. Esta pesquisa procedeu por meio do levantamento de dados na plataforma do 1º grau do PJe, quanto ao conhecimento ou não conhecimento e ao provimento ou não provimento de recursos relativos a ações ajuizadas durante o ano de 2018. Assim, estabeleceu-se uma amostra da população com nível de confiança de 95%, a fim de obter os diversos contextos processuais possíveis no momento pós-oposição dos embargos, quais sejam: perda do objeto, desistência, provimento parcial, provimento total e não provimento. Além da pesquisa quantitativa e qualitativa, realizou-se consulta a doutrinadores brasileiros a respeito do tema. Outrossim, verificou-se a relação entre o juízo de retratação dos embargos e da apelação. Dessa maneira, os resultados corroboram o entendimento de que os embargos são dotados de média eficácia em razão de significativos índices de conhecimento e provimento total ou parcial. Por fim, em que pese a existência de diversos artigos e escritos a respeito de embargos de declaração, esta pesquisa, quanto à eficácia desta espécie recursal, é pioneira e sem precedentes, por isso é inovadora e imprescindível para o melhor conhecimento a respeito dos embargos.

Palavras-Chave: Embargos de declaração. Eficácia. Recursos. Processo Civil. CPC/15.

A EFICÁCIA DOS JARDINS VERTICAIS NA ATENUAÇÃO DO RUÍDO URBANO

Letícia de Paula Lucena Mota – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
leticia.mota@sempreceub.com
Chrisrany Bianca Maciel Leite – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
chris.bianca@sempreceub.com
Sergio Luiz Garavelli – UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br
Armando de Mendonça Maroja – UnB, colaborador
amaroja@unb.br

Estudos científicos indicam aumento significativo, nas últimas décadas, da poluição sonora nos centros urbanos, o que é uma questão preocupante para a saúde e o bem-estar da população. Consequentemente, houve aumento de buscas de soluções, com o propósito de conferir melhor qualidade de vida por meio do controle da poluição sonora. Os jardins verticais têm ganhado grande espaço na melhoria do clima urbano, pois amenizam a temperatura e controlam a umidade relativa do ar. Porém, os efeitos relacionados à atenuação do ruído urbano ainda são incipientes principalmente no Brasil. A utilização de jardins verticais garante o isolamento térmico, diminui os efeitos das ilhas de calor, confere a redução dos gastos com energia elétrica, aumenta a área verde, aproveita os espaços e apresenta novo conceito de estética sustentável. Este estudo tem como objetivo avaliar o impacto na paisagem sonora, com a implantação de jardins verticais, em ruas formadas por cânions, também conhecidas como ruas em “u”. Foram estudados os níveis de pressão sonora em razão do tráfego rodoviário que atinge a fachada dos edifícios em diferentes alturas. A região selecionada para o estudo foi a cidade de Águas Claras, DF. Foram realizadas simulações com dois diferentes métodos: o primeiro utiliza um modelo simplificado para a reverberação urbana; o outro emprega o *software* SoundPlan. Para os dados de entrada, necessários às simulações, foram utilizados os referentes a 1,5 anos dos controladores eletrônicos de velocidade do DETRAN-DF. Os dois métodos indicaram que a implantação dos jardins verticais em ruas em “u” provoca atenuações significativas na propagação dos ruídos. No modelo simplificado, constatou-se a atenuação do ruído urbano, em média, de 0,8 dB; no SoundPLAN, houve a atenuação média, de 1,8 dB. Por conseguinte, verificou-se que ambas as modelagens indicaram bons resultados na utilização dos jardins verticais. Dessa maneira, a adoção de jardins verticais para a atenuação da reverberação dos ruídos em centros urbanos pode ser uma solução viável no combate à poluição sonora.

Palavras-Chave: Poluição sonora. Jardins verticais. Águas Claras.

A EXCLUSÃO SOCIAL COMO BASE DO DISCURSO NEONAZISTA CONTEMPORÂNEO

Frederico Martins Vergara – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
senhordosaneis@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas – UniCEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Este trabalho apresenta elaborações acerca do neonazismo contemporâneo, como expresso por integrantes da *alt-right* — a direita alternativa norte-americana — concebidas mediante ideias centrais da Psicanálise em Lacan e Freud, com ênfase nos desenvolvimentos de Slavoj Zizek. Partindo do paradigma da psicanálise extramuros, propõe-se o método da análise psicanalítica do discurso como ferramenta de exame psicológico-social. O objetivo da pesquisa é identificar as relações entre a imagem histórica do judeu e o novo sujeito neonazista, por meio da análise do seu discurso. A hipótese é a de que a exclusão do judeu constitui um ponto nuclear do discurso neonazista e, como tal, é imprescindível à sustentação das fantasias ideológicas que lhe são imanentes. Mediante a perspectiva estrutural, o judeu tem uma função determinada, comum entre os mais distintos sujeitos, a de ser excluído para que se dê consistência ao discurso. O material analisado é de acesso público e decorrente de publicações do portal *The Daily Stormer* e consiste na coleção de textos e vídeos postados por lideranças da *alt-right*, além de um documentário em curta-metragem que acompanha uma dessas lideranças em manifestações nos Estados Unidos. Analisam-se documentos e transcrições em que se explicitam as referências ao judeu no discurso neonazista; identificam-se os tipos de relação que esse significante tem com outros e, sobretudo, a posição em que se insere o sujeito neonazista. Assim, observa-se a centralidade do antagonismo ao judeu no novo neonazismo, expressa de modo distinto em relação ao nazismo original. Entre outros aspectos, ao contrário do que coube a Hitler no passado, há a prevalência do líder negativo. Com efeito, o judeu não apenas é o que ou quem deve ser excluído mas a que ou a quem se atribui tudo o que deve ser excluído para que a sociedade deixe sua suposta trajetória de degeneração e transcenda a tudo que há de mal. Assim, para o neonazista da *alt-right*, o que deve ser removido está sempre na conta do judeu, mais abstrato do que nunca; sua presença é percebida por sua negatividade; sua ação é executada por intermediários, instituições, outras etnias, nacionalidades, religiões ou entes específicos. Secundariamente, propõe-se uma discussão sobre como a exclusão que permeia esse discurso se relaciona com aspectos que são constitutivos do sujeito — e assim da sociedade —, ou seja, não é possível falar de uma fantasia ideológica que não tenha profunda relação com aspectos fundamentais da subjetivação e do papel do desejo e das relações de identificação na delimitação da experiência e da ação política.

Palavras-Chave: Análise do discurso. Zizek. Psicanálise. Neonazismo. *Alt-right*.

A INFLUÊNCIA DA SELEÇÃO E DO USO DE MICRO-HABITAT NA DIETA DO TIZIU *(VOLATINIA JACARINA)*

Pedro Rodrigues de Alencar – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
pedro.alencar@sempreceub.com
Raphael Igor Dias – UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

Entender os mecanismos de seleção de habitat é um elemento fundamental para compreender a ecologia das espécies e apreender como a evolução as influencia. Diversos fatores podem ser determinantes para uma ave durante a seleção de habitat, como a presença de predadores, a abundância de recursos, a facilidade para encontrar parceiros e a presença de estruturas adequadas para a construção dos ninhos. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel da diversidade vegetal na seleção de habitat de tizius (*Volatinia jacarina*) e investigar o efeito desse componente na probabilidade de atropelamento da espécie. O estudo foi realizado na Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE), localizada na região administrativa de Planaltina, a 46 km da região central de Brasília. Os métodos envolveram atividades de captura, monitoramento de atropelamentos na rodovia e amostragem vegetativa da região. Depois de capturados, os indivíduos foram depositados em sacos para que pudessem defecar e, assim, ter suas fezes coletadas. Em laboratório, o material foi lavado com água, para separar possíveis sementes depositadas em uma sementeira de 6 x 6 unidades. As sementes coletadas foram usadas como grupo de controle. Para o monitoramento dos atropelamentos, a extensão da rodovia BR-020, que margeia a ESECAE, foi percorrida a pé. Para cada carcaça encontrada, foi registrada a localização, e o material foi identificado no menor nível taxonômico possível. Para o mapeamento da cobertura vegetal da área de estudo, foram amostrados 200 pontos ao longo dos 10 km de rodovia. Em cada um, foi avaliada uma área de 2 m² centralizada no ponto amostral, e todas as espécies observadas dentro do quadrante foram coletadas, identificadas e registradas. Nos 200 quadrantes registrados, foram identificadas 69 espécies vegetais divididas em 34 famílias. Foi indicada a presença de tiziu em 47 dos 200 quadrantes amostrados (23,5%). Os resultados sugerem que a presença de tizius é influenciada pelo índice de diversidade vegetal. Áreas ocupadas pelas aves apresentam menor diversidade vegetal do que as não ocupadas. Adicionalmente, a presença de tizius mostrou-se positivamente afetada pelo capim-gordura (*Melinis minutiflora*). A semeadura do material coletado apontou que nenhum resíduo oriundo das fezes do tiziu germinou, sugerindo que a ave deve atuar como um granívoro predador de sementes e não um dispersor. Não foi possível relacionar os atropelamentos de tiziu com a diversidade vegetal. Entretanto, todas as áreas com registro de atropelamento da espécie tinham a presença da gramínea *Brachiaria decumbens* na borda da rodovia. Os resultados observados sugerem que a espécie apresenta forte associação com habitats degradados, beneficiando-se da presença de gramíneas exóticas para o forrageamento e a nidificação. Por outro lado, a ausência de relação entre a diversidade vegetal e os atropelamentos de tizius sugere que outros fatores devem explicar melhor a alta probabilidade de atropelamento da espécie.

Palavras-Chave: Seleção de habitat. Atropelamento. Vegetação.

A INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO NAS ÁREAS RESIDENCIAIS DE BRASÍLIA

Isabelle Silva Bizzo Lima – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
Isabelle.bizzo@sempreceub.com
Beatriz Cristal de Araújo Almeida – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
beatriz.cristal@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

A atividade do homem no meio urbano, com a impermeabilização do solo, a retirada da cobertura vegetal e os adensamentos das áreas centrais de forma inadequada, intervém no campo térmico e causa o fenômeno de ilhas de calor urbanas – ICU. A finalidade deste trabalho é identificar a compreensão do grau de influência de áreas verdes no microclima dos espaços residenciais no Plano Piloto, em Brasília. Para isso, as áreas amostrais comparadas consideram cenários urbanos provenientes de atividades antrópicas e mau planejamento, capazes de produzir alterações climáticas. Interessa interpretar e mensurar as relações existentes entre os fatores determinantes do processo de formação das ICU extensivamente expostas, segundo os aspectos históricos e geográficos, com destaque ao clima e à vegetação. Isso compreende a análise das temperaturas, das trocas térmicas, da presença de vegetação em áreas urbanas, da evapotranspiração e da morfologia, além dos materiais de superfície. Entre as formas de monitoramento do fenômeno ICU, decidiu-se pela utilização de imagens termais provenientes de sensoriamento remoto. Assim, para a análise quantitativa, foram definidas três áreas do DF segundo a disparidade de traçados e formas de ocupação do solo, além da observação de variáveis geográficas, sociais, ambientais, urbanísticas e morfológicas. Entre os resultados preliminares, as áreas mais aquecidas incluem não só as regiões mais adensadas, mas também as de solo exposto ou vegetação rasteira seca em espaços pouco adensados ou não ocupados. Observa-se que a presença ou a ausência de vegetação diferencia a temperatura de áreas do Plano Piloto. Assim, o clima urbano pode ser influenciado por boas práticas de ocupação do solo, e, em relação ao campo térmico, a legislação que disciplina o uso e a ocupação do solo deve ser revisada sob novos paradigmas.

Palavras-Chave: Vegetação urbana. Temperatura. Superfícies. Microclima.

A INSERÇÃO DE CONTEÚDOS DE BIOÉTICA NO ENSINO MÉDIO

Larissa Bertuol de Moraes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
larissa.bertuol@sempreceub.com
Carolina Rocha Azevedo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
carolina.azevedo@sempreceub.com
Marília de Queiroz Dias Jácome – UniCEUB, professora orientadora
marilia.jacome@ceub.edu.br

A falta de ética pode implicar a formação de pessoas que não cumprem seu papel de cidadão em uma sociedade. O ensino de bioética nas escolas é aceito por muitos autores e possibilita que os alunos se tornem mais críticos e bem preparados. Compreendendo a importância do ensino da disciplina, foram propostas neste Projeto de Iniciação Científica atividades a alunos de ensino médio sobre temas de Bioética, mediante cinco eixos baseados em sete princípios dos quinze propostos pela Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Foram definidos cinco encontros para o desenvolvimento do trabalho, um para cada eixo, sendo o primeiro sobre dignidade humana e direitos humanos, em que se indica a apresentação de vídeos e a discussão sobre o assunto. O eixo dois, sobre autonomia e responsabilidade individual e respeito pela vulnerabilidade humana e pela integridade individual, faz um estudo de caso. No eixo três, para analisar o princípio do benefício e do dano, elaborou-se um jogo virtual no Kahoot. No eixo quatro, sobre igualdade, justiça e equidade, propõe-se que a atividade trabalhe com os alunos o reconhecimento de situações de *bullying*, desigualdade e injustiça. No eixo cinco, sobre proteção das gerações futuras, do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade, foi planejada uma simulação realística com a participação dos alunos. O trabalho foi desenvolvido na forma de um livreto, com atividades lúdicas, visando proporcionar a compreensão mais precisa e interativa dos conteúdos pelos participantes. O material funciona como um manual, em que o professor pode seguir as orientações e aplicar as atividades em sala de aula.

Palavras-Chave: Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. Atividade pedagógica. Biologia.

A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA À LUZ DE JOSÉ ENRIQUE RODÓ

Juliana Albuquerque do Nascimento – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
juliana.nascimento@sempreceub.com
Raphael Spode – UniCEUB, professor orientador
raphael.spode@ceub.edu.br

O presente projeto de pesquisa analisa a integração da América Latina mediante as obras *Ariel* (1900), *Motivos de proteo* (1909) e *El mirador de prospero* (1913), de José Enrique Rodó. O autor (1872- 1917), notável intelectual, político e periodista uruguaio, tem sua obra marcada pela defesa da cultura hispânica dos povos ibero-americanos e pelo antagonismo e a crítica ao utilitarismo e ao imperialismo da cultura norte-americana. As linhas de seu discurso são bem representadas nas obras citadas, que identificam a existência de uma estrutura psicocultural comum aos povos latino-americanos e oferecem uma visão particular sobre a integração dos Estados da América Latina. A produção intelectual de Rodó corresponde a um período marcante para a geração de intelectuais ibero-americanos, sobretudo, diante da guerra de independência cubana e do início das intervenções norte-americanas na região. Os conflitos e, em particular, o aumento do valor político internacional dos Estados Unidos da América, nas primeiras décadas do século XX, estimularam intensa produção de ensaios sobre as relações entre as "duas Américas" e seus respectivos processos de evolução histórica e cultural. Em alguma medida, os intelectuais reagiram, veementemente, ao modelo intervencionista e hegemônico norte-americano e ao temor de que se tornasse uma estrutura sociocultural dominante. Os ensaios de Rodó inserem-se justamente neste movimento em que avalia e investiga, no início do século XX, a existência e a formação de uma identidade supranacional comum aos países da América Latina, para sugeri-la como algo diferente e inteiramente oposto ao modelo anglo-saxão. Nesse aspecto, os textos de Rodó sugerem haver um modo de defender-se do imperialismo e da *real politik* americana e europeia pela integração dos Estados latino-americanos em torno dos seus valores comuns. Na investigação, é empregado o método indutivo, e a técnica de pesquisa é a documentação indireta.

Palavras-Chave: Regionalismo. Construtivismo. América Latina.

A NOÇÃO DE IGUALDADE JURÍDICA DAS NAÇÕES: RECEPÇÃO E REDEFINIÇÃO CONCEITUAL NO PENSAMENTO JUSINTERNACIONALISTA DE RUI BARBOSA

Emily Sayuri Arnaud Yamaguti – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
emily.sayuri@sempreceub.com
Raphael Spode – UniCEUB, professor orientador
raphael.spode@ceub.edu.br

O projeto tem por objetivo auxiliar a pesquisa que recria o pensamento jusinternacionalista de Rui Barbosa. Assim, busca suprir a carência de compreensão sistematizada das ideias e das ações de Rui no Direito Internacional, em interface com a Política Internacional, ao mesmo tempo em que propõe cobrir as diversas percepções sobre o tema, ao longo de acontecimentos de extrema importância para o Brasil e o mundo, na virada do século XIX. São do conjunto dessas percepções, por exemplo, a concepção do Estado como sujeito de Direito Internacional, a noção de soberania, a tese de igualdade jurídica entre os Estados, a leitura do Direito Internacional diante da Primeira Guerra Mundial, a defesa do primado do Direito sobre a força e a ideia do judiciário internacional. Em essência, investiga-se se Rui Barbosa reformulou a ideia de igualdade jurídica das nações mediante sua atuação na Segunda Conferência de Paz da Haia (1907). Assim, é notável perceber como o princípio da igualdade jurídica das nações viria a consolidar-se, durante o século XX, como um dos pilares essenciais da sociedade internacional e de esforços pela democratização do processo de tomada de decisão nas relações internacionais. Do ponto de vista abrangente, a *performance* do Brasil em Haia representou a estreia do país em um foro internacional relevante e ajudou a construir ou reforçar uma autoimagem de potência média pacifista e juridicista, que, de um modo ou outro, já se elaborava no Parlamento, desde o Primeiro Império e que, com Rui Barbosa, junto com o barão do Rio Branco, consolidar-se-ia definitivamente.

Palavras-Chave: Rui Barbosa. Igualdade jurídica das nações. Segunda Conferência de Paz da Haia (1907).

A TALIDOMIDA COMO AGENTE ANTIANGIOGÊNICO NO CÂNCER DE MAMA

Jennifer Yumie Sonoble Hable – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
jennifer.yumie@sempreceub.com
Heloísa Lima Heller – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
heloheller@sempreceub.com
Luciana Ramalho de Farias – UniCEUB, professora orientadora
luciana.farias@ceub.edu.br

O câncer é considerado o mal do século, segundo a OMS, e o de mama é o mais letal entre as mulheres. Diferenças metabólicas, em comparação com as células saudáveis, favorecem o desenvolvimento e a sobrevivência das células cancerígenas. Nesse contexto, para o desenvolvimento do tumor, há o aumento de fatores de crescimento e a consequente angiogênese, que é a formação vascular de vasos pré-existentes. Dessa maneira, uma forma de suprimir o crescimento das células malignas é diminuir a quantidade de nutrientes disponíveis por meio do bloqueio da angiogênese. Evidências sugerem que a talidomida tem propriedades antiproliferativas, antiangiogênicas e redutoras do TNFα. Nesse sentido, compreender melhor o comportamento desse fenômeno em células cancerígenas sob tratamento pode contribuir para o desenvolvimento de novos métodos adjuvantes, o que possibilita aprimorar a terapia e o prognóstico de pacientes com câncer de mama. Não foi possível finalizar a pesquisa em razão das limitações da pandemia do COVID-19. Mesmo assim, faz-se a descrição dos procedimentos. Para a realização do projeto, foram cultivadas células da linhagem MDA-MB-231 (adenocarcinoma mamário humano) em meio L-15 (Leibovitz Medium) suplementado com solução antibiótica e soro fetal bovino. Em seguida, seria aplicado o teste de viabilidade com concentrações distintas de talidomida, e formado o grupo de controle para determinação da citotoxidade da droga, pelo ensaio padrão por brometo de 3- (4,5-dimetiltiazol-2-il) -2,5-difeniltetrazolium (MTT). Posteriormente, cerca de $7x10^5$ células por poço seriam plaqueadas, e, após 24 horas de incubação, metade das amostras receberia tratamento com talidomida, nas concentrações significativas determinadas após a análise de viabilidade celular, enquanto a outra metade formaria o grupo de controle. Por fim, seria feita a extração de RNA e a síntese de DNA das células para a análise da expressão gênica, mediante o experimento de qPCR, em tempo real.

Palavras-Chave: Câncer de mama. Talidomida. Angiogênese.

A TRANSIÇÃO DO *GRAFFITI* DE MOVIMENTO SOCIAL E INTERVENÇÃO URBANA PARA ARTE COMERCIALIZADA

Raquel da Silva Bastos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
raquel.bastos@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A presente pesquisa visa mostrar os diferentes pontos de vista de agentes envolvidos com o *graffiti*, como grafiteiros, consumidores de arte e público, para melhor refletir e compreender sobre como veem essa atividade após a ocupação do espaço privado, mediante trabalhos encomendados. Com a aplicação de um questionário, foi possível comparar os resultados das visões diferenciadas de um grupo de 86 pessoas entre grafiteiros, consumidores dos trabalhos de *graffiti* e observadores do *graffiti* no espaço público ou privado. O instrumento permitiu identificar como o *graffiti* dialoga com o espaço público e privado e como pode ser um produto potencializador do espaço privado comercialmente. A pesquisa apresentou as opiniões dos agentes que dialogam com o *graffiti* e observou que, em quase sua totalidade, consideram o *graffiti* com o potencial de mudar o espaço público e privado no qual estiver inserido. Quanto aos grafiteiros entrevistados, foi possível observar suas reflexões sobre a incoerência na lei, pelo seu caráter arbitrário, que pune a pixação e o *graffiti*. Espera-se que esta pesquisa contribua com a elaboração de novos trabalhos acadêmicos, a cultura do *graffiti* e sua comunidade e que amplie a voz de grafiteiros e grafiteiras.

Palavras-Chave*: Graffiti*. Espaço público. Espaço privado. Movimento social. Arte.

ANÁLISE COMPARATIVA DE PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE BURNOUT EM ESTUDANTES DA ÁREA DE SAÚDE EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO CONSIDERANDO OS TRAÇOS DA PERSONALIDADE TIPO D

José Guilherme Barboza de Souza – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
jose.gsouza@sempreceub.com
Isabella Miotto Pena – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
isabella.mp@sempreceub.com
Eliana Mendonça Vilar Trindade – UniCEUB, professora orientadora
eliana.trindade@ceub.edu.br

A saúde mental tem alçado novos patamares na vida hodierna, de forma que os cuidados direcionados ao bem-estar psicológico se revelam sob nova luz. Nesse contexto, a detecção de condições adversas é imprescindível para a intervenção construtiva e reparadora no âmbito da saúde psíquica. Ademais, a apreciação de variáveis individuais inerentes ao ser é um ajuste necessário à análise dos riscos em saúde. Diante disso, os pesquisadores procuram aliar o alicerce teórico referente ao inventário de Maslach (uma ferramenta de rastreamento do *burnout* precipitado pelo estresse ocupacional) à escala DS14 (um instrumento psicométrico usado para diagnosticar a personalidade do tipo D, fator de risco para desfechos clínicos desfavoráveis, inclusive no âmbito psíquico). Para tanto, desenhou-se um estudo transversal analítico, de caráter quantitativo-qualitativo mediante triangulação de métodos. Em três fases distintas, fez-se a revisão bibliográfica, seguida pela coleção de dados por formulário eletrônico, finalizando-se com comparativo entre as hipóteses suscitadas e os resultados dos formulários e da realização de um grupo focal para obter a saturação teórica. Nas duas primeiras fases, constatou-se que 77% (n=114) dos sujeitos da amostra apresentam indícios de alto risco para o desenvolvimento da síndrome de *burnout*, a partir da patogênese clássica, iniciada pela exaustão emocional. Outrossim, 66,9% (n=99) dos sujeitos apresentam traços condizentes com a personalidade do tipo D. Ademais, a realização do grupo focal foi impossibilitada por restrições metodológicas, perante a pandemia do Sars-CoV-2. Os pesquisadores concluíram que a correlação entre as manifestações da síndrome de *burnout* e o parâmetro psicométrico da personalidade do tipo D não é suficientemente evidenciada, de tal forma que não é possível afirmar, de maneira conclusiva, a associação entre essas duas variáveis distintas. Assim, postula-se a necessidade de repetir as metodologias empregadas, com o fito de consolidar os objetivos originalmente pretendidos.

Palavras-Chave: Síndrome de *burnout*. Personalidade do tipo D. Análise comparativa.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A METODOLOGIA DE FRIEDEWALD E A DE MARTIN NA AVALIAÇÃO DE PERFIL LIPÍDICO EM PACIENTES DO CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DO UniCEUB (CAC)

Gustavo Araújo Mendes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gustavo.mendes@sempreceub.com
Maria Eduarda Alves Silvestre de Azevedo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
maria.eazevedo@sempreceub.com
Tânia Cristina Santos Andrade – UniCEUB, professora orientadora
tania.andrade@ceub.edu.br

As lipoproteínas são substâncias plasmáticas que contêm colesterol em diferentes densidades. A lipoproteína de baixa densidade (LDL-c) e a de densidade muito baixa (VLDL-c) têm importâncias clínicas significativas, pois, quando elevadas, podem desencadear doenças arteriais coronarianas. A concentração dessas substâncias é obtida por cálculos matemáticos, e, por sua importância clínica, são exigidos resultados precisos. O presente estudo tem como objetivo comparar, estatisticamente, os valores de LDL-c e VLDL-c obtidos pela equação de Friedewald e os obtidos pela fórmula de Martin mediante prontuários coletados no Laboratório-Escola de Análises Clínicas do UniCEUB (CAC). Foram analisados 509 pacientes, sendo 349 do gênero feminino (68,6%) e 160 do gênero masculino (31,4%). A análise por teste-t pareado evidenciou que há diferença estatística significativa entre as estimativas de LDL-c pelas duas metodologias (média(m) = 22 mg/dL; média(f) = 23 mg/dL; $t = 4,1$; $p < 0,0001$). Também houve diferença para o VLDL-c (média(m) = 115 mg/dL; média(f) = 114 mg/dL; $t = 4,8$; $p < 0,0001$). A mesma situação observou-se, ao comparar os LDL-c de pacientes com TG < 150 (desejável) e os com TG > 150 (diferente do desejável), sendo os índices estatísticos, respectivamente, média(m) = 115 mg/dL; média(f) = 111 mg/dL; $t = 6,9$; $p < 0,0001$ e média(m) = 133 mg/dL; média(f) = 126 mg/dL; $t = 12,7$; $p < 0,0001$. Além da relevância estatística, este estudo demonstrou que há importância clínica significativa se utilizarmos a metodologia de Martin em detrimento da anterior. Dos 509 pacientes, a metodologia de Friedewald subestimou os valores de LDL-c de 28 pacientes, classificando-os em um grupo de risco inferior, assim como superestimou os valores de LDL-c de 19 pacientes, classificando-os em grupo de risco superior. Também se superestimaram os valores de VLDL-c de 34 pacientes. Esses vieses acarretam impacto na vida dessas pessoas, que receberiam diagnóstico e terapêutica diferentes se utilizassem métodos diferentes. Portanto, conforme a relevância estatística e clínica, a metodologia de Friedewald pode ser substituída pela de Martin sem prejuízo à confiabilidade dos resultados de perfil lipídico apresentados na rotina laboratorial.

Palavras-Chave: Doença coronariana. LDL colesterol. VLDL colesterol.

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROTOCOLO DE SEPSE EM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Carolinne Camila de Souza Scarcela – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
carolinne.scarcela@sempreceub.com
Luiz Felipe Falcão de Souza – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
luiz.felipe@sempreceub.com
Mílton Rego de Paula Júnior – UniCEUB, professor orientador
milton.junior@ceub.edu.br

Sepse é uma disfunção orgânica causada por resposta a uma infecção desregulada. Pode ser avaliada pelo critério Sequential Organ Failure Assessment (SOFA); o risco de óbito pode ser avaliado pelo quick Sequential Organ Failure Assessment (qSOFA). Por sua vez, o choque séptico é entendido como consequência da sepse com anormalidades no metabolismo circulatório e celular que ocasiona aumento substancial na mortalidade. Há poucos dados acerca de sua epidemiologia, porém sabe-se que apresenta elevadas taxas de incidência e de mortalidade. Assim, diversos protocolos são implementados em instituições de saúde, a fim de aprimorar os desfechos clínicos decorrentes dessa disfunção. Este estudo almeja avaliar características clínicas e epidemiológicas dos pacientes com sepse atendidos na emergência do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e analisar a eficácia do protocolo. A pesquisa tem caráter quantitativo, transversal e retrospectivo e é basilar à análise estatística dos dados obtidos em 77 Fichas de Monitoramento de Sepse de pacientes. O critério do hospital para a entrada no protocolo sepse e, consequentemente, a abertura da Ficha de Monitoramento de Sepse foi a pontuação maior ou igual a 2 no qSOFA. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio do parecer n. 3.940.463. As fichas coletadas foram referentes aos anos de 2018 e 2019. A maioria delas estavam preenchidas de forma incompleta. Observou-se a prevalência do sexo masculino com 59,74% dos pacientes, e a média de idade foi de 57,08 anos. Dos 77 pacientes, entre os que tiveram tais especificações nas fichas, 17 vieram a óbito, 12 tiveram alta, e outros 4 foram transferidos para outro hospital. Em relação aos parâmetros do qSOFA, 51 pacientes estavam com a pressão sistólica abaixo de 100 mmHg, 52 tinham a frequência respiratória acima de 22 inspirações por minuto, e 33 apresentavam alteração do nível de consciência pela escala de coma de Glasgow. Apesar disso, observa-se na literatura que essa não é a melhor ferramenta para triagem e abertura de protocolo para pacientes sépticos. Enfatizou-se a importância da agilidade nas condutas de um paciente com sepse, evidenciando todos os horários de tomadas de decisões presentes nas fichas. Como forma de otimizar as condutas, observou-se que a maior parte das ações propostas pelo pacote de uma hora foi realizada, tendo sido a média de tempo de administração da antibioticoterapia de 41,54 minutos. A literatura mostra os benefícios proporcionados pela implementação de protocolos de sepse em hospitais. No HRAN, evidenciou-se a redução da adesão após cerca de um ano. Assim, sugere-se que treinamentos sejam implementados aos profissionais, além de ser realizada revisão do protocolo, para, se possível, ser utilizada outra ferramenta para abertura do protocolo.

Palavras-Chave: Infecção. Protocolo de sepse. qSOFA.

ANÁLISE DE ANTÍGENOS DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG) COMO ESTRATÉGIA PROMISSORA PARA FINS BIOMÉDICOS

Natália Araújo Costa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
natalia.ac@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Ana Luíza dos Santos Medeiros – UniCEUB, colaboradora
ana.medeiros@sempreceub.com
Bergmann Morais Ribeiro – UnB, colaborador
bergmann@unb.br
Leonardo Assis da Silva – UnB, colaborador
leocbq@yahoo.com.br

O vírus da hepatite B (HBV) é um membro da família *Hepadnaviridae*, é caracterizado pela presença de DNA envelopado e tem a capacidade de infectar as células hepáticas de mamíferos. Replica-se nos hepatócitos e pode evoluir em termos patológicos. De acordo com o Ministério da Saúde, no período de 1999 a 2015, foram notificados 514.678 casos confirmados de hepatite viral em todo o Brasil, caracterizando um problema de saúde pública. Pesquisas na área de virologia e produção biotecnológica são utilizadas para expressão de genes heterólogos em células de inseto, como, por exemplo, o modelo eucarioto de expressão com o baculovírus. Inúmeras proteínas de importância médica e econômica foram expressas em níveis elevados, com a aplicação desse sistema. Sendo assim, o presente trabalho visa analisar a expressão do antígeno de superfície HBsAg fusionado à proteína poliedrina produzida pelo baculovírus, uma vez que o HBsAg tem um papel fundamental no diagnóstico e na prevenção da hepatite B, por ser um antígeno marcador sorológico indicativo de infecção pelo HBV e o único componente da vacina contra o HBV. Além disso, analisam-se possíveis reações cruzadas entre os diferentes vírus que causam hepatite. Atualmente, não existem indústrias ou empresas nacionais que produzam, em larga escala, o HBsAg, por isso é necessário importar vacinas e *kits* para diagnóstico. Para a pesquisa, fez-se a quantificação de proteínas com Quant-iT, teste comercial para dosagem de proteínas, e foram realizados testes sorológicos imunoenzimáticos, o ELISA (Enzyme-linkedImmunosorbentAssay) indireto, previamente construído. Os resultados foram obtidos do soro de pacientes que tiveram contato com os vírus da hepatite B e da hepatite C e com o citomegalovírus (CMV). Em relação ao antígeno construído pelo sistema do baculovírus, o resultado foi inconclusivo. O segundo teste foi realizado com amostras doadas pelo LACEN-DF, positivas para hepatite B, porém o soro era positivo para outras patologias também, como hepatite A, por isso foi necessário realizar novos testes para um intervalo de confiança maior. Há a necessidade de realizar mais testes sorológicos para verificar a veracidade do experimento e validá-lo estatisticamente, pois as hepatites virais são grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo e necessitam de mais pesquisas, a fim de melhorar as formas de prevenção, diagnóstico e tratamento.

Palavras-Chave: Baculovírus. Vacina. Sistema de expressão.

ANÁLISE DO CONHECIMENTO SOBRE LEISHMANIOSE VISCERAL CANINA ENTRE OS MORADORES DO CONDOMÍNIO RK

Renata Batistella Avancini – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
renata.batistella@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva – UniCEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

O estudo baseou-se na coleta de dados acerca do nível de escolaridade, renda mensal e conhecimento sobre leishmaniose visceral canina (LVC) dos moradores do Condomínio Rural Residencial Rancho Karina (RK), localizado na região serrana de Sobradinho, no Distrito Federal. A coleta das informações teve como objetivo avaliar a associação entre a compreensão dos participantes acerca da doença e as condições socioeconômicas em que vivem, o que possibilita a determinação da eficiência das medidas de controle já implementadas no condomínio ou a necessidade de mudança de estratégias. Esses dados foram coletados pelo envio de formulários *online* a todos os moradores do condomínio, os quais responderam a questões objetivas sobre informações socioeconômicas, identificação, prevenção e controle da LVC. Os dados coletados acerca da escolaridade informaram que 100% dos participantes tiveram acesso ao ensino escolar básico; a maioria (47,9%) apresenta alto poder aquisitivo com renda superior a 6 salários mínimos. De forma geral, o conhecimento acerca da LVC é alto, pois mais da metade dos participantes respondeu, corretamente, a todas as questões com até 94,5% de acertos. Com isso, o estudo concluiu que as medidas de educação em saúde, realizadas por meio do Centro de Estudos Ambientais do Condomínio RK (CEA/RK), há alguns anos, obtiveram resultados positivos na conscientização da população acerca da LVC, o que foi associado ao alto nível socioeconômico dos participantes.

Palavras-Chave: Leishmaniose visceral canina. Prevenção. Educação em saúde.

ANÁLISE DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES ATENDIDAS PELO PROGRAMA DE ATENÇÃO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO DISTRITO FEDERAL

Laina do Amaral Mascarenhas Paraguassu Tomé – UniCEB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
lainamascarenhas@sempreceub.com
Letícia Rocha Santos Maciel – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
lele.macielrs@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br

A violência sexual gera consequências no âmbito físico, psíquico, social e sexual e pode comprometer seriamente a vida das vítimas. Este estudo objetiva traçar o perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência sexual, acolhidas no Programa de Atendimento às Vítimas de Violência (PAV), na região central de Brasília, desde o ano de sua implantação, permitindo-se conhecer essa população e identificar possíveis medidas para a prevenção da violência, a melhoria da adesão e o maior acesso ao serviço. O presente trabalho é um estudo transversal e retrospectivo de característica descritiva, realizado com informações extraídas de prontuários de mulheres vítimas de violência, atendidas em um hospital da rede pública do DF. As variáveis analisadas foram organizadas e categorizadas da maneira a seguir: variáveis sociodemográficas; informações sobre a violência sofrida; informações sobre o agressor; informações sobre o acompanhamento psiquiátrico, o sofrimento psíquico e a rede de apoio; uso de substâncias; tempo de acompanhamento no PAV; adesão ao tratamento. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, e todas as participantes tomaram conhecimento sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e com ele concordaram, sabendo que as informações são sensíveis, sigilosas, divulgadas de modo agrupado e anônimo. Foram revisados 159 prontuários, e, entre eles, 69 pertenciam a vítimas de violência sexual. O perfil encontrado revelou a maioria de vítimas pardas, de 20 a 39 anos, mulheres cis, heterossexuais, solteiras, com ensino médio completo e renda familiar de até 3 salários mínimos. A violência sexual mais praticada foi o estupro com alta recorrência e associada a outras formas de violência. A maioria das violências foi perpetrada por amigos ou conhecidos do sexo masculino na faixa etária de 25 a 59 anos, na residência da vítima. Quanto às repercussões, o transtorno de estresse pós-traumático e o depressivo maior ocorreram com maior frequência. A presença de comportamento violento apareceu na maioria das mulheres, além de alto índice do comportamento suicida. A maioria das vítimas relatou possuir rede apoio e adesão ao tratamento. Os resultados corroboram estudos anteriores, demonstram altas taxas de recorrência de violência, transtornos mentais e de comportamento suicida e enfatizam a necessidade de estabelecer uma rede de proteção, medidas de prevenção, além de oferta de assistência de qualidade às vítimas, minimizando a sua ocorrência e seus efeitos. Este é um estudo pioneiro em trazer o perfil de mulheres atendidas no PAV, pois revela informações de extrema importância a ser utilizadas no enfrentamento desse grave problema. É necessário que haja a continuidade de pesquisas sobre essa temática, pois a violência é pouco compreendida e muito prevalente em nossa população.

Palavras-Chave: **Violência contra a mulher. Transtornos mentais. Suicídio.**

ANÁLISE DOS ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS, CLÍNICOS E ELETROFISIOLÓGICOS DOS PACIENTES COM POLINEUROPATIA ALCOÓLICA

Ana Luísa de Andrade Seguti Ferreira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
analuisaseguti@sempreceub.com
Ana Luísa Barbosa Gouveia – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
analuisa.gouveia@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe – UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br

A polineuropatia alcoólica é uma desordem do sistema nervoso periférico que interfere em sua função e apresenta-se com sinais e sintomas de déficits sensoriais e motores. No exame de eletroneuromiografia, caracteriza-se por comprometimento axonal, simétrico e distal. O objetivo da pesquisa é caracterizar a epidemiologia, o quadro clínico e os achados eletrofisiológicos de pacientes identificados com polineuropatia alcoólica do centro de referência em eletroneuromiografia do DF. A pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, de maneira retrospectiva, transversal do tipo descritivo, foram avaliados os laudos de eletroneuromiografia de pacientes que realizaram o exame no período de 2010 a 2019, e foram selecionados os compatíveis com polineuropatia alcoólica. Na segunda etapa, foi realizada uma investigação prospectiva, transversal do tipo descritivo mediante a aplicação de questionários e a avaliação dos sintomas esclarecidos pelo exame físico. Foram selecionados 136 laudos compatíveis com polineuropatia alcoólica; desses, somente 8 pacientes foram elegíveis para a pesquisa pela incapacidade de realizar contato com os demais. Da amostra, 87,5% (n=7) são do sexo masculino, e 100% (n=8) têm idade superior a 40 anos. A média de exposição ao álcool é de 24,3 anos. Como principais sintomas clínicos, 50% (n=4) dos pacientes apresentaram comprometimento da força, sendo 87,5% (n=7) com alteração de força nos dedos dos pés; em 87,5% (n=7), o acometimento do reflexo aquileu está presente. A amostra revela diminuição significativa da sensibilidade em membros inferiores. O exame de eletroneuromiografia evidenciou alterações em todos os parâmetros com maior prevalência de achados anormais, em amplitude e grande comprometimento dos potenciais motores, caracterizando a polineuropatia como axonal e grave. A despeito da amostra reduzida, os resultados assumiram um padrão homogêneo e permitiram a descrição clínica e neurofisiológica da polineuropatia, que é pouco estudada na população brasileira. No entanto, são necessários estudos com maior número de pacientes para validação dos achados.

Palavras-Chave: Polineuropatia. Álcool. Eletroneuromiografia.

ANÁLISE DOS PADRÕES DE DESLOCAMENTO DO MORCEGO-VAMPIRO-COMUM, *Desmodus rotundus*, COM BASE EM MODELAGENS ESPACIAIS COMO FERRAMENTA PARA A COMPREENSÃO DA DINÂMICA DO VÍRUS RÁBICO NO DISTRITO FEDERAL

Thays Lima Rodrigues – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
thays.lima@sempreceub.com
Fabrício EscarlateTavares – UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

Os morcegos são os únicos mamíferos que desenvolveram o vôo verdadeiro, têm grande capacidade de dispersão e são considerados os animais com maior participação na transmissão do vírus da raiva, uma doença amplamente distribuída por todo o planeta, que acarreta enormes prejuízos econômicos. O morcego-vampiro comum, *Desmodus rotundus*, é uma das espécies mais abundantes entre as três hematófagas viventes, é associado à dispersão do vírus da raiva e é encontrado no México, na América Central, até o nordeste da Argentina, na América do Sul. Estima-se que mais de meio milhão de bovinos é vítima da raiva na América do Sul, que é tratada como um problema de saúde pública. A compreensão de como os morcegos-vampiros interagem com o ambiente a sua volta, em especial no que se refere a como eles utilizam o espaço geográfico e sua relação com a contaminação dos rebanhos, é fundamental para o desenvolvimento de ações efetivas não apenas para o controle do vírus da raiva, mas também para a prevenção da doença. Com o objetivo de identificar possíveis rotas de deslocamento relacionadas à dispersão de *Desmodus rotundus* no Distrito Federal, foi feita uma modelagem geográfica baseada na distância custo, por meio do programa QGIS. Foram levantados registros da espécie em artigos e junto aos órgãos de controle sanitário do Distrito Federal. Partindo da premissa de que existe conectividade entre todas as colônias da espécie no Distrito Federal, a análise indicou as rotas de deslocamento mais prováveis que proporcionam menor gasto energético para a espécie. Em seguida, observou-se que Brazlândia e Planaltina se destacaram entre as outras regiões, com os maiores números de conexões e de criação de gado. A modelagem geográfica com o método de distância custo possibilitou a visualização das rotas utilizadas pelo *Desmodus rotundus*, que contorna áreas com maiores mudanças e voa perto de regiões com corpos hídricos, para atravessar a paisagem do DF. Com isso, abrem-se oportunidades para novos estudos sobre a população dos morcegos-vampiros comuns no Distrito Federal, levando ao maior entendimento da dinâmica de deslocamento desses animais.

Palavras-Chave: Rotas de deslocamento. Modelagem geográfica. Distância custo. Vírus rábico. Hematofagia.

ANÁLISE SOBRE CONHECIMENTO DA CARACTERIZAÇÃO E DA PREVENÇÃO DO AVC

Luíza Mendonça Pessoa de Melo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
luiza.mendonca@sempreceub.com
Lamys Fernandes Kozak – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
lamys.kozak@sempreceub.com
Márcio Rabelo Mota – UniCEUB, professor orientador
marcio.mota@ceub.edu.br

O acidente vascular cerebral (AVC) é uma doença crônica, não transmissível, de elevada incidência e pouco discutida pela população em geral. Este estudo objetivou analisar a qualidade do conhecimento a respeito do conceito, dos principais sintomas, dos fatores de risco e do tratamento do AVC em amostra de 180 indivíduos, mediante um questionário *online*, da plataforma Google Formulários. Ademais, descreveu-se a prevalência dos fatores de risco para AVC na amostra, e comparou-se a caracterização epidemiológica dos participantes com seus conhecimentos referidos na coleta de dados. A pesquisa descritiva, transversal teve abordagem epidemiológica. O questionário foi do tipo estruturado, não disfarçado, conteve perguntas objetivas sobre caracterização, etiologia, classificação, manifestações clínicas, fatores de risco e tratamento do AVC. A amostra caracterizou-se por maioria do sexo feminino (73,33%), indivíduos com idade entre 18 e 21 anos (37,78), brancos (72,78%) e com escolaridade de nível superior (60,56%). As análises foram estratificadas pela presença (CCM) ou pela ausência (SCM) de comorbidades, (41,11%) e (58,89%), respectivamente. Sobre a definição de AVC, 76,11% dos indivíduos indicaram que o AVC se caracteriza como ocorrência de sintoma da função cerebral, que é a opção idealmente correta. Em relação aos fatores de risco, 172 indivíduos indicaram hipertensão arterial como fator de risco (95,56%,), seguido de histórico familiar de AVC (n=164; 91,11%), obesidade (n=137; 76,11%), tabagismo (n= 131; 72,78%) e candidíase (n= 4; 2,22%), sendo as quatro primeiras corretas. O conhecimento sobre os sintomas demonstrou 157 respostas para confusão mental (87,22%), 149 para dor de cabeça (82,78%), 139 para dificuldade de andar (77,22%), 123 para alteração visual (68,33%) e 111 para diminuição da sensibilidade (61,67%), sendo todas possíveis manifestações clínicas do AVC. Por fim, a respeito das possíveis formas de tratamento do AVC isquêmico, 134 indivíduos indicaram como resposta o tratamento com remédio trombolítico (74,44%), 129, o processo cirúrgico de trombectomia (71,67%), 90, o tratamento individualizado (50%), e apenas 5, para tratamento antidepressivo (2,78%), o qual não é utilizado no tratamento agudo do AVC. Dessa forma, parte significativa da amostra foi capaz de identificar, corretamente, o conceito, os principais sintomas, os fatores de risco, os que influenciam o prognóstico e as possíveis formas de tratamento do AVC. Entretanto, apenas 10,56% sentiram-se confiantes sobre os conhecimentos referentes ao AVC.

Palavras-Chave: AVC. Fator de risco. Conhecimento. Prevenção. Sintomas.

APRENDER E APOIAR A AGRICULTURA URBANA: ESTUDO DE CASO DO COLETIVO RE-AÇÃO AGROECOLÓGICA EM BRASÍLIA

Alexandra Cavalcante Salomão Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
alexandra.cavalcante@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O presente trabalho trata do uso e da ocupação do espaço público urbano ocioso para a prática da agricultura, ressaltando-a como um dos componentes para o urbanismo sustentável. O objetivo da pesquisa é levantar os principais aspectos que incentivam e dificultam a atuação de um projeto de agricultura urbana. As principais metodologias aplicadas são o estudo de caso e a pesquisa-ação, de modo que o pesquisador e os participantes busquem soluções aplicáveis para o Coletivo Re-Ação Agroecológica de forma cooperativa. A agricultura urbana contém o cultivo do sistema agroflorestal e requer a presença de voluntários para sua manutenção. A análise das dificuldades do coletivo é feita pelo envio de um questionário aos voluntários. O sistema de plantio é, também, um contexto de ensino, pois compreende a potencialidade desse espaço para a educação ambiental. Assim, percebe-se a capacidade do espaço em ter uma trilha interpretativa como um método pedagógico da educação ambiental, com base na identificação das espécies presentes no sistema agroflorestal do coletivo. Dessa forma, é possível garantir um ambiente que estimule a educação e aproxime moradores e visitantes locais ao sistema de plantio, por meio de placas interativas e um catálogo com informações das espécies de fauna e flora. A pesquisa apoia-se nos conceitos de crise das cidades, metabolismo urbano, agricultura urbana, sistemas agroflorestais, espaço público, território, educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Os resultados apontam que a agricultura urbana deve ser incentivada pelo Estado por meio de políticas públicas práticas e menos burocráticas. Além disso, a trilha interpretativa em cultivos urbanos apoia a disseminação de informações educacionais, aproxima as pessoas da natureza e diminui a cisão entre meio rural e urbano.

Palavras-Chave: Agricultura urbana. Sistemas agroflorestais. Trilhas interpretativas. Cidades Sustentáveis.

ARQUITETURA E EFÊMERO: A FESTA COMO HETEROTOPIA NA CIDADE DE BRASÍLIA

Larissa Dormundo Nerys – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
Larissa.dormundo@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

A pesquisa apresenta um estudo analítico-crítico das relações estabelecidas com o espaço urbano mediante a realização de festas e eventos no Plano Piloto, tendo como eixo norteador o conceito de heterotopia definido por Michael Foucault. O trabalho tem como objetivo investigar formas contemporâneas de apropriar-se do espaço urbano no Plano Piloto, levando em consideração que as escalas determinadas no projeto original eram favoráveis ao uso coletivo, entretanto vazios urbanos instalados em diversos setores tornaram-se ociosos. A pesquisa visou traçar uma reflexão alternativa à noção de funcionalidade dos espaços, contabilizando e observando fatores relacionados a eventos festivos por meio de mapeamentos que levantaram informações acerca de data, horário, turnos recorrentes, quem os produz, localização geográfica, espacialidade (se abertos ou fechados), acessibilidade e faixa etária. Inicialmente, buscou-se na literatura embasamento que identificasse aspectos relevantes das festas e dos eventos para as culturas e os espaços urbanos; em seguida, deu-se início às pesquisas de campo em que se fizeram observações a respeito do espaço, e realizaram-se os registros fotográficos. Simultaneamente, houve o mapeamento virtual em que foram colhidas informações essenciais à análise quantitativa para preenchimento de tabela que, ao final, transformou-se no apêndice do trabalho. Durante o período de coleta de dados, surgiu a necessidade de adaptar a pesquisa às condições externas que modificaram todas as relações estabelecidas nos centros urbanos por questões sanitárias, logo alteraram-se as dinâmicas de eventos, e novas questões a respeito do segmento apareceram. Estabelecidos dois recortes, o pré-pandemia e o isolamento social, observou-se mediante os dados gráficos levantados a ampla distribuição dos eventos no Plano Piloto, com destaque à concentração no eixo central da cidade, em especial em áreas amplamente subutilizadas. Foi possível constatar a flexibilidade e a relevância do segmento, ao reinventar-se diante de medidas sociais restritivas, englobando grande número de pessoas.

Palavras-Chave: Arquitetura. Eventos. Heterotopia. Brasília. Espaço.

ASPECTOS PATOLÓGICOS DE SUÍNOS MORTOS EM GRANJA CERTIFICADA NO DISTRITO FEDERAL

Nathália Marques Sant' Anna Ferreira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
nathalia.marquesf@sempreceub.com
Mirna Ribeiro Porto – UniCEUB, professora orientadora
mirna.porto@ceub.edu.br

O presente trabalho demonstra a necessidade de estudos quanto aos aspectos epidemiológicos das doenças mais recorrentes em suínos nas granjas, o que aumenta a preocupação com a sanidade desses animais e reforça a demanda de melhoria da carne produzida pelo aumento do consumo e pela ascensão do mercado. No Centro-Oeste, onde se encontra a Fazenda Miunça - Granja Eco-Beam, não existem estudos que apontem as doenças que acometem a região ou que sejam comuns ao tipo de manejo mais adotado. Diante disso, o presente estudo visa, por meio da necropsia dos animais que vierem à óbito na propriedade citada, computar os achados e as doenças diagnosticadas, para fornecer um parâmetro com maior precisão, em comparação aos dados já existentes na região Sul. O estudo foi realizado em parceria com a Fazenda Miunça, situada no PAD-DF. Os suínos abortados, natimortos e mortos na granja foram doados ao UniCEUB mediante preenchimento de termo, para avaliação da *causa mortis*, por meio de levantamento epidemiológico, clínico e anatomopatológico, durante o período de agosto de 2019 a outubro de 2020. As informações foram coletadas e anotadas em ficha de anamnese e exame necroscópico e identificadas com numeração sequencial, de acordo com a ordem de recebimento das carcaças, que foram pesadas antes e depois da evisceração. Antes da necropsia, a carcaça passou por avaliação, para observar a coloração das mucosas ocular e oral e a presença de ectoparasitas, de alterações circulatórias subcutâneas e de sinais de doenças digestivas e respiratórias. O exame necroscópico foi realizado com a retirada e a avaliação macroscópica de cada um dos conjuntos sistêmicos. Foram encontradas alterações macroscópicas características de morte por inanição e esmagamento (em leitões), doenças respiratórias por pneumonia, enterites, peritonite e abscessos com infecções bacterianas e virais. Constata-se que é necessário realizar melhor controle parasitológico nas granjas suínas, a fim de diminuir a perda dos animais por infecções microbianas. Na granja Miunça, os achados macroscópicos concordam com os descritos em literatura.

Palavras-Chave: Necropsia. Suinocultura. Patologia veterinária.

AUMENTO NA TAXA DE DETECÇÃO DO VÍRUS HIV ENTRE JOVENS DE 15 A 24 ANOS, NA REGIÃO CENTRO-OESTE, DE 2006 A 2017

Ana Júlia Souza Malheiros – UniCEUB, PIBIC-FAP, aluna bolsista
julia.malheiros@sempreceub.com
Anna Luíza Zapalowski Galvão – UniCEUB, PIBIC-FAP, aluna voluntária
anna.galvao@sempreceub.com
Gérson Fernando Mendes Pereira – UniCEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é causador da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Os jovens apresentam fragilidade e vulnerabilidade e são considerados parte de população prioritária na prevenção do HIV. Isso está atrelado ao amadurecimento sexual que, em grande parte, não vem acompanhado do amadurecimento emocional e cognitivo, expondo-os a fatores de risco para a transmissão do vírus. A detecção do HIV no Brasil, em jovens de 15 a 24 anos, apresenta aumento de 26% nos últimos anos, em oposição aos dados que avaliam outras faixas etárias e evidenciam queda na incidência de novos casos. Na região Centro-Oeste (CO), o aumento foi mais significativo. Dessa forma, o estudo tem como objetivo compreender a razões que justificam o aumento das taxas de detecção do HIV em jovens de 15 a 24 anos no CO e no Brasil. A pesquisa é um estudo quantitativo, ecológico de delineamento descritivo e foi feita por meio dos dados disponibilizados pela Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira (PCAP) dos anos de 2008 e 2013. Após a análise, foi possível encontrar comportamentos de risco na população brasileira assim como falhas importantes sobre as formas de prevenção e contaminação pelo vírus da AIDS. Destacam-se a diminuição do número de testagens, a ideia de que existe cura para a síndrome citada e a redução no uso do preservativo em relações casuais. Apesar do amplo acesso a insumos de prevenção demonstrados na análise das PCAP, os jovens apresentam um comportamento sexual de risco que pode estar atrelado às relações afetivas estáveis com parceiro fixo ou casual e à interferência do látex no preservativo, além da concepção de que há cura para doença ou que há boas perspectivas de tratamento. Portanto, é necessário fomentar a prevenção direcionada a essa faixa etária, incentivar a educação sexual, fornecer conhecimento a respeito dessa patologia e sua forma de transmissão, enfatizar o uso do preservativo, além de elucidar que, apesar de a doença ter amplo tratamento, ainda é incurável.

Palavras-Chave: HIV. Adulto jovem. Estudos de incidência. Estudos epidemiológicos.

AVALIAÇÃO DA CONTAMINAÇÃO POR FERTILIZANTES EM ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DE UMA BACIA AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Vítor Hugo Garcia Guedes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
vitorguedes@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

A prática da agricultura baseia-se no emprego de fertilizantes químicos, amplamente utilizados para aumentar a qualidade e a quantidade da produção agrícola em nível mundial. Os mais utilizados são nitrogênio, fósforo e potássio, e o abuso dessas aplicações pode resultar na contaminação do solo e da água pela presença dessas substâncias. A bacia do Alto Rio Jardim está localizada na área rural de Brasília e é considerada a mais importante região produtora de alimentos do Distrito Federal com uma área aproximada de 105 m^2 de drenagem. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é avaliar a presença de nitrato ($NO3^-$), amônio (NH4+), fósforo (Ptotal) e potássio (K+) em águas superficiais e poços subterrâneos na bacia do Alto Rio Jardim. Realizaram-se quatro campanhas de coleta: em setembro de 2019 e em junho de 2020, no período de seca, e em dezembro de 2019 e em fevereiro de 2020, no período de chuva. Foram coletados em cada ponto entre 50 ml e 100 ml de água, armazenados em frascos polietileno e mantidos sob refrigeração, até o encaminhamento ao laboratório. Para a análise, foram avaliadas as concentrações dos nutrientes diluídos nas amostras coletadas, por meio da leitura por cromatografia iônica com o cromatógrafo iônico 761 Compact IC, da Metrohm. A primeira campanha foi realizada em setembro de 2019, com o total de 33 amostras (27 subterrâneas e 6 superficiais). A concentração de nitrato ($NO3^-$), amônio (NH4+), fósforo (Ptotal) e potássio (K+) apresentou a média de 0,81, 0,51, 0,32 e 1,06 mg/L com valores máximos encontrados de 1,59, 1,01, 0,64 e 1,26 mg/L, respectivamente**.** A segunda campanha realizada em dezembro de 2019 teve 35 amostras (29 subterrâneas e 6 superficiais) com concentrações médias de 1,77, 1,76, 0,10, 1,49 mg/L e valores máximos de 3,50, 3,51, 0,20 e 2,97 mg/L, respectivamente. Na terceira campanha realizada em fevereiro de 2020 foram coletadas 36 amostras (31 subterrâneas e 5 superficiais) com concentrações médias de 0,93, 0,36, 0,20 e 1,65 mg/L, com valores máximos de 1,84, 0,71, 0,39 e 3,24 mg/L, respectivamente. Na quarta e na última campanhas, foram coletadas 35 amostras (29 subterrâneas e 6 superficiais) com concentrações médias de 1,38, 1,57, 0,45 e 1,05 mg/L, com valores máximos de 2,65, 3,13, 0,91 e 2,01 mg/L, respectivamente. Os valores obtidos foram comparados com os VMP estipulados pela Resolução CONAMA Nº 357 de 2005 para águas superficiais de classe 3 e pela Resolução CONAMA Nº 396 de 2008 para águas subterrâneas de classe 3. Em relação às superficiais, o fósforo apresenta VMP de 0,15 mg/L, e, para medir o nitrogênio, foi utilizado o nitrato com VMP de 10,0 mg/L. Para o caso das subterrâneas, o nitrato também apresenta VMP de 10,0 mg/L. Os resultados mostraram que não foram encontradas concentrações acima do VMP previstas na legislação para o nitrato, contudo, para o fósforo nos poços, os valores máximos foram maiores do que os estabelecidos pelas classes 1 e 2 da CONAMA Nº 357/2005. O amônio (NH4+) encontrado nas amostras não apresenta VMP estipulado por legislação, evidenciando, assim, a necessidade de modificação para melhor combater a contaminação por fertilizantes.

Palavras-Chave: Ecotoxicologia. Recursos hídricos. Poluição ambiental. Fertilizantes.

AVALIAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE TRANSTORNOS DE SONO E DOENÇA DE PARKINSON

Arthur de Melo Monteiro Bastos – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
arthur.bastos@sempreceub.com
Ana Clara Fernandes Belchior – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
anaclarabelchior@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe – UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br

A doença de Parkinson (DP) é progressiva, neurodegenerativa, caracterizada por alterações motoras (bradicinesia, tremores e rigidez) e não motoras. Entre os sintomas não motores da DP, os distúrbios de sono ocorrem em mais de 96% dos pacientes; associados a outros sintomas, resultam em diminuição da qualidade de vida e aumentam reações emocionais adversas, isolamento social e dores. O objetivo da pesquisa é correlacionar os distúrbios do sono com o prognóstico e a qualidade de vida dos pacientes com DP. Trata-se de um estudo transversal, aplicado, documental, de caráter exploratório, realizado em pacientes portadores de DP de um hospital terciário do DF. Aplicou-se a Escala de Qualidade do Sono da Doença de Parkinson (PDSS) e o Questionário do Transtorno Comportamental do Sono REM (TCREMQ). Os pacientes foram divididos em 2 grupos, denominados de controle e doença de Parkinson. A análise dos resultados foi realizada por meio de *software* R. Pelos resultados obtidos, identificou-se a correlação positiva entre a patologia em destaque e a menor pontuação no escore MOCA, sugerindo a possibilidade de maior comprometimento cognitivo nesses pacientes (p=0,003); a menor pontuação no PDSS indica a pior qualidade do sono (P<0,001); o maior escore no TCREMQ aponta a maior prevalência do TCREM nessa população (p = 0,003); a pior pontuação no Questionário de Qualidade de Vida da DP (PDQ8) evidencia a pior qualidade de vida em relação a controles (p<0,001). Ao comparar pacientes com DP com e sem TCREM, verificou-se ausência de diferença estatística em escalas que medem o comprometimento motor dos subtipos da DP, sugerindo ausência de influência da presença do TCSREM nesses parâmetros. Houve correlação entre os escores das escalas PDSS e o TCREMQ, além de correlação positiva entre a pontuação das escalas PDSS e a PDQ8, referindo maior prevalência de TCREM em pacientes com pior qualidade do sono e consequente pior qualidade de vida. Os pacientes avaliados com DP apresentam grande prevalência de transtornos do sono. Ressalta-se, assim, a necessidade de investigação de transtornos e qualidade de sono no atendimento a esses pacientes, a fim de aprimorar a terapêutica e melhorar a qualidade de vida. Demais estudos são necessários para ratificar as correlações evidenciadas nessa amostra.

Palavras-Chave: Doença de Parkinson. Transtorno comportamental do sono REM. Qualidade de vida.

AVALIAÇÃO DA EMPATIA EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UM CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO TRANSVERSAL

Ellen Tieko Tsugami Dalla Costa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ellentsugami@sempreceub.com
Marjorye Bezerra Porciúncula – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
marjorye.porciuncula@sempreceub.com
Débora Dornelas Belchior Costa Andrade – UniCEUB, professora orientadora
debora.andrade@ceub.edu.br

Pesquisas sugerem que a empatia compõe o conjunto de preditores significativos que relacionam a competência clínica de médicos e o prognóstico dos pacientes. Trata-se de um elemento-chave na relação entre médico e paciente, relacionado a melhores desfechos clínicos. A assistência empática deve ser um dos pilares do atendimento. Por isso, entender o nível de empatia dos concluintes de um curso de medicina regido por orientação das diretrizes nacionais que valorize a graduação humanizada é marco referencial para compreender se a vivência acadêmica desses alunos contribui para a formação de médicos empáticos. O objetivo deste estudo é avaliar a empatia do estudante de medicina do Centro Universitário de Brasília e verificar se há influência de fatores socioeconômicos ou do semestre de medicina em que o acadêmico se encontra. Trata-se de um estudo qualitativo-quantitativo, de cunho exploratório, transversal e realizado por levantamento de dados, após aplicação de questionário com perfil socioeconômico e Escala de Empatia de Jefferson, versão para estudantes. Incluíram-se na análise alunos do primeiro e do décimo segundo semestres de medicina do Centro Universitário de Brasília. Foram excluídos os participantes que responderam menos de 16 dos 20 itens da referida Escala. Fez-se a análise descritiva, o teste de Mann Whitney, o Alfa de Cronbach, e utilizaram-se 10% como nível de significância. As características socioeconômicas dos participantes foram semelhantes às de outras pesquisas; a maioria é solteira, do sexo feminino, sem filhos e com renda familiar elevada. O estudo sugere que não há diferença na empatia dos discentes ingressantes quando comparada à dos egressos. Além disso, observou-se que ser do sexo feminino foi estatisticamente relevante para escores maiores de empatia apenas no grupo que iniciava o curso de medicina e ter participado de ações sociais foi importante para a empatia dos acadêmicos concluintes.

Palavras-Chave: Empatia. Estudantes de medicina. Educação médica.

AVALIAÇÃO DA LONGEVIDADE DE ESPERMATOZOIDES EQUINOS CONGELADOS E DESCONGELADOS SUBMETIDOS A CENTRIFUGAÇÃO E FILTRAÇÃO

Lucas Costa de Faria – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.cfaria@sempreceub.com
João Lucas de Sousa Ataídes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
joao.lucasa@sempreceub.com
Francisco José Gonçalves de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
francisco.jose@ceub.edu.br

A indústria do cavalo movimenta, no Brasil, aproximadamente, R$16 bilhões de reais por ano e gera 610 mil empregos diretos e indiretos. A demanda voltada aos sistemas de criação viabilizou o desenvolvimento de biotécnicas que permitisse maior e melhor potencial produtivo e reprodutivo de várias espécies. Entretanto, o sêmen equino congelado e descongelado apresenta, relativamente, baixas taxas de fertilidade. Isso ocorre por danos causados pela criopreservação dos gametas masculinos que provocam a redução da longevidade espermática. Nesse contexto, técnicas foram criadas, com o objetivo de amenizar esses danos, tal como a separação do líquido seminal. A centrifugação e a filtração aumentam a concentração por meio da retirada do líquido seminal, porém podem causar danos à sua viabilidade. Assim, objetiva-se com esse estudo avaliar os procedimentos de filtração e centrifugação dos espermatozoides congelados e descongelados e verificar a longevidade das células pela observação das alterações dos aspectos físicos, durante a incubação por até 90 minutos. Foram utilizadas partidas do esperma congelado de 10 equinos divididas em 3 grupos: controle (CT), centrífuga e SpermFilter. O grupo de controle não foi submetido a nenhum processo de separação, mas apenas às análises de motilidade, vigor e contagem de células com membrana íntegra, nos cinco diferentes tempos (T0= 0 minuto; T20= 20 minutos; T40= 40 minutos; T60= 60 minutos; T90= 90 minutos) do Teste de Termorresistência (TTR). O grupo de centrífuga foi submetido à centrifugação por 10 minutos a 600 gravitacionais, ressuspenso em meio crioprotetor com glicerol e analisado durante os cinco diferentes tempos do TTR. O grupo de SpermFilter foi submetido à filtração através da membrana hidrofílica sintética, ressuspenso em meio crioprotetor com glicerol e analisado nos diferentes tempos do TTR. Nos 3 grupos, foram analisados a motilidade total, o vigor espermático e a contagem de células com membrana íntegra. A análise dos dados foi feita com ANOVA, teste de Tukey para motilidade e contagem de células com membrana íntegra e Kruskal-Wallis para o vigor. Os resultados indicaram que a filtração espermática com auxílio da membrana hidrofílica sintética tendeu a conservar melhor a motilidade espermática nos dois primeiros momentos (T0: P= 0,082; T20: P= 0,088). Contudo, nas seguintes avaliações, percebeu-se variação na motilidade dos grupos (T40: 21,5 ± 6,402; T60= 16,33 ± 5,188; T90= 12,00 ± 4,719) e não se diferiu entre eles (P>0,05). Observou-se também que, com sêmen congelado, o grupo de centrífuga selecionou espermatozoides mais íntegros no primeiro momento (T0), em comparação com o grupo de SpermFilter. Contudo, mais estudos devem ser feitos, com o objetivo de elucidar por quais motivos o grupo de centrífuga foi mais eficaz em relação aos demais, no primeiro momento, depois de descongelados os espermatozoides.

Palavras-Chave: Criopreservação. Centrifugação. SpermFilter. Sêmen equino.

AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES PORTADORES DE ESQUIZOFRENIA E DE SEUS FAMILIARES CUIDADORES

Marina Coleta Drago – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
ninadrago@sempreceub.com
Beatriz Reis Afonso – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
beatriz.reis@sempreceub.com
Gustavo Carvalho de Oliveira – UniCEUB, professor orientador
gustavo.oliveira@ceub.edu.br

A esquizofrenia é uma doença crônica, grave e incapacitante que causa diminuição na qualidade de vida dos pacientes e gera impactos significativos na vida de familiares que cuidam desses pacientes e com eles convivem. O presente trabalho foi realizado, com o intuito de avaliar a qualidade de vida do paciente portador de esquizofrenia e de seu familiar cuidador. Trata-se de um estudo transversal e descritivo, realizado com pacientes atendidos no Hospital São Vicente de Paulo, localizado no Distrito Federal. Foram aplicados a escala QLS-BR, para avaliar a qualidade de vida dos pacientes, e o questionário FQ-VPB aos familiares, para averiguar a sua emoção expressa. Participaram do estudo 27 pacientes, sendo 10 mulheres e 17 homens. Também participaram 19 familiares cuidadores, sendo todos do sexo feminino. Os resultados com os pacientes evidenciaram grande prejuízo na qualidade de vida, principalmente nos domínios social e ocupacional, com diminuição no lazer e nas atividades do dia a dia. Além disso, o trabalho mostrou que as mulheres participantes possuíam qualidade de vida maior quando comparadas aos homens participantes. Os resultados dos questionários aplicados aos familiares demonstram diminuição na qualidade de vida e, em alguns casos, hostilidade em relação ao paciente. Desse modo, é importante incentivar o paciente a ter ocupação e praticar atividades de lazer, pois são fatores que estão intimamente ligados à qualidade de vida. Também são necessárias abordagens terapêuticas que incluam os familiares, como a psicoeducação, para que compreendam a patologia e, dessa forma, melhorem a relação familiar, gerando benefícios tanto para o paciente como para os familiares.

Palavras-Chave: Esquizofrenia. Qualidade de vida. Cuidador familiar.

AVALIAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA PASSIVA DE ANTICORPOS PELA INGESTÃO DE COLOSTRO EM EQUINOS NO DISTRITO FEDERAL

Ana Luíza Alves Panta Vasconcelos – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
ana.vasconcelos@sempreceub.com
Raianny Pires Lôbo – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
raianny.lobo@sempreceub.com
Carlos Henrique Câmara Saquetti – UniCEUB, professor orientador
carlos.saquetti@ceub.edu.br

O comércio que envolve a criação e a utilização do cavalo ocupa posição de destaque no Brasil, pois conta com um rebanho de 5,8 milhões de cabeças e mobiliza, ao ano, R$ 16 bilhões (MAPA, 2016). Nesse contexto de importância da equideocultura, crescentes estudos científicos alertam para melhorias técnicas na qualidade produtiva da criação dos equinos, em especial, da vida fetal até o nascimento. Certifica-se que 50% das perdas de um criatório e da redução de produtividade estão relacionados às falhas de transferência de imunidade passiva (FTIP), evento concentrado nas primeiras horas de vida dos neonatos e sua adequada imunização por colostro materno. As FTIP elevam a ocorrência de enfermidades, como enterites, pneumonias bacterianas, septicemia e artrite séptica, caracterizadas por acometer esses animais em suas primeiras três semanas de vida, causar diminuição na taxa de crescimento e perda de rendimento, levar a óbito e gerar prejuízos econômicos ao criador pelos altos gastos com tratamento. Para realização do experimento, foi coletada uma amostra de sangue de cada égua genitora, 10 ao todo, e de seus respectivos potros logo após o nascimento, às 12, 24 horas, 15 e 30 dias de vida, e dosados os níveis de proteína totais e frações. Não foram observados casos de FTPI dos potros analisados no experimento; dois apresentaram níveis elevados de proteínas plasmáticas totais e globulinas logo após o nascimento, indicando exposição intrauterina a antígenos. Aos 30 dias de vida, foi observado aumento dos níveis de proteínas totais e globulinas nos potros, indicando produção endógena de imunoglobulinas maior do que o catabolismo das adquiridas. Também não foi observada relação entre os níveis de proteínas plasmáticas totais e os de globulinas das éguas genitoras e de seus respectivos potros, após a ingestão do colostro. Portanto, verificou-se que a oferta de colostro em tempo hábil corrobora o melhor aproveitamento do neonato, pois é eficaz para prover a imunidade necessária, que, porém, não se prolongou haja vista a elevação de globulinas endógenas aos 30 dias. Isso pode dar-se pela qualidade do colostro insuficiente para suprimir a imunidade endógena do potro. Dessa forma, faz-se importante a análise do colostro em estudos futuros, a fim de definir a relação de sua qualidade com os níveis séricos de imunoglobulinas maternas e precisar o quanto dessas imunoglobulinas, efetivamente, chega ao neonato.

Palavras-Chave: Imunidade. Potros. Imunoglobulinas.

AVALIAÇÃO DAS COMPLICAÇÕES MATERNO-FETAIS DO DIABETES *MELLITUS* EM GESTANTES ACOMPANHADAS NO HOSPITAL REGIONAL DE SOBRADINHO (HRS-DF)

Karina Ferreira Cordeiro – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
karinacordeiro1994@sempreceub.com
Matheus Sampaio Matos – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
matheus.matos@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – UniCEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br

O diabetes *mellitus*, durante a gestação, está relacionado ao aumento de complicações materno-fetais. Apesar de haver redução significativa da morbimortalidade materno-infantil nos últimos tempos, ainda há dificuldades com relação à assistência prestada para esse público**.** Este estudo tem como objetivo avaliar o perfil das gestantes com diabetes *mellitus* gestacional e com diabetes *mellitus* do tipo 1 e do tipo 2 que tiveram o parto realizado em 2018, no Hospital Regional de Sobradinho-DF (HRS-DF) e correlacioná-lo com as complicações materno-fetais ocorridas. Trata-se de uma pesquisa retrospectiva e transversal de caráter descritivo. Foram analisados 2142 prontuários de gestantes, e selecionados 93 com diabetes *mellitus* prévio ou diagnóstico de diabetes *mellitus* gestacional. Também foram avaliados os prontuários dos recém-nascidos das 93 gestantes respectivamente. As complicações maternas aconteceram em 72,4% das gestantes, com maior prevalência nas com diabetes *mellitus* do tipo 1, destacando-se infecção do trato urinário (26,9%) e doença hipertensiva específica da gravidez (25,8%). As complicações fetais e perinatais acometeram 74,7% das gestações, principalmente nas pacientes com diabetes *mellitus* do tipo 1 e nas que necessitaram de insulina, sendo as principais complicações: macrossomia (6,8%), prematuridade (20,4%), recém-nascido grande para a idade gestacional (26,9%), icterícia (17,8%), hipoglicemia (11,6%) e sepse (11,6%). Os achados do estudo estão em consonância com a literatura, visto a alta morbidade materna, fetal e perinatal, ligada ao diabetes *mellitus* durante a gestação, mostrando-se ser de extrema importância o rastreamento precoce e o seguimento adequado das gestantes e dos recém-nascidos para a redução da morbimortalidade materna-infantil.

Palavras-Chave: Gestantes. Diabetes *mellitus*. Insulina. Complicações materno-fetais.

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DE SINTOMAS PSIQUIÁTRICOS NA QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

Rodrigo Cardoso de Matos – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
rodrigo.matos@sempreceub.com
Gabriel de Almeida Rios – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
gabriel.rios@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe – UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br

A doença de Parkinson é neurodegenerativa, decorrente da destruição de neurônios dopaminérgicos da substância *nigra pars compacta* e causa, além dos sintomas motores clássicos, como bradicinesia, rigidez muscular, instabilidade postural e tremor em repouso, os não motores, como ansiedade e depressão, os quais impactam a qualidade de vida. Os objetivos da pesquisa são conhecer o perfil clínico epidemiológico dos pacientes com doença de Parkinson e avaliar a associação com depressão e ansiedade e os impactos na qualidade de vida desses doentes. Foram aplicados os questionários *Parkinson Disease Questionnaire* (PDQ-8), Inventário de Depressão de Beck (BDI) e Escala Hospitalar de Ansiedade e Depressão (HADS) pelos acadêmicos e as escalas de Hoehn e Yahr e *Unified Parkinson's Disease Rating Scale* (UPDRS) por neurologistas. Os dados foram tabulados no programa Excel e analisados pelo *software* R. O perfil epidemiológico demonstrou prevalência masculina com média de idade de 63 anos e pacientes com baixo comprometimento motor. Os sintomas depressivos e ansiosos foram mais frequentes na população com Parkinson, com prevalência de sintomas depressivos leves. Não se obteve correlação forte entre sintomas motores, depressão e ansiedade, e, na relação entre qualidade de vida do paciente com Parkinson com depressão e ansiedade, nota-se que, quanto mais sintomas depressivos ou ansiosos, maior o impacto na qualidade de vida. Há grande prevalência de depressão e ansiedade em pacientes com doença de Parkinson, com correlação à pior qualidade de vida. Os sintomas motores, entretanto, não possuem forte correlação com esses sintomas psiquiátricos e com a qualidade de vida, evidenciando, assim, a possível dissociação entre a gravidade motora e a gravidade da doença de Parkinson.

Palavras-Chave: Doença de Parkinson. Depressão. Ansiedade.

BALNEABILIDADE E SAÚDE PÚBLICA: AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DE CACHOEIRAS NO DISTRITO FEDERAL

Júlia de Castro Souza – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
juliacastro@sempreceub.com
Pedro Busto Vaz de Sousa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
pedro.busto@sempreceub.com
Eduardo Cyrino de Oliveira Filho – UniCEUB, professor orientador
eduardo.cyrino@ceub.edu.br

A análise de balneabilidade é responsável pela avaliação da qualidade dos corpos d'água para a recreação de contato primário e é utilizada tanto em praias litorâneas quanto em águas interiores. Contudo, a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal só realiza avaliação de balneabilidade no Lago Paranoá, e as cachoeiras, amplamente utilizadas pela população e pelos turistas, são negligenciadas quanto à qualidade de suas águas. Para a execução do presente projeto, foram selecionadas 5 cachoeiras localizadas nos arredores de Brasília, em concordância com as indicações turísticas e a facilidade de acesso, sendo elas a Quebra dos Deuses, o Tororó, o Poço Azul, a cachoeira da EMBRAPA e a Chapada Imperial. As amostras de água foram coletadas em 3 pontos; foram selecionados os mais utilizados para banho entre os visitantes e, aproximadamente, 2,5 metros das praias de cada cachoeira. Os locais de água parada foram selecionados pela maior facilidade de acumulação de microrganismos. As coletas foram feitas em outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Para determinação de coliformes totais (CT) e *Escherichia coli (Ecoli*), as amostras foram coletadas em frascos estéreis, apropriados para 100 ml. Foi utilizado o método cromogênico - Colilert, Idexx. Os frascos foram mantidos em caixa térmica, sob refrigeração, até a chegada ao laboratório, onde se adicionou-se, em cada amostra de 100 ml de água, a ampola de substrato, agitada vigorosamente para a completa dissolução. Em seguida, as amostras foram transferidas para a cartela Quanti-Tray®/2000. As cartelas de cada amostra foram incubadas em estufa, a 35 ± 0,5 ºC, por 24 horas. A análise das coletas concluiu que o valor médio do ponto "praia" da Quebra dos Deuses em CT foi 2202,9, e *Ecoli,* 160,55; no Tororó, foi CT >2419,6, e *Ecoli*, 1553,1; no Poço Azul, a média CT foi 2419,6, e a de *Ecoli*, 249,6. Na Cachoeira da Embrapa, córrego Sarandi, a média de CT foi >2419,6, e a de *Ecoli,* 125,1. Na Chapada Imperial, foi realizada apenas uma coleta em fevereiro; seus valores médios da praia, para CT, foram >2419,6 e, para *Ecoli*, 63,8/100 mL. Os resultados obtidos mostraram que, no período de chuva, em fevereiro de 2020, as cachoeiras avaliadas apresentaram menor quantidade de coliformes fecais, ou seja, são mais limpas que no período seco, em outubro de 2019. Em relação à resolução CONAMA 274/2000, as cachoeiras Quebra dos Deuses, Chapada Imperial e da Embrapa foram consideradas excelentes; o Poço Azul tem a água considerada muito boa; a do Tororó foi considerada imprópria pela quantidade de *Ecoli* encontrada.

Palavras-Chave: Balneabilidade. Cachoeiras. Qualidade.

BEM-ESTAR LABORAL SUSTENTÁVEL: APLICAÇÃO PARA O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO DF

Bianca Aquino Oliveira – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
bianca.aquino@sempreceub.com
Luísa Keiko Abe Pinheiro – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
luisa.keiko@sempreceub.com
Amália Raquel Pérez-Nebra – UniCEUB, professora orientadora
pereznebra@gmail.com

A Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) apresenta um dos melhores conjuntos de benefício aos trabalhadores, mas não consegue refletir isso na melhora do desempenho dos alunos ou dos professores nas escolas. Assim, o objetivo deste trabalho é descrever como a variável de desempenho aparece de maneira subjetiva e objetiva, na Secretaria de Educação do Distrito Federal e analisar as possíveis variáveis que podem melhorar o desempenho. Para o alcance deste objetivo, dois estudos foram delineados. O Estudo 1 propôs a observação das relações sinérgicas e antagônicas entre o bem-estar e o desempenho dos servidores, ao testar o modelo do bem-estar sustentável. Participaram desta pesquisa 3.647 funcionários da Secretaria de Educação do Distrito Federal. Como instrumento, foi utilizada a medida de bem-estar subjetivo com afeto positivo, afeto negativo e realização no trabalho. Para descrever o desempenho, foram utilizados o presenteísmo e a autopercepção de desempenho. Como resultado, o modelo do bem-estar sustentável apresenta-se válido para analisar o caso da SEEDF, onde relações antagônicas predominaram. O Estudo 2 descreveu quais variáveis contextuais podem estar relacionadas com desempenho. Utilizou-se uma perspectiva objetiva do desempenho com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Desenho do Trabalho como medida contextual. Para isso, 28 unidades escolares onde mais de 3 servidores responderam ao questionário e que passaram pelo teste do IDEB durante duas avaliações consecutivas compuseram a amostra deste estudo. O resultado é que as variáveis típicas de desenho do trabalho, relacionadas às características da tarefa, e o *feedback* do trabalho mostram-se úteis para incrementar o IDEB, portanto um dos grandes fatores que atrapalham o desempenho dos professores é não ter clareza das tarefas. No geral, os estudos indicam que a clareza da tarefa parece ser um elemento-chave e transversal entre ambos os estudos que precisa ser mais bem desenvolvido.

Palavras-Chave: Bem-estar sustentável. Desempenho. IDEB. Desenho do trabalho.

CONHECIMENTO, ATITUTES E PRÁTICAS DOS ACADÊMICOS DE SAÚDE QUANTO À VACINAÇÃO DAS DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS

Maria Eduarda Bodas – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
dudabodas@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

O estudo tem como objetivo caracterizar o perfil dos estudantes matriculados em cursos da saúde de uma universidade, sobre aprendizagem, ponto de vista, prática e atitude em relação à vacinação e elencar dados acerca da situação deles, de acordo com a atual situação vacinal do Brasil, na qual há diminuição da procura pela imunização. A metodologia foi baseada em um estudo descritivo e transversal, mediante um questionário aplicado na Faculdade de Ciências e Saúde (FACES) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), acerca de conhecimento, atitudes e práticas relativos à vacinação em profissionais da saúde. A revisão bibliográfica foi realizada pelas bases de dados eletrônicas SciELO e LILACS, incluindo artigos em português, espanhol e inglês. Foram descritos o perfil de 244 estudantes da saúde em relação à vacinação, o local de maior procura pela imunização e a influência de fatores, como campanhas, movimentos sociais e participação na universidade, como mediadores de suas opiniões. A atuação da universidade como fonte de conhecimentos básicos, a interdisciplinaridade e a busca do estudante por assuntos que envolvem a saúde pública são fundamentais para a capacitação dos futuros profissionais. Assim, os resultados obtidos servirão como fonte de direcionamento e implementação de políticas para melhorar as estratégias na divulgação das vacinas para o grupo em questão.

Palavras-Chave: Vacinação. Efeitos adversos. Movimentos antivacinas. Saúde pública. Profissionais da saúde.

COPING RELIGIOSO E ESPIRITUAL EM ESTUDANTES DE MEDICINA DE UMA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Isabella Escarlate Hannes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
isabella.escarlate@sempreceub.com
Débora Faria Diniz – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
deborafdiniz@sempreceub.com
Allan Eurípedes Rezende Napoli – UniCEUB, professor orientador
allan.napoli@sempreceub.edu.br
Miriam Martins Leal – UniCEUB, professora coorientadora
miriam.leal@ceub.edu.br

Estudos reconhecem que as crenças religiosas e espirituais dos alunos de medicina impactam, positivamente, o relacionamento com a equipe e os pacientes, mas observa-se pouco enfoque na interferência que o *Coping* Religioso e Espiritual (CRE) exerce na qualidade de vida dos acadêmicos. Trata-se de um estudo semiqualitativo, baseado na escala Likert, transversal, observacional, no qual foi avaliada a relação entre a qualidade de vida e o CRE utilizado por estudantes de medicina de um Centro Universitário no Distrito Federal, entre outubro de 2019 e outubro de 2020. Foram aplicados os questionários WHOQOL-Brief, para avaliar a qualidade de vida, e RCOPE-Brief, para avaliar o CRE. Os dados de 230 questionários foram processados no programa SSPS-IBM versão 22.0. Foram utilizados o nível de significância estatística de 5% e os testes de Shapiro-Wilks, Mann-Whitney, Qui-Quadrado e Correlação de Sperman para a análise estatística. Participaram da pesquisa 230 acadêmicos com média de idade de 23,08 ± 3,99 (18-45anos). Observou-se que a religiosidade está presente em 81,8% da amostra; a maioria faz parte de religiões ligadas ao cristianismo e frequenta instituições religiosas semanalmente. Os alunos apresentaram um valor de moderado a alto de CRE positivo e baixos valores de CRE negativo, sendo solteiros os que apresentaram maiores valores de CRE negativo. O domínio psicológico apontou a menor média, seguido do domínio físico da qualidade de vida. Verificou-se que a faixa etária de 18 a 24 anos apresentou maiores valores relacionados à dimensão do meio ambiente. Não se evidenciou diferença significativa da qualidade de vida quando separada pelos anos do curso. A amostra apresentou prevalência de comorbidades menor quando comparada a outros estudos, sendo mais prevalente entre alunos do 4º ano. Das comorbidades, metade tratava de patologias psiquiátricas, principalmente depressão e ansiedade. Apesar de não haver significância estatística pelo tamanho da amostra, indica-se a relação entre alto *coping* religioso e ausência de psicopatologias. Estudantes com maior tendência a apresentar CRE total baixo, relativo ao uso maior do CRE negativo, estavam associados à baixa qualidade de vida, e acadêmicos com maior inclinação a apresentar CRE total alto, associado ao uso maior do CRE positivo, estavam associados à boa qualidade de vida. Conclui-se que o CRE apresentado pelos estudantes tem associação com todos os domínios da qualidade de vida. No caso do CRE negativo, a qualidade de vida pode alterar-se em maiores proporções.

Palavras-Chave: Enfrentamento. Qualidade de vida. Religião. Espiritualidade. Estudantes de Medicina.

CORRELAÇÃO ENTRE O *STREPTOCOCCUS GALLOLYTICUS* E OS PÓLIPOS ADENOMATOSOS

Lívia Novaes Teixeira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
livia.novaes@sempreceub.com
Andressa Freitas Gomide de Araújo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
andressagomide@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

O presente estudo visa analisar os dados na literatura sobre a associação entre o *Streptococcus gallolyticus* e os pólipos adenomatosos, com o objetivo de realizar um levantamento bibliográfico sobre as principais evidências dessa relação e discutir as comprovações sobre o papel da bactéria. Para isso, fez-se a revisão bibliográfica integrativa com as bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (Lilacs), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Base de Dados Biomédicos da Elsevier (EMBASE). Os critérios de inclusão foram: estudos originais de periódicos científicos e ensaios clínicos, estudos observacionais de coorte, caso de controle ou de prevalência publicados entre 2015 e 2020 que respondiam à questão norteadora. Foram excluídos estudos qualitativos, editoriais, notícias, capítulos de livros, relatos de caso e pesquisas cujo título ou resumo não tratam, diretamente, do tema. Assim, 16 artigos foram selecionados, sendo todos na língua inglesa, e as informações extraídas de cada um foram organizadas em tabelas para melhor análise metodológica. Apenas 2 artigos não demonstraram associação entre o *Streptococcus gallolyticus* e o carcinoma colorretal, enquanto 14 apresentaram associação positiva. Apesar disso, ainda não existem evidências suficientes para confirmar se a bactéria está envolvida no início da carcinogênese ou se se comporta como oportunista do ambiente celular gerado pelo tumor. Para responder a essa dúvida, novos estudos são necessários para avaliar o real papel do *Streptococcus galollyticus* em pacientes com pólipos adenomatosos e tumores de cólon e reto.

Palavras-Chave*: Streptococcus gallolyticus*. *Streptococcus bovis*. Câncer colorretal. Neoplasias colorretais.

CRENÇAS NO MUNDO JUSTO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Caroline Araújo Roballo – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
caroline.roballo@sempreceub.com
Priscilla Garcez Corrêa da Costa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
priscillagcorrea@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – UniCEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

A violência contra a mulher é um problema grave no Brasil. Além de lidar com a agressão em si, a mulher pode ser culpabilizada pela situação de violência vivenciada. De acordo com a teoria do mundo justo, esse processo de responsabilização pode ser entendido em função da necessidade de acreditar que o mundo é um lugar justo, onde as pessoas têm o que merecem e merecem o que têm. Para analisar o fenômeno da responsabilização de vítimas, a presente pesquisa foi composta por 2 estudos independentes. No estudo 1, foram comparados os índices de responsabilização de mulheres em diferentes formas de violência. No estudo 2, comparou-se a responsabilização de mulheres cisgênero e transgênero em situação de violência. Participaram do estudo 1, 281 pessoas que responderam à Escala Global de CMJ, avaliaram a responsabilização de vítimas de diferentes situações de violência (física, sexual, psicológica, moral e patrimonial) e informaram dados demográficos. Não foram encontradas diferenças significativas nos índices de responsabilização, entre os diferentes tipos de violência. Adicionalmente, foi identificado que a CMJ exerceu influência na violência sexual e moral. Os achados apontam o efeito robusto da CMJ para a compreensão da responsabilização de vítimas, sobretudo para as violências sexual e moral. No estudo 2, participaram 332 pessoas que responderam à Escala Global de CMJ, avaliaram a responsabilidade de uma vítima de violência doméstica e informaram seus dados sociodemográficos. Não foram encontradas diferenças na responsabilização de vítimas cisgênero e transgênero. Adicionalmente, foi identificado que a CMJ influenciou o índice de responsabilização tanto de vítimas cisgênero como de transgênero, indicando a CMJ como um mecanismo robusto para a compreensão dos processos de responsabilização de vítimas de diferentes grupos sociais.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Vitimização secundária. Crença no mundo justo. Tipos de violência. Mulheres cisgênero e transgênero.

DETECÇÃO MOLECULAR DE RIQUÉTSIAS COM LEVANTAMENTO ACAROLÓGICO EM EQUINOS CAPTURADOS NO DISTRITO FEDERAL, BRASIL

Igor e Silva Aguiar – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
igor.sa@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

A febre maculosa brasileira (FMB) é uma doença causada por bactérias do gênero *Rickettsia*, transmitidas pela picada e pela adesão de carrapatos contaminados ao hospedeiro, com tempo mínimo de 15 minutos para contaminação. Os principais carrapatos vetores da FMB são *Amblyomma cajennense*, *Amblyomma aureolatum*, *Amblyomma dubitatum* e *Amblyomma ovale*, mas qualquer espécie pode ser reservatório de *R. rickettssii.* Esses vetores podem parasitar também antas, roedores, aves, capivaras, serpentes, morcegos, peixes, gambás, cães, gatos e equinos, que, por sua vez, podem ser multiplicadores de *Rickettsia rickettssii* e exercer um papel importante no aumento da virulência. O objetivo do trabalho é fazer uma revisão bibliográfica sobre os dados epidemiológicos, no Brasil, em 2017, em que foram encontrados 189 casos, e em 2018, quando foram evidenciados 62 casos, em sua maioria, em áreas rurais da região Sudeste, em, principalmente, homens, na faixa etária entre 20 e 59 anos de idade. A letalidade varia de 34%, em 2017, a 25%, em 2018 e é alta em relação aos outros agravos. Diante disso, para a boa prevenção, evita-se o contato com o vetor, usando roupas e proteção química, como repelentes tanto nos equinos quanto nas pessoas. Há necessidade de estudo aprofundado na região Centro-Oeste, onde há reservatórios e vetores da *Rickettsia*, para melhor entendimento epidemiológico dos carrapatos. A divulgação da importância da prevenção e do tratamento da FMB pode influenciar a diminuição da letalidade pela doença.

Palavras-Chave: *Rickettsia*. Epidemiologia. Equinos.

DETERMINAÇÃO DO INTERVALO DE REFERÊNCIA DE TSH SÉRICO EM MULHERES SAUDÁVEIS NO PRIMEIRO TRIMESTRE GESTACIONAL NO DISTRITO FEDERAL SEGUNDO RECOMENDAÇÕES RECENTES DA ATA

Thiago do Amaral Cavalcante – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
thiago.amaral@sempreceub.com
Felipe Nogueira Affiune Silva – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
felipe.nogueiras@sempreceub.com
Gabriela Resende Vieira de Sousa – UniCEUB, professora orientadora
gabriela.sousa@ceub.edu.br

O hormônio tireoidiano é essencial para o desenvolvimento gestacional em diversos aspectos. O hipotireoidismo representa um risco importante para desfechos obstétricos desfavoráveis e alterações no desenvolvimento infantil. Durante a gestação, o organismo materno adapta-se para responder, de forma adequada, ao aumento do consumo de hormônio e produz cerca de 50% a mais, a fim de garantir o desenvolvimento fetal normal. Em 2017, a ATA publicou novas diretrizes que recomendam o cálculo de valores de referência laboratoriais para o acompanhamento gestacional em cada trimestre, respectivamente, relacionados à população local, se possível. Este trabalho tem como objetivo primário a aferição e a comparação local de dados fornecidos em prontuário para a determinação dos valores de referência, no 1° trimestre gestacional de gestantes em pré-natal, nas Unidades Básicas de Saúde de Sobradinho-DF. A pesquisa foi realizada de forma analítica e retrospectiva, com avaliação de prontuários em corte transversal. Envolveu 108 gestantes no primeiro trimestre gestacional, previamente hígidas, sem comorbidades associadas, já em acompanhamento prévio em UBS da região. Os valores de TSH identificados neste estudo variam de 0,1 a 3,18 mU/L, são semelhantes aos resultados encontrados em outras populações analisadas e compatíveis com a recomendação da ATA de valores mínimo e máximo menores em gestantes, em relação aos índices da população em geral, que são de 0,5 a 4,5 mU/L aproximadamente. Não foram encontradas correlações significativas entre as variáveis TSH e peso, idade, idade gestacional e IMC na população analisada. Conclui-se que, para o cálculo mais adequado do valor de referência de TSH sérico em gestantes no primeiro trimestre, é necessária a avaliação de amostra com número maior de pacientes e a verificação mais criteriosa de outros fatores interferentes, como, por exemplo, ingestão de iodo e presença de autoanticorpos da tireoide.

Palavras-Chave: Gestante. Tireoide. Hormônio.

DIREITOS AUTORAIS EM OBRAS ELABORADAS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: QUEM É O AUTOR?

Fernando Carneiro Roriz – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
fernandororiz1999@sempreceub.com
Priscila Bittencourt de Carvalho Quintiere – UniCEUB, professora orientadora
priscila.quintiere@ceub.edu.br

A pesquisa tem como tema de estudo a atribuição de autoria para obras literárias, artísticas e científicas que sejam produzidas por sistemas computacionais, enquadrados no conceito de inteligência artificial. O objetivo é responder, à luz da legislação ora vigente (Lei n.º 9.610/1998), quem seria o autor dessas obras, qual seria a melhor forma de atender os propósitos e as funções do direito autoral e qual é o papel da inteligência artificial na criação dessas obras, se seria um instrumento dos programadores ou a própria autoria. Para responder a essas perguntas, fez-se um estudo bibliográfico acerca das origens, da evolução e das funções dos direitos autorais. Ademais, analisaram-se conceitos-chave, como autoria, especificação, originalidade, inteligência artificial, *machine learning*, *general artificial inteligence*, singularidade, entre outros. Para fim de contextualização e exemplificação do problema, foram citados três exemplos de obras artísticas e de uma computacional que demonstram a possibilidade de um programa de computador, abastecido por um banco de dados e dotado de *machine learning*, produzir uma obra de arte nova e original sem necessidade de interferência humana. A pesquisa debruça-se em quatro distintas possibilidades de atribuição da autoria da obra gerada pela inteligência artificial e suas consequências. Uma delas é a ausência de autoria, pautada no teor literal do artigo 11 da Lei 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais), com consequente disponibilização da obra pelo domínio público. Outra, a atribuição da autoria ao desenvolvedor do *software*, em razão de ser este o impulsionador da criação artística ou científica. São discorridas, também, as hipóteses de atribuição de autoria da obra ao desenvolvedor pela aplicação do *Work made for hire* (Trabalho feito sob encomenda, em tradução livre), instituto do direito autoral estadunidense que permite a atribuição da autoria ao proprietário da inteligência artificial, mesmo não sendo o criador da obra, e a da criação de uma personalidade jurídica especial para as inteligências artificiais, que garantiriam a produção da obra por um ente personalizado, com a titularidade dos direitos econômicos e sociais para os desenvolvedores. Enquanto a primeira possibilidade é considerada a que está de acordo com a legislação brasileira vigente, que atribui a autoria apenas a pessoas físicas, a última é a que se considera mais adequada, por não apenas garantir a função social da obra, mas também por preservar a possibilidade de exploração econômica pelos desenvolvedores.

Palavras-Chave: Direitos autorais. Obras. Inteligência artificial.

DISPOSITIVO QUE AVALIA SINAIS BIOLÓGICOS PARA PREVER EPISÓDIOS HIPOGLICÊMICOS EM DIABÉTICOS TIPO 1 COM SENSORES DE UMIDADE, TEMPERATURA E VARIABILIDADE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA CONTROLADOS POR PIC

Leonardo Yundi Aikawa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
leoyundi@sempreceub.com
Caio Macedo Santos – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
caiom0374@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz – UniCEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

Tratamentos para disfunções, como o diabetes *mellitus*, que apresenta descontrole glicêmico, contêm inovações e melhorias, como o uso, por exemplo, do sensor de glicemia. O episódio hipoglicêmico é um dos sintomas que mais afeta diabéticos no mundo e leva a sintomas neuroglicopênicos, como fome, tontura, fraqueza, dor de cabeça, confusão, convulsão e coma, por isso há grande necessidade de prevenção e controle. Contudo, o uso de sensores glicêmicos para a previsão de hipoglicemias é de alto custo. Por ser um equipamento inserido sob a pele, pode causar irritação no local e grande desconforto ao usuário. Com esta pesquisa e mediante trabalhos já existentes, observou-se a possibilidade de estabelecer a relação entre episódios hipoglicêmicos e sinais biológicos afetados pela manifestação do sistema simpático (sudorese, taquicardia, apreensão, tremor). Assim, propôs-se o desenvolvimento de um equipamento capaz de prever hipoglicemias noturnas por meio de um sensor de batimento cardíaco, juntamente com um sensor de temperatura e umidade corpórea, para alertar o usuário prestes a ter um episódio hipoglicêmico. Esse aparelho teria seu diferencial pela forma não intrusiva de coleta de informação, por meio dos sensores e com menor custo comparado ao Continuous Glucose Monitoring (CGM), atualmente disponível no mercado. Durante a realização do projeto, a Covid-19 desencadeou a pandemia mundial, levou à identificação do grupo de risco – do qual os diabéticos fazem parte – e ao isolamento social previsto por decreto e provocou grandes limitações às atividades. Foi realizada a revisão bibliográfica sobre o funcionamento dos tipos de sensores utilizados no projeto e sobre diabetes, hipoglicemia e seus efeitos relacionados a batimento cardíaco, temperatura e umidade do corpo. Criou-se o *software* e a modelagem do dispositivo para prever episódios hipoglicêmicos, porém não foi possível sua prototipação física pela falta de recursos e pela impossibilidade de testes funcionais, para a aferição em pacientes.

Palavras-Chave: Diabetes. Hipoglicemia. Microcontrolador PIC.

EDIFICAÇÕES COM CONSUMO DE ENERGIA PRÓXIMO A ZERO (NZEB): MODELAGEM DE DESEMPENHO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ANÁLISE DO IMPACTO NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO DISTRITO FEDERAL

Perla Borges Rocha – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
perla.borgesr@sempreceub.com
Rogério Diogne de Souza e Silva – UniCEUB, professor orientador
rogerio.diogne@ceub.edu.br

O setor de distribuição de energia elétrica encontra-se em plena evolução, apresenta avanços tecnológicos e regulatórios, atende a necessidade de redução de emissões prejudiciais ao meio ambiente e contribui para alterações dos modelos de mercado observados atualmente. Com a disseminação da geração distribuída, o consumidor agrega a função de fornecedor do excedente de energia para a rede pelos dispositivos de automação e controle, permitindo que edificações integrem o sistema de distribuição de forma ativa. Nesse contexto, situa-se o presente projeto de pesquisa, em que se utiliza como laboratório vivo uma edificação em um *campus* universitário, para estudar o comportamento do edifício em termos de sustentabilidade e analisar a sua readequação para alcançar um desempenho energético próximo à neutralidade de energia ou à posição de Net Zero Energy Building (NZEB). O sistema estudado localiza-se no Distrito Federal e consiste em um edifício de três pavimentos, com laboratórios de informática, além de conter, em seu telhado, uma usina solar fotovoltaica com 152 painéis, totalizando 40 kWp. A metodologia deste estudo é a caracterização do uso final de energia, a medição e a análise de grandezas elétricas obtidas por campanhas de medição, em diversos dias da semana. Para isso, identificaram-se e examinaram-se os principais usos finais de energia com destaque para a climatização (65%) e as cargas de informática (22%). O levantamento das curvas de demanda de energia elétrica permitiu a descrição da rotina de consumo da edificação, e, com essas variáveis, ações de eficiência energética foram propostas. A modelagem das características de tensão elétrica em regime permanente e distorção harmônica e a análise dos prováveis impactos no sistema de distribuição de energia elétrica foram realizadas. Observou-se variação no comportamento da tensão, chegando a atingir reduções em regime permanente de 7,83%, ou seja, abaixo do recomendado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Em relação à distorção harmônica de tensão, indicaram-se as frequências significativas, como as de 5ª, 11ª, 7ª e 3ª ordens respectivamente, com variações de significância ao longo do dia e tipos de cargas utilizadas no período. Em relação à distorção harmônica total, evidenciaram-se valores que ultrapassam os limites da norma IEEE 519/2014 e atingem até 9,3 % de THD_V. A partir dos resultados, as influências da carga elétrica da edificação e dos inversores de tensão da usina fotovoltaica foram analisadas e resultaram em inferências para contribuir com a caracterização e as possíveis soluções do problema.

Palavras-Chave: Eficiência energética. Qualidade da energia. Distorção harmônica.

EFEITOS DA INTERAÇÃO SOLO COM ESTRUTURAS DE ALVENARIA

Guilherme Neves de Carvalho – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
guilherme.carvalho@sempreceub.com
Caroline Borges Farias – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
carolinebsb@sempreceub.com
Marco Aurélio Souza Bessa – UniCEUB, professor orientador
marco.bessa@ceub.edu.br

A alvenaria estrutural é um sistema construtivo que está em crescimento atualmente, por ser racionalizado e aliar qualidade, rapidez e economia. Dessa forma, os estudos voltados a essa área auxiliam o desenvolvimento da técnica. Entretanto, as análises, em sua maioria, consideram as estruturas com apoios indeslocáveis, o que não é tão real, pois não observam o efeito do solo maciço. Portanto, é importante efetuar a análise com o conceito da interação do solo, que permite melhor relação entre a estrutura e o solo. Este trabalho analisa os efeitos de diversas combinações atuantes em um edifício, com fundação em *radier* flexível estaqueado, considerando o apoio rígido e o elástico. O estudo foi executado em variados modelos, com número crescente de 4 a 12 pavimentos, a fim de verificar a evolução das tensões nas paredes e dos momentos no *radier* e na laje do 4° pavimento. Projetou-se, primeiramente, o pavimento do tipo da edificação com o *software* AutoCAD®; em seguida, importou-se para o SAP2000®, no qual se finalizou a modelagem. Os resultados foram gerados e apresentados na forma de tabelas, gráficos e imagens, a fim de melhor caracterizar o estudo e facilitar a vizualização dos dados e dos objetivos. Demonstrou-se que não houve mudança significativa entre os valores apresentados para os diferentes tipos de vínculos (rígido e elástico), e as ações do vento não influíram nas tensões de forma significativa. Além disso, perceberam-se mudanças abruptas nas tensões à medida que o número de pavimentos e a quantidade de estacas aumentavam. Em adição, a estrutura concebida contém alta rigidez, o que evita grandes influências do vento independentemente do tipo de apoio. Diante disso, pode-se concluir que o aumento da rigidez do *radier* está diretamente ligado ao número de estacas e o seu posicionamento, o que influi nos resultados.

Palavras-Chave: Alvenaria estrutural. Interação do solo. Apoio rígido. Apoio elástico.

ATITUDES FRENTE AO COMPORTAMENTO SUICIDA ENTRE OS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Elisa Marina Silva Araújo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
elisa.araujo@sempreceub.com
Tatiana Bernardes Moreira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
tatiana.bernardes@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque – UniCEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

Mais de 800.000 pessoas morrem por suicídio, todos os anos, de acordo com relatório da Organização Mundial de Saúde. Apesar de o suicídio merecer atenção especial pelos profissionais de saúde, a literatura demonstra que as atitudes negativas desses agentes, como preconceito, estigma e discriminação, acarretam dificuldade em lidar com a pessoa que cometeu suicídio e, consequentemente, diminuição na qualidade da assistência prestada. Diante do exposto, a presente pesquisa tem o objetivo de verificar as atitudes relacionadas ao comportamento suicida entre acadêmicos de Enfermagem de uma instituição particular de ensino do Distrito Federal. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo em foram aplicados um questionário com variáveis sociodemográficas e acadêmicas e outro com questões atitudinais diante do suicídio, denominado Questionário de Atitudes Frente ao Comportamento Suicida – QUACS. Os dados foram coletados entre os meses de outubro e novembro de 2019 e tabulados por meio do *software* SPSS 25 para Windows. Houve a participação de 253 estudantes de enfermagem; de maneira geral, revelou-se que os estudantes não apresentaram atitude negativa com a pessoa suicida. As principais atitudes que propiciaram certa dificuldade aos estudantes foram perguntar sobre o comportamento suicida e isso induzir a pessoa a realizar o ato; sentir impotência diante de uma pessoa que pensa em matar-se; faltar preparo profissional para lidar com pacientes que passaram por sofrimento psíquico na tentativa do autoextermínio; ter atitude conservadora e religiosa em relação ao suicídio; crer que o suicídio não está ligado a transtorno mental; associar a coragem à pessoa que pensa no suicídio; ter necessidade de conversar; indicar um psiquiatra para ajudar a pessoa com comportamento suicida. Os resultados verificados são preditivos importantes para a criação de estratégias pedagógicas durante o processo formativo dos estudantes. Instituições de ensino, coordenadores de curso e professores devem traçar estratégias de dessensibilização em relação às atitudes que possam atrapalhar o cuidado da pessoa com sofrimento psíquico pelo comportamento suicida. Assim, compreender as atitudes dos estudantes da área da saúde, em especial os acadêmicos de Enfermagem, no período de formação, pode promover modificação em relação ao entendimento do comportamento suicida e assistência de enfermagem livre de preconceitos, fortalecer discussões ampliadas sobre a temática, de forma aberta e sem tabus e oferecer cuidado integral e humanizado. Espera-se que outros estudos possam ser realizados para fomentar a discussão sobre o suicídio e as estratégias de cuidado para as pessoas que passam por tal sofrimento.

Palavras-Chave: Atitude. Suicídio. Estudantes de Enfermagem. Universidade.

EPIDEMIOLOGIA DAS DESIGUALDADES EM SAÚDE DO NEGRO NO DISTRITO FEDERAL

Paulo Henrique da Silva Frazão – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
paulo.frazao@sempreceub.com
Rafaella Albuquerque e Silva – UniCEUB, professora orientadora
rafaella.silva@ceub.edu.br

A nação brasileira teve seu desenvolvimento marcado pelo mercantilismo escravista, o qual imprime marcas importantes na educação, na economia e na saúde e afeta, de forma particular, a população negra. Esta pesquisa tem como objetivo entender a situação social, com enfoque na saúde, da população negra no Distrito Federal. Foi realizado estudo descritivo ecológico no qual foram levantados indicadores populacionais de negros e não negros nas principais fontes de dados disponíveis entre 2008 e 2018. Foram encontradas maiores taxas de analfabetismo, gravidez precoce, mortalidade por causas externas, proporção de vítimas de estupro, incidência e mortalidade por HIV em pessoas negras do que brancas. Tais dados sugerem maior vulnerabilidade social com enfoque na saúde de pessoas negras em relação às brancas e fomentam a necessidade de políticas públicas voltadas para eliminar tais desigualdades.

Palavras-Chave: Epidemiologia. Desigualdades. População negra.

ESTUDO DA INCIDÊNCIA E DA RESPOSTA TERAPÊUTICA DA TUBERCULOSE CUTÂNEA EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

Rafaela de Andrade Silva Miranda – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
rafaadeandrade@sempreceub.com
Rebeka Moreira Leite Neres – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
rebeka.neres@sempreceub.com
Carmen Déa Moreira de Paula – UniCEUB, professora orientadora
carmen.paula@ceub.edu.br

A OMS estima que a tuberculose (TB) afete cerca de 20% a 40% da população mundial. Entre as formas extrapulmonares, pode haver acometimento cutâneo, responsável por somente 1-4,4% de todas as formas de TB. A tuberculose cutânea (TBC) é uma patologia rara e não bem definida que ocorre por infecção pelo *M. tuberculosis* ou *M. bovis*. As formas cutâneas de TB são classificadas de acordo com os padrões clínicos morfológicos, a via de aquisição (inoculação exógena, disseminação hematogênica ou extensão regional) e as circunstâncias do estado imune do hospedeiro. O diagnóstico definitivo de TBC exigirá biópsia para fins histopatológicos, coloração de BAAR e cultura. A terapia preconiza o uso de rifampicina, isoniazida, pirozinamida e etambutol por 2 meses, seguido por tratamento de manutenção por 4 meses, com rifampicina e isoniazida. O estudo proposto tem como objetivo identificar a prevalência de tuberculose cutânea nos últimos 10 anos, no Hospital Universitário de Brasília (HUB) e as principais formas de apresentação clínica das lesões de pele, os esquemas terapêuticos mais utilizados nos casos registrados, o tempo de tratamento e resposta terapêutica. Trata-se de um estudo retrospectivo e transversal mediante análise quantitativa e qualitativa de dados coletados nos prontuários de pacientes atendidos e acompanhados no ambulatório de dermatologia HUB, no período de 2009 a 2019. A pesquisa revela apenas 12 pacientes com o diagnóstico de tuberculose cutânea. Há predomínio do sexo masculino, o que diverge da maioria dos estudos. Pessoas entre 41 e 60 anos foram responsáveis pela metade dos casos encontrados. O percentual de pessoas imunossuprimidas por terapia medicamentosa foi de 16,7%, que apresentaram a média de tempo da evolução clínica mais prolongada que os demais. Metade das lesões ocorreu nos membros inferiores. A maioria dos pacientes submeteu-se ao PPD (91,7%); desses, 81,8% mostraram-se como reator forte. Todos os pacientes pesquisados apresentaram histopatologia sugestiva para tuberculose cutânea. Houve mudança de diagnóstico em 16,7% após nove ou dez meses de tratamento para a TBC. Apenas sete pacientes completaram o tratamento para TBC no HUB; desses, 71,4% obtiveram cura. As lesões mais comumente observadas foram placas, abscessos e nódulos. São importantes para o diagnóstico o PPD e a histopatologia; a cultura de pele é pouco eficaz. Apesar de ter sido realizado o tratamento preconizado pelo Ministério da Saúde, a maioria dos casos necessita de período de tempo mais prolongado que os seis meses inicialmente recomendados. Assim, percebe-se a necessidade de estabelecer critérios clínicos para identificar formas de TBC resistentes e definir o momento adequado da mudança terapêutica. Este é o primeiro estudo realizado sobre o assunto no Distrito Federal.

Palavras-Chave: Tuberculose cutânea. Resposta terapêutica. *Mycobacterium tuberculosis*.

ESTUDO DA PREVALÊNCIA DA SÍNDROME DE *BURNOUT* EM ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM

Gabriele Batista Ferreira Pacheco – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabriele.ferreira@sempreceub.com
Amanda Fukuyoshi Barbosa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amanda.fukuyoshi@sempreceub.com
Roberto Nascimento de Albuquerque – UniCEUB, professor orientador
roberto.albuquerque@ceub.edu.br

A síndrome de *burnout* é caracterizada por um processo que resulta em exaustão física, mental e emocional em decorrência de um período prolongado de exposição a elevados níveis de estresse referente a situações de trabalho. Contudo, essa síndrome não se limita apenas a profissionais formados. O cansaço incessante que o estudante universitário vivencia pode reduzir a capacidade de concentração, acarretar a redução no rendimento dos estudos e interferir na aprendizagem. Isso o torna esgotado, faz sentir-se pouco eficaz, o que pode comprometer o seu rendimento e eficiência acadêmica. Diante do exposto, a presente pesquisa tem o objetivo de determinar a prevalência da síndrome de *burnout* em estudantes de graduação em Enfermagem de uma instituição privada de ensino superior do Distrito Federal. Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo no qual foram aplicados um questionário com variáveis sociodemográficas e educacionais e o Inventário de *Burnout* de Maslach para Estudantes, versão adaptada transculturalmente Portugal-Brasil. Os dados foram tabulados por meio do *software* SPSS 25 para Windows. A coleta ocorreu entre 15 e 30 de outubro de 2019, e houve a participação de 356 estudantes de Enfermagem. Os resultados obtidos revelaram que tais acadêmicos não apresentaram síndrome de *burnout*, porém exibiram pontuação sugestiva para *burnout* em duas das três dimensões avaliadas: descrença e eficácia acadêmica. Além disso, a pesquisa apontou que os estudantes do terceiro ano estavam mais suscetíveis à síndrome de *burnout* em comparação com os alunos de outros anos. Coordenadores e professores podem traçar estratégias de espaços de autocuidado, para diminuir a suscetibilidade à síndrome de *burnout* entre os universitários, além de ter especial atenção com os estudantes do terceiro ano. Sugerem-se as seguintes atividades: proporcionar o encontro de professores de disciplinas do ciclo básico e profissional; propiciar momentos de acolhimento extraclasse dos estudantes; auxiliá-los em caso de estresse, desmotivação, exaustão física e emocional. A pesquisa aponta que outros cursos superiores também verifiquem a suscetibilidade à síndrome de *burnout* entre estudantes que se encontram na metade do curso ou no momento de transição entre as disciplinas básicas e específicas. Assim, espera-se que novos estudos sejam realizados em outros contextos para o aprofundamento do tema e maior discussão sobre a síndrome de *burnout* em ambiente universitário.

Palavras-Chave: Esgotamento profissional. Estudantes de Enfermagem. Universidade.

ESTUDO DA VIABILIDADE DE UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO (RCD) PARA PRODUÇÃO E ARGAMASSA E CONCRETO NÃO ESTRUTURAL NO DISTRITO FEDERAL

Ricardo Briam Araújo Nogueira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
ricardo.briam@sempreceub.com
Douglas de Souza Barbosa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
douglas.souza@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim – UniCEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

A busca por alternativas que visam à redução dos impactos ambientais causados pelo descarte inadequado dos resíduos de construção e demolição ganha maior destaque em empresas e instituições acadêmicas ligadas à construção civil. Uma das alternativas estudadas trata do uso do agregado reciclado na produção de argamassa e concreto. A fim de avaliar a utilização de resíduos de construção e demolição como agregado reciclado, a pesquisa analisa o comportamento físico e mecânico do concreto não estrutural e da argamassa produzidos com agregados reciclados. Para a argamassa, foram desenvolvidos 2 traços: o de referência (sem substituição) e o com 100% de substituição do agregado miúdo por agregado reciclado. Para o concreto não estrutural, foram desenvolvidos 3 traços: o de referência (sem substituição); o com 100% de substituição do agregado miúdo por material reciclado; o com substituição de 100% de agregado miúdo e agregado graúdo por material reciclado. Foram moldados 12 corpos de provas cilíndricos com 100 mm de diâmetro e 200 mm de altura, para todos os traços de concreto e 9 corpos de prova prismáticos para cada um dos traços de argamassa. A partir da revisão da literatura e dos ensaios laboratoriais, foram realizados, de acordo com todas as normas vigentes, os ensaios de caracterização dos materiais: do concreto – desempenho mecânico (resistências à compressão, à tração por compressão diametral); desempenho físico (consistência de abatimento do tronco cônico, *slumptest* e absorção de água por imersão, índice de vazios e massa específica) – e da argamassa – desempenho mecânico (resistências à compressão e à tração na flexão); desempenho físico (índice de consistência, densidade de massa e teor de ar incorporado). Diante dos dados, o concreto confeccionado com substituição total dos agregados naturais por agregados reciclados apresentou resultados satisfatórios, destacando-se para a resistência a compressão 27% maior que a obtida pelo concreto de referência. Entre as argamassas, a confeccionada com agregado miúdo reciclado obteve uma resistência à compressão em 28 dias, 20,3 % maior em comparação à argamassa confeccionada com agregado miúdo natural.

Palavras-Chave: Argamassa. Concreto não estrutural. Material agregado reciclado.

ESTUDO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MORTALIDADE POR PARKINSON SECUNDÁRIO NO BRASIL

Jefferson Oliveira Bizerra – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
jefferson.bizerra@sempreceub.com
Maria Raquel de Carvalho Porto – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
maria.raquel@sempreceub.com
Ester Mascarenhas Oliveira – UniCEUB, professora orientadora
ester.oliveira@ceub.edu.br
Juliana Guimarães Doria – UniCEUB, colaboradora
juliana.doria@ceub.edu.br

O Parkinson secundário (PS) é uma doença neurodegenerativa que pode acometer indivíduos de qualquer idade. Tem origem na degradação da substância negra, ocasionada pelo uso de medicamentos, comprometendo a via dopaminérgica na qual se desencadeia a bradicinesia, a atividade excessiva da musculatura postural e a rigidez. Para o tratamento, o medicamento de primeira escolha a ser ofertado ao paciente é a levodopa, por apresentar maior eficácia, melhor prognóstico e consequente potencial de restabelecimento da qualidade de vida ligada ao estágio da doença que leva à incapacidade funcional e à perda da autonomia em atividades diárias e do autocuidado. Desse modo, faz-se imprescindível a atuação da enfermagem, para auxiliar o paciente nas adaptações às atividades motoras e na limitação que a doença impõe, além de promover a saúde e buscar a independência do indivíduo na execução de atividades físicas, cognitivas e comportamentais. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, retrospectivo, de série temporal, cujo objetivo é traçar o perfil epidemiológico da mortalidade por PS no Brasil, entre 1997 e 2017. Os dados foram obtidos pelo Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil e pelos sistemas de informação em saúde, tomando como elementos as variáveis de sexo, idade no óbito, unidade federativa, região e ano da mortalidade por PS. Todos os dados foram analisados mediante o *software* RStudio versão 1.3.1093. Posteriormente, os gráficos e a tabela foram elaborados pelo programa Microsoft Excel. Foram levantadas publicações junto às bases de dados eletrônicas Biblioteca Virtual em Saúde, Medical Literature Analysis and Retrieval System Online e Scientific Electronic Library Online, a partir do recorte temporal de 2003 a 2020, em português, inglês e espanhol, dispostas na íntegra. Foram obtidos 28 artigos, 2 dissertações de mestrado e 3 livros. No que se refere ao PS, as informações revelaram que morrem mais homens acima dos 70 anos, residentes na região Sudeste, mais precisamente no estado de São Paulo. Este estudo revelou que a incidência do PS aumentou nove vezes mais entre 1997 e 2017. Esse achado pode ter relação com maior acesso a remédios genéricos sem a prescrição médica. Desse modo, pode-se considerar que a automedicação, a falta de orientação em saúde, o maior poder aquisitivo, a vida em centros urbanos e a não procura por atendimento em saúde são supostos fatores de risco que podem estar associados ao aumento da incidência de óbitos por PS.

Palavras-Chave: Parkinson secundário. Epidemiologia. Mortalidade. Enfermagem.

ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DA REGIÃO DO INÍCIO DA ASA NORTE

Ana Clara Matos de Carvalho – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
anaclaramc@sempreceub.com
Giulia Milena Garcia da Silveira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
giulia.ms@sempreceub.com
Marcos Rafael Guassi – UniCEUB, professor orientador
marcos.guassi@ceub.edu.br

A necessidade de revisão e estudo do sistema de drenagem de águas pluviais na região do início da Asa Norte diz respeito ao crescimento populacional acima do planejado, aos impactos ambientais, como lixos e assoreamentos que obstruem os bueiros e prejudicam o escoamento junto aos condutos, e à influência das impermeabilizações de solo feitas pela construção civil, com consequente redução de áreas verdes. Para compreender a influência desses fatores, a pesquisa quantitativa direcionou-se à análise das redes de drenagem, conforme mostrado nos projetos, e à delimitação da bacia, de modo a examinar a eficiência da rede de drenagem sob as condições atuais. Foram utilizados dados de chuvas registradas pelo Instituto Nacional de Meteorologia – INMET com aplicação na curva IDF. No âmbito da análise qualitativa, verificaram-se as condições da região nos contextos de crescimento populacional e interferência das construções civis no escoamento superficial. Constatou-se que, provavelmente, algumas redes apresentam subdimensionamento com relação à demanda atual, que há indícios de falta de manutenção corretiva da rede de drenagem e que existe interferência da permeabilidade do solo nos alagamentos e seus reflexos de inundação de calçadas e nas velocidades exageradas de escoamento, o que pode acarretar a erosão de pavimento.

Palavras-Chave: Drenagem. Escoamento. Águas pluviais.

EXPRESSÃO DA GLICOPROTEÍNA DO VÍRUS CHIKUNGUNYA EM CÉLULAS DE INSETOS VISANDO AO DESENVOLVIMENTO DE INSUMO PARA DIAGNÓSTICO E/OU VACINA

Mariana Batista Caixeta Ferreira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
mariana.bf@sempreceub.com
Anabele Azevedo Lima – UniCEUB, professora orientadora
anabele.lima@ceub.edu.br
Dyéferson Kened da Silva Coelho Guimarães – UniCEUB, colaborador
dyeferson.guimaraes@sempreceub.com
Bergmann Morais Ribeiro – UnB, colaborador
bergmann@unb.br
Leonardo Assis da Silva – UnB, colaborador
leocbq@yahoo.com.br

A febre *chikungunya* é uma doença causada pelo vírus *Chikungunya* (CHIKV), um arbovírus pertencente ao gênero Alphavírus, da família *Togaviridae*, disseminado por várias regiões do globo, inclusive, bem recorrente no Brasil. Segundo o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2020), foram relatados cerca de 132.205 casos possíveis e 92 óbitos de *chikungunya* até janeiro de 2020, no Brasil. Esse vírus é transmitido por vetores artrópodes *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. Dados epidemiológicos descrevem que a incidência dessa doença cresce no Brasil, juntamente a outras arboviroses. As consequências da febre *chikungunya* podem perdurar por mais de dois anos, na pessoa infectada, causando doença crônica da poliartralgia. O CHIKV é um alfavírus envelopado, com RNA de fita simples, de senso positivo, tem entre 60 e 70 nm de diâmetro, apresenta proteínas estruturais e não estruturais, em que E2 e NSP3 promovem a interação e a replicação, logo são proteínas importantes para a atuação do sistema imune. O baculovírus infecta células de inseto e proporciona níveis consideráveis de expressão de proteína heterólogas, por isso é muito usado como biotecnologia. Dessa forma, este projeto teve como objetivo expressar proteínas do vírus CHIKV fusionadas à proteína poliedrina do baculovírus AcMNPV, com intuito de obter antígenos específicos para análises futuras quanto à ativação da resposta imune. Para isso, foram criados oligonucleotídeos com esses epítopos virais fusionados à poliedrina do baculovírus AcMNPV, a fim de produzir e obter glicoproteínas recombinantes. A estratégia R1, ou seja, repetições das regiões antigênicas (E2-E2-NSP3), foi expressa e purificada para futuras análises imunológicas. Ainda não foi possível clonar a estratégia R2. As estratégias estabelecidas podem ser um aporte para futuros estudos sobre vacina, já que não há um tratamento específico para a febre *chikungunya*, além da produção de um *kit* de diagnóstico rápido.

Palavras-Chave: Chikungunya. Baculovírus recombinante. Expressão de proteínas heterólogas.

FANTASIA, PULSÃO E POESIA: PARA UMA CRÍTICA AO PRIMADO DA VISÃO NA PSICANÁLISE FREUDIANA

Hugo Ramos Xavier Régis – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
hugo.regis@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagôas – UniCEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

O objetivo geral desta pesquisa é investigar o estatuto dos conceitos de fantasia e de pulsão na teoria e na clínica psicanalíticas, analisar suas bases epistemológicas à luz da crítica promovida por Johann Gottfried Herder ao "primado da visão" no pensamento ocidental e extrair consequências teóricas e clínicas da tentativa, empreendida pela filosofia estética desse autor, de restauração da experiência tátil como dimensão fundante da sensibilidade humana e estruturante dos processos de subjetivação e de constituição subjetiva. O desenvolvimento deste estudo – de natureza qualitativa, documental e bibliográfica – orientou-se pela estratégia metodológica do "trabalho do conceito", que se caracteriza pela tentativa de compreender um conceito, analisando os efeitos de sua relação com a rede conceitual na qual está inserido, estendendo e forçando seus limites de aplicação e testando sua resistência à variação das condições de aplicabilidade e capacidade de responder aos problemas propostos. Ao final da pesquisa, foi possível observar a dimensão sádico-masoquista que a pulsão adquire quando sua fonte é a pele e, assim, delinear o que seria a pulsão de tocar. De outra parte, por meio da revisão bibliográfica das obras de Herder, examinou-se sua concepção de poeta, o que se revelou um caminho fecundo, no sentido de interrogar o primado da visão presente na descrição freudiana do fenômeno da transferência, como a atualização de imagos parentais na pessoa do analista. Herder leva em conta não só o aspecto visual do fantasiar poético (a imagem, o pintor e a pintura), como também seu aspecto tátil (o corpo, o escultor e a escultura). Assim, foi possível redimensionar os aspectos estéticos da prática psicanalítica, pensando a transferência também a partir do seu aspecto tátil, da arte escultórica. Evidenciou-se, assim, o potencial criativo da dinâmica transferencial, na qual o analisando é levado a deslocar-se, a fazer circular o desejo pela associação livre, a dar voltas em torno de suas fantasias fundamentais, como se estivesse diante de uma escultura.

Palavras-Chave: Freud. Herder. Tato.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS COM O REGANHO DE PESO EM PACIENTES APÓS A CIRURGIA BARIÁTRICA REALIZADA NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

Rodrigo Chaves Teixeira – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
rchavest@sempreceub.com
Giulia Santos Pignata – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
giulia.pignata@sempreceub.com
Márcio Garrison Dytz – UniCEUB, professor orientador
marcio.dytz@ceub.edu.br

A obesidade é uma condição inflamatória crônica, tem caráter epidêmico e impacto negativo na qualidade de vida do indivíduo e em âmbito de saúde pública. Está relacionada a distúrbios, como diabetes melito do tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, doenças cardíacas e síndrome da apneia obstrutiva do sono. Evidências atuais apontam a cirurgia bariátrica como o tratamento da obesidade grave mais eficiente se comparado a atividade física, modificações no estilo de vida e medicação. Nota-se que de 10% a 30% dos pacientes submetidos ao tratamento da cirurgia bariátrica obtêm perda de peso abaixo da ideal, ou seja, abaixo dos 50%; ademais, pode haver o reganho do peso, o qual pode ser equivalente ao montante perdido no primeiro ano em até 35% dos casos. Baixos resultados de perda de peso a longo prazo após a cirurgia bariátrica são frequentemente atribuídos à pouca adesão a recomendações comportamentais no pós-operatório, particularmente as relacionadas à alimentação e à atividade física; além disso, são relevantes os fatores de ordem psicológica. Conhecer os itens relacionados ao reganho de peso após a cirurgia bariátrica é essencial para o manejo na prática clínica. Este estudo é do tipo observacional, transversal, seccional e analisa os pacientes obesos submetidos à cirurgia bariátrica no Hospital Regional da Asa Norte (HRAN-DF), no segundo semestre de 2019 e no primeiro semestre de 2020, quanto aos itens implicados no reganho ou na manutenção de peso, após o procedimento. De acordo com os dados, foi observada a predominância da cirurgia bariátrica no sexo feminino, em detrimento do sexo masculino, com o percentual, respectivamente, de 91,8% e 8,2%. A idade média para realização do procedimento foi de 49,02 anos. Na amostra de 49 pacientes, houve o total de 9 com perda de peso inferior a 50% e de 9 com reganho maior do que 20%; o percentual de perda de peso foi superior a 50%. Quanto às comorbidades, observou-se a remissão total em 57,57% dos pacientes acometidos por hipertensão; de 61,9% nos pacientes diabéticos; de 80,7% no caso de apneia. A remissão foi parcial em 21,21% dos pacientes com hipertensão e em 4,7% dos pacientes com diabetes. Com relação aos hábitos de vida, 93,9% dos pacientes negaram tabagismo, e 63,26%, etilismo; 34,69% dos pacientes realizam atividade física adequada, segundo a OMS, de 150 min por semana de atividade moderada ou 75min por semana de atividade intensa. Percebeu-se baixa adesão relacionada ao automanejo após a cirurgia bariátrica, apenas 10,2% dos pacientes. A compulsão alimentar está presente, de forma leve, em 22,44% dos pacientes e, de forma grave, em 12,24%. Os índices mais relevantes foram os relacionados a comportamento depressivo: 24,48% dos entrevistados apresentaram índices relativos a quadro leve; 14,28%, a quadro moderado; 12,24%, a moderadamente severo; 22,44%, a quadro severo de depressão.

Palavras-Chave: Cirurgia bariátrica. Reganho de peso. Remissão de comorbidades.

FATORES ECOLÓGICOS QUE INFLUENCIAM A AGREGAÇÃO DE TERRITÓRIOS EM TIZIUS (*Volatinia jacarina*) E SUA RELAÇÃO COM O RISCO DE ATROPELAMENTO

Gabriel Carvalho Costa – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
gabriel.costa@sempreceub.com
Raphael Igor Dias – UniCEUB, professor orientador
raphael.dias@ceub.edu.br

A heterogeneidade ambiental influencia a seleção de habitat. Por meio de critérios de escolha, os animais selecionam locais adequados para aprimorar sua aptidão. Isso envolve processo comportamental complexo que considera fatores ecológicos de diferentes escalas. Estudos destacam a influência dos recursos alimentares na seleção de territórios, e a descontinuidade desses recursos pode favorecer um padrão de distribuição territorial agregada que condensa territórios individuais aos já demarcados por outros indivíduos. Esse fenômeno ocorre em diversos grupos taxonômicos, como em aracnídeos (*Trichonephila clavipes*), mamíferos (*Dama dama*) e aves (*Empidonax traillii*). No caso do tiziu (*Volatinia jacarina),* as agregações territoriais são de maneira recorrente, às margens de rodovias, pela predominância de gramíneas. Neste trabalho, investiga-se como a vegetação e a distribuição descontínua de recursos podem explicar o arranjo de territórios de tizius ao longo das margens da rodovia BR-020, no entorno da Estação Ecológica de Águas Emendadas (ESECAE). Adicionalmente, analisa-se a influência desse arranjo no atropelamento da espécie. Durante o estudo, foram realizados monitoramentos a pé, ao longo da rodovia, em busca de indícios de atropelamentos. Para cada carcaça identificada, foram registradas a data, as coordenadas do ponto e a identificação do material no menor nível taxonômico possível. Foram indicados os pontos onde machos defendiam o território ao longo da rodovia, e ninhos foram localizados por busca ativa. Posteriormente, foram amostrados 200 quadrantes com a distância de 50 metros entre si, ao longo dos 10 km da rodovia. Neles, foram registradas as seguintes informações sobre a vegetação: número de espécies, cobertura de gramíneas (%), produção de gramíneas com sementes (%), solo exposto (%), altura média da vegetação (m) e número de arbustos, lenhosas e herbáceas. Foi utilizada a análise de componentes principais para reduzir o número de variáveis relacionadas à estrutura da vegetação, e os escores foram usados nas análises posteriores. Observou-se que a presença de tizius foi explicada pela ocorrência de gramíneas e pelo percentual de gramíneas com sementes. No entanto, nenhum fator explicou a probabilidade de atropelamento na espécie. Os resultados sugerem que os tizius são atraídos para áreas com elevada disponibilidade de recursos alimentares, indicando que esses recursos podem ser determinantes para a agregação de territórios na espécie. Apesar disso, essas áreas não estão associadas ao maior risco de atropelamento.

Palavras-Chave: Colisão do animal com o veículo. Distribuição espacial. Ecologia de estradas. Forrageamento. Seleção de habitat.

GAMIFICAÇÃO COMO FERRAMENTA DE ENSINO NA DISCIPLINA DE ESTATÍSTICA NO CURSO DE PSICOLOGIA

Lucas Nobre Bonifácio Ferreira – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
lucas.nobre@sempreceub.com
Daniel Barbieri Freitas – UniCEUB, professor orientador
daniel.freitas@ceub.edu.br

Estudos recentes apontam a *gamificação* como poderosa ferramenta para melhorar o aprendizado dos alunos. A disciplina de estatística apresenta grande índice de desistência no curso de psicologia, ligada a fatores, como a dificuldade e a resistência dos alunos quanto ao conteúdo, no entanto o conhecimento estatístico é essencial para a graduação de psicólogo. Além disso, aliada à necessidade de engajar os alunos, a *gamificação* propicia novas tecnologias próximas à realidade que podem impactar, positivamente, a interação com a disciplina. A presente pesquisa tem como objetivo verificar se a *gamificação* como ferramenta de ensino pode influenciar o desempenho dos alunos de Psicologia. Além disso, examina-se se a *gamificação* auxilia a motivação e o engajamento dos estudantes. Para implementar a *gamificação*, o meio escolhido foi um ambiente virtual de aprendizado (AVA). A avaliação pelo AVA catalogou e registrou o desempenho de cada participante com elementos de *gamificação* (medalhas e *ranking*). O resultado dos participantes foi avaliado de 0 a 10 ao longo dos *quizzes* (questionários) agrupados em 5 blocos referentes ao conteúdo abordado. Como resultado, verificou-se que o engajamento foi extremamente baixo, o que resultou em uma amostra pequena. Os alunos foram separados aleatoriamente, o que levou a um desequilíbrio entre as condições experimentais. O desinteresse aliado ao desequilíbrio de condições resultou em poucos dados inconclusivos, e o cumprimento dos objetivos da pesquisa foi afetado. Sem diferenças significativas entre os grupos, não foi possível afirmar se a *gamificação* exerceu efeito na aprendizagem. As correlações positivas e significativas, entre as atividades disponíveis, indicaram que o aprendizado em AVA pode ter seus benefícios. Entende-se que o baixo engajamento está relacionado a fatores externos à pesquisa, como a pandemia, o ensino EaD, a ferramenta utilizada e a motivação. A pandemia aliada ao EaD levou os alunos à falta de engajamento pela dificuldade em operacionalizar a ferramenta de *gamificação*.

Palavras-Chave: Gamificação. Estatística. Ensino. Ambiente Virtual de Aprendizagem.

GERAÇÃO DE MÚSICA POLIFÔNICA COM REDES NEURAIS ARTIFICIAIS

Pedro Henrique Rodrigues Mendes – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
pedro.mendes@sempreceub.com
William Roberto Malvezzi – UniCEUB, professor orientador
william.malvezzi@ceub.edu.br

A música é um elemento importante na vida em sociedade, com alcance e relevância em âmbitos social, cultural e econômico e está presente desde a Pré-História. Atualmente, em uma relação quase simbiótica com a tecnologia, é possível consumir qualquer estilo ou artista de música em qualquer lugar, com suporte de *streaming* e *smartphones*. A produção de materiais audiovisuais envolve uma indústria bilionária, e o mercado competitivo da música impulsiona a evolução de processos e ferramentas. Com os recentes avanços no campo da inteligência artificial, os sistemas inteligentes dominam, com êxito, atividades consideradas complexas, entre eles, estão os de visão computacional (VC) e os de processamento de linguagem natural (PLN). Este estudo visa mesclar as novas técnicas de inteligência computacional, como as redes neurais artificiais e o aprendizado profundo, com o campo da música, a fim de inferir novas músicas do gênero brasileiro bossa nova mediante um modelo preditivo. Para possibilitar essa síntese, será resgatado e aplicado o conhecimento de estudos pregressos na geração de músicas, para selecionar o ideal no gênero proposto, com base no método qualitativo e quantitativo e avaliar as métricas de treinamento dos modelos e a qualidade das amostras geradas em atributos referentes à música. É estimado que, ao fim do projeto, realize-se um enriquecimento cultural brasileiro, ao envolver a bossa nova como foco, além de criar precedentes para existência de ferramentas de geração de músicas, com o objetivo de auxiliar músicos, em âmbito de inspiração, em processos de composições autorais ou na criação ligeira de *samples* para materiais audiovisuais.

Palavras-Chave: Inteligência artificial. Redes neurais artificiais. Aprendizado profundo. Música. Bossa nova.

HABITAÇÃO POPULAR E ARQUITETURA: PROJETO QUINTA MONROY DE ALEJANDRO ARAVENA EM BRASÍLIA

Giovanna Salles Brancaglion – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
giovanna.salles@sempreceub.com
Júnia Marques Caldeira – UniCEUB, professora orientadora
junia.caldeira@ceub.edu.br
Leonardo Pinto de Oliveira – UnB, colaborador
arq.leooliveira@gmail.com

Esta pesquisa investiga as possibilidades de mitigar as questões referentes ao déficit habitacional junto ao tema da habitação social. O estudo relaciona, por meio comparativo, as soluções adotadas em dois modelos de fundamentação dos conceitos inerentes ao planejamento habitacional, participativo e deliberativo e às medidas de mitigação das demandas habitacionais sociais. Com esse propósito, verifica-se a possibilidade de implantar, em Brasília, o modelo de planejamento para a habitação social utilizado no Chile, por ocasião do Projeto Quinta Monroy, de Alejandro Aravena. Para tanto, são apresentados os antecedentes históricos relacionados às duas regiões e os fundamentos referentes aos modelos de planejamento habitacional. A verificação quanto à viabilidade do processo foi realizada mediante o método comparativo no qual, após descrever as condições e as realidades dos objetos de estudos, o Projeto Quinta Monroy e o Bairro Crixá, avaliou-se a possibilidade de implantação do modelo participativo em meio ao histórico brasileiro de soluções ao déficit habitacional. O Projeto Quinta Monroy foi o trabalho pelo qual o arquiteto Alejandro Aravena obteve qualificação superior nas questões de planejamento habitacional e colaborou para seu reconhecimento com o prêmio Pritzker. Além disso, possibilita a participação do usuário nas diversas etapas de concepção, elaboração, execução e permanência na moradia. Como termo comparativo ao modelo utilizado no Brasil e, especificamente, em Brasília, foi escolhido o Bairro Crixá, cujo projeto e planejamento habitacional, apesar de sua publicidade de modelo inovador, revelam os mesmos processos de tratamento da questão habitacional no Brasil que remontam aos tradicionais conjuntos habitacionais implantados ao longo do século XX. Por fim, a pesquisa traça o paralelo entre os dois modelos de planejamento para a habitação social e elenca os motivos que comprometem a implantação em Brasília de projeto semelhante ao da Quinta Monroy e as providências necessárias para fazê-lo valer. O processo comparativo das duas iniciativas resultou em observações pertinentes. Principalmente, nota-se certa disparidade, em se tratando da produção de habitação social, sobretudo na comparação entre o histórico social e a implantação dos complexos habitacionais, o da Quinta Monroy e o do Bairro Crixá, em que os dois países, Chile e Brasil, respectivamente, seguiram caminhos divergentes.

Palavras-Chave: Habitação social. Projeto Quinta Monroy. Planejamento.

HIV/AIDS NO BRASIL, NO CENTRO-OESTE E NO DISTRITO FEDERAL, EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS QUANTO A COMPORTAMENTOS, ATITUDES E PRÁTICAS, ENTRE 2008 E 2018

Gabriel Oliveira Costa Mesquita – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
gabriel.mesquita@sempreceub.com
João Borges Esteves Tovani – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
joao.tovani@sempreceub.com
Gérson Fernando Mendes Pereira – UniCEUB, professor orientador
gerson.pereira@ceub.edu.br

A síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) é um problema de saúde pública, em especial, para populações vulneráveis, como homens que fazem sexo com homens, mulheres profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis, travestis, transexuais e pessoas privadas de liberdade. Em 2019, foram identificados 1,7 milhão de novas infecções pelos vírus da imunodeficiência adquirida (HIV). Desde o início da epidemia, foram contabilizados 35,4 milhões de mortos, e, com o advento do tratamento, houve redução de 47% na incidência da doença. Existem metas internacionais que visam à melhoria de diagnóstico, tratamento e redução da carga viral circulante, além de metas definidas na redução da incidência do HIV/AIDS e da mortalidade da AIDS que ainda precisam ser alcançadas pelo Brasil. Logo, é evidente a necessidade de atenção a esse tema, uma vez que se trata de uma doença com alta morbimortalidade, mas com tratamento e maneiras de prevenção, sendo necessária a caracterização das populações vulneráveis, a fim de priorizar as políticas de saúde vigentes. A revisão da literatura e as análises de dados secundários estabeleceram um padrão de maior acometimento do HIV/AIDS na população, levando em conta idade, sexo, categoria de exposição, taxa de detecção, entre 2008 e 2018, no Brasil, no Centro-Oeste e no Distrito Federal. Observaram-se as populações que tiveram maior aumento no número de casos, e avaliou-se o impacto das políticas instituídas até o momento. Constatou-se o aumento global no número de casos de HIV, seguido de queda do número de casos de AIDS, o que pode apontar a melhora no processo de diagnóstico ou o aumento do acesso ao tratamento. Foi possível determinar a população mais cometida pelo HIV/AIDS, como homens, jovens, homossexuais. Porém, é importante relatar o aumento no número de casos na população heterossexual e de pessoas com idade mais avançada, ocasionado, talvez, pela negligência na exposição e pela falta de políticas voltadas a populações com mais idade. Outra população que precisa de atenção são os usuários de drogas injetáveis. Houve redução no número de óbitos por AIDS, ainda que os casos de HIV aumentassem. Esses achados evidenciam as populações vulneráveis e demonstram a necessidade de intervenção, visando ao aumento da prevenção, do diagnóstico e do tratamento, a fim de haver projetos mais eficientes no combate ao HIV/AIDS.

Palavras-Chave: AIDS. HIV. Vulneráveis. Brasil. Centro-Oeste.

IDENTIFICAÇÃO DE ANTICORPOS IgG ANTILEPTOSPIRA EM CÃES NAS ÁREAS DE TRANSMISSÃO DE CASOS HUMANOS NO DISTRITO FEDERAL

Isabella Queiroz Costa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
isabella.queiroz@sempreceub.com
Lucas Edel Donato – UniCEUB, professor orientador
lucas.donato@ceub.edu.br

A leptospirose é uma zoonose endêmica, transmitida principalmente por roedores, é capaz de causar quadros febris, agudos com comprometimento renal e hemorragias em humanos e cães e é encontrada principalmente em regiões subtropicais e tropicais, com aumento de casos no período de maiores índices de chuva. Portanto, é de extrema importância o conhecimento da circulação dos anticorpos antileptospira em cães e a realização de testes rápidos, levando em consideração a possibilidade de esses animais serem responsáveis pela manutenção da circulação da bactéria. Este trabalho é um estudo retrospectivo das amostras de soro de cães coletadas pela Diretoria de Vigilância Ambiental do Distrito Federal em 2019, em áreas com transmissão de casos de leptospirose, de acordo com Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram analisadas 120 amostras de soro canino escolhidas de forma aleatória. A fim de identificar o anticorpo (IgG) antileptospira, foi utilizado o teste ImunnoComb produzido pelo laboratório Biogal Galed Laboratories Acs Ltd. O *kit* dispõe de placas com 12 poços, que obtêm os resultados em 23 minutos. Os dados demonstraram que, das 120 amostras distribuídas entre 27 Regiões Administrativas de Brasília, 26 foram reagentes, e 94, não reagentes para a doença. Conclui-se que há circulação de anticorpos IgGanti-leptospira em cães, nas áreas de transmissão humana da doença. Além disso, o teste ImmunoComb pode ser uma alternativa à triagem dos inquéritos sorológicos.

Palavras-Chave: Leptospirose. ImunnoComb. ELISA. Diagnóstico.

IMPACTO DO MALDI-TOF NA SEPSE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Diego Rabello Iglesias – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
diego.iglesias@sempreceub.com
Kevin Haley Barbosa – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
kevinhaleybarbosa@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

A sepse é um quadro dinâmico que, rapidamente, pode evoluir para estágios graves, cuja intervenção precoce tem importante impacto no prognóstico do paciente. Assim, métodos diagnósticos céleres ganham importante papel no protocolo. Entre as formas de identificar o agente causador da sepse, o Matrix Associated Laser Desorption-Ionization – Time of Flight (MALDI-TOF) tem grande potencial por sua confiabilidade e velocidade nos resultados. Trata-se de um método diagnóstico que consiste em colocar o material biológico em placa de matriz polimérica, a ser vaporizado por um lazer e coletado por um tubo com um detector no final que avalia o tempo de chegada das moléculas evaporadas da substância. Esses dados são, então, colocados em um gráfico, com picos para cada fungo e bactéria e interpretados por um banco de dados já conhecido para o resultado diagnóstico. Este trabalho teve como objetivo verificar a utilidade do MALDI -TOF como ferramenta diagnóstica nos protocolos de sepse, em comparação com a cultura. Verificou-se se houve redução no tempo de diagnóstico microbiológico, internamento, tratamento e melhora na evolução do paciente, e avaliou-se se houve concordância entre os resultados apresentados pelo MALDI-TOF e o método convencional. Como metodologia, foi realizada a revisão integrativa nas bases de dados SciELO, BVS Salus, Scopus, Web of Science, PUBMED e Google acadêmico. A seleção de artigos foi feita por dois pesquisadores individualmente, resultando em 16 artigos finais, dos quais foram extraídos os dados e realizada a discussão. Foi possível constatar que o uso do MALDI-TOF no protocolo de sepse reduz o tempo da identificação do patógeno, permitindo, consequentemente, a diminuição do tempo da terapia efetiva, da terapia óptima, da estada hospitalar e da mortalidade. Observou-se que a redução do tempo de estada e a melhora no tratamento têm importante impacto econômico no hospital, causando redução de custos quando comparado ao método convencional. No entanto, o MALDI -TOF tem importantes limitações, como a dificuldade na identificação de amostras polimicrobianas, a dependência dos agentes registrados nos bancos de dados, a ausência de protocolo único estabelecido para processamento de amostras diretamente de hemocultura positiva e a restrita identificação de bactérias gram positivas. Conclui-se que a inclusão do MALDI-TOF no protocolo de sepse apresenta importantes benefícios tanto em relação ao tempo de identificação do agente quanto em relação à melhora no prognóstico do paciente. No entanto, ainda são necessárias melhorias, de forma a contornar as limitações atuais.

Palavras-Chave: SEPSE. MALDI-TOF. Espectrometria de massa.

INFECÇÃO EM PACIENTES DIALÍTICOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO: ESTUDO DO PERFIL MICROBIOLÓGICO, CRITÉRIOS DE DIAGNÓSTICO, FATORES DE RISCO E MORBIMORTALIDADE

Carolina Alencar Ferreira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
carolina.alencar@sempreceub.com
Amanda Luíza Aguiar Taquary Alvarenga – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
amanda.luiza@sempreceub.com
Joana d'Arc Gonçalves da Silva – UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

A doença renal crônica tem fatores de risco muito frequentes entre a população brasileira e mundial, como a diabetes *mellitus*, a hipertensão arterial, o tabagismo e a obesidade. Nos últimos anos, o número de pacientes em falência renal aumentou, fazendo que mais pessoas necessitem do serviço de hemodiálise. Isso diminui a qualidade de vida e expõe os pacientes a diferentes intercorrências, como infecções, que podem estar relacionadas ao não cumprimento das normas para controle de infecção da ANVISA e ao mau uso dos cateteres para acessos venosos. Assim, realizou-se pesquisa transversal, qualitativa e quantitativa, com análise de fichas do Centro de Controle de Infecção Hospitalar que continham informações extraídas dos prontuários e dos exames laboratoriais de pacientes internados na Unidade de Hemodiálise do Hospital Regional da Asa Norte, acompanhados durante todo o período de internação, entre janeiro e dezembro de 2019. O objetivo principal do trabalho é identificar os pacientes em hemodiálise que desenvolveram infecção, investigar os principais fatores associados ao desenvolvimento de bacteremia e apontar os principais agentes etiológicos das infecções. Porém, a indisponibilidade de hemocultura no hospital durante o período analisado impossibilitou a verificação da etiologia das infecções, estimulou o uso empírico dos antimicrobianos e acarretou o uso de múltiplos deles. A hemocultura, de acordo com os critérios da ANVISA, é essencial para o diagnóstico de bacteremia, e isso prejudicou o estudo. Assim, o cumprimento das regras para controle de infecção é imprescindível para evitar infecções relacionadas à hemodiálise.

Palavras-Chave: Hemodiálise. Bacteremia. Doença renal crônica. Infecção hospitalar. Vigilância epidemiológica.

INFLUÊNCIA DAS PRÁTICAS DE GESTÃO E PROCESSO DE RESTAURO NO DESEMPENHO INDIVIDUAL

Mariana Martins Pedersoli – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
mariana.pedersoli@sempreceub.com
Amália Raquel Pérez-Nebra – UniCEUB, professora orientadora
pereznebra@gmail.com
Fabiana Queiroga – UniCEUB, professora coorientadora
fabiana.queiroga@gmail.com

Esta pesquisa tem o propósito de compreender, de forma aprofundada, os trabalhadores em seus desempenhos individuais, no ambiente laboral. Analisa-se o fator de desempenho individual no trabalho, relacionando-o com o mundo corporativo em que se encontra. Para tanto, faz-se interface com a saúde do trabalhador, que influi, de maneira significativa, no alcance de resultados organizacionais. Trata-se de um estudo correlacional em que foram aplicados questionários com trabalhadores de organizações privadas e públicas, tais como Questionário de Desempenho no Trabalho Individual – IWPQ, Escala de Práticas de Gestão e Escala de Processos de Restauro. A coleta de dados para a pesquisa foi realizada *online*, em duas empresas, e presencialmente, nas outras duas. Analisou-se a correlação bivariada e a regressão linear múltiplas com o auxílio do SPSS, versão 24.0. Responderam à pesquisa 425 colaboradores de 4 ambientes laborais distintos, sendo 71 respondentes de um supermercado, 54 policiais militares do batalhão de uma cidade do estado de Goiás, 164 policias civis do Distrito Federal e 136 colaboradores de uma empresa de segurança do Distrito Federal. Do total, 68,3% eram do sexo masculino, e 13,4%, do sexo feminino. A média de idade da amostra foi de 39 anos (DP = 9,3). Em primeiro momento, foram conduzidas análises fatoriais para verificação da qualidade psicométrica dos instrumentos utilizados. Posteriormente, deu-se seguimento à testagem do modelo por meio das regressões lineares múltiplas. O desempenho voltado para a tarefa teve 26% de variância explicada, e os fatores que contribuíram significativamente foram suporte ao desempenho (β = 0,329; p < 0,000), relaxamento (β = -0,139; p < 0,005) e autonomia (β = 0,146; p < 0,005). Os fatores de restauro, relaxamento (β = -0,117; p < 0,039) e autonomia (β = 0,115; p < 0,048) também foram preditores de desempenho voltado para o contexto (R^2 = 0,26), assim como a busca de desafios (β = 0,265; p < 0,000), mas nenhum fator de práticas de gestão obteve contribuição individual significativa. Por fim, o desempenho contraproducente teve 6,8% de variância explicada, e as variáveis com contribuição individual significativa foram suporte a mudanças (β = -0,158; p < 0,048), distanciamento psicológico (β = 0,223; p < 0,000) e, novamente, relaxamento (β = -0,148; p < 0,012). Tais resultados chamam atenção para o potencial dos construtos utilizados para predizer desempenho e sinalizam importantes implicações para a gestão.

Palavras-Chave: Saúde no trabalho. Processos de restauro. Desempenho laboral.

INFLUÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR DIÓXIDO DE TITÂNIO E NANOSSÍLICA ATIVA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS

Kamirã Barbosa Ribeiro – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
kamira.br@sempreceub.com
Maria José de Souza Serafim – UniCEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

O meio ambiental e sustentável da construção civil é cada vez mais estudado e levado em consideração na utilização dos materiais cimentícios. A incorporação de adições minerais e Materiais Cimentícios Suplementares (MCS) é prática comum e ferramenta para dirimir propriedades indesejáveis e realçar as características que conferem aos materiais maior durabilidade e desempenho. Alguns materiais têm apresentado soluções de amplo aspecto. O dióxido de titânio é historicamente testado com respeito a sua capacidade de agregar novas propriedades sustentáveis aos materiais cimentícios, tais quais autolimpeza, purificação do ar, entre outras. Além disso, segue a tendência do uso do concreto e de demais materiais de conferir desempenho mecânico cada vez maior. Ao mesmo tempo, a tecnologia permite que outros materiais já incorporados na dinâmica construtiva ganhem nova perspectiva com a potencialização das suas propriedades, como é o caso dos nanomateriais, entre eles a nanossílica. Em meio a tais informações, a pesquisa avaliou a influência da substituição de cimento Portland do tipo II por dióxido de titânio anatase e rutilo na resistência à compressão de argamassas, de acordo com a NBR 7215/2019. Foram ensaiados corpos de prova com teores de 3%, 5% e 10% de anatase e 5% e 10% de rutilo. Para argamassas com anatase, foram ensaiadas a 7 e 14 dias. Aos 7 dias, para 3% e 5%, houve ganho de resistência à referência e crescimento de resistência com o aumento do teor de substituição até os 5%, porém, para 10%, não houve ganho mecânico. A mesma tendência apresentou-se para as argamassas com rutilo, porém foram ensaiadas apenas aos 7 dias. Nessa idade, o teor 10% apresentou o mesmo desempenho para as duas fases, sendo o anatase mais resistente para 5% de substituição. No caso do rutilo, apenas as argamassas com 5% de rutilo apresentaram maior resistência à compressão que a referência.

Palavras-Chave: Argamassa. Dióxido de Titânio. Resistência mecânica.

INFLUÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO CIMENTO POR PENTÓXIDO DE NIÓBIO HIDRATADO E CCA NA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO DE ARGAMASSAS

Matheus Pires Martins – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
Matheus.pmartins@outlook.com
Maria José de Souza Serafim – UniCEUB, professora orientadora
maria.serafim@ceub.edu.br

A incorporação de Materiais Cimentícios Suplementares (MCS) nos cimentos contribui, de várias maneiras, para melhorias na resistência, na impermeabilidade, na durabilidade do material e de concretos, com elevado desempenho, de forma geral. Por outro lado, observa-se a necessidade de estudos direcionados à geração de aplicações tecnológicas a novos materiais, como os compostos de nióbio, diante da grande disponibilidade desse elemento no Brasil. O desenvolvimento de tecnologia que utilize o nióbio e seus compostos é crucial para o melhor aproveitamento e a valorização dessa reserva do país. Nesse contexto, o trabalho investigou a influência da adição de 1% do óxido de nióbio (V) hidratado juntamente com teores de 1%, 3% e 5% de CCA, e os mesmos teores de CCA pura, em argamassas preparadas com cimento Portland, além dos efeitos causados pela associação desses materiais nas misturas cimentícias e sua relação com as propriedades de resistência mecânica em variadas idades. Prepararam-se as argamassas, e avaliou-se o desenvolvimento da resistência à compressão da cada argamassa até os 28 dias, de acordo com a NBR 7215. Observou-se, pelos ensaios concluídos de resistência à compressão com substituições do óxido hidratado e da cinza da casca do arroz, que os maiores resultados em relação à referência ocorreram com 3% de CCA e 1% de óxido de nióbio (V) hidratado de substituição aos 14 dias e 1% de CCA aos 14 dias.

Palavras-Chave: Argamassa. Óxido de nióbio (V). Resistência mecânica.

INJEÇÃO INTRAFOLICULAR DE OVÓCITOS IMATUROS EM BOVINOS: INFLUÊNCIA NO MOMENTO DA OVULAÇÃO

José Maria Cavalcante Andrade – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
jose.andrade@sempreceub.com
Eliza Enoia de Rezende Teixeira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
eliza.teixeira@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br

A transferência intrafolicular de ovócitos imaturos surgiu de forma inovadora, para a produção de embriões bovinos, por ser uma biotecnologia que associa os benefícios da produção *in vivo* e *in vitro*. O presente estudo objetiva analisar a influência da injeção intrafolicular no folículo dominante das vacas ovuladoras, no momento da ovulação. Os animais foram submetidos a um protocolo de sincronização de estro, com a obtenção de um folículo dominante pré-ovulatório. Três grupos experimentais foram formados com quatorze animais nos grupos "controle" e "injeção + ovócito" e dez animais no grupo "injeção". O primeiro grupo (controle) foi submetido apenas ao protocolo hormonal. O segundo grupo (injeção), além do protocolo hormonal, foi submetido à injeção intrafolicular. O terceiro grupo (injeção+ovócito) passou pelo mesmo processo descrito no grupo "injeção" e teve injetados ovócitos imaturos, provenientes de ovários de abatedouro, no folículo dominante. Para avaliar a influência da injeção no momento da ovulação, todos os animais foram submetidos à avaliação ultrassonográfica transretal após 22 horas da aplicação do GnRH, de hora em hora, até a ovulação propriamente dita. Os parâmetros analisados foram submetidos ao teste de ANOVA, com 5% de significância. Não houve diferença estatística ($p>0,05$) da injeção intrafolicular de ovócitos imaturos no momento da ovulação (30,7 ± 2,0h) quando comparado ao momento de ovulação dos animais do primeiro grupo (30,9 ± 1,6h) e do segundo grupo (30,7 ± 2,5h). Assim, o protocolo de sincronização de estro das ovuladoras pode ser mantido.

Palavras-Chave: Embrião *in vivo*. Injeção intrafolicular. Folículo dominante. Ovulação.

INTERNAÇÕES HOSPITALARES E MORTALIDADE EM PACIENTES COM CARDIOPATIA REUMÁTICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2008 A 2018

Mariana Silva Nunes – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
mariananuneis@sempreceub.com
Ana Paula Monteiro Gomides – UniCEUB, professora orientadora
ana.reis@ceub.edu.br
João Carlos Geber Júnior – USP, colaborador
j.geber@hc.fm.usp.br
Willian Darwin Júnior – USP, colaborador
darwin@usp.br
Viviane Uliane Peterle – UniCEUB, colaboradora
vivianepeterle@hotmail.com

A febre reumática é uma doença inflamatória sistêmica, causada pelo estreptococo beta-hemolítico do grupo A e predominante em crianças e adolescentes. As manifestações clínicas são variadas e incluídas nos critérios de Jones para diagnóstico; as cardíacas são as mais relevantes, causando sequelas graves, como as valvulites. A febre reumática configura grande problema de saúde pública nos países em desenvolvimento, apesar de sua profilaxia primária ser simples e eficaz se for bem aplicada. O objetivo geral deste estudo é avaliar o número de internações hospitalares e óbitos com diagnóstico de febre reumática no Brasil, no período de 2008 a 2018. Trata-se de uma pesquisa transversal, descritiva, quantitativa, de natureza documental, com base de dados provenientes do Sistema Único de Saúde, pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, que analisou as internações. As variáveis de interesse foram sexo, idade, região de moradia, número de dias e custo de internação, taxa de mortalidade e óbitos. Os dados resultantes foram submetidos à análise estatística com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences. No período estudado, foi observada maior prevalência do sexo feminino com 48.232 internações e, na faixa etária de adultos, com 59.270 internações e 3.972 óbitos. O número total de internações foi 83.209, e o de óbitos foi 6.572. A taxa de mortalidade total foi 7,84. A região com maior número de internações foi a sudeste com 22.863 internações. O valor total gasto em internações foi R$ 879.676.458,63, com média de valor por internação de R$ 10.496,21. A média do tempo de permanência foi 12,7 dias. Dessa forma, é possível observar que a cardiopatia reumática é uma causa importante de internações no Brasil. Assim, medidas de diagnóstico precoce e tratamento adequado devem ser fortemente estimulados.

Palavras-Chave: Cardiopatia reumática. Internações hospitalares. Número de óbitos.

INTERNAÇÕES HOSPITALARES E MORTALIDADE EM PACIENTES COM LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE 2009 A 2018

Gustavo Tedde Filho – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
gustavo.tedde@sempreceub.com
Ana Paula Monteiro Gomides – UniCEUB, professora orientadora
ana.reis@ceub.edu.br
João Carlos Geber Júnior – USP, colaborador
j.geber@hc.fm.usp.br
Willian Darwin Júnior – USP, colaborador
darwin@usp.br
Viviane Uliane Peterle – UniCEUB, colaboradora
vivianepeterle@hotmail.com

O lúpus eritematoso sistêmico (LES) é uma doença autoimune, em que surgem autoanticorpos, os quais levam a lesões de diversos órgãos e tecidos. As manifestações podem ser de intensidade variável, e, em muitos casos, há necessidade de internação hospitalar por quadros complicados que podem ocorrer. Na última década, houve significativo aumento das taxas de diagnóstico de lúpus, porém há poucos dados disponíveis a respeito do número de internações e mortalidade, pois o LES ainda é uma doença subdiagnosticada. Por isso, o objetivo deste estudo é avaliar o número de internações hospitalares e o de óbitos de indivíduos portadores de LES no período de 2009 a 2018. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, quantitativo, de natureza documental, com base de dados proveniente do departamento de informática do Sistema Único de Saúde. Os dados resultantes foram submetidos à análise estatística com auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences. No período estudado, foi observado o total de 12.852 internações, sendo 88% do sexo feminino. A etnia com maior prevalência nas internações foi a parda com 40% dos casos. Houve predomínio de casos em São Paulo, com cerca de 3443, seguido por Minas Gerais, com 1547 e Distrito Federal em terceiro lugar, com 1296 casos. São Paulo teve o maior número de óbitos, totalizando 56, seguido pelo Rio de Janeiro, com 22 e, em terceiro lugar, o Pará com 20 óbitos. Em relação à mortalidade por etnia, nota-se que os negros ocupam a primeira posição, pois, a cada 100 negros diagnosticados com LES, 2,25 evoluem para óbito. Houve um padrão crescente no número de internações de 2009, com 522 casos, para 2018, com 2312 casos. Dessa forma, o LES é uma doença grave e subdiagnosticada no Brasil, além de importante causa de internações no país. Diante disso, medidas de diagnóstico precoce e tratamento adequado devem ser fortemente estimulados.

Palavras-Chave: Lúpus eritematoso sistêmico. Internações hospitalares. Óbitos.

INVESTIGAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE A DEFICIÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR RURAL E O BAIXO DESEMPENHO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS RURAIS DE BRASÍLIA

Gabriel Tavares Corrêa – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
gabriel.tavares@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso – UniCEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

A caracterização do ambiente rural como um espaço de baixa densidade populacional e com menor presença de infraestrutura dificulta o acesso da população a serviços públicos, como a educação. O caminho a percorrer pelos estudantes situados em zonas rurais, em geral, é longo, e a mobilidade torna-se inviável, pois nem todos possuem veículo próprio familiar. Nesse sentido, a oferta do transporte público rural faz-se essencial para o adequado acesso de crianças e adolescentes à escola e a garantia de equidade de direitos em comparação aos alunos de escolas urbanas. No entanto, a oferta desse serviço não é garantia de sucesso. Em razão das peculiaridades das áreas rurais, muitos alunos precisam percorrer grandes distâncias para chegar até seus colégios e, com isso, dispensam um tempo consideravelmente alto no deslocamento, item que pode acarretar desgaste dos alunos e influenciar, negativamente, o desempenho escolar. No Distrito Federal, esse fato não é claramente percebido mediante a visão de Brasília como uma cidade moderna, que, embora seja majoritariamente urbana, também conta com macrozonas rurais. Em decorrência do baixo número de escolas situadas em áreas rurais, quando comparado às áreas urbanas, tem-se o aumento do deslocamento realizado por esses alunos. Sendo assim, diante desse contexto, segundo dados públicos cedidos pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, foi realizada a análise estatística descritiva e a Correlação de Spearman, a fim de mensurar o impacto que as deficiências no transporte escolar rural acarretam no desempenho escolar dos alunos das áreas rurais de Brasília. Com isso, notou-se que as escolas rurais do DF são formadas por um grupo heterogêneo, o que sugere realidades diferenciadas. Igualmente, percebeu-se que a oferta do transporte escolar e o modo como é ofertado influenciam o desempenho dos alunos de escolas rurais.

Palavras-Chave: Transporte escolar. Transporte escolar rural. Desempenho escolar.

INVESTIGAÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Filipe Aurélio de Sá Aquino – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
filipe.aquino@sempreceub.com.br
Victor Guimarães Antônio da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
victor.guimaraes@sempreceub.com.br
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

A segurança do paciente é um elemento essencial à qualidade da assistência à saúde, pois visa minimizar riscos associados à assistência à saúde, provenientes de tecnologias e produtos, relações humanas no serviço e falhas na comunicação com o paciente. Esta pesquisa investiga os eventos adversos (EA) assistenciais em um hospital público de Brasília. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo e prospectivo, realizado no Hospital Regional da Asa Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. A coleta de dados compreendeu o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2019, foi realizada mediante exploração do banco de dados do núcleo de segurança do paciente e busca ativa em prontuários eletrônicos. Foram investigados o perfil dos pacientes vítimas de eventos adversos, os tipos de eventos, as causas, as consequências e as intervenções efetuadas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde/FEPECS/SES/DF (CAAE: 17697419.7.3001.5553) e pelo CEP do UniCEUB (CAAE: 17697419.7.0000.0023). O total de pacientes vitimados por eventos adversos foi 543, sendo 52,67% masculinos e 46,68% femininos. A idade média das vítimas foi 51,06±24,05 anos, e a média do período de internação foi de 53,20±71,15 dias. Os setores onde houve mais registro de EA foram: Unidade de Internação Cirúrgica (21,55%), UTI (20,07%), Pronto Socorro e Box de Emergência (16,94%). Os eventos mais frequentemente encontrados foram relacionados: à assistência ao paciente (38,99%), a úlceras por pressão (17,64%), ao processo clínico (16,05%) e à infecção hospitalar (10,61%). O grau de danos provocados aos pacientes pelos EA foi: nenhum (30,80%); leve (46,00%); moderado (17,74%); grave (5,46%). As causas dos EA foram: fatores humanos (81,58%), fatores externos (13,08%) e fatores do sistema operativo (5,34%). As ações e as intervenções realizadas pelo núcleo de segurança do paciente para redução de riscos descritas no trabalho incluem orientação à equipe de assistência, adequação de manuseio de processos, ações de reciclagem e capacitação de profissionais. A pesquisa elucida aspectos importantes na ocorrência dos EA e pode colaborar com a equipe de assistência e a comunidade científica e acadêmica na discussão dos caminhos para a redução das ocorrências que reverbera sobre o tratamento, a recuperação e o prognóstico dos pacientes acometidos, resgatando, assim, a proposta de Hipócrates: "antes de tudo, não causar dano".

Palavras-Chave: Segurança do paciente. Eventos adversos. Eventos assistenciais.

INVESTIGAÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM CIRURGIAS DE IMPLANTE DE PRÓTESE MAMÁRIA EM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Paula Campos de Mendonça – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna bolsista
paula.campos.m@sempreceub.com
Camila Damasceno Ribeiro – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluna voluntária
camila.damasceno@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

As infecções relacionadas à assistência em saúde correspondem a uma das complicações mais prevalentes que acometem os pacientes durante os cuidados de saúde, e a infecção do sítio cirúrgico é a segunda maior causa de infecção hospitalar. Em relação às cirurgias de prótese mamária, o Sistema Único de Saúde é obrigado a garanti-las a pacientes pós-mastectomizadas. Esse contexto pode acarretar infecções resultantes em retirada de próteses, complicações sistêmicas e aumento de custos hospitalares. A fim de investigar a ocorrência de infecções hospitalares em cirurgias de prótese mamária, em um hospital público de Brasília, analisou-se o perfil epidemiológico das pacientes da amostra, as indicações para as cirurgias de próteses mamárias, as classificações das cirurgias conforme o potencial de contaminação, a avaliação e a adequação do antibiótico profilático cirúrgico e as condutas realizadas diante das infecções hospitalares. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo e prospectivo, descritivo de pacientes submetidas a procedimentos cirúrgicos de colocação de prótese mamária entre janeiro de 2018 a dezembro de 2019, na Unidade de Cirurgia Plástica do Hospital Regional da Asa Norte, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do UniCEUB (CAAE: 17697619.2.0000.0023) e pelo CEP da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde/FEPECS/SES/DF (CAAE: 17697619.2.3001.5553). A amostra de pacientes com implante de prótese mamária foi de 108. Todas as cirurgias foram realizadas em mulheres, com média de 39,94 anos de idade, média de 2,47 dias de internação e com 100% de alta no desfecho clínico. A indicação cirúrgica mais prevalente foi a pós-mastectomia. A taxa de infecção hospitalar relacionada ao procedimento de implante de prótese mamária foi 6,48% (n=7). Em relação às próteses mamárias analisadas, observou-se que 100% delas eram de poliuretano, e sua superfície variava em texturizada e lisa. A profilaxia antibiótica foi analisada de acordo com as orientações da Organização Mundial da Saúde, em que a pré-operatória foi considerada inadequada em 7,41% dos casos, a intraoperatória, em 95,46% e a pós-operatória, em 33,70% dos casos. O tratamento das infecções hospitalares envolveu administração de antibióticos, curativos, drenagem de secreção e reabordagem cirúrgica. A origem das próteses mamárias não foi identificada em 57,14% das cirurgias. O presente estudo reitera o uso da adequada profilaxia antibiótica na prevenção da infecção do sítio cirúrgico e a importância da correta implementação dos protocolos de prevenção de IRAS recomendados pelas organizações de saúde, com vistas à redução das infecções relacionadas aos procedimentos cirúrgicos e ao controle rigoroso da origem das próteses mamárias disponíveis no serviço público de saúde.

Palavras-Chave: Mamoplastia. Prótese mamária. Infecção do sítio cirúrgico.

INVESTIGAÇÃO DE INFECÇÕES HOSPITALARES EM PACIENTES SUBMETIDOS À HEMODIÁLISE EM HOSPITAL PÚBLICO DE BRASÍLIA

Carolina Martins Hummel – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
carolinamhummel@sempreceub.br
Beatriz Teixeira Martins – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
beatriz.tmartins@sempreceub.com
Fabiana Xavier Cartaxo Salgado – UniCEUB, professora orientadora
fabiana.salgado@ceub.edu.br

Estima-se que existam mais de 1,5 milhão de pacientes com insuficiência renal no mundo tratados por hemodiálise. No Brasil, a estimativa é de, aproximadamente, 112.004 pacientes que realizam tratamento dialítico, dos quais 91,4% são submetidos à hemodiálise. O risco de infecção está presente quando há acesso venoso e, nas unidades de hemodiálise, ocorre, principalmente, pela necessidade de punção venosa central. A infecção bacteriana é a complicação infecciosa mais frequente e representa cerca de 15% da mortalidade. Esta pesquisa investiga as infecções hospitalares associadas aos procedimentos de hemodiálise em um hospital público de Brasília. Trata-se de um estudo transversal, descritivo, de caráter retrospectivo e prospectivo, mediante exploração de prontuários eletrônicos dos pacientes pertencentes à amostra. A coleta de dados compreendeu o período de janeiro a dezembro de 2019. As variáveis investigadas foram: sexo, idade, tempo de internação, desfecho clínico, morbidades motivadoras da indicação da hemodiálise, infecções hospitalares associadas, fatores de risco para Infecções hospitalares relacionadas ao paciente e à hemodiálise, microbiota associada às infecções hospitalares, o respectivo perfil de sensibilidade antibiótica e as condutas de tratamento das infecções adquiridas no ambiente nosocomial. Para a identificação das infecções hospitalares, foram utilizados os *Critérios diagnósticos de infecção relacionada à assistência à saúde*, série Segurança do Paciente e Qualidade em Serviços de Saúde. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do UniCEUB (CAAE: 17700619.8.0000.0023) e pelo CEP da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde/FEPECS/SES/DF (CAAE: 17700619.8.3001.5553). A amostra foi composta por 143 pacientes, sendo 52,4% do sexo masculino e 47,6% do sexo feminino com idade média de 58±16,71 anos. O tempo médio de internação foi 54,71±56,27 dias. A maioria dos pacientes possui como comorbidade hipertensão (69,93%), diabetes (43,35%), obesidade (18,88%) e dislipidemia (18,88%). O desfecho de óbito ocorreu em 23,1%. O cateter duplo lúmen foi o principal acesso vascular utilizado (77,1%), e a veia jugular interna direita, a principal topografia (49,3%). As infecções hospitalares acometeram 30 pacientes (20,9%), sendo o local de inserção do cateter a topografia mais prevalente (80,6%). A pesquisa encontrou elevada taxa de infecções hospitalares relacionadas à hemodiálise, resultando em períodos prolongados de internação e óbitos. A redução das infecções hospitalares é possível quando um conjunto de ações e de medidas preventivas é desenvolvido, visando à redução máxima possível desses eventos. Os resultados apresentados exaltam a importância de investimento na prevenção das infecções hospitalares que levam os pacientes a sofrimentos evitáveis e desnecessários, onerando o serviço de assistência à saúde.

Palavras-Chave: Hemodiálise. Infecção hospitalar. Fatores de risco.

LICENCIAMENTO E DEMOCRACIA: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

Júlia Carreço Molina – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
julia.cmolina@sempreceub.com
Mariana Barbosa Cirne – UniCEUB, professora orientadora
mariana.cirne@ceub.edu.br

O licenciamento ambiental é um instrumento da política nacional do meio ambiente que concretiza o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e é importante para as atividades de mineração. As audiências públicas são um mecanismo do licenciamento ambiental que propicia a participação popular nas discussões sobre os impactos do empreendimento. Trata-se de uma forma de desenvolver soluções ambientais, sociais e economicamente viáveis, dando voz à população afetada pela mineração, para atender seus anseios e buscar as melhores maneiras de preservar os recursos naturais. No intuito de discutir a efetividade desse instrumento de participação social, esta pesquisa avalia o impacto das audiências públicas no licenciamento ambiental federal de mineração com licença prévia concedida entre os anos de 2000 a 2018. As perguntas escolhidas como objeto da pesquisa foram: a participação da sociedade nas audiências públicas de mineração impactante é acolhida pelo IBAMA nas condicionantes do licenciamento ambiental? Qual é a dimensão do desenvolvimento sustentável que predominou nas audiências? Caso exista um déficit democrático, como seria possível incrementar a efetividade da participação social? Para responder às perguntas, foi feita a revisão bibliográfica e normativa, relacionada à mineração, à participação social e ao licenciamento, para entender melhor o objeto da pesquisa. Posteriormente, nas fases qualitativa e quantitativa da pesquisa, foram analisados 88 processos administrativos do IBAMA que atendiam os requisitos metodológicos. Percebeu-se que apenas 14 processos administrativos contavam com audiências públicas. O estudo analisou 659 questionamentos em audiências públicas de licenciamentos ambientais federais de mineração. Notou-se um déficit de organização em 3 empreendimentos, nos quais os questionamentos não estavam nos autos. A dimensões do desenvolvimento sustentável predominante foi a institucional, em 32% das perguntas, demonstrando uma preocupação instrumental da população de entender o que é o empreendimento, os estudos ambientais correlatos ou a finalidade da audiência pública. Em relação a esses casos, a população pretendia informar-se. Em 5 empreendimentos, contudo, as audiências públicas foram efetivas, ou seja, influenciaram as condicionantes do licenciamento ambiental. Como déficits democráticos identificados, percebeu-se o descaso do IBAMA com os questionamentos das audiências e a deficiência na instrução processual. Notou-se que a complexidade dos empreendimentos de mineração dificulta a participação social. A pesquisa pretende, no entanto, reforçar a importância do mecanismo das audiências públicas para concretizar, da melhor forma possível, o direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, visando evitar os impactos sociais, econômicos e ambientais e preservar os recursos naturais.

Palavras-Chave: Licenciamento ambiental. Participação em audiências públicas. Mineração impactante.

MECANORRECEPTORES ARTIFICIAIS APLICADOS A PRÓTESES DE MEMBRO SUPERIOR

Alessandra de Matos Frossard – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
alessandra.frossard@sempreceub.com
Francisco Javier de Obaldía Díaz – UniCEUB, professor orientador
francisco.javier@ceub.edu.br

A taxa de rejeição de próteses de membros superiores pode chegar até 70%. Isso se dá por fatores tanto físicos quanto psicológicos. Um deles é a inexistência de via bilateral entre prótese e objeto que gere *feedbacks* sensoriais, o que auxiliaria o reconhecimento de um objeto e a fluidez dos movimentos. Este projeto tem o objetivo de melhorar essa adversidade mediante a criação de uma rede neural (RNA) *feed forward* Perceptron Multicamadas com *back propagation*, que, tendo como entrada a posição da mão ao segurar um objeto, reconheça-o e indique a preensão apropriada. Para isso, simulou-se uma mão 3D no Blender 2.9, que gera posições aleatórias dos dedos da mão, e criou-se um banco de dados que alimenta a rede neural para no seu treinamento, objetivando chegar aos pesos sinápticos mais apropriados. Assim, ao colocar uma entrada qualquer, a rede informará qual é a preensão mais próxima. A RNA criada utiliza a função de ativação Sigmoid, tem cinco neurônios na camada de entrada, quatro na camada oculta e três na camada de saída. Fez-se um banco de dados de 40 entradas, e, ao utilizá-lo na fase de treinamento da rede Perceptron, durante 10000 épocas, chegou-se a duas matrizes de pesos, uma para a camada oculta e uma para a camada, com 2% de erro. Pode-se concluir que as redes neurais são uma solução eficaz para esse problema, pois, mesmo não sendo a melhor rede neural construída, já mostrou grande avanço no reconhecimento de objetos, e, assim, pode ser melhorada, para ser utilizada em próteses reais, aprimorando a sua aceitação.

Palavras-Chave: Rede neural. Perceptron multicamadas. Próteses de membros superiores. Banco de dados.

MORALIDADE, PERIGO SOCIAL E MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Daniel Oliveira Zacarias – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
daniel.oz@sempreceub.com
Luccas Moraes Galli – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno voluntário
luccas.galli@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – UniCEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

O governo federal, durante o mandato do presidente Jair Bolsonaro, optou por implementar o modelo cívico-militar em escolas brasileiras e dividiu opiniões da população. Parte do argumento em defesa ao modelo assenta-se na justificativa de que o Brasil apresenta índices ruins na educação, ao assumir as posições de 57ª, 66ª e 70ª para leitura, ciências e matemática, respectivamente, entre 79 países indicados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes de 2018. Além disso, é comum o argumento de que valores, como patriotismo e civismo, seriam fundamentais ao desenvolvimento do cidadão e à disciplina, o que teria uma relação direta com o desempenho escolar. Por outro lado, quem se opõe à proposta tende a argumentar que o modelo diminui a liberdade de professores e alunos e inviabiliza a educação crítica e transformadora. A despeito das justificativas apresentadas pelos defensores e pelos opositores do modelo, a fim de compreender fatores psicossociais que interferem na posição das pessoas diante dessa proposta, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a influência dos fundamentos morais e das crenças em mundo perigoso na defesa da militarização das escolas públicas. Participaram do estudo 256 pessoas que responderam ao questionário de fundamentos morais, à escala de crenças no mundo perigoso e à medida favorável à militarização. Verificou-se que a moral conservadora (tendência coesiva) contribui com o apoio à militarização, e esse efeito é parcialmente mediado pela percepção de perigo social. Em conjunto, os resultados evidenciam a importância da compreensão da moralidade e da percepção de perigo social para o entendimento do posicionamento em defesa da militarização.

Palavras-Chave: Moralidade. Crenças. Conservadorismo. Educação.

MORTES EM MASSA E FEMINICÍDIO: UM ESTUDO DO CRIME DE REALENGO SOB A PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA DE GÊNERO

Isabela Ramos Barbosa – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
isabelaramos91@sempreceub.com
Carolina Costa Ferreira – UniCEUB, professora orientadora
carolina.ferreira@ceub.edu.br

O presente trabalho é resultado da reconstrução do "massacre de Realengo" e do crime de feminicídio em suas atuais configurações, tomando-se como base os conceitos desse crime e da violência de gênero nas relações interpessoais. Para tanto, são analisadas as Leis nº 13.104/15 e n° 11.340/2006 para além do direito positivado. Em 7 de abril de 2011, ocorreu o "massacre de Realengo", no qual um ex-aluno adentrou a sua antiga escola, realizou disparos e deixou doze vítimas fatais, sendo dez mulheres, e treze feridos, entre os quais dez eram do sexo feminino. À época, a motivação do crime foi retratada como suposto *bullying* sofrido pelo autor. Contudo, há indícios de que seu foco seria matar meninas, uma vez que elas foram vitimadas na cabeça, enquanto os meninos receberam tiros em seus membros. Em 2015, a Lei nº 13.104 tipificou a qualificadora "feminicídio", fato que acarretou maior visibilidade ao tema, criação de nova linguagem jurídica e medidas de proteção às mulheres em situação de violência. Obviamente, a Lei do Feminicídio não se aplicaria ao caso em razão do suicídio do atirador ou da irretroatividade da lei penal mais grave. Todavia, diante dos dados alcançados, foi possível evidenciar os aspectos envolvidos nas relações de poder presentes na sociedade brasileira, além da forma como os papéis tradicionalmente ocupados pelos gêneros influenciam a configuração social e refletem na maneira com que a população se expressa, comporta e relaciona. Desse modo, apesar de o crime ter acontecido antes da promulgação da referida lei, a exploração do conceito "feminicídio", com base no referido caso, é extremamente relevante para os campos do direito penal, do gênero e da criminologia, uma vez que traz à tona a amplitude, a complexidade e a subjetividade intrínsecas ao referido tipo penal, ressaltando a importância do desenvolvimento da concepção do feminicídio em massa. Assim, o objetivo deste trabalho é demonstrar como a motivação dos crimes em massa pode estar diretamente relacionada às questões de gênero, mesmo que, por muitas vezes, reste encoberta por fatores menos controversos. Além disso, proporciona-se melhor visualização das relações de gênero presentes na sociedade, especialmente quanto às influências que o patriarcalismo e a misoginia exercem sobre elas. Conclui-se, portanto, que há a possibilidade de enquadramento, mesmo que apenas sob o ponto de vista teórico, da nomeação do "massacre de Realengo" como um feminicídio em massa, restando nítida a importância do conceito do femigenocídio para a melhor compreensão e análise dos diferentes tipos de crime e violência de gênero. Trata-se de um estudo exploratório e explicativo, qualitativo, de natureza aplicada, realizado por meio da análise e da interpretação do massacre de Realengo, com base nas referidas leis e nos levantamentos bibliográficos, além do método de análise de discurso das notícias veiculadas referentes ao mencionado crime.

Palavras-Chave: Violência de gênero. Misoginia. Feminicídio em massa. Massacre.

NEOLIBERALISMO E SUBJETIVIDADE: DESDOBRAMENTOS EM UM SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL

Danielle Christine Vasconcelos Chauvet – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
danielle.chauvetsempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br
Daniel Magalhães Goulart – UnB, professor coorientador
danielgoulartbr@gmail.com

O objetivo deste estudo é compreender processos subjetivos produzidos na relação entre usuários e profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial do Distrito Federal (CAPS) que se referem a expressões do neoliberalismo e à manutenção do fenômeno da nova institucionalização à luz da teoria da subjetividade, de González Rey. Parte-se da premissa de que modelos socioeconômicos, para além de configurar sistemas de produção e de consumo, favorecem certas formas de existência. A lógica do mercado, baseada na concorrência e em modelos empresariais, apresenta-se como um imperativo que visa reger todas as relações. Assim, em uma articulação do âmbito neoliberal com o contexto medicalizante, assiste-se ao processo da patologização e da gestão psicofarmacológica. Para o alcance dos objetivos propostos, o método utilizado foi o construtivo-interpretativo, baseado na epistemologia qualitativa. A pesquisa foi realizada em um CAPS do Distrito Federal, tendo como participantes a equipe profissional. Foram realizados oito encontros com membros da equipe, entre eles, seis presenciais e dois virtuais, nos quais o instrumento foi a dinâmica conversacional. Como resultado, destaca-se a hipótese de que a subjetividade social do CAPS é marcada pela lógica neoliberal, de modo que há uma produção subjetiva da equipe do serviço em termos amplos e de políticas governamentais voltadas à marginalização do CAPS. Verifica-se como a manutenção desse sistema de patologias que alimenta a racionalidade neoliberal se relaciona com o fenômeno da “nova institucionalização” no CAPS, cultivando o modelo manicomial em serviços que, formalmente, voltam-se para sua superação. Por fim, observa-se a emergência de posicionamentos criativos de profissionais que não apenas resistam, mas também produzam sentidos subjetivos alternativos à racionalidade neoliberal e à patologização.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Subjetividade. Saúde mental.

NÍVEIS DE PRESSÃO ARTERIAL EM SALA DE PARTO DE RECÉM-NASCIDOS SAUDÁVEIS

Gabriella Santos de Oliveira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
gabriella.oliveira@sempreceub.com
Júlia de Oliveira Melo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
julia.oliveira.meloo@sempreceub.com
Nádia Juliana Beraldo Goulart Borges Haubert – UniCEUB, professora orientadora
nadia.haubert@ceub.edu.br
Marta David Rocha de Moura – ESCS, professora coorientadora
marta.rocha@escs.edu.br

A incidência de hipertensão arterial no recém-nascido a termo varia entre 0,2 a 3%. A magnitude desse intervalo reflete a dificuldade de definir a hipertensão neonatal decorrente dos fatores, como ausência de estudos prospectivos de larga escala que determinem valores de referência universalmente aceitos, variabilidade das técnicas e das condições de medição da pressão arterial, influência nos valores normais de pressão arterial da idade gestacional, peso à nascença, sexo, antecedentes patológicos e uso de medicações maternas. Os objetivos do trabalho são obter percentuais de pressão arterial sistólica, diastólica e média em neonatos saudáveis a termo, entre a 1ª e a 2ª hora de vida, mediante um dispositivo oscilométrico de aferição, calcular a escala de pressão arterial sistólica e diastólica média ao nascer, além de correlacionar o valor da pressão arterial com peso ao nascimento, idade gestacional, sexo e via de parto. Foi realizado um estudo prospectivo de coorte de dados de prontuários do Hospital Santa Lúcia, em Brasília, DF. A aferição da PA foi executada entre os primeiros 15 e 30 minutos de vida, pela oscilometria automática MX-600 GE, seguindo protocolo padrão de assistência do hospital. Foram incluídos recém-nascidos a termo, sem patologias, que não necessitaram de internação na unidade de terapia intensiva neonatal. Os critérios de exclusão foram recém-nascidos prematuros ou a termo que evoluíram com desconforto respiratório e necessitaram de internação e portadores de malformações graves. Foram avaliadas as aferições de 800 neonatos. A via preferencial de parto na amostra foi a cesárea, 85,8% dos partos, e o sexo masculino foi o mais prevalente, 50,9%. As médias obtidas foram de 64,89 ± 10,7 mmHg para a pressão arterial sistólica e 37,60 ± 11,7 no sexo masculino e 66,46 ± 10,9 PA sistólica e 39,52 ± 12,3 PA diastólica para feminino. A frequência cardíaca média foi 152,86 ± 13,5 bpm masculino e 155,56 ± 12,8 feminino. Além disso, 85,1% dos recém-nascidos foram classificados como adequados para a idade gestacional, e 97,9% das aferições foram realizadas no membro superior direito. Com este estudo, é possível caracterizar os níveis de normalidade da pressão arterial no período neonatal. Assim, visando expandir o espaço amostral e garantir maior confiabilidade desse novo parâmetro em formação, faz-se necessário o desenvolvimento de pesquisas como esta.

Palavras-Chave: Pressão arterial. Recém-nascido. Nascimento a termo.

NORMA DE DESEMPENHO NBR 15.575: PROJETO E REALIDADE

Alexandre Machado Co – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
alexandre.co@sempreceub.com
Pedro Henrique de Oliveira Alves – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
pedro.ho.alves@sempreceub.com
Sergio Luiz Garavelli – UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br

As cidades brasileiras estão cada vez mais ruidosas. O aumento do número de veículos nas vias e a utilização de equipamentos eletrônicos com maior potência sonora são fatores que corroboram esse aspecto. A exposição de fachadas de edifícios sem o isolamento adequado e eficiente de interfaces de diferentes unidades aumenta a exposição dos habitantes a níveis de pressão elevados. Por outro lado, a conscientização da população em relação à necessidade de condições adequadas de conforto acústico acarreta reclamações sobre a contaminação ambiental referente à poluição sonora. No sentido de mitigar esse problema, a norma brasileira que trata do desempenho de edificações habitacionais, NBR 15575, considera o desempenho acústico importante e estabelece valores mínimos, intermediários e superiores para os parâmetros acústicos de isolação. Em trabalhos anteriores desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Acústica Ambiental do UniCEUB, constatou-se que parâmetros previstos nos projetos acústicos não foram atingidos e, em alguns casos ficaram abaixo do mínimo recomendado pela norma. Esta pesquisa tem por objetivo principal avaliar, *in situ*, por medições acústicas, os parâmetros de isolação para o ruído aéreo entre diferentes ambientes e compará-los com os limites estabelecidos pela NBR 10.575 e com o valor previsto no projeto acústico. No caso de divergências, fizeram-se levantamentos, visando identificar possíveis falhas no projeto ou na execução da obra. Como resultado, evidenciou-se que todos os sistemas avaliados atenderam aos requisitos da NBR 15.575 (2013), e a maioria atingiu apenas o mínimo recomendado. Constatou-se a importância do projeto acústico na etapa de planejamento da obra, pois, no caso de identificação de problema, é possível resolvê-lo nessa etapa. Observaram-se discrepâncias entre os valores do desempenho avaliados no projeto e os das medições *in situ*. Os primeiros foram ligeiramente menores que os medidos, indicando que se deve prever uma margem de erro na etapa do projeto acústico. Em relação aos equipamentos prediais e hidrossanitários, foi constatada a diferença de resultado entre as duas opções avaliadas de sistemas, ou seja, houve melhor resultado para a descarga com caixa acoplada em comparação com a válvula de descarga embutida na parede. A descarga com caixa acoplada evita a vibração causada pela água, que já está armazenada, ao passar pela tubulação. A NBR 15575 (2013), no que se refere a equipamentos prediais e sistemas hidrossanitários, não é de aplicação obrigatória pelas construtoras, mas vale salientar a importância de cuidar do conforto acústico das unidades residenciais. O resultado “mínimo” ou “insuficiente” de desempenho acústico sugere uma percepção extremamente ruim para a edificação e a construtora responsável, pois um item valorizado pelos consumidores não foi atendido adequadamente. Foi constatado também que a escolha de horários nos quais o ruído residual não seja elevado é de fundamental importância para que não haja interferência nos resultados das medições.

Palavras-Chave: NBR 10.575. Desempenho acústico. Projeto.

O AUTOR E A ESTRUTURA DO CRIME TRANSFÓBICO: GÊNERO E PSICANÁLISE

Gabriela da Silva Santos – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
santosgabriela@sempreceub.com
Guilherme Freitas Henderson – UniCEUB, professor orientador
guilherme.henderson@ceub.edu.br

O estudo tem como objetivo compreender a estrutura subjetiva do indivíduo transfóbico e identificar a lógica inconsciente extraída da análise de seu ato criminoso. Mais especificamente, o intuito é compreender de que forma os crimes transfóbicos sofrem influência dos aspectos de gênero que constituem a estrutura simbólica, discernir a lógica inconsciente presente nos crimes cometidos por sujeitos transfóbicos, isto é, identificar, além das variantes de cada caso, dos diferentes comportamentos, a estrutura subjetiva, os mecanismos psíquicos que operam nesse ato e, por fim, verificar se, além da estrutura fóbica, a lógica inconsciente presente nos crimes cometidos por sujeitos transfóbicos pode ser melhor elucidada mediante considerações da estrutura perversa. Para isso, lançou-se mão das considerações psicanalíticas e dos estudos de gênero como meio de articulá-las interdisciplinarmente na investigação do objeto de estudo. Tendo isso em mente, utilizou-se da metodologia qualitativa, norteada pela pesquisa bibliográfica e documental, a partir da qual foram selecionadas reportagens jornalísticas de crimes transfóbicos divulgados na mídia brasileira. Foram consideradas como materiais de análise 30 reportagens sobre crimes cometidos contra sujeitos trans, levantadas no ano de 2019 e buscadas nos portais *online* G1, Folha de São Paulo, UOL Notícias e Terra. As informações foram examinadas pela análise de conteúdo temática, a qual deu origem a seis categorias: tipos de atração; expressões de aversão; compulsão à repetição; fenômenos de massa; fenômenos projetivos; olhar do outro. No que diz respeito aos resultados, por sua vez, identifica-se que o crime transfóbico se dá de maneira multifacetada. Como mecanismos psíquicos que operam na estrutura do crime, aponta-se, além da aversão e da repugnância, a atração sexual, a ternura explícita, a sexualidade e o desejo na realização do crime; a compulsão à repetição, indicando um ato do qual se extrai gozo; o comportamentos de massa; o mecanismo de projeção de possíveis desejos inconscientes dos autores do crime; a angústia de indeterminação. Além disso, quanto ao autor do crime transfóbico buscar ou não uma reação da cultura, da justiça ou da lei da mesma maneira que o autor do crime perverso, não foi possível chegar a uma reposta conclusiva, de acordo com as informações de acesso. Da mesma maneira, salienta-se que os aspectos de gênero que influenciam os crimes transfóbicos não foram suficientemente explorados nesta pesquisa. Por fim, tendo em vista o caráter embrionário do que se trata, chama-se atenção para a impossibilidade da flexibilização dos afetos na estruturação do crime transfóbico e, mais do que isso, da negação do desamparo, que é fundante na estruturação do humano. Nesse sentido, parece que as considerações a respeito da perversão apontam um caminho de investigação neonato em fase de dar seus primeiros passos.

Palavras-Chave: Transfobia. Violência. Psicanálise. Perversão.

O CINEMA BRASILEIRO E A ABORDAGEM SIMBÓLICA DO DISCURSO DE ÓDIO

João Pedro Rinehart Franco – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
cookie.rinehart@sempreceub.com
Carolina Assunção e Alves – UniCEUB, professora orientadora
carolina.alves@ceub.edu.br

As primeiras décadas do século XXI trouxeram inovações na comunicação e ampliaram o acesso aos meios de manifestação pública da opinião. Isso gerou consequências positivas e negativas. Aqueles que abusam da liberdade de expressão, para proferir discursos intolerantes, praticar violências físicas ou psicológicas contra minorias, contribuem para a limitação do exercício da cidadania. Aqui se observa o discurso de ódio, conceito estudado nesta pesquisa. Considerando o cinema como um espaço de manifestação sociocultural que reverbera o contexto de produção das narrativas apresentadas, o objetivo deste trabalho é estudar possíveis representações do discurso de ódio no cinema nacional contemporâneo, a fim de compreender tipificações, como objetificação, exotização e estigmatização. A metodologia utilizada foi a análise fílmica, que destacou as cenas em que esse fenômeno discursivo se faz presente com base em conceitos de violência e discurso de ódio estudados na fundamentação teórica, acrescidos aos estudos sobre linguagem cinematográfica, a fim de aprofundar as análises. Traçou-se um panorama do cinema brasileiro após o período conhecido como *retomada*, e foram selecionadas dez grandes produções em longa-metragem de ficção para o *corpus* de análise. Indícios do discurso de ódio, tal como é identificado nas redes sociais, no imaginário coletivo e em falas ou ações de pessoas influentes, foram observados como parte do quadro contextual das narrativas fílmicas estudadas, bem como certa padronização nas representações do cinema brasileiro para personagens marginalizadas, comunidades abandonadas pelo Estado, violência policial e criminosa, xenofobia, misoginia entre outros.

Palavras-Chave: Discurso de ódio. Análise fílmica. Cinema brasileiro.

O ENSINO DA BIOTECNOLOGIA PARA OS CURSOS DE SAÚDE DO UniCEUB

Rebeca Félix da Silva – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
rebeca.felix@sempreceub.com
Paulo Martins Queiroz Silva – UniCEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

Os avanços tecnológicos modificaram a vida cotidiana e tornaram-se indispensáveis. Sua demanda resultou em benefícios e possibilidades, como o casamento das áreas biológicas com a tecnologia, surgindo a biotecnologia, um caminho inovador que envolve alterações de processos biológicos em busca de um produto, utilizando técnicas especializadas para a sua realização. No meio acadêmico, trata-se de um campo em constante renovação. O objetivo deste trabalho é analisar o uso de vídeos como metodologia aplicada em sala de aula para o ensino de biotecnologia nos cursos de ciências da saúde. Para isso, fez-se breve análise de questionários e vídeos com conteúdos programáticos de biologia molecular e biotecnologia para a avaliação das dificuldades acadêmicas no ensino superior de saúde, além de examinar os possíveis erros e as soluções para tais dificuldades. Os vídeos foram produzidos com a utilização de dois programas da empresa Adobe Inc, disponíveis no laboratório de informática do UniCEUB; uma parte foi realizada no local, e outra, no computador pessoal do aluno pesquisador. O primeiro programa utilizado foi o Illustrator, empregado na produção da imagem, pelo qual foram produzidas peças bases para o vídeo; o segundo programa realizado foi o AfterEffects, em que se animam as bases de imagem e formam-se os vídeos expositivos a ser utilizados nos questionários. Docentes dos vários cursos do UniCEUB participaram desse projeto e responderam ao questionário estruturado. Os alunos declararam que já tiveram alguma dificuldade de aprendizado ao longo do curso e que já buscaram complementação de referências de estudo em vídeos, principalmente, no Youtube. Os entrevistados relacionaram a biotecnologia com a mudança genética de seres vivos, mas o pleno conceito ainda não é dominado pelos estudantes. Os entrevistados reconhecem a importância da biotecnologia como suporte para outras disciplinas. Os vídeos apresentados facilitaram o aprendizado do conteúdo. Muito já se avançou no ensino de biotecnologia, porém muito ainda precisa ser feito para que, além de ter conhecimento básico sobre essa ciência, o aluno possa, a partir dela, exercer o seu papel crítico diante dos acontecimentos e das decisões científicas.

Palavras-Chave: Biotecnologia. Educação. Áudio.

O ENSINO DO DIREITO DIANTE DE NOVOS PARADIGMAS TECNOLÓGICOS

Edimar Batista dos Santos – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
edimar.santos@sempreceub.com
Héctor Luiz Cordeiro Vieira – UniCEUB, professor orientador
hector.vieira@ceub.edu.br

As novas tecnologias, especialmente no contexto das sociedades modernas, buscam respostas para as diversas demandas sociais, ampliam, em larga escala, a funcionalidade e a capacidade de produção e de mercado e impactam, de forma significativa, não só as relações humanas, mas também o sistema jurídico. A adoção da inteligência artificial e de outras tecnologias não é exclusividade do setor privado, embora seja possível perceber nítida assimetria em relação ao setor público. É singular o crescimento exponencial na produção e na utilização de novas tecnologias, as quais são gradativamente divulgadas e distribuídas e aumentam a eficiência da atuação de operadores do direito, escritórios de advocacia, tribunais, órgãos legislativos e administrativos. Apesar disso, as instituições de ensino superior parecem não ter-se adaptado aos desafios impostos pelas novas tecnologias, principalmente quanto à formação dos profissionais do direito. Diante desse contexto, identificam-se quais são as estratégias de adequação do ensino do direito utilizadas pelas principais instituições de ensino superior do Distrito Federal, diante dos novos paradigmas tecnológicos, evidenciando a evolução histórica do ensino jurídico brasileiro, a relação entre direito e tecnologia e as experiências positivas do uso de tecnologia no Judiciário brasileiro. A formação de competências multidisciplinares que vinculem o direito e as novas tecnologias exigirá atenção e esforço concentrado, visando à reinvenção de uma área do conhecimento e, ao mesmo tempo, criando condições para que o ensino jurídico seja voltado ao desenvolvimento de habilidades e competências que preparem os profissionais para os desafios da sociedade.

Palavras-Chave: Ensino. Direito. Novas tecnologias.

O ESPAÇO CIBERNÉTICO E A NOVA ESPIONAGEM: ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CAPACIDADE DEFENSIVA DO BRASIL

Jacy Nazaré Rodrigues Magalhães – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
jacy.magalhaes@sempreceub.com
Lucas Soares Portela – UniCEUB, professor orientador
lucas.portela@ceub.edu.br

O trabalho investiga os meios de projeção de poder no espaço cibernético, como é explorado, além do impacto na política do sistema internacional. O objeto de estudo refere-se aos impactos do escândalo de espionagem de 2013 na política pública brasileira daquela época e considera as formas de conexão e informação, legítimas ou não. No desenvolvimento do trabalho, serão analisados os impactos das políticas públicas brasileiras que tratam da defesa cibernética sobre as atividades de espionagem cibernética do século XXI, por meio da revisão histórica da evolução da espionagem da Guerra Fria até os dias atuais e de análises dos impactos do espaço cibernético sobre as atividades de espionagem. Entendem-se as distinções das atividades de inteligência e espionagem com ênfase em meios informais de coleta de informação, como as distâncias e as embaixadas. Identificam-se, nas políticas públicas brasileiras para a segurança e a defesa cibernéticas, pontos de mitigação das atividades de espionagem, e avalia-se o impacto da revelação de atividades de espionagem cibernética nas políticas públicas brasileiras. Além disso, desmistifica-se o conceito de espionagem, ao provar que não se trata apenas de retirada de informação, pois a inserção de informações, especialmente no espaço cibernético e na era das redes sociais, ganhou papel relevante. A plataforma das redes sociais oferece poucas consequências para aqueles que publicam com más intenções. Verifica-se que não há uma proteção semelhante à dos meios tradicionais de notícias. Além disso, essa plataforma passou a fornecer voz para muitos que não a tinham, o que resulta em uma diminuição não só do espaço geográfico e temporal, mas também das distâncias políticas e sociais. A opinião influencia, fortemente, os processos de tomada de decisão e tem importante papel no jogo político. A guerra cibernética provou-se real e eficaz, deixando de ser algo meramente especulativo. A globalização foi capaz de evidenciar que o confronto no espaço físico já não é a única opção para a imposição e a neutralização do inimigo. O espaço cibernético já pode ser considerado um instrumento de guerra cada vez mais forte em conflitos de escala doméstica e internacional. No Brasil, há uma agenda sobre defesa cibernética desde 2008, mas, só após os acontecimentos de 2013, o país voltou os olhos para isso em suas decisões políticas, e os repasses públicos para a defesa cibernética passaram a aumentar a cada ano. Mesmo que suas medidas ainda não se encontrem ideais ou as mais eficientes, a defesa brasileira considera a importância da defesa cibernética.

Palavras-Chave: Ciberespaço. Brasil. *Fake news*. Espionagem cibernética.

O PARADIGMA DO CONTROLE SOCIAL NA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SEUS EFEITOS NA PROTEÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Lorrana Nascimento Grimes – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
lorrana.grimes@sempreceub.com
Giselle Silva Garcia – UniCEUB, professora orientadora
giselle.garcia@ceub.com.br
Ana Carolina das Virgens Magalhães – UniCEUB, colaboradora
ana.magalhaes@sempreceub.com

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) contribuiu para a criação de políticas públicas que garantissem a soberania e a segurança alimentar e nutricional no Brasil e permitissem o acesso de vários brasileiros à alimentação. Sua extinção propicia fragilidade e riscos para o retorno do país ao mapa da fome. O objetivo desta pesquisa é analisar o paradigma de participação popular na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e seus efeitos na proteção do direito humano à alimentação adequada, após processo de extinção da instância permanente de participação popular, o CONSEA. Trata-se de um estudo qualitativo com condução de entrevistas semiestruturadas com oito sujeitos, ex-conselheiros ou ativistas na luta pela reativação da instância. O conteúdo transcrito das entrevistas foi analisado mediante o referencial do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), categorizado em três blocos temáticos e guiado pela teoria das representações sociais. No bloco *A extinção do CONSEA e a PNSAN*, os sujeitos acreditam que a extinção provoca desestruturação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fragiliza a implementação do SISAN técnico-operacional e perpetua uma agenda em SAN de assuntos soma zero, com impossibilidade de ascensão de temas, como transição agroecológica e reforma agrária, de entrar na agenda de políticas públicas, uma vez que as pressões no debate sobre esses temas eram exercidas pelo CONSEA por suas características de coletivo heterogêneo. No bloco *Mobilizações sociais pró-CONSEA*, os sujeitos reforçaram a sua participação no "banquetaço", o trabalho relevante de participação nas audiências do Congresso, a importâncias das mobilizações para a manutenção do tema na agenda e a reação rápida e forte da sociedade civil. No último bloco, *Articulações e mobilizações futuras*, os sujeitos enfatizaram a importância da conferência popular, evidenciaram que as mobilizações são um potencial de organização da sociedade civil e consideraram que, para a resistência dos movimentos sociais, é preciso voltar para a base, atuar no fortalecimento de grupos específicos e fortalecer as instâncias dos CONSEA municipais e estaduais, pois são espaços legítimos das políticas de SAN locais. Os entrevistados reconhecem o papel da Frente Parlamentar de SAN para evidenciar a SAN e o DHAA e afirmam que este modelo de representação não substitui o CONSEA. A extinção do CONSEA pode ser interpretada como um processo inexorável da atual política social e econômica estabelecida no país, porém os achados da pesquisa reforçam que essa decisão é autoritária e antidemocrática, pois viola direitos constitucionais, como o de participação comunitária, e coloca em risco a eficácia da PNSAN.

Palavras-Chave: Segurança alimentar e nutricional. Programas de nutrição e alimentação. Política pública.

O USO DA BIOMIMÉTICA EM PROJETO DE CAPELA E PRAÇA PARA A REQUALIFICAÇÃO URBANA NA COMUNIDADE DO SOL NASCENTE

Giovanna Pati Fontes e Silva – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
giovanna.ps@sempreceub.com
Ana Carolina Netto Gomes Drumond – UniCEUB, professora orientadora
ana.drumond@ceub.edu.br

A pesquisa objetiva compreender projetos relacionados à biomimética ao longo da história da arquitetura sacra e projetar um estudo preliminar de capela e praça para a comunidade do Sol Nascente, utilizando os princípios da natureza. Para tanto, buscou-se aporte teórico bibliográfico e análise de significativas obras arquitetônicas sacras. Realizou-se um estudo preliminar para uma capela e uma praça, com partidos relacionados à natureza, no Sol Nascente, região administrativa do Distrito Federal e uma das maiores favelas da América Latina, carente de uma arquitetura pensada e projetada para a população. Os resultados da pesquisa, primeiramente no que se refere à compreensão dos projetos arquitetônicos sacros, demonstraram como a natureza interferiu na elaboração e na concepção de obras antigas e que transpassam o tempo, o espaço e sua simbologia. O projeto preliminar da capela resultou em um espaço contemplativo, agradável e belo, pensado para os habitantes que frequentam as proximidades e que anseiam por um ambiente de tranquilidade e conexão com o divino e com outras pessoas que ali estiverem, em verdadeira relação de comunidade. Assim, destaca-se a importância de não cair na indiferença quando se projetam espaços que podem interferir na vida pessoal e espiritual do ser humano e que ofereçam, assim como a natureza quando é bem compreendida e trabalhada, inúmeras possibilidades de produtos e ideias, como verdadeiro modelo, medida e mentora.

Palavras-Chave: Arquitetura sacra. Biomimética. Capela. Sol Nascente.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO DISTRITO FEDERAL

Juliana Stela Martins Araújo e Castro – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
Juliana.castro@sempreceub.com
Ludmila de Araújo Correia – UniCEUB, professora orientadora
ludmila.correia@ceub.edu.br

O contexto de desigualdade social encontrado no Distrito Federal reporta a situações semelhantes em períodos de crescimento das metrópoles. O padrão é repetido nas demandas sociais e, em especial, nas relacionadas à moradia. Assim, pretende-se compreender o panorama social e histórico das atividades que antecederam as políticas de Estado existentes em outras cidades e associá-las à realidade do Distrito Federal. Além disso, identifica-se quem são os protagonistas do espaço e quem são os fornecedores do serviço de assistência técnica de habitação de interesse social por meio de dados sem relação direta com o tema. Por fim, entendem-se quais são os maiores desafios encontrados. A pesquisa bibliográfica buscou, em primeiro plano, a contextualização da situação habitacional do Brasil e, principalmente, de Brasília. Em seguida, analisou-se o acervo de históricos de assistência técnica desenvolvidos no país e os tipos de intervenções. Por fim, examinou-se a APO, suas metodologias e os termos associados, como a psicologia ambiental. Adaptada ao formato virtual, as pesquisas sobre iniciativas de ATHIS existentes no Distrito Federal foram aprofundadas. Além disso, foram analisados dados coletados pelo Conselho de Arquitetura do Brasil no Distrito Federal, pela Companhia de Habitação de Brasília (CODHAB) e pelo questionário *online*. As análises de levantamentos de ações de ATHIS no DF pelas redes sociais iniciam-se com a resposta de que os responsáveis pela divulgação e pela ação na unidade federativa são a empresa pública de habitação e as instituições de arquitetura, como o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e o Instituto de Arquitetura de Brasília (IAB). Na análise dos dados obtidos pela CODHAB, sobre demandas do programa de melhorias habitacionais, foi possível o mapeamento dos endereços registrados, e conclui-se a alta demanda nas regiões de Ceilândia e Samambaia, onde há postos de atendimento comunitário da CODHAB. Examinaram-se dados obtidos por arquitetos e assistentes sociais da CODHAB no bairro Porto Rico, em Santa Maria. Por último, analisaram-se as RRTs emitidas por arquitetos e engenheiros entre 2015 e início de 2020, para mapeamento dos locais de projeto e obra. Os resultados demonstram-se favoráveis às atividades de ATHIS individualizadas no DF. Apesar da alta demanda e da contraposição à baixa oferta, conclui-se que a presença física tanto de profissionais quanto de pesquisadores evidencia a conscientização do direito à moradia, garantida pela Lei Federal 11.888/08, portanto a população demanda o serviço; em contrapartida, há mobilização da sociedade civil com serviços voltados à HIS. Dessa forma, além da importância da CODHAB para a normatização de ATHIS, o incentivo gerado pela iniciativa pública e pelas ações de capacitação e os eventos sobre a temática iniciada pelo CAU-DF e pelo IAB-DF fazem crescer a mobilização da sociedade civil e a organização entre os moradores em suas comunidades com assistência de equipes de arquitetos.

Palavras-Chave: Habitação social. Análise pós-ocupação. ATHIS.

PANORAMA DA RAIVA EM MORCEGOS INSETÍVOROS (CHIROPTERA, MOLOSSIDAE) NO DISTRITO FEDERAL

Marcela Fernanda Domingueti Barreto – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
marcela.fernanda@sempreceub.com
Jennifer Matos de Souza – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
jennifer.matos@sempreceub.com
Fabrício Escarlate Tavares – UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

A raiva é uma zoonose que acomete animais vertebrados, principalmente mamíferos. É caracterizada como uma doença de infecção em múltiplas espécies e causada por vírus do gênero *Lyssavirus.* Morcegos hematófagos e mamíferos carnívoros desempenham papéis importantes no ciclo epidemiológico do vírus, pois atuam como reservatórios e vetores. Em função disso, os órgãos de vigilância sanitária mantêm um trabalho de monitoramento e controle das populações de morcegos hematófagos, além de promover campanhas de vacinação de cães e gatos. Usualmente, o papel de outros grupos de espécies no ciclo é considerado de menor expressão, entretanto é possível encontrar registros de morcegos frugívoros e insetívoros contaminados, o que permite inferir que a prevalência da doença em outros grupos de morcegos seja subestimada. Assim, o presente estudo tem por objetivo identificar a incidência de raiva em morcegos insetívoros da família *Molossidae* no Distrito Federal. O trabalho focalizou o levantamento de dados secundários a partir de estudos publicados, e, de forma complementar, foram feitas buscas por relatórios nos *sites* dos órgãos de controle. Por fim, fez-se junto ao Centro de Zoonoses e a SEAGRI um levantamento na base de dados dos órgãos. Apenas seis registros de morcegos insetívoros com testagem positiva para raiva foram encontrados. Metade desses registros foi da espécie *Nyctinomops laticaudatus*. Todos os registros foram efetuados em áreas urbanizadas. A localidade com maior número de casos foi a Asa Norte, com três registros. O estudo evidenciou que há grande lacuna de informações no que se refere à incidência da raiva em morcegos insetívoros, que podem contribuir como reservatórios no ciclo da doença. Esses morcegos estão presentes em áreas urbanas, em grande proximidade com as pessoas, e isso é preocupante, pois a prevalência da doença pode ser maior do que a evidenciada até o momento.

Palavras-Chave: *Molossidae. Lyssavirus.* Zoonozes. Controle sanitário. Reservatório.

PESQUISA DE ANTICORPOS DO TIPO IGG CONTRA CAXUMBA EM INDIVÍDUOS DE BRASÍLIA-DF

Joyce Cristine Araújo de Deus da Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
joyce.cristine@sempreceub.com
Beatriz Oliveira de Andrade – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
beatriz.andrade@sempreceub.com
Kelly Cristina Rodrigues Simi – UniCEUB, professora orientadora
kelly.simi@ceub.edu.br

A caxumba é uma infecção causada por um vírus de RNA conhecido como *mumpsvirus*, é altamente contagiosa, e sua transmissão ocorre por meio de gotículas de saliva, tosse ou espirro de pessoas infectadas. Tem o período de latência de 16 a 18 dias, e o quadro clínico característico é parotidite unilateral ou bilateral, seguido de cefaleia, mal-estar, anorexia, mialgia, febre baixa; além disso, há o risco de complicações e sequelas. A doença é prevenida pela vacina tríplice viral, porém, recentemente, têm ocorrido surtos de caxumba no Distrito Federal, onde a maioria dos acometidos foram indivíduos de 20 a 49 anos com registro de vacinação anterior. O presente projeto é um estudo experimental com ensaio quantitativo *in vitro* para anticorpos humanos da classe IgG contra o vírus da caxumba, pela técnica de ELISA, a fim de verificar a taxa de imunização em indivíduos de 18 a 35 anos residentes de Brasília. Em razão da pandemia de COVID-19, a pesquisa não pôde ser realizada em sua totalidade, e a população estudada foi reduzida de 180 para 39 indivíduos. Entre os voluntários, 27 estão imunizados, 10, não imunizados, e 2 apresentaram resultado indeterminado; todos os voluntários apresentaram titulações de anticorpos variadas, o que confirma a hipótese de que os níveis de anticorpos sofrem decréscimo com o passar dos anos. Portanto, conclui-se que apenas 2 doses da vacina na infância não são suficientes para garantir imunidade perene. O essencial seria adicionar à campanha vacinal nova dose da vacina na idade adulta, com o objetivo de prevenir a queda da imunização e o consequente ressurgimento de surtos.

Palavras-Chave: Parotidite infecciosa. Tríplice viral. Imunização.

PLANEJAMENTO DE UMA REDE DE VLT NA ÁREA CENTRAL DE BRASÍLIA COM VISTAS A MITIGAR OS PROBLEMAS DE MOBILIDADE URBANA NA CAPITAL FEDERAL

Jonie Daniel Meireles Doberstein de Magalhães – UniCEUB, PIBIC-CNPq, aluno bolsista
joniedaniel@sempreceub.com
Mônica Soares Velloso – UniCEUB, professora orientadora
monica.velloso@ceub.edu.br

Os problemas causados pela crise que envolve a mobilidade urbana é uma realidade vivenciada no Brasil e no mundo. Especificamente em relação ao Distrito Federal, em Brasília, local escolhido para a elaboração da presente pesquisa, sua população, à semelhança de outros povos, sofre com as condições adversas do transporte cotidiano, fruto de rotineiros congestionamentos, poluição ambiental, elevado tempo de deslocamento e perda de qualidade de vida, consequências diretas do expressivo aumento da frota de veículos, da precariedade da infraestrutura viária e da péssima qualidade do transporte coletivo. A partir dessa constatação, o objetivo do estudo é planejar uma rede de Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, a ser implantada na área central de Brasília, integrada às redes de transporte da cidade (existentes e planejadas), tomando como ponto de partida a análise de dados levantados em pesquisas de origem-destino. A escolha do VLT ocorre pelo fato de esse meio atender ao pressuposto do transporte de massa de qualidade com baixa emissão de poluentes e de fácil adequação ao contexto no qual está inserido. A implantação de VLT cresce em diversas cidades pelo mundo, por ser um meio de transporte eficiente, pelo seu elevado nível de produtividade e de alta inovação tecnológica. As análises preliminares de dados apontam que a implantação do VLT seria especialmente importante para atendimento da área central de Brasília, ou Unidade de Planejamento Territorial Central, compreendendo as Regiões Administrativas do Plano Piloto, Sudoeste, Octogonal, Cruzeiro e Candangolândia, pois trata-se de uma região densamente ocupada com a maior oferta de empregos da cidade e que apresenta uma das mais expressivas taxas de motorização do país. Assim, elaborou-se uma proposta formal de mudança modal na área, com o planejamento de transportes baseado em critérios técnico-científicos. A partir dessa premissa, desenvolveu-se um projeto de VLT circunscrito ao sistema viário de Brasília mediante critérios estabelecidos no Modelo Tradicional de 4 Etapas. Para execução da tarefa, foram utilizados dados de estudos distritais publicados, tais como a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD/2018, o Plano Diretor de Transporte sobre Trilhos – PDTT/2018, a Pesquisa de Mobilidade Urbana – PMU/2016 e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT/2012. As variáveis escolhidas foram as que influenciam o transporte da área central de Brasília, a exemplo de informações socioeconômicas, de origem e destino, modo de transporte, posse de veículos, número de habitantes, renda, instrução, entre outras. Todas as análises foram realizadas, a fim de planejar linhas de VLT que atendessem à população com eficácia e eficiência. O resultado foi um planejamento de rede estratégica de VLT a ser implantada na área central de Brasília, oferecendo transporte de qualidade para a população, integrado às estações de metrô e terminais rodoviários, visando à opção de mudança modal, principalmente do transporte motorizado individual para o coletivo, e projetada para atender a demanda em um horizonte de 20 anos.

Palavras-Chave: Brasília. VLT. Subcentro urbano.

PNEUMONIA COMUNITÁRIA E HOSPITALAR EM *BOX* DE EMERGÊNCIA DE UM HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: ESTUDO DE PREVALÊNCIA, MÉTODOS DIAGNÓSTICOS, FATORES DE RISCO, TRATAMENTO E MORTALIDADE

Rodrigo Soares Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
rodrigosoaresp@sempreceub.com
Felipe Freitas de Sousa – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
felipefreitasousa@sempreceub.com
Joana d'Arc Gonçalves da Silva – UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br

A pneumonia (PNM) é uma das doenças infectocontagiosas com a quarta maior taxa de morbimortalidade do país, sendo maior em pacientes imunodeprimidos, crianças e idosos. Caso ocorra no ambiente hospitalar, entre 48 horas da admissão e 72 horas da alta hospitalar, é chamada pneumonia hospitalar (PH); fora do ambiente hospitalar ou nas primeiras 48 horas de internação, é chamada pneumonia adquirida na comunidade (PAC). Entre janeiro de 2018 e janeiro de 2019, essa infecção pulmonar representou, nacionalmente, cerca de 53,11% das internações e 60,7% dos óbitos referentes a patologias do sistema respiratório. As PNM são consideradas desafiadoras para o controle de dados referentes à morbimortalidade e, principalmente, os dispendiosos valores gastos. Isso ocorre por escassez de estudos epidemiológicos com informações conclusivas sobre incidência, mortalidade e possíveis fatores relacionados ao prognóstico da patologia. O objetivo da pesquisa é investigar o perfil epidemiológico, os métodos de diagnóstico, os fatores de gravidade, a morbimortalidade e o tratamento mediante a análise de prontuários dos pacientes com diagnóstico de pneumonia nosocomial e comunitária no *box* de emergência do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, no período de janeiro de 2018 a setembro de 2019. Trata-se de um estudo retrospectivo e prospectivo, transversal e descritivo. Foram analisados 592 prontuários, e incluídos 80 pacientes segundo os critérios de participação; 55% eram do sexo feminino com média de idade de 70,48 ± 16,64. Quanto ao tipo de pneumonia, 54,5% dos pacientes possuíam o acometimento comunitário enquanto 47,5%, o nosocomial; 91,25% dos pacientes possuíam comorbidades, e cerca de 71,2% apresentavam, pelo menos, duas delas. As principais patologias listadas foram hipertensão arterial sistêmica, diabetes *mellitus* do tipo 2, doença pulmonar obstrutiva crônica e insuficiência cardíaca. O escore CURB-65 da admissão para PAC mostrou que 61,90% (N=26) atingiram escore maior ou igual a três, o que indica mortalidade alta. Para PAC, os antibióticos mais utilizados foram meropenem, piperacilina com tazosulbactam, cefepime e ampicilina com sulbactam, enquanto, na PH, foram meropenem, ampicilina com sulbactam, vancomicina e cefepime. A mortalidade geral do estudo foi de 86,25%; especificamente para PAC, foi de 85,61% e 86,84% para PH. A idade avançada, a presença de comorbidades e a associação ao tabagismo são consideradas fatores de gravidade e estão relacionadas à alta taxa de mortalidade. A PH determinou-se como uma complicação grave e levou ao maior período de internação, à maior demanda por suporte invasivo e ao maior número de antibióticos.

Palavras-Chave: Pneumonia bacteriana. Epidemiologia. Antibiótico.

PRAÇAS DE BRASÍLIA: UM ESTUDO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS COLETIVOS DO PLANO PILOTO

Izabella Mendonça Cavalcante – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
izabella.cavalcante@sempreceub.com
Júnia Marques Caldeira – UniCEUB, professora orientadora
junia.caldeira@ceub.edu.br

Brasília, como cidade modernista, foi planejada em setores, o que influenciou e determinou, indiretamente, os espaços públicos e suas as atividades. Apesar de os espaços públicos coletivos do Plano Piloto sofrerem modificações ao longo do tempo, as demandas físicas e sociais giram em torno de propósitos específicos, norteados pelas escalas de Brasília. Embora o modelo da capital do país tenha sido estudado em vários aspectos, existem poucos trabalhos investigativos sobre a utilização dos espaços públicos pela população. Assim, a pesquisa tem como objetivo a análise urbanística dos modelos de praças existentes no Plano Piloto e seu desenvolvimento nos dias atuais, sobretudo, diante do debate em torno da qualidade de vida urbana das cidades contemporâneas, tão em voga nos projetos de requalificação de espaços públicos. Para isso, analisam-se os aspectos positivos de atração e acolhimento dos espaços e os aspectos negativos que desestimulam o seu uso. Mediante abordagem histórica, quatro áreas distintas foram escolhidas para a realização do estudo: a Praça dos Três Poderes na escala monumental; a Praça do Compromisso na escala gregária; a Praça do Pedestre; o espaço livre da superquadra sul 308, representante da escala residencial. Essa abordagem permite entender a trajetória desses espaços, resgatar o propósito original concebido por Lúcio Costa e estabelecer os principais fatores que geraram transformações no uso e na apropriação pelos moradores. Uma das principais estratégias aplicadas no estudo foi a leitura configuracional como método de análise e compreensão do potencial urbano dos espaços estudados e a sintaxe espacial, que permitiu a produção de gráficos comparativos. Este estudo contribui para perceber a relação entre espaço e usuário e destacar como os espaços construídos afetam o seu modo de apropriação. Desse modo, pode-se inferir, para o escopo desta pesquisa, que o plano modernista e a setorização em escalas da cidade de Brasília geraram espaços únicos e, consequentemente, atividades distintas. A Praça dos Três Poderes, por exemplo, tem atividades cívicas e turísticas; o espaço livre da SQS 308 tem, além disso, atividades de introspecção e apreciação à natureza. Assim, caberia ampliar a aplicação dessa metodologia para um número maior de áreas, além de avaliar os futuros usos nos espaços analisados nesta pesquisa, já que o urbanismo e a interação com os espaços públicos estão em constantes mudanças.

Palavras-Chave: Praças. Espaço público. Plano Piloto de Brasília.

PREVALÊNCIA DE ANEMIA EM CRIANÇAS PARASITADAS NO DISTRITO FEDERAL BASEADA EM DADOS COLETADOS PELO LABORATÓRIO-ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA

Sarah Marillyn Rodrigues Silvério – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
sarah.marillyn@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

A população infantil é considerada vulnerável à contaminação por doenças parasitárias, pela imaturidade do sistema imunológico e por práticas inadequadas de higiene. Crianças em faixas etárias menores, após a contaminação, são mais suscetíveis ao desenvolvimento de sintomas graves e à redução dos níveis de ferro ingerido na dieta, ocasionando a anemia, caracterizada pela baixa da hemoglobina no sangue, de acordo com os valores padrões para idade, sexo e estado fisiológico do indivíduo, sendo estes inferiores a 11,5g/dL para crianças. No Distrito Federal, além da deficiência de informação a respeito do assunto, os problemas com enteroparasitas são agravados em regiões onde as condições socioeconômicas são carentes. As morbidades estão interligadas, como a falta de conhecimento acerca da profilaxia, o saneamento básico e a infraestrutura na rede de drenagem urbana deficitária. Ao desenvolver um estudo epidemiológico quanto às parasitoses, o objetivo é verificar a imunocompetência das crianças atendidas e acometidas, associando as doenças parasitárias presentes no quadro de enfermidades negligenciadas, instaurando possíveis métodos de prevenção em consonância com a conscientização populacional a respeito das possíveis doenças, por meio dos prontuários, para verificação da imunocompetência das crianças e dos adolescentes, para um estudo retrospectivo de anemias em indivíduos parasitados por meio do hemograma.

Palavras-Chave: Crianças. Adolescentes. Prontuários. Parasitoses. Anemias.

PREVALÊNCIA DE ENDOCARDITE INFECCIOSA POR *COXIELLA BURNETTI* EM VÁLVULAS CARDÍACAS HUMANAS CONGELADAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM BRASÍLIA APÓS SUA DETECÇÃO: CONTINUAÇÃO DE UMA LINHA DE PESQUISA

Camila de Carvalho Gallo Pereira – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
camila.gallo@sempreceub.com
Pedro Lemgruber Xavier Mattoso Pavie – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
pedro.pavie@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

Coxiella burnetii é uma bactéria de morfologia cocobacilo, gram negativa, estritamente intracelular, do gênero *Rickettsia*, causadora de zoonoses em mamíferos. Na maioria das vezes, desencadeia um quadro agudo que tende a ser subclínico ou autolimitado quanto à patogênese da febre Q, relacionada entre as principais causas de endocardite com cultura bacteriana negativa, cujo diagnóstico passa por cultura de sangue, excisão de tecido da válvula cardíaca ou dos êmbolos, PCR e sorologia. Para confirmá-lo, é necessário que haja a detecção microbiana por cultura ou PCR com um perfil sorológico correspondente e a ausência de indícios de infecção. O objetivo deste trabalho é verificar a prevalência de endocardites por *Coxiella burnetii* com culturas negativas em válvulas cardíacas humanas congeladas em um hospital de referência em Brasília. Inicialmente, foram selecionadas 25 amostras de valvas cardíacas humanas, além das 20 anteriormente processadas, que se encontram congeladas a 20º C negativos, acondicionadas em frascos individuais estéreis, no Instituto de Cardiologia do Distrito Federal-ICDF, nas quais se utilizou metodologia com princípios moleculares de detecção desenvolvida no PIC 2018/2019. O material genético é extraído de, aproximadamente, 200 mg de tecido originário de valvas cardíacas, colocadas em tubos plásticos de 1,5 mL, macerados mecanicamente com pistilo de vidro, durante 2 minutos. O tampão de extração utilizado é 10 mM Tris-HCl pH 8,0, 1 mM EDTA pH 8,0 e 0,3% Triton X-100; administraram-se fenol, clorofórmio e álcool isoamílico (25:24:1) no processo de extração do DNA. Em seguida, realizou-se nested-PCR com consequente amplificação do material genético. A extração de DNA produz, em média, 40 ng/ul de DNA total, diluídos e usados nas reações de nested-PCR. A primeira reação de PCR gera fragmentos de tamanho 485 pb. Submetendo-se as amostras ao segundo ciclo de PCR, obtêm-se fragmentos de tamanho 260 pb. Das 20 amostras de DNA testadas (incluídas as mesmas do PIC 2018-2019), 7 de válvulas cardíacas foram identificadas como positivas para a presença de DNA da bactéria *Coxiella burnetti.* As demais não resultaram em amplificação, sendo consideradas como negativas quanto à presença do DNA dessa bactéria. Em conclusão, a suspeita dos pesquisadores confirmou-se pelos resultados, gerando expectativa nas amostras congeladas disponíveis. No segundo semestre de 2019, as 20 amostras incialmente preparadas, contando as do PIC 2018-2019, foram analisadas, os materiais, solicitados, e as novas bibliografias, buscadas. Em 2020, não foi possível o preparo de novas valvas, que estão congeladas, nem a realização das pesquisas, pois os laboratórios do UniCEUB permanecem sem acesso, e o funcionamento do laboratório da EMBRAPA está restrito e sobrecarregado com outras demandas, em razão do isolamento social. Assim, não foi possível concluir a pesquisa da maneira esperada, mesmo com os materiais comprados e as valvas disponíveis.

Palavras-Chave: Endocardite. *Coxiella burnetii*. PCR.

PREVALÊNCIA E PERFIL DE SENSIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE UROPATÓGENOS DE PACIENTES ATENDIDOS NO LABORATÓRIO ESCOLA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA NO DISTRITO FEDERAL

Bárbara Clemente Ribeiro – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
barbara.crbm@sempreceub.com
Hian Delfino Ferreira da Silva – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno voluntário
hian.delfino@sempreceub.com
Luís Eduardo Santos Barros – UniCEUB, professor orientador
luis.barros@uniceub.br

O uso indiscriminado de antibióticos no tratamento das infecções do trato urinário age como pressão seletiva ao surgimento de resistência aos antimicrobianos. Assim, objetiva-se neste trabalho determinar a prevalência de uroculturas positivas e o perfil antimicrobiano dos organismos encontrados em pacientes ambulatoriais atendidos no Laboratório Escola no Centro Universitário de Brasília, no Distrito Federal. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, realizado por meio da análise dos registros laboratoriais de todas as uroculturas realizadas no período de agosto de 2017 a dezembro de 2019. Os critérios de inclusão foram apresentar crescimento igual ou superior a 100.000 unidades formadoras de colônia de urina, ter resultado de identificação do agente patogênico e o resultado do teste de sensibilidade aos antimicrobianos. No período do estudo, foram realizados 2.436 exames de urocultura. Desses, 2.281 foram excluídos, 2.252, por não apresentarem crescimento bacteriano à cultura, e 29 exames não tinham todas as informações ou apresentaram um crescimento bacteriano <100.000 unidades. Por fim, foram incluídos 155 exames positivos. Entre as amostras, 92% foram do sexo feminino, e 8%, do sexo masculino, com idade média, respectivamente, de 48 e 52 anos. *Obtiveram-se 8 agentes patogênicos. A Escherichia coli foi o mais prevalente,* com 78% dos casos, *seguida de Klebsiella pneumoniae, Proteus mirabilis, Streptococcus agalactiae, Staphylococcus saprophyticus, Staphylococcus haemolyticus, Enterococcus faecalis e Staphylococcus aureus*. Com exceção da ampicilina e da cefalotina, para todos os outros β-lactâmicos testados, a sensibilidade foi acima de 80%. A resistência da *Escherichia coli* à ampicilina foi de 50,82%. A resistência média aos cefalosporínicos foi de 11,5%. Não houve resistência aos carbapenêmicos. Houve apenas 5,74% de resistência ao aminoglicosídeo gentamicina. Por outro lado, os derivados quinolônicos apresentaram as maiores taxas de resistência, entre 24,59% e 40,98%. Aos nitrofurânicos, em associação, Trimetoprim Sulfametoxazol, a *Escherichia coli* apresentou 29,51% de resistência. Estudos em larga escala são necessários para confirmar os achados e auxiliar a elaboração de um plano mais adequado ao tratamento das infecções no Distrito Federal e a eventual implementação de programas em nível não só local, mas também federal, para aprimorar a gestão de antimicrobianos e prezar pelo uso racional dos antibióticos de largo espectro.

Palavras-Chave: Uropatógenos. Resistência bacteriana. Infecção do trato urinário.

PROSPECÇÃO *IN SILICO* DE ENZIMAS DO COMPLEXO LIGNINO-CELULOLÍTICO EM *Bacillus thuringiensis*

Dimitri Sokolowskei – UniCEUB, PIC Institucional, aluno bolsista
dimitri.sokolowskei@sempreceub.com
Edvar Carneiro da Silva Júnior – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
edvar.junior@sempreceub.com
Paulo Roberto Martins Queiroz – UniCEUB, professor orientador
paulo.silva@ceub.edu.br

A busca por fontes de energia alternativa avança à medida que a disponibilidade de recursos de petróleo dependentes diminui. As biomassas são matrizes orgânicas capazes de ser convertidas em energia. Bactérias do gênero *Bacillus spp*. são produtoras de enzimas do complexo lignino-celulolítico e apresentam grande potencial de uso na produção de biocombustíveis. Algumas espécies do gênero carecem de maiores investigações na busca dessas enzimas, como é o caso do *Bacillus thuringiensis*. Portanto, o objetivo do presente trabalho é identificar e descrever a presença de enzimas do complexo lignino-celulolítico em *B. thuringiensis*. Os proteomas das bactérias utilizadas no estudo foram coletados no banco de dados NCBI, e os dados foram pré-tratados com linguagem de programação Python. Um *script* em VBA foi escrito para semiautomatizar a procura das enzimas desejadas nos proteomas das bactérias, pela interface gráfica Excel. Por fim, foi utilizado o programa Clustal Omega para a construção de árvore filogenética das espécies coletadas. Foram encontradas 4 diferentes enzimas no proteoma de *B. thuringiensis*: 6-phospho-β-glucosidase, α-glucosidase, α-amilase e lacase, todas com potencial de degradação de biomassa, principalmente amido e lignina. Ao analisar outras espécies do gênero, foi identificado maior número e diversidade de enzimas do complexo lignino-celulolítico principalmente em *B. amyloliquefaciens, B. licheniformis, B. pumilus e B. subtilis.* Conclui-se que, apesar de *B. thuringiensis* apresentar potencial na degradação de biomassa, outras espécies do gênero podem ser mais eficientes em aplicações reais. Esses achados ampliam o potencial biotecnológico de *B. thuringiensis*, antes restrito à produção de bioinseticidas e plantas resistentes à praga.

Palavras-Chave: Biomassa. *Bacillus thuringiensis*. Biocombustíveis.

RACISMO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS(AS) NEGROS(AS)

Luísa Arcoverde Bezerra Soares – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
luisa.arcoverde@sempreceub.com
Carmen Lúcia Melo de Souza – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntaria
carmen.souza@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – UniCEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

Esta pesquisa surge de inquietações relacionadas ao sofrimento psíquico gerado pelo racismo. No Brasil, vivencia-se o enraizamento do racismo estrutural, ainda que mais da metade da população seja negra. A atuação da psicologia no combate à discriminação racial faz parte do Código de Ética profissional. Entretanto, a história da profissão é marcada pela ênfase na saúde mental de pessoas brancas. A construção da psicologia, em uma perspectiva eurocentrada, traz implicações para a atuação profissional diante do racismo, até os dias de hoje. As demandas da população negra foram, por muito tempo, desvalorizadas, resultando no despreparo dos profissionais em acolher e legitimar o sofrimento psíquico derivado das vivências raciais. O objetivo desta pesquisa é compreender os desafios e as perspectivas de psicólogos (as) negros (as) no que se refere à atuação profissional relacionada às relações raciais. O método qualitativo utiliza como instrumento entrevistas semiestruturadas junto ao trabalho de campo de três meses, com sete profissionais da psicologia negros (as), atuantes em atendimento clínico no Distrito Federal. Os (as) entrevistados (as) foram recrutados (as) por amostra por conveniência, mediante a rede de relações profissionais dos pesquisadores. A discussão foi dividida em dois eixos temáticos: perspectivas e desafios da trajetória de formação e como sujeito negros; estratégias de atuação profissional no atendimento a pessoas negras. No primeiro eixo, os resultados apontam para a invisibilidade da temática das relações raciais nos espaços acadêmicos, tanto sobre os aspectos teóricos das abordagens psicológicas quanto sobre a quantidade de estudantes negros presentes na graduação. Assim, defende-se a descolonização da psicologia mediante o fortalecimento da interface entre psicologia e relações raciais, que pode contribuir para mudanças na grade curricular, incluindo autores (as) negros (as) no currículo de Psicologia. Além disso, propõe-se incorporar na graduação produções científicas sobre a temática e alguns dos principais psicólogos (as) negros (as) que abordam esse fenômeno na prática profissional. No segundo eixo, discute-se a importância do reconhecimento do racismo e seus desdobramentos na saúde mental da população negra. Além disso, trata-se do dever da categoria profissional em rever as práticas de atuação tradicional. Nas considerações finais, aponta-se que a construção da psicologia antirracista deve ser praticada por todos (as) profissionais, brancos (as) e negros (as).

Palavras-Chave: Racismo. Sofrimento psíquico. Psicologia.

REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUO DE GRANALHA DE AÇO NA COMPOSIÇÃO DE CONCRETO

Murilo Henrique Rodrigues – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
murilo04henrique98@sempreceub.com
Lívia Ferreira Boaro – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
livia.boaro@sempreceub.com
Érika Regina Costa Castro – UniCEUB, professora orientadora
erikaregina0708@gmail.com

O cimento é um dos produtos mais importantes para o desenvolvimento do homem na Idade Moderna, porém sua produção traz uma série de problemas para o meio ambiente, pois é um dos grandes responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO_2) na atmosfera, um dos principais gases que provocam o aumento da temperatura na Terra. Outro produto que acarreta sérios problemas é a granalha de aço, utilizada comumente em jateamento; após seu uso, é descartada em aterros industriais ou empregada em confecções de produtos. Um dos principais usos do cimento é a produção do concreto, mistura composta de água, cimento, agregado miúdo, agregado graúdo e aditivo, quando necessário. Dessa forma, utilizar granalha de aço como substituto parcial do cimento na produção do concreto, em porcentagens específicas pode acarretar o descarte sustentável do resíduo da granalha de aço e diminuir a necessidade da produção do cimento. Assim, o presente trabalho propõe analisar o comportamento do concreto quando substituído parcialmente por resíduo de granalha de aço, utilizando ensaios de laboratório normatizados pela ABNT. Tendo em vista as proporções de substituição, percebeu-se que os dados coletados foram muito próximos aos valores de referência realizados com os mesmos materiais e equipamentos. Assim, conclui-se que o uso da granalha de aço é viável tecnicamente e ambientalmente na produção de concreto e é ótimo meio para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Reaproveitamento. Granalha de aço. Concreto.

REFLEXÕES SOBRE O QUE É "SER PRETO": OS DESAFIOS E OS DILEMAS DO RECONHECIMENTO DA IDENTIFICAÇÃO RACIAL EM UM PAÍS MISCIGENADO

Letícia Isabela Lindolfo Araújo – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
leticia.isabela@sempreceub.com
Amanda de Lélis Fernandes Dourado – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
amanda.dourado@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

O objetivo deste estudo é compreender a influência da miscigenação racial nos processos subjetivos sociais e individuais e sua expressão no contexto familiar. A ação colonizadora resultou em intensa miscigenação, por isso os brasileiros possuem, em sua árvore genealógica, diversos grupos étnicos, em meio aos quais predomina a descendência preta, fazendo que o Brasil seja considerado uns dos maiores países com influência cultural africana. No entanto, o reconhecimento da identificação racial em um país miscigenado envolve uma série de questionamentos. Esta pesquisa propõe debater sobre as questões que rodeiam a declaração racial, leva em consideração a categoria da subjetividade, que se configura na articulação inseparável do simbólico com o emocional, e enfatiza os processos subjetivos sociais e individuais relacionados a essa experiência. De maneira específica, foram realizadas dinâmicas conversacionais com 3 participantes, de forma individual. As informações e as experiências compartilhadas nessas dinâmicas foram organizadas em dois tópicos: compreensão do colorismo; cabelos crespos e corporeidade: identidade e aceitação. Os resultados indicaram que o processo de identificação racial e autodeclaratório ocorre em meio a uma série de questionamentos não apenas por parte do próprio indivíduo que vivencia, mas também das outras pessoas ao seu redor. Além disso, a partir das dinâmicas realizadas, foi possível perceber a influência e o papel do contexto familiar no percurso de significação do que é ser preto no Brasil. Outro episódio significativo foi a consciência dos participantes quanto à pigmentocracia e às diferentes formas de expressão do racismo. A fuga da negritude foi, por muito tempo, incentivada por grande parte da sociedade. Nesse sentido, percebe-se que ser negro, ainda que de pele clara, traz conflitos e vivências enraizadas socialmente que desencadeiam, na realidade desses indivíduos, uma espécie de não pertencimento e inadequação racial.

Palavras-Chave: Autodeclaração. Colorismo. Teoria da subjetividade. Miscigenação.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A NÃO MATERNIDADE

Camila Cristina Saraiva Castello – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
camila.castello@sempreceub.com
Lucas Alves Amaral – UniCEUB, professor orientador
lucas.amaral@ceub.edu.br

A pesquisa, de epistemologia qualitativa, fundamentada na teoria das representações sociais e na literatura sobre processos identitários da psicologia e das ciências sociais, tem como objetivo analisar as representações sociais sobre maternidade, nas trajetórias de mulheres que decidiram não ser mães. Em termos metodológicos, foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com mulheres de idades entre 18 e 63 anos, residentes do Distrito Federal. Entre as seis participantes, duas eram mães, uma desejava a maternidade, e três optaram por não ter filhos. Os resultados do estudo indicaram que o fenômeno da não maternidade ganha espaço na atualidade e demonstra não só nova possibilidade de vivenciar o ser mulher, mas também o modo como essas mulheres são representadas. A ideia de maternidade como escolha foi consenso entre as participantes. Contudo, foi possível identificar nos discursos dessas mulheres que a maternidade ainda aparece como elemento estruturante da identidade feminina, pois os estereótipos de gênero cumprem a função de normatizar e reafirmar papéis sociais que resgatam crenças e práticas pautadas em ideais ligados à noção de feminilidade. Esse pensamento, muito comum e difundido no imaginário social, dificulta a aceitação social de mulheres que não consideram a maternidade como algo fundamental em suas vidas. Diante disso, a pesquisa demonstrou que existem desafios a ser superados no universo da não maternidade, pois a escolha envolve uma série de fatores e consequências para a mulher. A inserção ampla do fenômeno da não maternidade no contexto cultural é provocadora, porque implica mudanças estruturais profundas e revela que as representações sociais sobre a não maternidade são apenas um pedaço da ponta do *iceberg*.

Palavras-Chave: Não maternidade. Representações sociais. Processos identitários.

RESISTÊNCIA À COLISTINA EM ISOLADOS DE ENTEROBACTÉRIAS DE AMOSTRAS FECAIS DE SUÍNOS NO DISTRITO FEDERAL

Juliana Lucas Merida – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
juliana.merida@sempreceub.com
Antônio Cabral de Oliveira Júnior– UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
cabraljunior@sempreceub.com
Fabíola Fernandes dos Santos Castro – UniCEUB, professora orientadora
fabiola.castro@ceub.edu.br

As polimixinas são utilizadas na prática clínica para a realização de tratamento de infecções por bacilos gram negativos multirresistentes e são consideradas a última opção terapêutica. Esses antimicrobianos polipeptídicos atuam nas membranas celulares bacterianas e ocasionam a diminuição da integridade da parede celular e a consequente morte celular. Para criar resistência às polimixinas, alguns microrganismos são capazes de alterar o lipopolissacarídeo presente em sua parede celular, reduzindo, significativamente, a afinidade do antimicrobiano pela superfície celular. Essas modificações são reguladas por diferentes genes, os quais são ativados por fatores ambientais, como presença de cátions, pH ou de antimicrobiano. A ativação desses fatores desencadeia a ação de uma cascata de genes que, em consequência, confere o fenótipo de resistência às polimixinas. O surgimento de microrganismos resistentes é um problema mundial, pois tornou o tratamento mais difícil pela baixa opção terapêutica. A viabilidade e a manutenção do uso das polimixinas são essenciais para o tratamento de infecções desenvolvidas por bactérias multirresistentes, até que apareçam novas opções terapêuticas. O principal mecanismo de resistência às polimixinas ocorre por meio da modificação do lipídio A, resultando na redução da afinidade à polimixina. Até o momento, todos os mecanismos de resistência à polimixina relatados eram cromossômicos e envolviam a modulação de sistemas reguladores de dois componentes, por exemplo, pmrAB, phoPQ, e seu regulador negativo mgrB no caso de *K. pneumoniae*, levando à modificação do lipídio A com frações, como fosfoetanolamina ou 4-amino-4-arabinose, ou, em raros casos, à perda total do lipopolissacarídeo. Os relatos são predominantemente quanto à resistência à colistina por mutações cromossômicas e, apesar haver surtos clonais, a resistência é muitas vezes instável, com custo de aptidão à bactéria, demonstrando ser incapaz de espalhar-se a outras bactérias. A resistência à colistina foi mediada por plasmídeos, na forma do MCR-1, o que se torna um achado de significância global. Assim, o bjetivo deste trabalho é analisar a presença da resistência antimicrobiana à colistina (polimixina) em suínos, em fazendas no Distrito Federal, avaliar a Concentração Inibitória Mínima (CIM) e pesquisar a presença do gene Mobile Colistin Resistance (MCR-1).

Palavras-Chave: Resistência bacteriana. Colistina. Gene MCR-1.

SEPSE EM QUEIMADOS: ANÁLISE DE ETIOLOGIA, FATORES DE RISCO E MORBIMORTALIDADE DE PACIENTES VÍTIMAS DE QUEIMADURAS INTERNADOS NO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

Renata Bonfim de Lima e Silva – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
renata.bonfim@sempreceub.com
Vitor de Castro Cabral – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
vitor.cabral@sempreceub.com
Joana d'Arc Gonçalves da Silva – UniCEUB, professora orientadora
joana.silva@ceub.edu.br
Túlio Costa Cavallini – colaborador
tuliocavallini@hotmail.com

A sepse configura-se como síndrome infecciosa complexa com elevada incidência e morbimortalidade em vítimas de queimaduras. O presente estudo objetiva verificar epidemiologia, agentes etiológicos e fatores contribuintes para o desfecho clínico de sepse em pacientes queimados. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo e qualitativo realizado a partir da análise de prontuário dos pacientes internados na Unidade de Tratamento de Queimados do HRAN, durante o ano de 2018. **N**o período em questão, 280 pacientes foram internados por injúria térmica, sendo 33% mulheres e 67% homens com predominância em adultos (71%), seguidos por crianças (17%). Os agentes causadores mais comuns foram fogo (58%) e escaldadura (35%) com média de SCQ equivalente a 14,9%. As comorbidades estavam presentes em 52% dos internados, com prevalência de etilismo (39%) e tabagismo (39%). O tempo de permanência dos internados da UTQ foi de 11,6 dias; 92% receberam alta, 6% faleceram, e 2% apresentaram outro desfecho. Dos 280 queimados, apenas 14 (7,7%) evoluíram com sepse, com amostra predominantemente masculina (64%). As faixas etárias mais acometidas foram de 19 a 59 anos (78%) e acima de 60 anos (21%); nenhuma criança ou adolescente evoluiu com sepse. Os principais agentes causadores foram fogo (n=12) e eletricidade (n=2) com média de SCQ em 43%. Os microorganismos isolados foram *Acinetobacter baumanii* (n=3) e *Enterobacter cloacae* (n=1), contudo grande parte dos pacientes não realizou cultura por falta de material. O tempo médio de internação dos pacientes sépticos foi de 17,7 dias; 7 receberam alta, 6 foram a óbito, e 1 foi transferido. O esquema de antibioticoterapia prevalente nesses pacientes foi ampicilina e sulbactam, amicacina e cefepime, meropenem e vancomicina, definido pelo protocolo do hospital e adaptado de acordo com o resultado das culturas. Dos 14 pacientes sépticos, 6 foram submetidos a procedimentos invasivos, 13 realizaram, no mínimo, 1 desbridamento, e 7, pelo menos, 1 enxerto. Os dados analisados comprovaram eficiência dos profissionais no manejo das vítimas de queimaduras, uma vez que foram muitos queimados, no entanto poucos fizeram sepse, e apenas 6 morreram por tal causa. Tal desfecho deve-se ao início precoce dos antibióticos, ao uso mínimo de procedimentos invasivos e às intervenções cirúrgicas pontuais. Dessa forma, ficou evidente a necessidade de determinação de protocolos para reduzir a morbimortalidade e os custos dos pacientes com sepse.

Palavras-Chave: Queimaduras. Sepse. Infecção. HRAN.

SUBJETIVIDADE E APOIO MATRICIAL: O ELO NECESSÁRIO ENTRE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PRIMÁRIA

Maria Luíza Alves de Carvalho – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
marialuizadecarvalho@sempreceub.com
Isabela de Oliveira da Cunha – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
isabela.oliveirac@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br
Daniel Magalhães Goulart – UnB, professor coorientador
danielgoulartbr@gmail.com

A criação de uma rede articulada de cuidados em saúde mental apresenta um percurso que se inicia com a reforma psiquiátrica brasileira, ao considerar-se que o processo de desinstitucionalização não se reduz à reforma de serviços e tecnologias de cuidado, mas envolve questões do campo político, sociocultural e relacional. Desse modo, um dos pontos discutidos pelas políticas de saúde mental no Brasil é a importância da assistência de base comunitária na reinserção social do indivíduo em sofrimento psíquico, sendo necessária a integração do cuidado entre diferentes setores e serviços. Para trabalhar tal integralidade, surge a estratégia institucional conhecida por apoio matricial (AM), formulada por Campos, definida como uma metodologia de gestão do cuidado em saúde, em que duas ou mais equipes interdisciplinares se reúnem para construir, em conjunto, uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como o fenômeno do apoio matricial se configura subjetivamente, em um médico de família de uma unidade básica de saúde do Distrito Federal. Em uma perspectiva cultural-histórica, utilizou-se como aporte teórico a teoria da subjetividade, desenvolvida por González Rey, que permitiu compreender, qualitativamente, a especificidade e a complexidade dos processos subjetivos envolvidos no AM, visto que sua definição se apresenta por meio de categorias que possibilitam a expressão, na unidade simbólico-emocional, da dinamicidade e da multiplicidade de experiências de indivíduos e grupos sociais inseridos no contexto desta pesquisa. Utilizou-se como base a metodologia construtivo-interpretativa, fundamentada pelos princípios da epistemologia qualitativa proposta por González Rey. Mediante dinâmicas conversacionais propostas em encontros quinzenais, em um período aproximado de cinco meses, foi possível construir interpretações acerca da atuação do participante e compreender como os sentidos subjetivos de um médico no apoio matricial se configuram na qualidade da assistência de saúde mental, no âmbito de sua atuação. A partir disso, foi possível observar que o participante, apesar de atuar em uma realidade de saúde marcada por subjetividade social enrijecida e orientada a práticas biomédicas, colocou-se em horizontalidade com os usuários do serviço, além de dar atenção diferenciada à trama e ao contexto dos pacientes. A atuação do médico de família permitiu refletir sobre a importância e a urgência de o cuidado assumir uma dimensão subjetiva e dialógica na vivência de profissionais em saúde mental.

Palavras-Chave: Subjetividade. Apoio matricial. Saúde mental. Atenção primária.

TRADUÇÃO E VALIDAÇÃO PARA O PORTUGUÊS DE UMA ESCALA DE AVALIAÇÃO DE TRANSTORNOS DE CONTROLE DE IMPULSO EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON NO BRASIL

Brenda Macedo de Almeida e Castro – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
brenda.macedo@sempreceub.com
Beatriz Luna Coutinho de Almeida – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
beatriz.coutinho@sempreceub.com
Talyta Cortez Grippe – UniCEUB, professora orientadora
talyta.grippe@ceub.edu.br

A doença de Parkinson atinge cerca de 3% da população acima de 60 anos no Brasil. Além dos sintomas motores, existem outros não motores, incluindo aspectos cardiovasculares, gastrointestinais, relacionados ao sono, psiquiátricos, entre outros. No que concerne aos sintomas psiquiátricos, inclui-se não só a ansiedade e a depressão, mas também os transtornos de controle de impulso (TCI). A prevalência de TCI em portadores da doença de Parkinson é entre 15% e 20%. Esse sintoma pode apresentar-se como hipersexualidade, hiperfagia, compulsão por jogos ou por compras. A abordagem deve visar à identificação precoce e ao ajuste do tratamento da doença de Parkinson, a fim de prevenir consequências sociais, financeiras e legais. A escala QUIP-RS é uma ferramenta para avaliação dos TCI, que aborda a gravidade e a progressão dos sintomas, mas carece de validação para o português brasileiro. O objetivo da pesquisa é validar a QUIP-RS para o português brasileiro. A escala QUIP-RS e sua folha de instruções foram previamente traduzidas, retrotraduzidas e aprovadas pelo autor da versão original. A escala foi aplicada a 20 controles e 58 pacientes portadores de doença de Parkinson. Foram analisadas, por meio do *software* R, as propriedades psicométricas de aceitabilidade, consistência externa e interna, dimensionalidade e precisão. Foram aplicadas as escalas MDS-UPDRS, QUIP-CS, PDSS-BR, PDQ-8 e MoCA para melhor análise do perfil dos pacientes e para exame da validade divergente. Avaliaram-se os resultados referentes aos pacientes com doença de Parkinson. O alfa de Cronbach foi de 0.79, demonstrando a confiabilidade da escala. A análise gráfica exploratória e a fatorial confirmatória comprovaram que é uma escala unidimensional. A validade convergente foi demonstrada pela relação estatisticamente significativa entre as pontuações de cada transtorno na QUIP-RS e as questões binárias referentes a cada transtorno no QUIP-CS. A validade divergente foi comprovada pela falta de relação ou relação negativa com escalas que avaliam outros construtos. A escala QUIP-RS, conforme traduzida, é um instrumento útil na identificação e na avaliação da gravidade e da progressão de TCI no Brasil.

Palavras-Chave: Doença de Parkinson. Transtornos do controle do impulso. Agonistas dopaminérgicos.

TRANSFOBIA, SAÚDE MENTAL E SUBJETIVIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Luise Matthke Braga Cavalcante de Almeida – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
luisematthke@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br
Daniel Magalhães Goulart – UnB, professor coorientador
danielgoulartbr@gmail.com

A transfobia é um fenômeno recorrente em nossa cultura e sociedade e está fortemente associada a processos de violência, discriminação, exclusão e silenciamento. Desse modo, este trabalho surge com a inquietude de entender o modo com que os serviços de saúde mental lindam com essas complexidades humanas e como o transtorno mental, em configuração subjetiva, desdobra-se em um tratamento que visa à ética do sujeito e em que se expressam as diversas formas de produções subjetivas, individuais ou sociais. Nesse sentido, o objetivo central do trabalho é compreender a configuração subjetiva do transtorno mental de um indivíduo que se considere transexual, atendido por um Centro de Atenção Psicossocial do Distrito Federal (CAPS-DF). Para tanto, foi utilizado o método construtivo-interpretativo, sustentado nos fundamentos da epistemologia qualitativa, articulada na teoria da subjetividade, em uma abordagem cultural-histórica de González Rey. Em termos metodológicos, esta pesquisa fundamentou-se em uma imersão em campo de seis meses, em um CAPS-DF, e foram realizados dez encontros individuais com o indivíduo. Nesse processo, a pesquisadora pôde participar de uma atividade do CAPS e de conversas com profissionais da equipe, que, gradualmente, tornaram possível o contato com o indivíduo do estudo de caso. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram as dinâmicas conversacionais, um exercício escrito e a apresentação de partes de filmes. Os resultados foram apresentados em dois eixos temáticos: por que você condena alguém por não ser você?; desenvolvimento subjetivo a partir da vivência em um CAPS. De modo geral, conclui-se que a configuração subjetiva do transtorno mental se organiza mediante sentidos subjetivos gerados perante a complexidade da vida e seus processos singulares. Vislumbraram-se os obstáculos e as contrariedades, mas, para além de pensar que a transfobia vai em direção à existência do transtorno mental, percebe-se a singularidade e as diversas formas de organizar-se subjetivamente por meio de processos normatizadores que geram sofrimento. Os serviços ofertados pelo CAPS, além das críticas relativas à sua prática, que, muitas vezes, mantêm a transfobia e a objetificação de usuários, foram extremamente importantes no que diz respeito ao favorecimento de pessoas agentes de suas próprias vidas, ao enfatizar novas produções subjetivas no outro.

Palavras-Chave: Transfobia. Saúde mental. Subjetividade.

TRANSTORNOS ALIMENTARES E SOFRIMENTO PSÍQUICO NA CONTEMPORANEIDADE

Ana Clara Alves de Araújo – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
anaclara86@sempreceub.com
Fernanda Guerra Roman Náufel do Amaral – UniCEUB, PIC Institucional, aluna voluntária
fernanda.guerraa@sempreceub.com
Juliano Moreira Lagoas – UniCEUB, professor orientador
juliano.lagoas@ceub.edu.br

Partiu-se, neste trabalho, da consideração de que sintomas não são fenômenos naturais, inteiramente determináveis no plano da objetividade empírica, mas respostas do sujeito às exigências psicossociais que sobre ele recaem e que se organizam em função de determinadas condições históricas, culturais e, sobretudo, políticas. Em um contexto cultural marcado por rigorosos ideais estético-corporais, não é de estranhar o crescimento significativo dos quadros de transtornos alimentares na clínica, de modo geral, especialmente entre mulheres jovens. Concebendo o sintoma como uma mensagem endereçada ao outro, a pesquisa buscou identificar modalidades de satisfação e de relação com o campo da fala e da linguagem implicadas na constituição dos sintomas anoréxicos. Para isso, foram adotados os princípios metodológicos da análise de discurso de matriz francesa, articulados aos aportes teórico-clínicos da psicanálise. O material de análise foi construído por meio de entrevistas semiestruturadas, com uma paciente diagnosticada com anorexia e recém-saída de um período de internação, em clínica de tratamento psiquiátrico. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. A hipótese formulada é a, com base na literatura lacaniana, de que a recusa do alimento reenvia o sujeito anoréxico a outra cena, fantasiosa, na qual se evidencia aquilo de que se trata: a fome de amor. As análises foram planejadas por meio de dois eixos centrais: a função do significante "anoréxica" na estruturação das dinâmicas psíquicas e afetivas da entrevistada; o estatuto das relações entre real, simbólico e imaginário, na constituição do sintoma anoréxico. Em relação ao primeiro eixo, pode-se verificar que o significante "anoréxica" desempenha verdadeira função subjetivante, na medida em que sua fixação demarca o lugar vazio no qual o sujeito (o do inconsciente) se instalará. Quanto ao segundo eixo, observa-se que o sintoma anoréxico, ao contrário de mera manifestação fenomenológica de certas disposições ou conflitos psíquicos, deve ser localizado e pensado nas intersecções entre os registros da linguagem (simbólico), da imagem corporal (imaginário) e do corpo pulsional (real). Nesse sentido, a hipótese de trabalho revelou-se um caminho interessante para pensar o gesto da recusa em suas dimensões simbólica, imaginária e real.

Palavras-Chave: Anorexia. Transtornos alimentares. Psicanálise. Sintoma. Lacan.

USO DE *LASER* DE DIODO NA DISSECÇÃO DA VEIA SAFENA PARA CIRURGIA DE REVASCULARIZAÇÃO DO MIOCÁRDIO

Maria Paula Meireles Fenelon – UniCEUB, PIC Institucional, aluna bolsista
mariafenelon@sempreceub.com
Diogo Assis Souza – UniCEUB, PIC Institucional, aluno voluntário
diogo.souza@sempreceub.com
Isaac Azevedo Silva – UniCEUB, professor orientador
isaac.silva@ceub.edu.br
Helmgton José Brito de Souza – Cardiovascular Associados, colaborador
hjbsouza@gmail.com

A cirurgia de revascularização de miocárdio foi desenvolvida para tratamento de doença arterial coronariana (DAC), em meados nos anos 60, com enxerto, inicialmente, de veia safena e, posteriormente, com a artéria torácica interna (ATI), que mudou, por completo, o tratamento de DAC e o prognóstico dos pacientes. Para ter o máximo em resultados, a qualidade do enxerto é de extrema importância, incluindo as técnicas para dissecção, que, para diminuir a lesão tecidual, são estudadas, a fim de aumentar a patência vascular. O uso de *laser* de diodo é uma alternativa para a extração da veia safena. O objetivo do trabalho é comparar o grau de lesão tecidual, provocado pelo *laser* de diodo na dissecção da veia safena e da ATI com o causado pelo uso do eletrocautério. Trata-se de um estudo prospectivo, randomizado, comparativo em cirurgias de revascularização do miocárdio, no período entre janeiro e junho de 2019. A amostra foi composta de 18 pacientes divididos em quatro grupos: grupo A1, uso de *laser* de diodo na dissecção de ATI; grupo A2, uso de *laser* de diodo na dissecção de veia safena; grupo B1, uso de eletrocautério na dissecção de ATI; grupo B2, uso de eletrocautério na dissecção de veia safena. Foram retirados fragmentos da veia safena e da ATI para um estudo de imuno-histoquímica com marcadores CD-31 e CD-34, para avaliação de processo inflamatório que diminui a patência do enxerto a médio e longo prazo. O estudo foi realizado em dezoito pacientes divididos em quatro grupos. O grupo A1 foi formado por 5 pacientes (4 do sexo masculino e 1 do sexo feminino) com idade entre 57 e 71 anos (média 62,6 + 6,11); o grupo A2 foi composto por 3 pacientes (1 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) com idade entre 61 e 80 anos (média 68,3 + 8,34); o grupo B1 conteve 5 pacientes (2 do sexo masculino e 3 do sexo feminino) com idade entre 44 e 80 anos (média 61,8 anos ±13,28); o grupo B2 apresentou 5 pacientes (1 do sexo masculino e 4 do sexo feminino) com idade entre 44 e 71 anos (média 58,25 + 9,69). Não foi observada variação de lesão tecidual entre o uso de *laser* de diodo e o de eletrocautério, o que demonstra ser factível o uso do *laser* de diodo para extração de enxerto de veia safena, na cirurgia de revascularização do miocárdio.

Palavras-Chave: *Laser* de diodo. Veia safena. Revascularização miocárdica. Patência do enxerto.

USO DE MODELAGENS ESPACIAIS PARA IDENTIFICAR A PREVALÊNCIA E OS PADRÕES DE DISPERSÃO DO VÍRUS DA RAIVA EM POPULAÇÕES DE *Desmodus rotundus* NO DISTRITO FEDERAL

Vinícius de Assis Batista – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
vinicius.assis@sempreceub.com
Helena Braz Ferreira Gontijo – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
helenagontijo@sempreceub.com
Fabrício Escarlate Tavares – UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br

O morcego vampiro comum (*Desmodus rotudus*), entre os morcegos neotropicais, é uma das espécies mais estudadas. No entanto, no que diz respeito às atividades de migração, deslocamento e prevalência do vírus rábico em populações dessa espécie, ainda são necessários diversos estudos. A presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar a dispersão do vírus da raiva no Distrito Federal, de acordo com os registros da doença em bovinos, por meio de modelos espaciais e, como objetivos específicos, levantar informações sobre os casos de raiva em bovinos, no Distrito Federal, elaborar mapas temáticos, considerando os pontos de registros do vírus rábico e as variáveis, como presença de rebanhos e corpos d'água, além de modelos espaciais e análises estatísticas para compreender a influência das variáveis no padrão de incidência da doença. As análises foram feitas por meio de dados secundários de raiva fornecidos pela Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, referentes aos anos de 2010 a 2020. Em seguida, foram criados modelos espaciais pelo *software* ESRI/Arcgis, por meio de testes de índice de vegetação de diferença normalizada (NDVI), distribuição de Kernel, e um modelo de delimitação de bacias hidrográficas com os pontos de coordenadas de raiva bovina plotados. Para a análise estatística, foi empregado o teste de regressão logística com a utilização das variáveis explicativas de gado e corpos d'água, em conjunto com a variável de resposta à raiva. Os resultados obtidos por meio das modelagens espaciais evidenciaram a existência de um padrão de distribuição da raiva bovina relacionado com as principais áreas de atividades agropecuárias do DF. Em concordância com os resultados obtidos nas modelagens espaciais, a análise de regressão logística demonstrou que existe uma correlação positiva entre as variáveis de gado e corpos d'água e a variável raiva, de valor igual a 39%, ou seja, a raiva bovina cresce à medida que as variáveis aumentam. Assim, a probabilidade de ocorrência de raiva, conforme o aumento de cabeças de gado ou a quantidade alta de corpos hídricos na região, pode chegar à taxa de 95%. Portanto, visto que existe uma relação positiva e crescente dos casos de raiva bovina com o aumento de rebanhos de gado e que esses casos estão relacionados às áreas com presença de corpos hídricos, campanhas de vacinação contra a raiva, direcionadas às áreas com grandes números de gado e à presença de corpos hídricos devem ocorrer com maior frequência, de maneira constante.

Palavras-Chave: Morcego vampiro comum. Modelagem espacial. Raiva.

VAMOS COMER EM FRENTE ÀS TELAS? UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO DE *MUKBANG* NO BRASIL

Lucas de Almeida Siqueira – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluno bolsista
lucas.siqueira@sempreceub.com
Maína Ribeiro Pereira – UniCEUB, professora orientadora
maina.pereira@ceub.edu.br

Trata-se de estudo de caso com pesquisa documental, de cunho qualitativo e quantitativo, com o objetivo de caracterizar o movimento de *mukbang* no Brasil, por meio da análise de canais da plataforma Youtube. Os elementos coletados foram submetidos à análise de conteúdo pressuposta por Bardin (2010). Foram examinados cinco canais do Youtube cuja seleção se deu pela pesquisa "*mukbang* Brasil" e cuja escolha ocorreu pelos critérios de visualização, relevância da plataforma, frequência de publicação de vídeos e quantidade de vídeos. Além disso, os autores deveriam ser brasileiros, residentes ou não no Brasil. Para ser analisado, o vídeo deveria constar, no título, no subtítulo ou na descrição, a menção explícita ao *mukbang*. O procedimento de coleta deu-se por meio da inserção da palavra chave "*mukbang*", na ferramenta de busca de cada canal selecionado. Foram selecionados 175 vídeos do total de 2071 em janeiro de 2020, enquanto a coleta de dados foi entre janeiro e abril de 2020. Para a análise dos vídeos, foi elaborada uma planilha com o *software* Microsoft Excel 2016. Em cada vídeo, foram analisadas 8 categorias pré-estabelecidas: canal do Youtube analisado; título do vídeo; duração; tipo de preparação; quantidade de comida; local em que se realiza a refeição; presença de publicidade de alimentos e bebida; outras informações relevantes. Os canais examinados tiveram, em média, 969.194 mil visualizações, enquanto os vídeos tiveram, em média, a duração de 13h17. Verificou-se que as refeições foram compostas por alimentos de alta densidade calórica, ultraprocessados, *fast foods*, mas também houve combinações com comida típica brasileira, como a feijoada e a tapioca. Além disso, as refeições foram consumidas em pequeno espaço de tempo, outra característica dos vídeos de *mukbang* no Brasil. Observou que os *mukbangers* brasileiros investem na criatividade, no carisma e na facilidade de falar sobre a vida pessoal. Por isso, na maioria dos canais (80%), as refeições foram realizadas em ambientes domésticos e intimistas, como quarto e sala de estar. A publicidade dos alimentos e das bebidas, em todos os vídeos em que estava presente (80%), ocorreu pelos donos dos canais, voluntariamente, ou seja, eles não recebiam para divulgar as marcas. Como conclusão, tem-se que, sob a perspectiva da comensalidade, o realizador do *mukbang* e o espectador vivenciam um contexto de aceitação, compreensão e pertencimento, criando um momento de sentimentos bons. Em contrapartida, a maneira como o *mukbang* se apresenta atualmente, no Brasil, por meio do consumo de uma refeição hipercalórica, com predominância de *fast food* e exagerada, pode estimular hábitos não saudáveis, viabilizar e legitimar práticas compulsivas que envolvem a alimentação. Assim, o *mukbang* surge como um fenômeno que instiga a reflexão sobre as concepções tradicionais de comensalidade e traz novas questões aos estudos sociais da alimentação e da ciência da nutrição.

Palavras-Chave: Comensalidade. Internet. Mukbang. Análise de conteúdo. Youtube.

VIVÊNCIA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA COM O USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: UM ESTUDO NO CONTEXTO DO DISTRITO FEDERAL

Brisa Manuela dos Reis Vanazzi – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna bolsista
brisavanazzi@sempreceub.com
Mércia Correia Lazzaretti – UniCEUB, PIBIC-FAP/DF, aluna voluntária
mercia.lazzaretti@sempreceub.com
Leonardo Cavalcante de Araújo Mello – UniCEUB, professor orientador
leonardo.mello@ceub.edu.br

Investigou-se a vivência de pessoas em situação de rua que usam ou já usaram substâncias psicoativas (SPA), tendo como recorte a *Revista Traços*, um programa de reinserção social e geração de renda para pessoas em vulnerabilidade social, os chamados de *porta-vozes da cultura*. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo exploratório, realizado com quatro indivíduos adultos, com relatos de experiência mediados pelo uso de entrevista semiestruturada. As informações construídas foram analisadas pelo referencial teórico-metodológico orientado por Bardin (2016), que consistiu em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Desse modo, surgiram as seguintes categorias: caracterização do uso de SPA; experiência com programas voltados para usuários de álcool e outras drogas; história de vida e situação de rua; projeto social *Revista Traços*; uso de SPA. Como resultado, foi possível construir análises sobre o modo como as pessoas se relacionam com o uso de SPA. Nota-se que a *Revista Traços* contribuiu para a transformação da vida dos porta-vozes da cultura diante da inserção no mercado de trabalho. O uso de SPA, em consequência disso, diminuiu, e as funções exercidas pelo uso de SPA modificaram-se. Foi possível perceber como fator determinante para a situação de rua e o uso de SPA a vulnerabilidade social vivenciada pelos participantes antes do ingresso na *Revista Traços*. Diante dos dados obtidos, conclui-se que a história de vida dos sujeitos está diretamente ligada à situação de rua e ao uso de SPA; além disso, programas sociais são capazes de mudar a perspectiva de vida de uma pessoa, pois oferecem possibilidade de desenvolvimento econômico e social; por fim, modelos baseados em abstinência mostraram-se ineficazes como forma de tratamento. A Política Nacional de Redução de Danos, dessa forma, torna-se uma alternativa ao último modelo.

Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua. Substâncias psicoativas. Projeto social.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC/PIBITI 2019/2020

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

APLICAÇÃO MÓVEL PARA FISCALIZAÇÃO DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO – AMFIT

Rodrigo Pereira da Rocha – UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluno bolsista
pereira.rodrigo99@sempreceub.com
Paulo Rogério Foina – UniCEUB, professor orientador
paulo.foina@ceub.edu.br

Este projeto de pesquisa apresenta uma plataforma de denúncia móvel, automatizada e econômica, capaz de complementar, de maneira eficiente, os processos de fiscalização de trânsito brasileiros, permitindo a punição e a conscientização da sociedade a respeito de delitos que, apesar de serem de fácil identificação, como estacionar em fila dupla e em frente a garagens, os agentes públicos são incapazes de oferecer fiscalização constante; além disso, insere a sociedade, de forma competente, no processo de policiamento de tráfego. O sistema foi desenvolvido de modo incremental e utiliza metodologias ágeis para levantamento dos requisitos de forma organizada, planejamento, de curto a médio prazo, dos procedimentos e correção acelerada de eventuais erros operacionais. A arquitetura elaborada integra uma aplicação *mobile* para *android* e iOS, para captação das delações em formulário descritivo e imagem, um modelo de *Backend as a service* para estruturação e armazenamento de dados em um banco de dados NoSQL, em tempo real e uma API estruturada segundo o padrão REST, para distribuição dos dados para consumo de sistemas ligados ao serviço público. Os resultados obtidos foram promissores quanto à velocidade de transmissão das informações para consulta em segundos, pelo *Firebase database* e à captação de metainformação, pois, em conjunto com a foto do delito, são captados data, horário, posição geográfica e classificação prévia, formulada pelo denunciante, o que viabiliza futuros estudos sobre locais e horários com maior quantidade de infrações e direcionamentos para políticas públicas. Também foram obtidos resultados interessantes em um sistema *web* acoplado à API que instrui os usuários não técnicos a fazer o consumo da API. Por fim, não foram obtidos resultados satisfatórios quanto à utilização de técnica de reconhecimento óptico de caracteres, para detectar, automaticamente, a placa de identificação do automóvel.

Palavras-Chave: Desenvolvimento *mobile*. Arquitetura REST. Fiscalização.

AUTOMAÇÃO DE CONTROLE DO NÍVEL DA ÁGUA PARA SISTEMA AQUAPÔNICO DOMICILIAR

Kessler Rezende Oliveira – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
kesslerlhp@sempreceub.com
Eduardo José Ribeiro de Castro –UniCEUB, professor orientador
eduardo.castro@ceub.edu.br
Robson Araújo de Oliveira – UniCEUB, colaborador
skywallnet@sempreceub.com

A aquaponia é uma modalidade de produção de alimentos que une a piscicultura para cultivo de peixes e a hidroponia para fertilização de plantas, sem o uso de solo, com o suporte de bactérias aeróbicas e anaeróbicas, em um sistema de circulação fechada, em pequena escala. O termo *aquaponia* é derivado da combinação das palavras "aquicultura" para produção de organismos aquáticos e “hidroponia” para produção de plantas sem solo. A aquaponia preconiza a reutilização da água em sistema de circulação fechado, reduz desperdícios e diminui a liberação de efluentes tóxicos no meio ambiente. O volume de água necessário para um sistema de aquaponia é baixo quando comparado aos sistemas tradicionais de agricultura e aquicultura separadamente. A água do sistema de aquaponia não precisa ser trocada periodicamente, porque os compostos de sais, ácidos e bases da ração dos peixes são tratados bioquimicamente por bactérias e, posteriormente, convertidos em nutrientes absorvíveis pelos vegetais hidropônicos, bastando apenas realizar uma reposição automática da água perdida no processo de evaporação. O projeto de pesquisa desenvolve um sistema automatizado de controle de nível da água na plataforma aquapônica domiciliar, com um dispositivo embarcado de Internet das Coisas, a linguagem de programação C++ e o sistema operacional Linux.

Palavras-Chave: Aquaponia. Hiprodonia. Psicicultura. Internet das Coisas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ESTUDO DE CASO: PROJETO MODELO DE HORTA URBANA COMUNITÁRIA EM UMA SUPERQUADRA DO DISTRITO FEDERAL UTILIZANDO A BIOFILIA

Cauê César Maurício – UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluno bolsista
caue.cm@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

O termo *sustentabilidade* obteve grande notoriedade no panorama global, e, com isso, começou-se a perceber que o desenvolvimento sustentável não é um modelo para resolver problemas urbanos de forma pontual, mas para entender que a solução está na forma de pensar a cidade e tudo que a envolve. Hoje, este conceito está difundido nos mais variados campos da vida humana, fazendo-se necessário repensar o estilo de vida do homem contemporâneo, para garantir a sobrevivência das futuras gerações em um planeta saudável. Nesse contexto, a agricultura urbana é uma atividade que ganha reconhecimento pelo seu papel preponderante na sustentabilidade das cidades, tendo em vista a escassez de recursos naturais, a progressiva poluição do meio ambiente e, sobretudo, os impactos sobre a vida humana e a natureza da industrialização dos alimentos. Em meio a isso, surgem as hortas urbanas, que atendem à população das cidades como forma de subsistência, na medida em que constituem espaços de usos múltiplos, de alimentação, economia, conhecimento, recreio e lazer, contribuem para um ambiente ecologicamente saudável no meio urbano e fomentam o senso de coletividade pelas relações pessoais da comunidade e o desenvolvimento da sociedade local e a da paisagem urbana. Dessa forma, esta pesquisa é aplicada à área de Arquitetura e Urbanismo, voltada ao tema de agricultura, paisagismo e construções sustentáveis. Sua abordagem é qualitativa, envolve a interpretação dos resultados obtidos pela análise teórica e de campo dos sistemas empregados em projetos já implementados e utiliza-se dos seguintes procedimentos técnicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental e estudo de caso com projeto modelo. Além disso, expõe exemplos de sucesso de agricultura urbana no panorama nacional e local, apresenta como estudo de caso um projeto de horta comunitária urbana em uma superquadra do Distrito Federal e emprega princípios da biofilia e da agricultura orgânica. Como resultado, a pesquisa compila e elucida principais etapas e procedimentos para implantação de um projeto de horta urbana e orientações de manejo e cuidados para manutenção do sistema pós-implantação. Com isso, este trabalho visa proporcionar ao público o contato direto com as tecnologias ligadas à agricultura urbana e expor os benefícios do sistema, a viabilidade de implantação e as principais técnicas do manejo e do gerenciamento do sistema. O cuidado com o ambiente é uma necessidade para as gerações. Nesse sentido, as cidades devem ser pensadas, geridas e planejadas com competência ambiental, econômica e social.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Arquitetura. Urbanismo. Agricultura urbana. Horta.

GAMIFICAÇÃO DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE UM CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES

Victor Cavalcanti Fernandes Ferreira – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
victor.cavalcanti.@sempreceub.com
Luciano Henrique Duque – UniCEUB, professor orientador
luciano.duque@uniceub.br

Este trabalho apresenta um sistema de condicionamento para coleta e análise de sinais eletromiográficos. A eletromiografia (EMG) é uma técnica que permite o registro dos sinais elétricos gerados pelas células musculares e possibilita a análise da atividade muscular durante o movimento. A gamificação dos sinais mioelétricos visa melhorar o desempenho na reabilitação de membros superiores ou inferiores e oferece um *feedback* motivacional ao paciente mediante desafios moldados em etapas. O conceito de gamificação consiste em usar estrutura e dinâmica encontradas em jogos para motivar e aprimorar os pacientes em reabilitação fisioterapêutica em membros superiores ou inferiores. O sistema proposto é composto por um *hardware*, o amplificador de eletromiografia, um *software* analisador de sinais e o desenvolvimento de vários *games* conforme as necessidades do paciente. As medições dos sinais mioelétricos e sua tratativa são executadas pelo *software* analisador, peça fundamental para o funcionamento adequado dos *games* conforme os exercícios atribuídos pelo profissional de fisioterapia. Os jogos virtuais desenvolvidos são elaborados para exercícios de reabilitação que envolvem força e controle dos membros superiores ou inferiores. Com esse sistema, é possível obter maior objetividade e exatidão no diagnóstico e auxílio na recuperação de pacientes que apresentem lesões. Com esses procedimentos, objetiva-se fomentar e auxiliar a reabilitação dos pacientes. O fisioterapeuta pode, com o auxílio do protótipo, estudar e analisar o comportamento de uma musculatura qualquer em pacientes em reabilitação. Assim, a EMG torna-se uma ferramenta adequada para investigação da função muscular tanto na pesquisa quanto na prática clínica de fisioterapeutas.

Palavras-Chave: Gamificação. Sinais miolétricos. Prótese mioelétrica.

MICROESTAÇÃO METEOROLÓGICA APLICADA COM ENERGIA RENOVÁVEL E IOT

Ramon Temporim de Lacerda Segundo – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
ramon.temporim@sempreceub.com
Ivandro da Silva Ribeiro – UniCEUB, professor orientador
ivandro.ribeiro@ceub.edu.br

A internet das coisas conecta aparelhos à internet, com o objetivo de aumentar o conforto. Junto com a IoT, a automação está mais difundida, o que abaixa o custo das tecnologias e facilita o seu desenvolvimento. Esta pesquisa busca desenvolver uma microestação meteorológica de baixo custo e com bom desempenho que seja capaz de funcionar com a energia solar, além de trazer comodidade e eficiência. Trata-se de pesquisa aplicada, qualitativa e quantitativa. Com o auxílio do NodeMCU, junto com sensores, como DHT22, BMP180, anemômetro, sensor de chuva e UV, captam-se dados de temperatura, umidade relativa do ar, pressão atmosférica, velocidade do vento e índice UV, que são armazenados em um banco de dados e interpretados com o auxílio de informações fornecidas por uma estação profissional do INMET. Ao realizar a comparação entre os dois dados, é possível calcular erros e analisar o desempenho da estação com maior credibilidade para a eficiência dos sensores. No final, os dados captados pela estação serão disponibilizados ao usuário através de um *site*, onde estarão disponíveis em gráficos ou em tabela as últimas informações obtidas e os dados completos de um período específico. Caso esteja perto da estação, o usuário pode visualizar informações em um LCD presente no sistema. Embora o protótipo não apresente eficiência energética perfeita, é capaz de manter-se ligado por um período, e seus sensores conseguem fornecer informações coerentes para pequenos produtores que buscam uma alternativa às grandes estações meteorológicas.

Palavras-Chave: Internet das coisas. Sistemas embarcados. Automação.

UTILIDADE DE MODELOS DIGITAIS DE ELEVAÇÃO (MDE) EM DIFERENTES APLICAÇÕES DE ENGENHARIA

João Paulo Oliveira Silva – UniCEUB, PIBITI-CNPq, aluno bolsista
joao.paulos@sempreceub.com
Sergio Luiz Garavelli – UniCEUB, professor orientador
sergio.garavelli@ceub.edu.br

A bacia hidrográfica fornece informações de maior relevância aos estudos hidrológicos. Sabendo de tal importância, as ferramentas de geoprocessamento auxiliam o processo de delimitação da bacia. Modelos Digitais de Elevação (MDE) reproduzem, matematicamente, superfícies topográficas a partir de algoritmos e de um conjunto de pontos com coordenadas x e y, com características z, para descrever a variação altimétrica da superfície. Podem ser utilizados em várias áreas; entre elas, a hidrologia é provavelmente a que mais utiliza MDE pela escala de trabalho desta ciência. Uma das aplicações é a delimitação de bacias hidrográficas e redes de drenagem. Este trabalho analisa os MDE Shurttle Radar Topography (SRTM), do serviço Geológico Americano (USGS), e o Advanced Spaceborn Thermal Emisssion and Reflection Radiometer (ASTER), ambos gratuitos. Avalia-se se os modelos são adequados para aplicação em pré-projetos de barragens, no estudo da área de drenagem e cubagem. A metodologia de análise foi feita mediante a cubagem dos dados do MDE das barragens Lamarão e Cariru projetadas para execução no núcleo rural de Planaltina-DF e com a cubagem das curvas de nível do Distrito Federal. Os resultados obtidos indicam que os MDE analisados não são adequados para barragens de pequeno porte, de até 14 metros de altura, a categoria das estudadas. Por meio deste trabalho, conclui-se que, para pequenos reservatórios, os MDE gratuitos apresentam desempenho satisfatório pelo fato de suas células conterem dimensões elevadas. Para esse tipo de infraestrutura, o levantamento de informações em campo é o mais preciso em relação ao levantamento de dados com os MDE.

Palavras-Chave: SRTM. ASTER. Modelo Digital de Elevação.

PAINEL ACÚSTICO DE BAIXO CUSTO E IMPACTO AMBIENTAL PARA ESPAÇOS ABERTOS

Lucas Aciole Vanderlei Pereira – UniCEUB, PIBITI Institucional, aluno bolsista
aciole.pereira@sempreceub.com
Ludmila de Araújo Correia – UniCEUB, professora orientadora
ludmila.correia@ceub.edu.

Brasília, uma cidade planejada, diferencia-se por suas peculiaridades, por seu urbanismo setorizado, por sua arquitetura modernista ou por seu belo paisagismo. Porém, a proximidade da área comercial localizada nas entrequadas a prédios das superquadras gera constante conflito entre os moradores, os usuários e os proprietários dos estabelecimentos que fornecem lazer noturno, como bares e restaurantes. Pelo tamanho reduzido das lojas das entrequadras comerciais, muitos estabelecimentos utilizam a área externa pública e dispõem mesas e cadeiras aos clientes, o que provoca uma fonte sonora e pode ultrapassar o limite de som noturno com as músicas ou a interação das pessoas que se propaga facilmente, por longas distancias, principalmente em Brasília, onde a morfologia das edificações sobre pilotis abre mais espaço para a reverberação. O tratamento acústico interno, quando existente, não é suficiente se a fonte sonora se encontrar na área externa ao estabelecimento. Logo, como solução ao problema, a presente pesquisa propõe a instalação de barreiras acústicas, móveis e compostas por painéis, com material absorvedor na face voltada para a fonte sonora. A fim de buscar um material mais acessível economicamente aos bares e aos restaurantes, com baixo impacto ambiental em sua produção e, ao mesmo tempo, com boa eficiencia acústica, foram propostas diferentes composições de materiais de origem vegetal, como poliuretano vegetal, fibra de coco, de bananeira, de agávia, de cana-de-açúcar e de bambu. Além disso, foi medido o coeficiente de absorção sonora de diversas amostras, até chegar-se a um grupo com 5 composições que indicaram boa eficiência acústica.

Palavras-Chave: Barreira acústica. Fibras vegetais. Poliuretano vegetal. Absorção acústica.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC PARCEIROS 2019/2020

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

ANÁLISE BIOMECÂNICA DE ATLETAS DE FUTEBOL E FUTSAL FEMININO DO DISTRITO FEDERAL

Bruno Rodrigues Vicente – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno bolsista
bruno.rodrigues@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A existência de fatores intrínsecos multivariados corrobora a identificação do perfil biomecânico de atletas mulheres como um sistema complexo e particular e torna necessária a sua delimitação para o desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e tratamento das lesões esportivas. O objetivo da pesquisa é avaliar o perfil biomecânico e o nível de simetria entre os membros de atletas de futebol e futsal feminino do Distrito Federal. Realizou-se um estudo transversal com 63 atletas mulheres de alto rendimento de futsal (67%) e 31 de futebol (33%). Para avaliação da amostra, fez-se *Lunge Test*, testes de amplitude do movimento (ADM) do quadril e do ângulo poplíteo, teste de força isométrica de glúteo médio, rotadores internos e rotadores externos, avaliação isocinética do joelho, *Y Balance Test,* testes de estabilidade do tronco e avaliação de agilidade biplanar. Não foram encontradas diferenças estatísticas significativas entre as médias dos membros para *Lunge Test*, ADM de ângulo poplíteo, teste de força isométrica de glúteo médio e de rotadores externos, pico de torque do quadríceps e para as direções anterior e póstero-medial do *Y Balance Test*. Por outro lado, foram encontradas diferenças relevantes entre os membros para rotação interna do quadril ($p=0,02$), pico de torque dos isquiotibiais ($p<0,001$), força de rotadores internos ($p=0,01$), relação I/Q ($p=0,02$) e direção póstero-lateral do *Y Balance Test* ($p<0,001$). As atletas apresentaram-se de acordo com dos padrões de normalidade para estabilidade do tronco, *agility* t-test e *Y Balance Test*. Os demais parâmetros estavam abaixo dos valores de referência descritos na literatura, o que indica estado de alerta para risco de lesões.

Palavras-Chave: Futebol. Futsal. Mulher. Desempenho atlético.

ANÁLISE FUNCIONAL E COMPARATIVA DA RECONSTRUÇÃO DO LIGAMENTO CRUZADO ANTERIOR UTILIZANDO AUTOENXERTO PATELAR IPSILATERAL E CONTRALATERAL

Júlia Bairros – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
julia.bairros@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A reconstrução cirúrgica do ligamento cruzado anterior pode levar à diminuição do desempenho muscular, da funcionalidade das atividades de vida diária e da simetria bilateral dos membros inferiores. Este estudo tem como objetivo comparar a simetria atingida por pacientes submetidos a essa cirurgia, utilizando o autoenxerto patelar ipsilateral e contralateral à lesão quatro meses após o procedimento, para identificar o tratamento adequado a ser seguido. Foi realizado um ensaio clínico randomizado, cego com a amostra de 88 participantes do gênero masculino, em idade entre 18 e 35 anos, praticantes amadores de futebol. Fez-se a divisão aleatória em dois grupos (contralateral: n = 44; ipsilateral: n = 44), avaliados de forma cega antes e quatro meses após a cirurgia, quanto à presença de sinais inflamatórios, à amplitude de movimento, à estabilidade articular objetiva (KT-1000®), ao desempenho muscular (pico de torque e relação I/Q) e à funcionalidade objetiva (Single Leg Hop Test e Y Balance Test) e subjetiva (Escala de Atividades de Vida Diária e Questionário de Lysholm). As variáveis de amplitude de movimento, desempenho muscular e funcionalidade apresentaram alterações significativas entre os grupos, sendo as diferenças entre os membros menores no grupo contralateral. O grupo contralateral apresentou maior simetria bilateral quatro meses após a intervenção cirúrgica quando comparado ao grupo ipsilateral, demonstrando que a reconstrução do ligamento cruzado anterior com o autoenxerto patelar contralateral à lesão é um método eficaz para a recuperação rápida da funcionalidade do paciente e seu retorno às atividades de vida diária.

Palavras-Chave: Ligamento cruzado anterior. Ortopedia. Lesões do joelho. Simetria.

AVALIAÇÃO DO EFEITO BIOLÓGICO DA IMUNIZAÇÃO ATIVA NA FUNÇÃO OVARIANA DAS CAPIVARAS

Ana Carolina Vieira da Silva – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
anacarolina.vieira@sempreceub.com
Jéssica Müller – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
jessica.m@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – UniCEUB – professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br

As capivaras trazem riscos à saúde pública, por transmitir doenças por meio dos carrapatos, que são vetores de enfermidades, como a febre maculosa. A reprodução desses mamíferos pode ocorrer durante todo o ano, com pico nas épocas chuvosas, o que gera, em média, 4 filhotes por ninhada, logo sua proliferação é rápida. Tendo em vista a importância da diminuição populacional das capivaras, o projeto tem como objetivo avaliar o potencial e a ação contraceptiva de um imunógeno com antígenos criados dos genes GDF9 e BMP15 de bovinos, relacionados à inibição do crescimento e do desenvolvimento folicular nas capivaras. Para a realização do estudo, foram necessárias duas etapas anteriores. A primeira foi a produção do imunógeno feito nos laboratórios da EMBRAPA Cenargen, e a segunda, o condicionamento por meio de apito ultrassônico, a reprodução da gravação da vocalização das capivaras e o fornecimento de alimentos, como banana, cenoura, manga, milho e bagaço de cana-de-açúcar, a fim de levá-las ao brete para a contenção e o manejo. Na etapa laboratorial, foi utilizada a bactéria *E.coli* para a clonagem dos genes submetidos à expressão e à purificação para que efetuassem uma ação inibitória dos hormônios esteroidais e bloqueassem a luteinização das células do folículo e sua capacidade reprodutiva. Na etapa do zoológico, houve interferências para obtenção de bons resultados, como o manejo apenas nas segundas, o hábito de coprofagia e o início da época chuvosa, que aumentou a oferta de frutas e pasto e diminuiu o interesse no fornecimento de alimentos para o manejo. Em razão da pandemia da Covid-19, as atividades foram suspensas e retornaram no final de junho, com os procedimentos laboratoriais do projeto, na EMBRAPA Cenargen, entretanto, como o prazo de pesquisa se encerrava no final de julho, o período para dominar todos os procedimentos necessários e entender todo o protocolo consumiu muito tempo, o que acarretou a falta de resultados nessa etapa. Quanto ao real objetivo do projeto, a avaliação da resposta biológica da imunização ativa na função ovariana das capivaras, não foi possível realizá-lo em função das dificuldades citadas e da inconclusão das duas etapas que precedem a análise do imunógeno. Porém, no período de execução do projeto, observou-se o comportamento das capivaras, que poderá auxiliar estudos futuros. Conclui-se que esses animais são de boa convivência com outras espécies, nos períodos chuvosos, permanecem um tempo maior dentro da água, têm hábitos coprofágicos durante as manhãs e têm paladar seletivo para alimentos, como banana, manga, cenoura, milho e bagaço de cana-de-açúcar.

Palavras-Chave: Ação contraceptiva. Capivaras. Função ovariana.

AVALIAÇÃO DOS FATORES PROGNÓSTICOS DOS RESULTADOS DO REPARO ARTROSCÓPICO DAS RUPTURAS DO MANGUITO ROTADOR

Matheus da Silva Ribeiro – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno bolsista
msribbeiro@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br
Thiago Medeiros Storti–IPE/HOME, colaborador
thiago_storti@hotmail.com

A dor no ombro constitui uma apresentação clínica comum, e os distúrbios do manguito rotador (MR) são considerados a principal causa, além de provocar sintomas, como fraqueza muscular e perda de amplitude de movimento articular do ombro, que podem resultar em restrições das atividades diárias. O reparo artroscópico das lesões do MR apresenta-se como solução para os pacientes sintomáticos com resultados satisfatórios em até 93%. O objetivo da pesquisa é determinar quais fatores prognósticos, de forma independente, influenciaram os desfechos clínicos do reparo artroscópico do MR. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, com 144 pacientes. Foram utilizados testes de correlação e regressão multivariada para analisar os seguintes conjuntos de variáveis: avaliação pré-operatória; variáveis intrínsecas ao paciente, relacionadas à lesão e ao procedimento; avaliação funcional pós-operatória. Os resultados avaliados pelas escalas funcionais UCLA e Constant & Murley apresentaram 131 (91,61%) pacientes com resultados excelentes e bons e 89 (72,02%) com resultados excelentes, bons e satisfatórios, respectivamente. Houve redução significativa da dor pós-operatória ($p<2,2 \times 10–16$). A idade apresentou correlação com o tamanho da lesão; pacientes em idade mais avançada apresentaram lesões maiores (p=0,01). Após a aplicação das regressões multivariadas, as seguintes variáveis estiveram correlacionadas com piores resultados clínicos: dislipidemia (p=0,04), obesidade (p=0,026), idade (p=0,04), membro dominante operado (p=0,04). Fixação completa das lesões (p=0,019) e lesão do supraespinhal (p=0,032) estiveram relacionadas com melhores resultados clínicos. Pode-se concluir que o reparo artroscópico das lesões do manguito rotador apresentou resultados satisfatórios de acordo com as escalas funcionais utilizadas. Dislipidemia, membro dominante operado, fixação completa da lesão, obesidade, lesão do supraespinhal e idade foram fatores preditores associados aos resultados clínicos.

Palavras-Chave: Manguito rotador. Artroscopia. Reparo artroscópico. Fatores prognósticos. Resultados clínicos.

CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA COMPORTAMENTAL E REPRODUTIVA DAS POPULAÇÕES DE CAPIVARAS

Carolina Cardoso de Oliveira – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
carolina.cardoso@sempreceub.com
Leonardo Rubinger Betti – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluno voluntário
leonardo.rubinger@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelix – UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br

A capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) é um animal nativo da América do Sul, considerado o maior roedor vivo do mundo, tem grande capacidade adaptativa e populações distribuídas por grande parte do território brasileiro e habita diversos biomas mesmo antropizados, desde que associados a corpos d'água. O projeto de caracterização da dinâmica comportamental e reprodutiva das populações de capivaras tem como objetivo aplicar técnicas de condicionamento animal aos grupos livres que habitam os lagos artificiais do Jardim Zoológico de Brasília e tem como foco principal as fêmeas. O manejo desses indivíduos foi possível mediante administração de doses da vacina contraceptiva e conseguinte acompanhamento médico veterinário, por meio de diferentes exames. Em seu decorrer, avaliou-se a estrutura e a interação social das capivaras, considerando as possíveis alterações de dominância e de padrões comportamentais reprodutivos como consequência de esterilização eficaz e manejo de indivíduos. As observações dos grupos de capivaras foram realizadas cinco vezes por semana, nos turnos matutino e vespertino, no período de setembro a março de 2019 e 2020. Os comportamentos mais observados estão relacionados diretamente com a tentativa de condicionamento por reforço positivo desses animais e suas consequentes respostas. Os achados sugerem que o condicionamento sofre influência direta de variáveis, como período de tempo seco ou chuvoso, comportamento alimentar natural e seletividade em relação a alimentos oferecidos, diferentes taxas de atividade durante o dia, frequência de contato humano com animais alvo e personalidade individual de cada animal. Além disto, relata-se que o grupo estudado tem menor atividade diurna do que a literatura descreve em relação a animais de vida livre, possivelmente pela influência antrópica local.

Palavras-Chave: Capivaras. Comportamento. Condicionamento. Esterilização. Zoológico de Brasília.

COMPARAÇÃO DA EFETIVIDADE DO EXERCÍCIO RESISTIDO DE FORMA UNILATERAL *VERSUS* BILATERAL NO TRATAMENTO PÓS-OPERATÓRIO DO LCA CONTRALATERAL

Jonhny Hernany de Souza Pontes Leal – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno bolsista
jonhny.hernany@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.com.br
José Humberto Borges – IPE/HOME, colaborador
drjhumberto@gmail.com

O presente estudo tem por objetivo analisar se a utilização do exercício resistido isotônico unilateral é mais efetivo quando comparado com a forma bilateral, na obtenção de maiores níveis de simetria do desempenho muscular entre o membro doador e o receptor, durante o tratamento fisioterapêutico na fase pós-operatória do LCA contralateral. Foi realizado um estudo clínico randomizado, cego, com 88 pacientes divididos em grupos de controle (N=44) e de intervenção (N=44). Os indivíduos eram de ambos os gêneros, praticantes de esportes em nível recreativo e encontravam-se ao final do terceiro mês de tratamento pós-operatório. Os participantes foram divididos em dois grupos e submetidos a um programa de oito semanas de exercícios resistidos. O grupo de controle realizou um programa convencional de exercícios bilaterais. O grupo de intervenção adotou conduta alternativa com exercícios unilaterais. Anteriormente e ao final do período de intervenção, todos os indivíduos foram avaliados quanto à presença de sinais inflamatórios, à amplitude de movimento, à estabilidade articular objetiva (KT-1000^{TM}), ao desempenho muscular (pico de torque e relação isquiotibiais/quadríceps à 60°/s), à funcionalidade objetiva (*Single Leg Hop Test* e *Y Balance Test*) e subjetiva (Questionário de Lysholm e Escala de Atividades de Vida Diária). Ambos os grupos evoluíram com a intervenção, principalmente em relação à perimetria, à amplitude de movimento de flexão, ao *Y Balance Test* na direção anterior, à estabilidade articular objetiva e aos questionários funcionais. Ambos apresentaram evolução, porém pode-se observar a predominância do grupo de intervenção (unilateral) em relação ao de controle (bilateral). Pode-se observar que o uso do exercício resistido isotônico unilateral é mais efetivo que a forma bilateral, na obtenção de maior nível de simetria do desempenho muscular entre o membro doador e o receptor, durante a fase pós-operatória da reabilitação fisioterapêutica do LCA contralateral.

Palavras-Chave: Ligamento cruzado anterior. Treinamento de resistência. LCA contralateral.

CULTIVO DE PLANTAS MEDICINAS EM SISTEMA CONVENCIONAL E EM AQUAPONIA

Gabrielle Moura Nascimento – UniCEUB, PIC Parceiros – DELFIM, aluna voluntária
gabrielle.moura@sempreceub.com
Francislete Rodrigues Melo – UniCEUB, professora orientadora
francislete.melo@ceub.edu.br

Os métodos de cultivo de plantas medicinais são aprimorados com vista à maior produtividade e qualidade e à obtenção de plantas sadias e livres de defensivos agrícolas. Diante disso, o trabalho tem como objetivo avaliar a produção de plantas medicinais em horto orgânico e em meio aquapônico, com foco no estabelecimento de sistemas sustentáveis e livres de produtos químicos tóxicos que possam comprometer seu uso tanto na medicina tradicional quanto na veterinária. Na aquaponia, foram aproveitados nutrientes provenientes de alimentação e excretas da tilápia-do-nilo (*Oroechromis niloticus*) criadas em tanques artificiais, fornecidos às plantas em fluxo variável para o seu crescimento, sob cultivo protegido em estufas. As plantas escolhidas para esse sistema de produção foram a *Centella asiatica* e várias espécies de alfaces, como atalaia, brava e itaúna. Em cultivo no solo, foi fornecida adubação orgânica com compostagem produzida de esterco de gado e irrigação manual. As plantas cultivadas nesse sistema foram: arruda (*Ruta graveolens*); citronela (*Cymbopogon citratus*); carqueja (*Baccharis trimera*); lavanda (*Lavandula*); menta (*Mentha spicata*); erva-doce (*Foeniculum vulgare*) e *Centella asiatica*. O estudo foi realizado na Chácara Delfim T-61, situada no núcleo rural córrego do Urubu, no Lago Norte, Brasília, Distrito Federal. Observou-se que o crescimento de *Centella asiatica* em sistema aquapônico foi mais eficiente com produtividade mais alta do que em solo e que suas propriedades antioxidantes, verificadas em testes laboratoriais, foram mantidas em ambos os sistemas. As demais plantas medicinais serão avaliadas de forma comparativa, mediante os sistemas mencionados, em relação à viabilidade técnica e à produtividade.

Palavras-Chave: Horto de plantas. Sistema aquapônico. *Centella asiatica*. *Oroechromis niloticus*.

DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO DE CONTROLE POPULACIONAL DE CAPIVARAS POR IMUNIZAÇÃO ATIVA CONTRA PEPTÍDEOS OVOCITÁRIOS: CLONAGEM DOS GENES GDF9 E BMP15 DE CAPIVARAS, EXPRESSÃO, PURIFICAÇÃO DAS PROTEÍNAS RECOMBINANTES E IMUNIZAÇÃO DAS FÊMEAS

Letícia Baldotto de Carvalho Bonfim – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
leticiabonfim@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br
Eduardo de Oliveira Melo – EMBRAPA CENARGEN, colaborador
eduardo.melo@embrapa.com

As aparições frequentes de animais selvagens em regiões rurais e urbanas geram alerta na população, na saúde pública e na economia. Este trabalho tem como objetivo a clonagem, o sequenciamento, a expressão e a purificação dos genes GDF9 e BMP15 de bovinos, com o fito de desenvolver medida efetiva de controle populacional das capivaras do DF. Esses fatores atuam na função ovariana de mamíferos, inclusa a capivara, e, por meio da incorporação das proteínas recombinantes bovinas às bactérias da espécie *Escherichia coli*, está em andamento o desenvolvimento de vacina capaz de executar uma reação cruzada no sistema imunológico desses animais, o que desencadeia a produção de antígenos contra a BMP15 e o GDF9 do organismo, proporciona um bloqueio na maturação dos ovócitos da capivara e resulta em uma forma de contracepção ou esterelização imunológica. Para a elaboração da vacina, primeiramente, foi realizada a superexpressão das proteínas desejadas em bactérias *E. coli*, no laboratório. Em seguida, procedeu-se às modificações no genoma das bactérias, para incluir as sequências proteicas de GDF9 e BMP15, torná-las mais resistentes a alguns antibioticos e promover a melhor expressão das proteínas. Houve, então, um processo de transformação das bactérias em etapas, até a completa produção das proteínas. As primeiras voltaram-se à inoculação de bactérias e à indução da produção de proteínas. Depois disso, fez-se a disjunção das proteínas desejadas das demais estruturas presentes nas bactérias por meio da sonicação, processo no qual há a quebra dos compostos celulares por ondas sonoras de alta frequência. Posteriormente, houve a centrifugação, na qual se deu continuidade ao processo de separação da proteína na solução do restante das estruturas bacterianas, que ficam em forma de *pellet*. Em seguida, efetuou-se a purificação pela cromatografia de afinidade. Então, desempenhou-se a quantificação, em que a proteína é avaliada na forma de géis indicadores das de interesse. Por fim, avaliou-se a regulação da concentração do produto final, pois, como foi necessária a superestimulação no organismo animal, a concentração de proteínas também precisou ser alta. Na sequência, adicionou-se um adjuvante para que a vacina fosse aplicada, porém o trabalho não avançou ao estágio de imunização das fêmeas por conta da paralisação decorrente da pandemia e de problemas na conclusão do terceiro plano de ação. Assim, conclui-se que o manejo de animais silvestres apresenta desafios, e, com o avanço populacional desordenado, faz-se necessário buscar soluções para o controle das taxas de fertilidade das capivaras por alternativa não invasiva, com a relação de custo e benefício vantajosa e a execução viável.

Palavras-Chave: GDF9. BMP15. Capivara.

EDIÇÃO GENÔMICA EM CÉLULAS E EMBRIÕES BOVINOS COM O SISTEMA CRISPR/CAS9

Mariana Gonçalves Rocha – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
mariana.grocha@sempreceub.com
Mariana Louzada Ferreira – UniCEUB, PIC Parceiros – EMBRAPA CENARGEN, aluna voluntária
mariana.lf@sempreceub.com
Andrei Antonioni Guedes Fidelis – UniCEUB, professor orientador
andrei.fidelis@ceub.edu.br

A criação de animais geneticamente modificados passou a ser um atrativo para pesquisadores. Além de elevar a produtividade, a edição gênica pode evitar vários problemas de sanidade animal. Entre as técnicas mais recentes e promissoras de edição de genomas, cita-se o sistema CRISPR/Cas capaz de direcionar nucleases a um sítio específico do genoma e provocar cortes precisos no DNA. A grande vantagem é usar o pareamento de bases entre um RNA guia (gRNA), associado a uma nuclease específica do sistema Cas (CRISPR associated system), e a sequência-alvo de DNA, diferenciando-se dos outros métodos de edição gênica existentes. Com esse projeto, explora-se a capacidade do sistema CRISPR/Cas9 em direcionar a inserção de genes repórteres, como a proteína fluorescência verde (eGFP), para um *locus* específico e seguro do genoma bovino (*locus* H11), com o uso de MMJE. O *locus* H11 foi eleito, por permitir a expressão estável do transgene e contornar efeitos indesejáveis. Dessa forma, o desenvolvimento e o estudo desse sistema abrem caminho para descobertas fundamentais na biologia, com aplicações em todos os ramos da biotecnologia, estratégicas para a terapêutica humana e a inserção de fenótipos com potencial impacto positivo na pecuária nacional, mediante uma técnica inédita no Brasil.

Palavras-Chave: CRISPR/Cas9. Edição genômica. Biotecnologia.

EFEITOS DA PERDA DE PESO AGUDA EM ATLETAS DE COMBATE

Marcos Vinícius da Silva Boitrago – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno bolsista
marcos.boitrago@sempreceub.com
Gabriela Lima de Alcântara – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
gabriela.alcantara@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

Atletas de modalidades de combate, especialmente o MMA, reduzem o peso corporal, para adequar-se à categoria desejada. Para atingir esse objetivo, o método mais utilizado é a desidratação aguda, definida como perda de água do organismo. Alguns atletas chegam a diminuir 10 kg na semana da competição, à custa da redução de água corporal, glicogênio muscular e, em menor índice, gordura e massa muscular. Essa prática expõe o corpo a problemas, como mudanças no balanço osmótico, que produzem diminuição na força muscular, facilitam o aparecimento de câimbras e reduzem a qualidade de execução dos movimentos, o que regride a *performance* geral do atleta. Além disso, ocorrem alterações psicológicas, como estresse e fadiga mental. Essa progressão pode levar o atleta ao óbito, como registrado em eventos nacionais e internacionais. Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é avaliar o impacto da perda de peso aguda por desidratação em atletas profissionais de jiu-jítsu. A pesquisa foi desenvolvida no Centro Universitário de Brasília - UniCEUB, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Ensino do Hospital HOME/Brasília-DF. Fez-se um ensaio clínico controlado, não randomizado com 10 atletas de alto rendimento, com média de idade 32 (±6,34) anos, peso 74,90 (±9,24) kg, estatura 170,10 (±8,99) cm, que competiram na Copa Born to Fight de Submission. A pesquisa foi realizada em três etapas: avaliação pré-intervenção (mensuração do peso e percentual de gordura corpórea por bioimpedância; exames laboratoriais (hemograma, exame de urina, cortisol salivar); avaliação da força de preensão manual; avaliação da resposta cognitiva; perda de peso (em sauna úmida com redução de 3% do peso corporal); avaliação pós-intervenção (repetição dos testes). A análise dos resultados demonstrou diminuição significativa da força de preensão manual e da variável cognitiva de reação simples, ou seja, após a intervenção, os atletas ficaram mais lentos.

Palavras-Chave: Desidratação. Atletas. Artes marciais.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DAS LESÕES NO CAMPEONATO DE FUTEBOL DA PRIMEIRA DIVISÃO DO DISTRITO FEDERAL

Aline Lamounier Gonçalves – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
aline.lamounier@sempreceub.com
Gabriel Xavier Ramalho – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno voluntário
gabriel.xavier@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A prática do futebol contém risco inerente de lesões. Estima-se que atletas profissionais apresentem taxa de incidência de 16 a 28 lesões a cada 1.000 horas jogadas. Nesse contexto, objetiva-se analisar as características epidemiológicas das lesões dos atletas das equipes de Brasília no Campeonato de Futebol da Primeira Divisão do Distrito Federal (DF), durante a temporada de 2019. Para isso, foi realizado um estudo prospectivo longitudinal. Foram acompanhados 7 (sete) clubes e 187 atletas filiados à Federação de Futebol do DF (FFDF). Ao todo, foram registradas 69 lesões. A incidência geral de lesões foi de 26,13/1000 horas jogadas, sendo, aproximadamente, 58% delas moderadas ou graves. A maior prevalência foi em jogadores de 25 a 35 anos, somando 66% das ocorrências. Meios de campo e zagueiros foram as posições com maior número de lesões, correspondendo a 17,65%. Observou-se também que as lesões graves acometeram especialmente os volantes. Além disso, os goleiros sofreram poucas lesões, porém a maioria delas foi grave. Os locais mais suscetíveis à lesão foram as regiões posterior e medial da coxa, representando 42,03%. Acredita-se que a principal explicação para o maior risco de lesões nesses grupamentos musculares seja sua alta demanda pelo uso excessivo da musculatura e das articulações em saltos, tiros e mudanças de direção. Concluiu-se que o perfil epidemiológico encontrado corrobora a literatura atual. Além disso, é possível observar a associação entre idade e posição do atleta com a incidência de lesões. O estudo traz importantes dados que servem de base para a implementação de programas de prevenção de lesões no DF e em outros estados com características semelhantes do futebol profissional.

Palavras-Chave: Futebol. Traumatismos em atletas. Ferimentos e lesões. Epidemiologia.

ESTUDO RETROSPECTIVO DA ROTINA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM ÊNFASE EM FELINOS

Ana Beatriz Villela Gherardi – UniCEUB, PIC Parceiros – SCAN Medicina Diagnóstica, aluna voluntária
anagherardi@sempreceub.com
Daniela Oliveira Rodrigues – UniCEUB, PIC Parceiros – SCAN Medicina Diagnóstica, aluna voluntária
daniela.rodrigues@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
João Ricardo Nardotto – SCAN Medicina Diagnóstica, colaborador
nardotto@scandiagnosticos.com.br

O crescimento evidente da população de gatos domésticos no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, observa a necessidade do aprimoramento da qualidade de técnicas diagnósticas e dos atendimentos veterinários. Para isso, a tomografia computadorizada, técnica não invasiva que fornece imagens tridimensionais com excelente resolução, pode auxiliar essas práticas. Assim, realizou-se a coleta e a análise estatística de informações contidas em 602 estudos tomográficos de 405 pacientes da Scan Medicina Veterinária Diagnóstica, a fim de estabelecer o perfil dos felinos no Distrito Federal e analisar as alterações cranianas encontradas nesses pacientes. Os principais resultados indicam que 80,24% dos pacientes não tinham uma raça definida, 51,36% eram machos, 34% tinham entre 1 e 5 anos de idade; em 68,24%, foi empregada a espessura de corte de 2 mm, e 95% utilizaram contraste. Com relação às 144 tomografias realizadas no crânio, observou-se que, em 40,97% dos pacientes, o sistema respiratório apresentava-se comprometido, em 34,7%, constavam alterações no sistema nervoso central, em 32,6%, havia afecções no sistema otológico e, em 38,2%, foram encontradas neoformações; entre esses, 47,3% tinham acometimento de três ou mais regiões no crânio. Dos pacientes com neoplasias, 58,2% apresentaram comprometimento do sistema respiratório, 45%, do sistema esquelético, e 23,6%, do sistema nervoso central. Observou-se que, em 11,8% dos pacientes, não foi percebida qualquer alteração no exame. Após a realização do levantamento, conclui-se que, apesar do aumento de encaminhamentos a centros de imagem, o que sugere melhor compreensão da qualidade e do valor diagnóstico da TC, os profissionais precisam capacitar-se para solicitar este exame e analisar o perfil de seus pacientes, a fim de prestar um serviço de melhor qualidade e com condutas mais assertivas. Por fim, sugere-se a continuidade deste estudo, para confirmar as impressões obtidas.

Palavras-Chave: Tomografia computadorizada. Felinos. Crânio.

ESTUDO RETROSPECTIVO DE ROTINA LABORATORIAL COM ÊNFASE EM FELINOS

Isadora Maia Kavamoto – UniCEUB, PIC Parceiros – Laboratório SANTÉ, aluna voluntária
isadora.kavamoto@sempreceub.com
Bruno Alvarenga dos Santos – UniCEUB, professor orientador
bruno.alvarenga@ceub.edu.br
Glaúcia Mansur Balsamão Dias – Laboratório SANTÉ, colaboradora
glaucia@santelaboratorio.com.br

As doenças infectocontagiosas mais conhecidas dos felinos são a Imunodeficiência Viral Felina (FIV) e a Leucemia Viral Felina (FeLV). Ambas possuem importância na clínica de pequenos animais, por terem grande impacto na saúde dos felinos domésticos, além de alta prevalência em vários países, como o Brasil. Visto que estudos retrospectivos da prevalência dos animais positivos em uma região proporcionam um perfil epidemiológico que permite aos médicos veterinários reconhecer as características mais importantes que englobam a ocorrência dessas enfermidades, este levantamento tem como objetivo estimar as características e a distribuição dos pacientes com FIV e FeLV nas cidades administrativas que compõem o Distrito Federal (DF). A partir da análise de 500 laudos de exames sorológicos, realizados entre os anos de 2016 e 2019, fornecidos por um laboratório que atende todo o Distrito Federal, foi elaborada uma planilha eletrônica que incluiu idade, sexo, raça e ocorrência de FIV e FeLV dos pacientes, além da localização da clínica responsável pela coleta e pela data de realização do exame. Observou-se que 116 animais foram positivos para FeLV e 18 para FIV, sendo predominantemente machos sem raça definida (SRD), entre 1 e 6 anos de idade e com maior incidência nas regiões de Taguatinga, Ceilândia e Plano Piloto. Em seguida, observou-se que os dados vão ao encontro de outros levantamentos nos quais essas enfermidades seguem a tendência de ter maior ocorrência em regiões mais populosas, acometendo os machos, pelo comportamento territorial, e a população SRD, por serem os mais testados. Quanto à idade, os felinos entre 1 e 6 anos foram os mais contaminados em decorrência da condição semidomiciliada, que favorece o contato entre animais doentes e saudáveis e ocasiona maiores chances de esses felinos infectarem-se ao longo da vida. Visto o pequeno número de casos analisados, sugere-se um levantamento amplo para que se confirmem os resultados observados.

Palavras-Chave: FIV. FeLV. Estudo retrospectivo.

PROGRAMA DE CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO DE LESÕES E ACOMPANHAMENTO DO TRAUMA DE CABEÇA NOS ATLETAS DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DO DF

Ana Carolina Salazar Albuquerque – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
anacarolinasalbuquerque@gmail.com
Camila Rodrigues Ribeiro – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna voluntária
camila.ribeiro@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br

A concussão cerebral é uma lesão traumática, induzida por forças biomecânicas e é muito comum na prática de esportes de contato. Resulta em alterações neuropatológicas e distúrbios funcionais com sintomas clínicos agudos imediatos e transitórios, sem lesão estrutural, e seu diagnóstico é complexo. O objetivo deste estudo é realizar a análise retrospectiva sobre a incidência de concussão cerebral e o acompanhamento de outras lesões, em atletas de 18 a 35 anos, dos clubes da Federação Brasiliense de Futebol (FBF), participantes do Campeonato Candango de 2020 que se propuseram a fazer todos os procedimentos da pesquisa. Foram excluídos os que abandonaram o estudo no período de intervenção ou que se afastaram do campeonato. O programa educativo sobre trauma de cabeça e acompanhamento de lesões e a coleta de dados foram realizados no Hospital HOME, porém, em razão da pandemia do novo coronavírus, foram interrompidos por 4 meses, o que não apresentou prejuízos ao final da pesquisa. A amostra foi composta por 265 atletas em idade média de 25 anos, do gênero masculino, federados à FBF, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para participar do estudo. Diante da avaliação inicial, grande parte dos atletas já havia tido, pelo menos, uma concussão, corroborando estudos que demonstram alta incidência de concussão cerebral em esportes de contato. Durante o campeonato de 2020, de todas as lesões, 5% foram concussões. Além disso, foram acompanhadas as demais lesões no decorrer do campeonato, e feitas as orientações para promoção e prevenção da saúde do atleta. Surge, assim, a necessidade de profissionais de saúde capacitados para reconhecer tais lesões, promover a abordagem adequada para o retorno do atleta às competições e evitar complicações futuras.

Palavras-Chave: Concussão cerebral. Futebol. Lesões.

PROPOSTA TERAPÊUTICA DE TRATAMENTO PARA AS TENDINOPATIAS GLÚTEAS: ENSAIO CLÍNICO RANDOMIZADO

Tatiane Morelati Rosa – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
tatiane.morelati@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.com
Anderson Freitas – IPE/HOME, colaborador
andersonfreitas28@gmail.com

A tendinopatia glútea faz parte de um conjunto de doenças que compõem a síndrome dolorosa do grande trocânter (SDGT) e é reconhecida como a principal fonte de dor na região lateral no quadril. A condição tem alta prevalência na população em geral, variando entre 10% a 25%, e é mais frequente entre as mulheres acima de 40 anos. Este estudo tem como objetivo aplicar um programa de exercícios com carga de tração gradualmente progressiva, em posições de adução de quadril mínima, com modos diferentes de treinamento de força, incluindo isométrico, isotônico, concêntrico e excêntrico, para os músculos do quadril, o núcleo abdominal e os membros inferiores por 8 semanas, totalizando 16 sessões. Os 10 participantes foram randomizados em dois grupos, para obter os programas de exercícios terapêuticos. Ambos os grupos receberam orientações educativas para a redução da carga compressiva dos tendões glúteos. A escala visual analógica de dor e algometria de pressão foi utilizada para avaliar a dor em 4 e 8 semanas de tratamento. O Harris Hip Score (HHS) e o Hip Outcome Score (HOS) foram empregados para avaliação da funcionalidade do quadril no início e com 8 semanas. Os resultados demonstraram efeitos significativos para os grupos entre a primeira e a quarta semanas e entre a primeira e a oitava semanas, para a avaliação de dor pela escala visual analógica e algometria de pressão. A pontuação do HHS E do HOS demonstrou efeitos expressivos para os grupos, antes e depois da intervenção. Ambos os grupos de exercícios apresentaram melhoras significativas na avaliação de dor e na funcionalidade e foram capazes de gerar aumento relevante de força aos músculos abdutores do quadril, porém o grupo experimental, no qual estavam incluídos exercícios ao núcleo abdominal, aos membros inferiores e aos músculos glúteos não demonstrou resultados superiores ao programa de exercícios de fortalecimento, mas apenas aos músculos glúteos. Dessa forma, é importante considerar que instituir carga restauradora mediante um programa de exercícios precoce e gradualmente progressivo aos músculos glúteos, em posições de adução de quadril mínima, pode ser uma estratégia eficaz para a reabilitação das tendinopatias glúteas.

Palavras-Chave: Tendinopatia. Dor lateral do quadril. Glúteos.

QUIROPTEROFAUNA CAVERNÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Atma Rodrigues Betat – UniCEUB, PIC Parceiros – SEAGRI, aluno voluntário
mariana.betat@sempreceub.com
Jade Leão Serrano – UniCEUB, PIC Parceiros – SEAGRI, aluna voluntária
jade.ls@sempreceub.com
Fabrício Escarlate Tavares – UniCEUB, professor orientador
fabricio.tavares@ceub.edu.br
Érica Garcia – SEAGRI, colaboradora
raiva.eebdf@gmail.com
Daniella Dianesi – SEAGRI, colaboradora
gsan@seagri.df.gov.br

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro e abriga cerca de 60% das espécies que ocorrem no Brasil e mais de 40% da quiropterofauna de toda América do Sul. É progressivamente devastado, o que torna urgente a priorização de ações para sua conservação e sustentabilidade. Para isso, é fundamental conhecer e mapear a sua biodiversidade. A quiropterofauna tem alta importância na dinâmica, na manutenção e na regeneração dos ecossistemas e demonstra que a degradação do Cerrado, resultante de atividades antrópicas, afeta, de forma expressiva, as populações de quirópteros. O presente trabalho tem como objetivo compilar e atualizar as informações sobre os morcegos cavernícolas presentes no Distrito Federal, considerando a identificação taxonômica e os locais de registros mediante dados presentes na literatura e avaliar possíveis tendências populacionais. Foram registradas 28 espécies de quirópteros associados a ambientes cavernícolas no Distrito Federal. As localidades com maior riqueza foram Brazlândia e Sobradinho. As regiões que tiveram maior quantidade de registros foram as grutas Sal-Fenda (DF 005) e Dois Irmãos (DF 012), onde foi possível encontrar a representatividade de 57,14% e 50% do total de registros efetuados no Distrito Federal, respectivamente. Observou-se o declínio no tamanho das populações nas regiões administrativas Paranoá e Planaltina, uma vez que, nas grutas dessas localidades, em tempos recentes, não se evidenciou a presença de dez espécies anteriormente registradas. Este resultado demonstra um contexto preocupante de perda de biodiversidade, pois algumas espécies de morcegos são consideradas bioindicadoras de qualidade de habitat.

Palavras-Chave: Quirópteros cavernícolas. Medicina da conservação. Bioma Cerrado.

ROTURA TRAUMÁTICA DO MANGUITO ROTADOR: COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS EM DIFERENTES TEMPOS ATÉ A ABORDAGEM

Larissa Soares dos Santos – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluna bolsista
larissa.soares@sempreceub.com
Leonardo Melo Name Ribeiro – UniCEUB, PIC Parceiros – IPE/HOME, aluno voluntário
leomelo1010@sempreceub.com
Márcio de Paula e Oliveira – UniCEUB, professor orientador
marcio.oliveira@ceub.edu.br
Thiago Medeiros Storti – IPE/HOME, colaborador
thiago_storti@hotmail.com

A articulação do ombro é composta por um conjunto de músculos que formam o manguito rotador. Suas principais funções são gerar e estabilizar força nos movimentos do membro superior. Quando ocorre uma lesão aguda em alguma das estruturas que o compõe, a cirurgia é recomendada. Contudo, esse procedimento ainda é bastante discutido para que o desfecho do paciente seja o mais favorável possível. Os objetivos da pesquisa são analisar e comparar, do ponto de vista funcional, pacientes com rotura traumática do manguito rotador que tenham sido submetidos ao reparo artoscópico em diferentes tempos, após a lesão, por meio de avaliação clínica e escores funcionais. Este estudo avaliou 50 pacientes com rotura traumática do manguito rotador, submetidos ao tratamento cirúrgico artroscópico no Hospital HOME, Brasília-DF, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2017. Para a avaliação dos pacientes, foi feita a entrevista clínica, a avaliação funcional e biomecânica, além da resposta aos escores funcionais (UCLA e Constant). Foram separados em grupos os pacientes abordados em diferentes tempos: Grupo 1A (nos primeiros 3 meses após a lesão), Grupo 1B (no intervalo de 3 a 6 meses após a data da lesão) e Grupo 2 (após o sexto mês após a lesão). Os dados foram comparados. Entre os resultados encontrados, em todos os grupos, há diminuição da dor após a cirurgia, a média do score UCLA foi semelhante nos grupos estudados, com o 1B sendo o de maior pontuação, e o score Constant-Murley acompanhou esse resultado. Quando comparado em relação ao membro contralateral de forma direta, o grupo 1A foi superior na elevação gônio e na rotação externa gônio, o grupo 1B foi superior na rotação interna gônio, e não houve alteração de força de elevação, força de rotação externa e força de rotação interna com relevância estatística entre os grupos. Quando avaliada a diferença entre o membro operado e o contralateral, foi observado que não há significância estatística que justificaria, por si, a abordagem em um dos intervalos propostos. Apesar de a amplitude de movimento não indicar melhor tempo para a abordagem da lesão, o intervalo de 3 a 6 meses após a lesão, o Grupo 1B, apresenta melhor desempenho nos escores funcionais que avaliam também a satisfação do sujeito a respeito da intervenção feita, o que pode justificar sua superioridade.

Palavras-Chave: Lesões do manguito rotador. Artroscopia. Artropatia de ruptura do manguito rotador.

TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM ANIMAIS COM HIPOPLASIA DE MEDULA ÓSSEA

Victor Moraes Amorim – UniCEUB, PIC Parceiros – BIOCELL, aluno voluntário
victor.amorim@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Patrícia Furtado Malard – BIOCELL, colaboradora
patricia@biocell.com.br
Hilana dos Santos Sena Brunel – BIOCELL, colaboradora
lanasena@gmail.com

A hipoplasia ou aplasia de medula óssea afeta cães e gatos e é caracterizada pela produção insuficiente de uma (anemia, trombocitopenia e leucopenia) ou todas (pancitopenia) as linhagens das células do sangue pela medula óssea. Essa enfermidade é causada por danos na medula óssea e prejudica a produção das células sanguíneas. O prognóstico é desfavorável na maioria dos casos, com o tratamento limitado a combater a sua causa por meio de fatores de crescimento hematopoiético, suporte (transfusões de sangue) e terapia imunossupressora (anti-inflamatórios esteroidais). As células-tronco mesenquimais (CTM) atuam pela secreção dos seus fatores parácrinos (citocinas e fatores de crescimento) diminuem a inflamação, a apoptose e estimulam a multiplicação celular, a angiogênese e a regulação do sistema imune. O objetivo do trabalho é avaliar a terapia celular com CTM halógenas, em animais com hipoplasia de medula óssea. Assim, foram selecionados 6 cães a ser submetidos ao tratamento para hipoplasia medular com CTM. Os animais apresentaram diagnóstico de hipoplasia, não eram responsivos ao tratamento imunossupressor e não tinham outras comorbidades. As causas da hipoplasia eram de origem infecciosa, medicamentosa e imunomediada. O protocolo realizado foi de 3 aplicações de CTM endovenosa por fluidoterapia. Foi feito o hemograma de todos os animais entre cada aplicação, o que comprovou a resposta positiva da medula óssea ao tratamento com a elevação dos parâmetros hematológicos avaliados. Conclui-se que o tratamento com CTM auxilia a recuperação da medula óssea em animais com hipoplasia medular.

Palavras-Chave: Aplasia de medula. Pancitopenia. Terapia celular.

TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS EM GATOS COM DOENÇA RENAL CRÔNICA

Pedro Henrique Martins de Melo – UniCEUB, PIC Parceiros – BIOCELL, aluno voluntário
pedrohmartinsdemelo@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior – UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Patrícia Furtado Malard – BIOCELL, colaboradora
patricia@labbiocell.com
Hilana dos Santos Sena Brunel – BIOCELL, colaboradora
lanasena@gmail.com

A doença renal crônica (DRC) ocorre com bastante frequência, na clínica de pequenos animais e tem prevalência maior em gatos. Além disso, é caracterizada por ser uma lesão progressiva das unidades funcionais dos rins. Este trabalho tem como objetivo avaliar a eficácia da terapia com células-tronco mesenquimais halógenas, derivadas do tecido adiposo, em pacientes acometidos por esse distúrbio. Dois felinos domésticos diagnosticados com a DRC apresentaram sintomas, como perda de peso, vômito e diminuição do apetite, e foram encaminhados para o tratamento com células-tronco mesenquimais (CTM). Os animais realizaram os exames de ultrassom e bioquímico sérico, que confirmaram a presença da enfermidade por meio da análise de alterações na morfologia dos rins e pelo aumento nos parâmetros de concentração sérica da creatinina. As CTM foram descongeladas e preparadas no laboratório Biocell. Fizeram-se três aplicações nesses pacientes, com o intervalo de vinte e um dias entre cada uma. Os procedimentos foram realizados por soroterapia intravenosa. Durante o estudo clínico, não foi observado nenhum efeito adverso e colateral pela administração de CTM. As células-tronco mesenquimais halógenas, derivadas do tecido adiposo promoveram diminuição na concentração de creatinina sérica dos pacientes, que voltaram a alimentar-se bem e passaram a ter melhor qualidade de vida. Essa terapia demonstra-se promissora e pode tornar-se boa opção ao tratamento dessa enfermidade.

Palavras-Chave: Saúde integrativa. Terapia celular. Felinos.

TERAPIA CELULAR COM CÉLULAS-TRONCO MESENQUIMAIS NA OSTEOARTROSE

Beatriz Campos Linhares Lima – UniCEUB, PIC Parceiros – BIOCELL, aluna voluntária
beatrizcampos@sempreceub.com
Beatriz Domingues Bressan Lopes Guimarães Vidal – UniCEUB, PIC Parceiros – Biocell, aluna voluntária
beatrizbvidal@sempreceub.com
Carlos Alberto da Cruz Júnior– UniCEUB, professor orientador
carlos.junior@uniceub.br
Patrícia Furtado Malard – BIOCELL, colaboradora
patricia@labbiocell.com
Hilana dos Santos Sena Brunel – BIOCELL, colaboradora
lanasena@gmail.com

A osteoartrose (OA) é uma doença crônica e degenerativa que resulta na perda progressiva da cartilagem articular, o que provoca o remodelamento ósseo e a possível formação de osteófitos. Os sinais clínicos apresentados pelo paciente com OA são crepitação, claudicação e dor com consequente diminuição da qualidade de vida. Os tratamentos convencionais disponíveis incluem fármacos, como os anti-inflamatórios não esteroidais, cujo uso prolongado pode gerar impactos negativos, como potencializar a degradação da cartilagem e alterar o bom funcionamento do organismo. Uma alternativa ao tratamento de cães com OA pode ser a terapia com células mesenquimais (CTM), por terem a habilidade de migrar até o local de inflamação, apresentar atividades imunomoduladoras, secretar compostos bioativos e possibilitar a regeneração e a reparação da cartilagem, já que a CTM também tem a capacidade de dividir-se ilimitadamente e transformar-se em células de diferentes linhagens, incluindo condrócitos. O objetivo deste trabalho é avaliar a eficácia da terapia celular no tratamento de cães com OA. Para isso, foram utilizados dois animais diagnosticados com a doença e encaminhados ao laboratório BiOCELL Terapia Celular para realização da terapia com CTM. As células foram cultivadas e congeladas. Em cada animal, fez-se aplicação única por via endovenosa e intra-articular. Em seguida, os animais apresentaram melhora clínica significativa. Conclui-se que a terapia celular pode ser uma alternativa bastante promissora para o tratamento de cães com OA.

Palavras-Chave: Células-tronco. Osteoartrose. Cão.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC VOLUNTÁRIO 2019/2020

UniCEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A ARQUITETURA VERNACULAR E SEU POTENCIAL DE USO EM PROJETOS SOCIAIS

Amanda Cintra Santos – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
amanda.cintra@sempreceub.com
Gustavo Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.com.br

A sociedade encontra-se em um período de transformação de conceitos, como o de tecnologia. Ao contrário do otimismo cego presente na Revolução Industrial, quando se acreditava que a salvação do mundo decorreria da exploração desmedida da natureza para alimentar a completa automatização do trabalho, o conceito atual de tecnologia está intrinsecamente conectado ao de sustentabilidade de forma que o primeiro só é eficiente caso não represente um retrocesso às conquistas realizadas pelo segundo. Na arquitetura, não poderia ser diferente. As abordagens ecológicas no espaço arquitetônico passaram a ser de suma importância para uma construção eficiente. A pesquisa em questão busca explorar a potencialidade da arquitetura vernacular aplicada à habitação de interesse social. Para elaboração deste trabalho, foi realizada uma revisão bibliográfica extensa, para entender melhor a origem da tipologia arquitetura popular e arquitetura social. Pesquisou-se também a aplicabilidade da arquitetura vernacular de acordo com as normas de construção do Brasil e o desempenho técnico dessa tipologia comparado com os métodos de construção tradicionais. Para a confirmação da tese, fizeram-se medições *in loco*, em duas moradias, uma referente ao programa Minha Casa Minha Vida e outra a uma casa centenária de pau a pique. As tipologias foram comparadas quanto a durabilidade, manutenção, conforto térmico, engajamento social e valor de construção. Pode-se concluir que a arquitetura vernácula tem superioridade significativa na maioria dos aspectos comparados, portanto é uma alternativa válida e ideal para a elaboração de programas de assistência social.

Palavras-Chave: Arquitetura vernacular. Arquitetura popular. Projetos sociais. Assistência a moradia. Déficit habitacional.

A INFLUÊNCIA DOS TRAÇOS DE PERSONALIDADE NA INTENÇÃO DE COMPORTAMENTO CORRUPTO

Karine Caputo Neves Pereira – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
karine.caputo@sempreceub.com
Rafaella Rocha de Carvalho – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
rafaella.rocha@sempreceub.com
João Gabriel Nunes Modesto – UniCEUB, professor orientador
joao.modesto@ceub.edu.br

Esta pesquisa investiga a influência que os traços de personalidade do Modelo dos Cinco Grandes Fatores (Big Five) exercem na intenção de comportamento corrupto e tem como base para análise o Modelo Analítico da Corrupção (MAC), que visa compreender as variáveis influenciadoras da tomada de decisão corrupta mediante quatro níveis bem delineados. Participaram da pesquisa 286 indivíduos de ambos os sexos, com idade entre 18 e 76 anos, selecionados por conveniência, pelas redes sociais. A pesquisa foi aplicada na modalidade *online*, por meio da ferramenta formulários Google. Como instrumentos para coleta dos dados, utilizou-se a Escala Reduzida dos Cinco Grandes Fatores (ER5GF), a Medida de Intenção de Corrupção, composta por situações hipotéticas de corrupção, desenvolvida pelas pesquisadoras para este estudo, e as perguntas de cunho sociodemográfico. Os dados foram analisados por meio do teste de Correlação de Pearson e do teste de Regressão Múltipla. Os resultados apontaram correlações significativas entre a intenção de corrupção e as dimensões de abertura à experiência, amabilidade e consciensiodade, embora a regressão múltipla tenha indicado apenas efeito significativo entre conscienciosidade e intenção de corrupção. A pesquisa mostra-se relevante, pois possibilita melhor entendimento sobre a influência de traços de personalidade na intenção de comportamento corrupto e pode oferecer suporte a processos de seleção em órgãos públicos e privados, com o intuito de diminuir a probabilidade de comportamento corrupto nessas instituições. Além disso, considera-se que novas pesquisas podem ampliar a compreensão da relação entre personalidade e corrupção, ao analisar moderadores e mediadores, de modo a favorecer um entendimento mais complexo dessa relação.

Palavras-Chave: Corrupção. Personalidade. *Big Five*.

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BRASÍLIA CONTRASTADA NAS DIFERENTES PROPORÇÕES URBANAS: EIXO MONUMENTAL E VIA W3

Letícia Silveira Leiro – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
leticia.sleiro@sempreceub.com
Marcella Alves Azevedo – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
marcella.azevedo@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimarães@ceub.edu.br

Quando se pensa em Brasília, há sempre a visão de uma cidade que, conceitualmente e ideologicamente fundada mediante uma utopia de conformação urbana, concretizou-se. Trata-se de um espaço que foi feito para as pessoas, que funciona com quase fluidez mecânica, apenas por ter a caracterização de uma cidade planejada. A vista de áreas verdes abundantes, os edifícios imponentes e únicos e a própria fama do belíssimo céu fazem da capital o local dos sonhos não só quando se pensa na qualidade de vida, moradia e lazer, mas também quando se cogita a ideia de ser uma cidade nova. Mas, a realidade de quem vive na capital é diferente da idealização. Pelo fato de ser pensada como uma cidade capital, Brasília tem caráter cívico, extremamente enraizado em sua concepção, é uma cidade que foi pensada para ser digna do símbolo de centro do poder do país. Pela sua importância, foi declarada Patrimônio Mundial Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1987 e, em 1990, foi tombada pelo IPHAN, porém, hoje, já com seus 60 anos, apresenta problemáticas resultantes das seguintes características: o urbanismo rodoviarista, o monumentalismo e o tombamento da cidade. Considerando esses aspectos, como embasamento teórico desta pesquisa, fez-se a comparação entre os objetos de estudo selecionados, o Eixo Monumental e a Via W3, que, entre outros, resumem o caráter cívico e o de serviço, onde o planejamento inicial foi confrontado com o uso real do espaço ao longo dos anos. Dessa forma, foi possível perceber as semelhanças e as diferenças no tratamento dado à manutenção de dois locais importantes na dinâmica da cidade. Além disso, entre outros motivos, tanto a sua simbologia quanto seus usos afetam, diretamente, o seu crescimento, desenvolvimento e consequente preservação.

Palavras-Chave: Brasília. Preservação. Patrimônio. Eixo Monumental. Via W3.

AMAMENTAÇÃO: MITOS NO INÍCIO DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Madalena Braga – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
madalena.braga@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A amamentação é essencial para a sobrevivência do recém-nascido, contém raízes culturais e evolutivas e é característica dos mamíferos. Sua importância não está somente na saúde do bebê, mas também na saúde das mães, na economia, além de oferecer benefícios ao Estado. Para prevenir o desmame precoce desnecessário, é importante haver uma rede de apoio para a lactante e promover um ambiente seguro. No entanto, o fator mais relevante e causador do desmame são os mitos, obtidos através de gerações, que permeiam o tema, muitas vezes, não contêm embasamento científico e podem causar danos. Nesse sentido, verifica-se o conhecimento de alunos de início da graduação de Psicologia sobre a amamentação, seus mitos e conhecimentos. Para isso, foi realizada uma pesquisa quantitativa mediante um questionário de 100 questões. Pequena parte dos participantes já tinham a primeira graduação e foram os que mais obtiveram acertos; a maioria era do sexo feminino, e a média de acerto foi superior a 50%, o que demonstrou um conhecimento razoável. Os mitos mais presentes nas respostas expuseram o pouco conhecimento acerca dos benefícios do aleitamento para a saúde da mulher. Os itens mais acertados tinham relação com a saúde mental e física do bebê. Verificou-se que, quanto mais velho o participante, mais chance havia de acerto. O conhecimento embasado é fundamental para a atuação eficaz do profissional da saúde, mas também é importante saber da existência dos mitos em qualquer contexto cultural, pois, assim, é possível respeitá-lo ou combatê-lo. Da mesma forma, garantir a saúde da criança e da mãe é um papel importante do psicólogo.

Palavras-Chave: Amamentação. Mitos. Psicologia. Início da graduação.

CONHECIMENTOS E CRENÇAS SOBRE SUICÍDIO EM ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR

Daniele Santana Lima – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
daniele.santana@sempreceub.com
Carolina dos Santos Fonseca – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
carolina.sf@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

O índice absoluto de morte autoinfligida em território brasileiro revela que o país se encontra em situação de urgência. Isso se reflete também nos *campi* das universidades, onde as mortes autoprovocadas são a segunda causa de óbito em estudantes universitários, além de, ao longo dos anos, os casos de ideação e pensamento suicida terem aumentado nessa população. Nesse sentido, o objetivo do estudo é investigar e compreender o conhecimento e as crenças de estudantes do ensino superior sobre o suicídio. Para isso, 36 alunos do primeiro semestre de Psicologia responderam a um questionário de 65 itens sobre conhecimentos e crenças com relação a comportamentos autodestrutivos, com escala Likert de 1 a 5 pontos. As respostas coletadas foram examinadas quantitativamente pelo programa do Excel™, no qual houve o cálculo da média de cada item. Os resultados demonstraram um nível de concordância maior para sentenças positivas e preventivas acerca do autocídio e uma aceitação menor para frases de cunho condenatório e estigmatizante. Esse fato pode ter sido possível pelo maior contato desses alunos com temas da saúde mental, além de parte dos participantes já terem vivenciado algum sofrimento psíquico. Concluiu-se que há importância na disseminação de informações sobre comportamentos suicidas, no ambiente acadêmico, como uma maneira de diminuir atitudes negativas relacionadas ao tema e, assim, prevenir futuros casos por meio do acolhimento desses indivíduos.

Palavras-Chave: Suicídio. Conhecimentos. Crenças. Universitários.

CONIC E CONJUNTO NACIONAL DE BRASÍLIA: MORFOLOGIA E APROPRIAÇÃO

Maria Luiza Brito Sobral – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
marialuiza.bs@sempreceub.com
Sávio Tadeu Guimarães – UniCEUB, professor orientador
savio.guimaraes@ceub.edu.br

O Setor de Diversões Sul (SDS) e o Setor de Diversões Norte (SDN), planejados como pontos centrais da cidade de Brasília, foram pensados como duas áreas idênticas com o mesmo uso e a mesma tipologia de edificações. Porém, esses dois setores diferenciaram-se, até chegar ao que são hoje: espaços esteticamente diferentes, frequentados por grupos distintos e vistos pela maioria dos brasilienses de formas opostas. Diante disso, esta pesquisa apresenta importante contribuição acadêmica acerca dos espaços da capital do país, pois busca compreender como a disparidade entre os dois setores se deu, por compor a cidade de Brasília, patrimônio cultural. Além disso, o trabalho mostra-se necessário, por gerar estudos sobre o *shopping center* Conjunto Nacional, localizado no SDN, espaço pouco analisado academicamente. O estudo do Conic (conjunto de edifícios que compõem o SDS) também confere relevância ao trabalho, cujas análises possibilitam novo olhar para esse espaço, que se tornou estigmatizado na cidade. Para fundamentar a pesquisa, foram consultados autores que estudaram o espaço urbano e arquitetônico e suas apropriações, cada um com uma visão diferente, o que possibilitou a análise do SDS e SDN sob diversas perspectivas. Além disso, o histórico do Conic e do Conjunto Nacional foi analisado para que se compreendesse como os edifícios se tornaram o que são hoje. Também a morfologia e as apropriações do Conic e do Conjunto Nacional foram analisadas e comparadas. Por conclusão, constata-se que as formas do Conic e do Conjunto Nacional são semelhantes; a tipologia e a estrutura básica são as mesmas, porém elementos, como fachada, implantação e entorno, diferem-se. A circulação interna do *shopping* é mais coesa e clara, enquanto a do Conic é labiríntica, já que esses espaços se deram de forma não planejada, mas como um negativo da área dos prédios que compõem o SDS. O contexto histórico e os atores que participaram da concepção dos setores diferem-se, o que gerou uma visão oposta entre os dois espaços. Diante de tais questões, o Conjunto Nacional é visto, no geral, de forma mais positiva que o Conic. Porém, atualmente, há grupos que buscam revitalizar o espaço e criar nova identidade para o local, não somente quanto à infraestrutura, mas também quanto ao significado. Assim, será possível aproximar os dois setores.

Palavras-Chave: Conic. Conjunto Nacional de Brasília. Setor de Diversões Sul. Setor de Diversões Norte.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO ADOTADAS POR CRIANÇAS EM TRATAMENTO CRÔNICO DE SAÚDE

Jeanne Muzeka – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
jeannemuzeka@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

As doenças crônicas caracterizam-se por longa duração, prognóstico incerto e causas múltiplas. Na infância, geram muitas mudanças no cotidiano da criança e da família, além de afastamento de familiares, ansiedade, medo, entre outros desafios. O objetivo deste estudo é criar uma escala para medir o suporte social de famílias de crianças com doenças crônicas. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do UniCEUB e da FEPECS, sob protocolo 4.276.306/20, CAAE 21236919.0.0000.0023. Em razão da pandemia de COVID 19, iniciada em março de 2020, suspenderam-se as possibilidades de coleta de dados em campo por tempo indeterminado. Optou-se, assim, por investir na validação semântica e de conteúdo da Escala de Suporte Social a Cuidadores Pediátricos (ESSCP), ampliar a profundidade da análise de dados e adiar as demais etapas para validação, que dependem da aplicação *in loco*. A construção dos itens para a ESSCP foi baseada em instrumentos já validados à população brasileira, que representam bons índices de consistência interna e fidedignidade. Para a avaliação da Escala, foi escolhido como critério de inclusão o público *expert* em suporte social, psicólogos, professores de psicologia e alunos dos 9° e 10° semestres de graduação em Psicologia do UniCEUB. A amostra foi de 80 participantes. A coleta foi feita de maneira *online*. Os materiais usados foram computadores e celulares de uso pessoal. Foi possível concluir que o suporte social se mostra de grande importância para os cuidadores de crianças com doenças crônicas e é um aspecto que auxilia o enfrentamento às dificuldades e aos desafios diários.

Palavras-Chave: Doença crônica. Infância. Suporte social.

ESTRESSE, ENFRENTAMENTO E PRÁTICAS PARENTAIS DURANTE HOSPITALIZAÇÃO PEDIÁTRICA

Natália López Tomé – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
natalia.lopez@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A hospitalização infantil é uma experiência permeada de eventos e situações estressoras, uma vez que crianças e seus cuidadores, além de vivenciarem as adversidades no processo de saúde-doença, lidam com as repercussões da internação em suas vidas pessoais e profissionais. Atentar para as necessidades e os desafios deve ser um compromisso dos profissionais de saúde, porque os familiares, ao sentir-se seguros, amparados pelo serviço e pelos profissionais, podem participar, ativamente, no processo de enfrentamento da hospitalização, aumentando a resiliência e as práticas parentais benéficas que promovam o suporte social entre equipe, criança e cuidadores. Por isso, esta pesquisa compromete-se a mensurar a avaliação de estudantes e profissionais de psicologia sobre suporte social, por meio de questionário específico ao contexto, no processo de validação semântica e de conteúdo, caracterizar diferentes tipos de cuidado no suporte social, comparar a percepção de apoio social esperada de cuidadores e de profissionais, promover a discussão sobre a inserção do suporte social, na hospitalização. A pesquisa é de natureza quantitativa, exploratória com foco em levantamento amostral, por meio da Escala de Suporte Social em Cuidadores Pediátricos (ESSCP), organizada pelas pesquisadoras, em que os participantes avaliaram os itens conforme os quatro tipos de suporte: emocional, operacional, informativo e invisível. Assim, foi possível apurar como os participantes consideram o suporte social e quais são as diferenças são quando o apoio vem do contexto sociofamiliar e da equipe de saúde, em que um é visto por um viés emocional e o outro, operacional, respectivamente.

Palavras-Chave: Hospitalização infantil. Suporte social. Humanização.

ESTUDO SOBRE A CONFIGURAÇÃO SUBJETIVA SOCIAL DE UM GRUPO DE AJUDA MÚTUA

Daniela Viecili Costa Masini – PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
daniela.viecili@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br
Daniel Magalhães Goulart – UnB, professor coorientador
danielgoulartbr@gmail.com

Este trabalho visa relatar e discutir os resultados de uma pesquisa cujo objetivo principal é compreender a configuração subjetiva social predominante num grupo de ajuda mútua, com atenção aos potenciais terapêuticos desse tipo de estratégia e à presença de possíveis processos de institucionalização na sua dinâmica. A pesquisa deu-se num contexto de avanços e retrocessos da reforma psiquiátrica e de difusão de estratégias participativas de saúde mental, das quais os grupos de ajuda mútua fazem parte. Foi utilizado o método construtivo-interpretativo, baseado na Epistemologia Qualitativa, em articulação com a teoria da subjetividade de González Rey. Os participantes da pesquisa foram integrantes de um grupo de ajuda mútua de uma cidade satélite do Distrito Federal, o qual era aberto à população e frequentado por um grupo relativamente assíduo de cerca de seis pessoas. O instrumento de pesquisa consistiu em dinâmicas conversacionais que ocorriam durante os encontros do grupo e em momentos informais, antes ou depois dos encontros. Pode-se afirmar que o grupo expressa processos subjetivos relacionados à hipervalorização da atuação do profissional de saúde, os quais se articulam a uma lógica individualista, à associação entre transtorno mental e incapacidade, a um processo de burocratização do grupo e ao desmerecimento do potencial de cuidado das relações comunitárias. Apesar de serem predominantes, tais processos subjetivos estão em contínua tensão, na subjetividade social do grupo, o que aponta para o potencial de desinstitucionalização desse tipo de estratégia. Além disso, a hipervalorização do profissional de saúde parece estar articulada à forma com a qual o funcionamento do grupo é representado por seus integrantes, o que remete a estratégias de suporte por pares e não a de grupos de ajuda mútua em si; isso parece contribuir para a dificuldade de funcionamento do grupo. O referencial teórico-metodológico facilitou a compreensão de processos muitas vezes não conscientes ou intencionais no funcionamento do grupo participante, os quais são relevantes para permitir a implementação de estratégias participativas em saúde mental, de forma crítica e reflexiva. Conclui-se que se faz necessário pensar de maneira mais aprofundada, acerca da dinâmica dos grupos de ajuda mútua e do papel dos facilitadores em tais estratégias, mediante o diálogo com os diferentes atores do campo da saúde mental, usuários, familiares e profissionais de saúde.

Palavras-Chave: Ajuda mútua. Subjetividade. Reforma psiquiátrica.

HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL: A QUESTÃO QUALITATIVA DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS POPULARES

Carolina Alves Morimatsu – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
carol.morimatsu@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.com.br

O Brasil tem uma população composta por mais de 209,5 milhões de pessoas. Com isso, é necessário existirem habitações sociais, que nem sempre são de qualidade ou levam em consideração as características dos locais onde serão inseridas. O objetivo desta pesquisa é estudar essas habitações e o motivo de não terem dado certo na maioria das vezes. Também se comparam as políticas habitacionais do país com as da Europa Ocidental e as da União Europeia, de forma a analisar exemplos que deram certo e encontrar uma solução para o Brasil para que se diminua o número de pessoas em situação de rua ou que vivem em situações precárias de saúde e higiene. Dessa forma, o trabalho foi divido em três etapas. Na primeira, foi realizado um estudo sobre o histórico das políticas de habitações sociais no Brasil, desde o seu início. A segunda etapa foi uma pesquisa sobre os modelos de habitação no Brasil; um é o primeiro a ser criado no país, e o outro, mais recente, implantado em Brasília e na Europa Ocidental, com o projeto de Bjarke Engels, além de um estudo sobre a forma como a União Europeia trata da questão da habitação social. Por fim, chegou-se ao resultado de que o grande problema do Brasil é a corrupção e a maneira como essas habitações são implantadas: ou de forma padronizada, sem levar em consideração questões climáticas e culturais, ou sem vínculos suficientes para que as pessoas se sintam parte do local e passem a dar valor ao espaço.

Palavras-Chave: Habitação social. Brasil. Europa.

HÁBITOS ALIMENTARES ENTRE ESTUDANTES DAS ÁREAS DE SAÚDE E HUMANIDADES

Júlia Ribeiro Portella Nunes – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
julia.nunes@sempreceub.com
Milene Araújo Fernandes – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
milene.fernandes@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

A presente pesquisa tem como objetivo verificar os hábitos alimentares de calouros da área de saúde. A vida universitária provoca grande mudança no jovem, pois é uma exposição a diferentes situações em que o estudante é estimulado a refletir, aprender e, consequentemente, a mudar. Além disso, outros fatores podem favorecer o jovem a alterar a sua maneira de alimentar-se. Esta pesquisa *survey* transversal foi realizada com 70 estudantes da área de saúde do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). O questionário coletou dados pessoais dos participantes e informações sobre seus hábitos alimentares (ingestão de água, proteínas, gorduras, carboidratos, minerais, vitaminas, entre outros). Observou-se que informações educativas sobre alimentação são consideradas importantes pelos participantes e que os alimentos mais consumidos são frutas, derivados do leite, doce, entre outros. Por outro lado, há baixa influência por parte de *digital influencers* e pouco seguimento de dietas da moda. Grande parte dos resultados corrobora pesquisas anteriores.

Palavras-Chave: Hábitos alimentares. Saúde. Universidade.

O AZULEJO COMO ELEMENTO DE RESGATE DA IDENTIDADE DE BRASÍLIA E AGENTE RESPONSÁVEL PELO CONFORTO TÉRMICO DOS EDIFÍCIOS

Maria Júlia Almeida de Araújo – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
maju.124@sempreceub.com
Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária – UniCEUB, professor orientador
gustavo.cantuaria@ceub.edu.br

O estudo trabalha com as ideias de Kevin Lynch, que relaciona a imagem da cidade para analisar o cenário modernista de Brasília. Além disso, apresenta a história do azulejo desde sua aparição no Egito até chegar à capital brasileira, encontrado na arte de Athos Bulcão. A partir disso, foi feita a referência teórica para explicar como os azulejos distribuídos na capital são, de fato, uma forma de resgate de sua identidade. Além disso, foram feitos estudos para testar a eficácia dos azulejos em fachada e entender como podem influenciar o conforto térmico. Esperava-se que as peças melhorassem a temperatura interna de um elemento estrutural como uma parede. O teste foi feito sobre um muro que recebe incidência solar durante todo o dia, em uma de suas faces. Foram feitas duas áreas separadas com azulejos de 3 mm e 6 mm, para além de verificar se são eficazes salientar se a espessura influencia essa questão. No entanto, ao contrário do esperado, os testes demonstraram que os azulejos somente diminuem a temperatura do lado interno no período da manhã e auxiliam a inércia térmica durante a noite, o que mantém o ambiente mais quente.

Palavras-Chave: Azulejo. Conforto térmico. Identidade. Imagem.

O IMPACTO DA NEUROARQUITETURA EM ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE (EAS)

Mathias de Sousa Luz – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluno voluntário
mathias.sousa@sempreceub.com
Hanna Kamal Husni – UniCEUB, PIC Voluntário Arquitetura e Urbanismo, aluna voluntária
hannakamalh@sempreceub.com
Eliete de Pinho Araújo – UniCEUB, professora orientadora
eliete.araujo@ceub.edu.br

A neuroarquitetura refere-se ao estudo da neurociência aplicada aos ambientes hospitalares. Esta pesquisa tem o objetivo de perceber o modo como os pacientes e os funcionários reagem à neuroarquitetura, para compreender como ela pode influenciar e ajudar a área hospitalar, a fim de compará-la com os atuais métodos construtivos e propor melhor solução qualitativa. Além de pesquisas voltadas às vantagens positivas para a reabilitação dos pacientes, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema e visitas ao Hospital Regional do Jardim Ingá, no município de Luziânia, Goiás. O local de referência para o estudo foi o Hospital Universitário de Akershus, projetado pelo escritório CFMøller Architects, em Oslo, na Noruega, localizado em um ambiente amplo e envolto por um anel com áreas verdes, que se utiliza da arquitetura vernacular e de materiais da região integrados a toda a estrutura do ambiente. Os materiais variam por todo o complexo e criam partes individuais que, de forma geral, mantêm uma identidade arquitetônica única. Essa técnica foi empregada na proposta, usa elementos da mesma linguagem em todos os ambientes e mantém a harmonia e a coerência. A criação desses espaços abrange a iluminação do local físico hospitalar e contribui para os ambientes humanizados. Além disso, o uso de cores mais suaves e harmônicas faz que o desenvolvimento do espaço seja oportuno. A neuroarquitetura deve ser exercida por profissionais formados eticamente, pois envolve a mente humana. A mudança na arquitetura é percebida pelos indivíduos mediante a liberação de substâncias químicas e de neurotransmissores e, principalmente, pelo estado mental. A humanização em um ambiente hospitalar é a condição imprescindível para que os sentimentos positivos floresçam e ajudem a superar o estresse, a dor e a espera do momento da alta. Após as pesquisas, foram feitos as análises e o levantamento no hospital objeto de estudo, com as propostas. Elaborou-se um fluxograma, e apresentaram-se as propostas dos ambientes selecionados. Conclui-se que esta pesquisa é relevante para planejar projetos de arquitetura e que as faculdades de arquitetura e de engenharia e os profissionais já formados podem usufruir de seus benefícios. Comprovou-se que a neuroarquitetura em ambiente hospitalar contribui para o bem-estar do paciente e dos usuários, pois torna o espaço mais efetivo e salubre.

Palavras-Chave: Arquitetura. Neuroarquitetura. Ambientes hospitalares. Projetos.

PSICOTERAPIA E SUBJETIVIDADE COMO PROCESSOS SUBJETIVOS: UM ESTUDO QUALITATIVO

Bruno Reis Bernardo Cobucci – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
bruno.cobucci@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Esta pesquisa tem como objetivo avançar na reflexão acerca do campo das psicoterapias, por meio do estudo de diferentes processos subjetivos que se configuram nessa prática e pensá-la por uma via dialógica que não se limite ao campo clínico tradicional e ao consultório privado. Para isso, fundamentou-se na teoria da subjetividade de González Rey, no método construtivo-interpretativo, baseado na epistemologia qualitativa. Assim, cogitou-se como essa perspectiva teórica pode contribuir no processo subjetivo, discutiu-se acerca da psicoterapia para além da sua dimensão técnica e prática e analisaram-se outras implicações do processo subjetivo. Realizaram-se dois estudos de caso: um de uma psicóloga psicoterapeuta; outro de uma mulher que teve recentes experiências com psicoterapia. Em seguida, elaborou-se sobre quem o psicoterapeuta é e como ele configura, subjetivamente, sua prática. Também foi possível refletir sobre o modo como a psicoterapia é subjetivada nos diferentes espaços da sociedade, pondo em questão que representação se faz da psicoterapia, portanto o que se espera dela profissionalmente. Além disso, possibilitou-se discutir acerca da importância do diálogo como um recurso fundamental para mobilizar e implicar, subjetivamente, a pessoa em psicoterapia. Por fim, argumentou-se sobre como a psicoterapia é uma prática que vai além do consultório, na medida em que importa menos qual é o espaço físico objetivo e vale mais o modo como esse espaço toma forma na configuração subjetiva da psicoterapia.

Palavras-Chave: Psicoterapia. Subjetividade. Diálogo. Estudo de caso.

PSICOTERAPIA: UM CAMINHO PARA COMPREENDER PROCESSOS SUBJETIVOS DE UMA PESSOA DIAGNOSTICADA COM O MAL DE ALZHEIMER

Manoel Vitor Noleto Santos – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluno voluntário
manoel.vitor@sempreceub.com
Paula de Sousa Pedra – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
paulla.sousa.pedra@sempreceub.com
Valéria Deusdará Mori – UniCEUB, professora orientadora
valeria.mori@ceub.edu.br

Esta pesquisa é amparada na epistemologia qualitativa proposta por González Rey, com o objetivo de compreender os processos subjetivos de uma pessoa diagnosticada com Alzheimer. Pela dinâmica conversacional, realizada com o participante, foi possível produzir uma análise construtivo-interpretativa sobre a experiência do Alzheimer, por meio de indicadores capazes de sustentar hipóteses que permitiram gerar um modelo teórico sobre o tema. Tal estudo possibilita entender a pessoa para além do Alzheimer, compreende os desdobramentos do adoecimento em uma ótica ampla e percebe os processos subjetivos tanto individuais quanto sociais que atravessam e circundam as pessoas nessa nova forma de estar no mundo. Neste trabalho, faz-se uma reflexão sobre o processo psicoterápico e sua semelhança com a realização da pesquisa, em que, em ambos os casos, tem-se a necessidade de implicação e engajamento com o outro e a relação que ali se estabelece.

Palavras-Chave: Subjetividade. Alzheimer. Psicoterapia.

VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS SOBRE CRENÇAS E HÁBITOS EM RELAÇÃO AO TABAGISMO

Bruna Mazarella Nóbrega de Santana – UniCEUB, PIC Voluntário Psicologia, aluna voluntária
brunamazarella@sempreceub.com
Marina Kohlsdorf – UniCEUB, professora orientadora
marina.kohlsdorf@ceub.edu.br

O tabagismo, considerado uma doença neurocomportamental há mais de duas décadas, é causado pela dependência da nicotina, substância psicoativa, referida como principal agente responsável pela dependência ao tabaco, e está associada a outros fatores psicológicos e comportamentais que aumentam a dificuldade da cessação do hábito de fumar. Nesse contexto, o objetivo do estudo é validar instrumentos sobre crenças e hábitos em relação ao tabagismo. Participaram da pesquisa 24 estudantes universitários, sendo 20 mulheres e 4 homens, com idades entre 20 e 37 anos. Os participantes responderam a um questionário com 85 itens para avaliação, com critérios entre 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente), além de quatro questões abertas subjetivas. Foram realizadas análises descritivas de média e desvio padrão que permitiram identificar grande relação entre o consumo do tabagismo e a influência social nos universitários, principalmente relacionados a bebidas alcoólicas, rituais que envolvem o tabagismo, momentos de interação e socialização tanto na universidade quanto em outros ambientes, mediante um ciclo social.

Palavras-Chave: Tabagismo. Universitários. Crenças. Instrumento. Psicologia.

EnCUCA20

III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E XVIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR – PIC JR 2019/2020

UNICEUB
EDUCAÇÃO SUPERIOR

A PAZ NA ESCOLA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

Karla Christina Pereira Batista – Centro Educacional Gisno, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluna bolsista
93525157karla@gmail.com
Águeda Gonçalves Tavares – UniCEUB, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluna voluntária
agueda.tavares@sempreceub.com
Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora orientadora
maria.montenegro@ceub.edu.br

Esta pesquisa, em seu segundo ano, pretende contribuir para a cultura da paz na escola e, consequentemente, o combate à violência escolar. Para tanto, tem como referência uma escola pública em Brasília-DF. Trata-se de uma pesquisa-ação ou de intervenção com grande abrangência de atividades relacionadas à paz na escola, desde rodas de conversa, folhetos sobre a paz, participação na Semana da Consciência Negra, concursos, entre outras. A violência na escola constitui um problema social e, em parte, é responsável pela evasão escolar, pelo afastamento de professores por licença médica, causada por doenças psicossomáticas, como o estresse, e pelo baixo rendimento dos alunos. O contexto escolhido foram os anos finais do Ensino Fundamental II. Todos os alunos foram atingidos pelo processo de continuidade do projeto. O primeiro semestre ocorreu conforme o previsto, mas, no segundo semestre, em razão da Covid-19, o projeto foi desenvolvido *online,* pelo *Instagram.* As reuniões com o grupo de pesquisa foram realizadas semanalmente, pelo *google meet*. Promoveram-se os concursos: música pela paz, criação de brinquedos recicláveis para doação, cartazes sobre como ser solidário durante a pandemia, além do desenvolvimento de boas ações, durante todo o semestre escolar. Realizou-se o pré-teste no início do trabalho. Aplicou-se um questionário semiestruturado. Após a suspensão da pesquisa, em razão da pandemia, discutiu-se sobre como dar continuidade ao projeto com características presenciais. Assim, surgiu a ideia da utilização do *Instagram* para a realização dos concursos voltados para a paz na escola. Primeiro, postou-se um folheto sobre cada um dos quatro concursos realizados e a premiação, caixas de bombons. Os concursos iniciaram-se de forma tímida, mas os participantes logo postaram as tarefas realizadas. Diretor, coordenador e professores também se envolveram nas atividades. A instituição passava por um momento sério de adaptação ao novo sistema de ensino com aulas *online*. Mesmo assim, obtiveram-se bons resultados com a criação de novo tipo de ação para a pesquisa. Além da contribuição pela paz na escola, as atividades geraram um resultado secundário: a continuidade na forma *online*. No pós-teste, verificou-se que 71,4% dos alunos tiveram conhecimento dos concursos e 85,7% disseram acreditar que essa ação contribua com a paz na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação enfatiza a necessidade de os professores cultivarem os valores éticos e morais, para propiciar oportunidades reais aos alunos em permanente busca da construção de sua cidadania.

Palavras-Chave: Violência escolar. Paz na escola. Intervenção à violência.

A PREPARAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR PARA RECEBER ALUNOS DA TERCEIRA IDADE

Amanda de Souza Messias Andrade – Centro Educacional Gisno, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluna bolsista
amandasouzaandrade93@gmail.com
Adrianne Martins Gomes de Albuquerque – UniCEUB, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluna voluntária
adrianne.albuquerque@sempreceub.com
Maria Eleusa Montenegro – UniCEUB, professora orientadora
maria.montenegro@ceub.edu.br

Este trabalho diz respeito à terceira idade e tem como objetivo verificar a preparação (física, psicológica e pedagógica) de três Instituições de ensino superior, para receber, em seus cursos, alunos dessa faixa etária. A população da terceira idade cresce consideravelmente, e, no Brasil, a melhoria das condições de desenvolvimento da população proporcionou um aumento da expectativa média de vida. Isso pode ser um problema, já que o país e o mercado produtivo não estão adaptados para atender a essa população em aspectos, como saúde, educação, comércio, indústria, lazer, esportista e cultural, o que se constitui em um grande desafio. O método utilizado neste estudo é a pesquisa qualitativa, e, para análise e discussão dos dados, foram utilizados os pressupostos da epistemologia qualitativa proposta por González Rey. O instrumento de pesquisa é a entrevista semiestruturada, realizada com 15 alunos (de três Instituições de ensino superior particular) e três gestores (2 de instituições de ensino superior particular e 1 da rede pública), todos do Distrito Federal. Não houve seleção prévia dos participantes. Em razão da Covid-19, as perguntas foram feitas por telefone, e as respostas, gravadas. Antes, foi lido o TCLE, e solicitada a aquiescência de forma oral. Todos os participantes afirmaram sentir-se bem na terceira idade e interessados em aprender. As opiniões sobre o fato de as instituições estarem ou não preparadas para receber alunos da terceira idade foram divergentes. Os problemas apontados foram: muitos idosos não sabem lidar com computador; não há entendimento dos professores de que a cognição do aluno é mais baixa; há pessoas com problemas emocionais; há necessidade de mais espaços no estacionamento; as letras das provas são pequenas. Apenas um gestor sabia o número de alunos idosos da instituição. Apesar de os gestores dizerem que a instituição está preparada para receber alunos da terceira idade, somente duas das instituições têm bolsa para esses alunos. Notou-se que ainda não há a preocupação das IES com os alunos idosos. Não existe a percepção de que, com o aumento da expectativa de vida, eles estejam cursando o ensino superior em primeira ou segunda graduação. Os idosos têm necessidade de voltar a estudar, porque, segundo um deles, o cérebro tem de ficar em atividade. Com relação à adaptação física, pedagógica e psicológica, todos deram a entender que não foi feita especificamente aos alunos dessa faixa etária. Um representante afirmou que, na instituição, existem grupos de pesquisa, disciplinas e ações de extensão relativos a esses alunos. Alguns disseram que, de forma geral, as universidades não estão preparadas para lidar com as diferenças.

Palavras-Chave: Terceira idade. Ensino superior. Preparação das IES.

PERCEPÇÃO DE ADOLESCENTES SOBRE IMUNIZAÇÃO: EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AÇÕES PARA A IMUNOPREVENÇÃO

Juan Tayrone Martins Tavares – Centro Educacional Gisno, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluno bolsista
jtayrone11@gmail.com
Awdrey Payritz de Gois – UniCEUB, PIC Júnior/PIBIC-EM, aluna voluntária
awdreygois@sempreceub.com
Bruno Silva Milagres – UniCEUB, professor orientador
bruno.milagres@ceub.edu.br

A vacinação contribui, de forma eficaz, para a saúde pública, auxilia o combate a doenças imunopreviníveis e traz benefícios à população, porém a maioria das vacinas previstas no Calendário Nacional de Vacinação destina-se a crianças. Os adolescentes também estão entre os grupos prioritários para o Programa Nacional de Imunização, no Brasil, pela alta suscetibilidade a algumas doenças prevenidas por meio da imunização e, principalmente, pela baixa cobertura vacinal apresentada por essa faixa etária. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo elencar dados acerca da atualização do cartão vacinal dos alunos matriculados em uma escola pública do Distrito Federal, além de constatar suas opiniões sobre o ato da vacinação. O estudo transversal inclui vinte e três alunos do ensino fundamental e médio com faixa etária entre 12 e 22 anos; 69,6% dos estudantes correspondem ao sexo feminino. Utilizou-se a plataforma Google formulários para confecção e aplicação dos questionários, além de bibliotecas eletrônicas para fundamentação teórica. Apesar do conhecimento referente à vacinação ser restrito, a maioria dos estudantes mostrou-se a favor da prática e apresentou compreensão sobre sua relevância, mesmo com movimentos antivacinais em paralelo. Pela falta de documentos comprobatórios, não foi possível avaliar a real situação do cartão vacinal dos alunos, porém foi visível o conhecimento dos estudantes referentes a grandes campanhas vacinais, como HPV e febre amarela. A cobertura vacinal é pouco discutida pela imprensa e pelo governo. Isso enfatiza a necessidade de sua intensificação na educação em saúde dos jovens e dos responsáveis.

Palavras-Chave: Vacinação. Adolescente. Cartão de vacina. Epidemiologia.